
UHE BELO MONTE

3º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte

Volume 1 – Capítulo 1.0 ao Anexo 6

Dezembro de 2013



**Consultoria e
Participações Ltda.**

Rua Américo Brasiliense, 615 - São Paulo
CEP 04715-003 - Fone / Fax 5546-0733
e-mail: jgp@jgpconsultoria.com.br

UHE BELO MONTE

3º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte

Volume 2 – Anexos 7 a 9

Dezembro de 2013



**Consultoria e
Participações Ltda.**

Rua Américo Brasiliense, 615 - São Paulo
CEP 04715-003 - Fone / Fax 5546-0733
e-mail: jgp@jgpconsultoria.com.br

3º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte

Dezembro de 2013

SUMÁRIO

1.0 Introdução	1
2.0 Descrição das Atividades Realizadas na Vistoria e dos Documentos Analisados	4
3.0 Sistema de Gestão	4
3.1 Sistema de Gestão da NE	4
3.1.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	4
3.1.2 Sistema de Gestão de SST	10
3.1.3 Estrutura Organizacional	13
3.2 Sistema de Gestão do CCBM	14
3.2.1 Estrutura Organizacional do CCBM	15
4.0 Desempenho Ambiental, Social e de Saúde e Segurança do Trabalho da Construção	16
4.1 Sumário do Status da Construção	16
4.1.1 Obras Principais	17
4.1.2 Obras do Entorno	20
4.2 Desempenho Ambiental da Construção	24
4.2.1 Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI)	24
4.2.1.1 Controles Ambientais das Obras Principais	24
4.2.1.2 Controles Ambientais das Obras do Entorno	42
4.2.1.3 Supervisão Ambiental da Norte Energia	44
4.2.2 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	46
4.2.3 Fiscalização Externa – Entidades Oficiais	47
4.3 Desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Construção	48
4.3.1 Norte Energia (NE)	48
4.3.1.1 Inspeções de Segurança e Saúde da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)	49
4.3.1.2 Auditorias de Saúde e Segurança da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)	56
4.3.2 Desempenho de SST da Obra Principal (OP)	57
4.3.2.1 Implantação dos Programas de SST da OP	58
4.3.2.2 Desempenho e Indicadores de SST das OP	63
4.3.4 Fiscalização Externa – Entidades Oficiais	70
5.0 Acompanhamento de Condicionantes do Licenciamento e do Contencioso	71

6.0 Andamento dos Programas do PBA	74
6.1 Andamento dos Programas do PBA-CI	75
7.0 Atendimento ao Plano de Ação Socioambiental	80
8.0 Situação de Atendimento às Recomendações da Consultoria Socioambiental Independente (da <i>Due Diligence</i> ou da Missão de Monitoramento Anterior)	132
9.0 Conformidade do Empreendimento com os Princípios do Equador	132
10.0 Conclusões e Recomendações	204
10.1 Conclusões	204
10.2 Recomendações	213
11.0 Aspectos Críticos a serem Verificados na Próxima Missão de Monitoramento	219
12.0 Equipe Técnica Responsável por este Relatório (JGP)	224
ANEXOS	
Anexo 1 – Lista de Documentos Avaliados	226
Anexo 2 – Reuniões, Vistorias e Entrevistas Realizadas	227
Anexo 3 – Registro Fotográfico das Inspeções do PCAI	228
Anexo 4 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST e Meio Ambiente nas OE	229
Anexo 5 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST na OP	230
Anexo 6 – Acompanhamento do Atendimento a Condicionantes	231
Anexo 7 – Situação de Andamento dos Planos, Programas e Projetos do PBA	232
Anexo 8 – Registro Fotográfico das Vistorias às Atividades Relacionadas aos Programas do PBA	233
Anexo 9 – Quadro 8.0.a – Controle do Atendimento às Recomendações da Consultoria Socioambiental Independente	237

1.0

Introdução

Este documento compõe o 3º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto Hidrelétrico Belo Monte, sob a responsabilidade da Norte Energia S.A. (NE), e refere-se ao período de julho a setembro de 2013.

O Relatório elaborado pela JGP (Consultor Socioambiental Independente - CSI), incluindo todas as suas conclusões e recomendações, está baseado no escopo dos trabalhos realizados e na informação recebida da NE, que foi objeto de verificação seletiva durante inspeções de campo e reuniões. A JGP não se responsabiliza pela validade ou precisão das informações recebidas e utilizadas no desenvolvimento deste Relatório. A JGP poderá revisar este informe, incluindo as suas conclusões e recomendações, se informação adicional for disponibilizada. Ressalte-se também que o presente Relatório destina-se aos Agentes Repassadores e tem função específica, não sendo necessariamente adequado para utilização por outros públicos ou para outras finalidades. Todas as interpretações e conclusões sobre o marco legal e/ou contratual não devem ser consideradas como uma opinião jurídica.

A informação de base para a elaboração do relatório é formada pelo 3º Relatório Socioambiental Periódico (RSAP) elaborado pela NE; por documentos apresentados ao IBAMA; e pelas informações obtidas durante as inspeções de campo do projeto e reuniões realizadas no período de 04 a 08 de novembro de 2013.

O processo de avaliação/monitoramento independente visa a atender ao Princípio do Equador 9 (Monitoramento Independente e Divulgação de Informações). Anteriormente ao início desse monitoramento, a conformidade do ciclo de avaliação e licenciamento do empreendimento com os Princípios do Equador foi verificada conforme as diretrizes estabelecidas no Princípio do Equador 2 (Avaliação Socioambiental) e com os padrões aplicáveis segundo o Princípio 3 (Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis). Isso resultou na identificação de hiatos (*gaps*) e motivou a elaboração de um Plano de Ação (da forma prevista no Princípio 4 – Plano de Ação de Sistema de Gestão), que foi subscrito pela NE e pelos Agentes Repassadores, passando a constituir Compromisso Contratual da forma prevista no Princípio 8.

O relatório objetiva uma avaliação socioambiental independente do andamento do Projeto, com foco principalmente em:

- Verificação de conformidade com os Princípios do Equador;
- Avaliação de desempenho socioambiental do Projeto.

Para atender a esses objetivos, o presente relatório está estruturado nas seguintes seções principais:

O **Capítulo 2.0** apresenta a descrição das atividades realizadas na vistoria, incluindo reuniões e trabalhos de campo. Além disso, inclui a listagem dos documentos analisados para elaboração do presente relatório.

O **Capítulo 3.0** (Sistema de Gestão) avalia os procedimentos de gerenciamento ambiental e social da construção. Esses aspectos são avaliados em dois níveis: gestão pelo executor diretamente responsável (Consórcio Construtor Belo Monte - CCBM ou outros), e gestão pela Norte Energia - NE nas suas funções de supervisão de conformidade (*compliance assurance*) com os requisitos ambientais e sociais aplicáveis. A “Obra Principal” (contratada com o CCBM) é avaliada de maneira independente das “Obras do Entorno”, que incluem as diversas obras contratadas pela NE com terceiros (implantação da infraestrutura de saneamento, educação e saúde nos municípios da AID, por exemplo).

No **Capítulo 3.0** avalia-se também a gestão da segurança e saúde ocupacional e das condições de trabalho, novamente focando dois níveis, o da gestão pelo responsável direto e o da supervisão pela NE.

O **Capítulo 4.0** (Desempenho Ambiental / Saúde e Segurança da Construção) inclui inicialmente o resumo da situação da “Obra Principal” (UHE Belo Monte) e das “Obras Fora do Site” na data da inspeção de campo realizada pela equipe do Consultor Socioambiental Independente. Objetiva contextualizar o momento de obra a que corresponde à avaliação realizada, permitindo uma compreensão das atividades de maior impacto e frentes de obra de maior intensidade. Facilita a compreensão dos impactos ocorrentes (ou não ocorrentes) na data da inspeção de campo e justifica as prioridades adotadas no planejamento dos trabalhos.

Na sequência, o **Capítulo 4.0** inclui a análise da implementação do Plano Ambiental de Construção (PAC) do PBA. Nesta Seção, descreve-se a gestão da construção, incluindo as medidas dispostas não apenas no PAC do PBA, mas também aquelas que compõem o sistema de gestão do CCBM e que estão sendo aplicadas na obra. Essa análise inclui uma discussão dos dados ambientais e de saúde e segurança resultantes da vistoria às áreas do projeto.

Os aspectos relativos à conformidade legal são tratados no **Capítulo 5.0**. Foca-se inicialmente o processo de Gerenciamento de Condicionantes, onde é verificado o atendimento a todas as condicionantes constantes na Licença de Instalação (LI) N° 795/2011, em Autorizações de Supressão de Vegetação e outras licenças, outorgas e autorizações complementares emitidas para o Projeto. O **Capítulo 5.0** resume também a ação fiscalizadora de órgãos com funções regulatórias, incluindo não somente o IBAMA, mas também o IPHAN, FUNAI, entidades municipais e outros com competências específicas que incidem no Projeto. Finalmente, o **Capítulo 5.0** analisa conformidade legal do empreendimento, acompanhando a situação de atendimento às condicionantes estabelecidas ao longo do processo de licenciamento pelos órgãos intervenientes, bem como a situação de todas as multas e autuações recebidas pela NE e/ou empresas por ela contratadas, verificando a adequação das gestões em curso em relação a cada uma.

No **Capítulo 6.0** apresenta-se uma avaliação individualizada dos Planos, Programas e Projetos Ambientais que integram o Projeto Básico Ambiental (PBA). A avaliação do andamento de cada Programa é desenvolvida de acordo com a seguinte estrutura padrão:

- Progresso reportado pela NE (incluindo progresso verificado em campo, para os programas em andamento na ocasião da vistoria);
- Escopo da verificação do andamento do Programa no período, executada pela equipe do Consultor Socioambiental Independente (relatórios, reuniões com empresas coordenadoras e executoras, verificação em campo);
- Avaliação de conformidade;
- Avaliação de resultados.

A verificação do processo de implantação do Plano de Ação acordado entre a NE e os Agentes Repassadores é desenvolvida no **Capítulo 7.0 (Quadro 7.0.a)**. Neste 3º Relatório de Monitoramento foi avaliado o avanço do atendimento de ações ainda em aberto, já que, no período, não estava previsto o encaminhamento de entregáveis para atendimento a novas ações.

O **Capítulo 8.0 (Quadro 8.0.a)** avalia a atuação de atendimento às recomendações pontuais e oportunidades de melhoria emitidas pelo Consultor Socioambiental Independente em relatórios anteriores, e que não fazem parte do Plano de Ação.

De maneira consolidada, o **Capítulo 9.0** analisa a situação de atendimento aos Princípios do Equador, com foco naqueles que se aplicam à atual fase de implantação do projeto.

O **Capítulo 10.0** apresenta as principais conclusões do Consultor Socioambiental Independente (**Seção 10.1**) e consolida todas as recomendações geradas nos Capítulos anteriores do Relatório (**Seção 10.2**), as quais alimentarão o **Quadro 8.0.a do Capítulo 8.0** nas missões seguintes.

Por fim, o **Capítulo 11.0** lista os aspectos críticos a serem verificados na próxima missão de monitoramento.

Como denominador comum, todas as seções têm um foco analítico e não descritivo, objetivando a identificação e discussão de problemas de conformidade e avaliação de resultados, e não apenas apresentar um resumo geral e abrangente da situação atual do Projeto.

No contexto assim descrito, cabe ressaltar também a natureza seletiva e não extensiva da avaliação independente, onde o foco de verificação é estabelecido na fase de planejamento de cada missão em função da evolução do Projeto e das atividades consideradas críticas em cada etapa.

2.0

Descrição das Atividades Realizadas na Vistoria e dos Documentos Analisados

Conforme descrito no **Capítulo 1.0**, a elaboração deste Relatório foi embasada na análise de documentos e em dados coletados em reuniões e em inspeções de campo durante vistorias da consultoria socioambiental independente ocorridas no período de 04 a 08 de novembro de 2013.

Os principais documentos revisados na presente análise de conformidade estão listados no **Anexo 1**.

As vistorias de campo, por sua vez, envolveram a realização de reuniões com as equipes responsáveis pela implementação de programas socioambientais, pela gestão socioambiental do empreendimento, pela supervisão das obras e dos programas, e também a realização de entrevistas com partes interessadas.

O **Quadro 2.0.a**, no **Anexo 2**, apresenta a lista das reuniões realizadas e os participantes, e o **Quadro 2.0.b**, também no **Anexo 2**, apresenta a lista de locais inspecionados, a equipe que participou das inspeções e os entrevistados.

3.0

Sistema de Gestão

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho da Norte Energia, bem como o Sistema de Gestão Integrada (SGI) do CCBM, estão em processo de implementação contínua.

A atualização do andamento da implementação dos Sistemas de Gestão da NE e do CCBM foi feita considerando, como a data de corte documental, o período de julho a setembro, utilizando informações do 3º RSAP, acrescidas de informações obtidas na vistoria de campo de novembro e na reunião realizada em 02/12/2013 com a equipe da empresa Ferreira Rocha (FR), no escritório da consultoria independente. Assim, o objetivo deste Capítulo é detalhar essas ações e apresentar os avanços ocorridos no período entre julho e setembro, tanto na gestão da NE como do CCBM.

3.1

Sistema de Gestão da NE

3.1.1

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

O SGA da NE, atualmente em processo de implantação, foi estruturado com base no PGA (Plano de Gestão Ambiental) previsto no PBA do Projeto. De julho e setembro de 2013 foram aprovados os seguintes documentos pertencentes ao sistema:

- Planilha de Objetivos e Metas do PBA;
- Padrão de Sistema de Gestão de Mudança nos Projetos (nova revisão);
- Padrão de Sistema de Supervisão Ambiental da Obra Principal da UHE Belo Monte (nova revisão).

Encontra-se em andamento, ou seja, em processo de elaboração, aprovação ou revisão os seguintes documentos:

- Padrão de Sistema do Programa de Acompanhamento Social: Fluxo de atividades interfaces (em análise);
- Plano de Atendimento a Emergências Ambientais para as Obras Principais e do Entorno da UHE Belo Monte (em análise pela Norte Energia);
- Plano de Atendimento a Emergências Ambientais para o Porto Dedicado às obras da UHE Belo Monte (em análise pela Norte Energia);
- Manual de Auditoria (em análise);
- Plano de Comunicação e de Relacionamento com a Comunidade nas Obras do Entorno;
- Orientação Técnica de Codificação e Nomenclatura de Documentos e Registros.

Durante a análise da consultoria independente não foi possível verificar a evolução, no período, dos documentos mencionados a seguir, que continuam com a mesma situação informada no 1º RSAP, ou seja, “em andamento”:

- Padrão de Sistema de Comunicação Social: Interna e do PBA;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Padrão de Sistema do Plano de Comunicação do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC);
- Padrão de Sistema do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM).

Destaca-se que foi inserida no 3º RSAP uma lista de todos os documentos que compõem o SGA, facilitando a visualização do desenho conceitual do sistema, uma vez que relaciona o montante de documentos previsto dentro de sua estrutura para atender às necessidades de gestão dos requisitos socioambientais aplicáveis ao Projeto.

Entretanto, não foi mencionada a revisão em que esses documentos se encontram, dificultando a análise da evolução dos procedimentos e a interpretação do consultor independente em relação aos quadros de acompanhamento da documentação do SGA disponibilizados no RSAP, pois os mesmos documentos aparecem como “aprovados” e “em andamento”.

Em reunião com a empresa Ferreira Rocha foi acordado que será disponibilizada ao consultor independente uma listra mestra de documentos com o controle das versões e o status de cada uma delas. Dentre os documentos listados, o único ainda não elaborado é o Plano de Desmobilização de Estruturas.

Outro assunto discutido na reunião com a empresa Ferreira Rocha e que merece destaque é a necessidade de revisar o Manual do SGA mencionado no relatório da *due diligence* socioambiental realizada pelo consultor independente em julho de 2012. Essa necessidade relaciona-se à complexidade do empreendimento e às diversas interfaces entre as áreas da NE. Através desse documento será possível entender melhor o desenho conceitual do sistema e as interações entre sua documentação, esclarecendo aos envolvidos as diretrizes que devem ser seguidas, bem como as responsabilidades de cada um dentro do SGA.

Dos documentos aprovados no período destaca-se o Padrão de Sistema de Supervisão Ambiental da Obra Principal da UHE Belo Monte, o qual foi complementado e revisado quando do início das atividades da nova empresa coordenadora do PAC (BIOCEV).

Outro documento aprovado no período refere-se ao Padrão de Sistema de Gestão de Mudança nos Projetos, que incorporou as recomendações feitas pelo consultor independente relacionadas à interação do referido documento com o Padrão de Acompanhamento e Atualização de Impactos Ambientais (PS NES GABM SGA 001/2013), incluindo ainda a necessidade de avaliação da mudança pela área de saúde e segurança do trabalho.

Destaca-se que o grau de implementação dos procedimentos que compõem o SGA não pôde ser completamente evidenciado durante a análise dos documentos emitidos pela NE e a visita de campo realizada para emissão deste relatório. Também não foi possível identificar um plano de trabalho / ação específico para a completa implementação desses documentos.

Conforme discutido em reunião com a empresa Ferreira Rocha, será elaborado um documento contendo a situação de cada procedimento, o grau de adesão pelas áreas e as ações previstas, com os respectivos prazos, para a completa implementação das diretrizes estabelecidas na documentação do SGA.

Na próxima missão o consultor independente dará ênfase na verificação do grau de implementação do SGA nos diversos assuntos que o compõe, inclusive com a análise em campo dos bancos de dados (*software*) utilizados pela NE para gerenciamento do sistema (SGP e SIG-A).

Também foi discutida com a Ferreira Rocha a formalização ou não um Sistema de Gestão Integrado. Nessa ocasião, pôde-se constatar que alguns documentos, principalmente aqueles de garantia do sistema, poderão ser comuns a ambos os assuntos (socioambientais e de saúde e segurança do trabalho), porém essa definição ainda não foi formalizada pela NE.

No que se refere ao Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais (PS NES GABM SGA 001/2013), a Ferreira Rocha informou que revisará a planilha que contempla os impactos do empreendimento para esclarecer quem são os responsáveis pelo acompanhamento das ações propostas na coluna denominada “Novas Ações de Gestão Propostas”, orientar a gestão e facilitar a

verificação, por parte do consultor independente, do status de cada uma das ações mencionadas.

Ainda sobre esse padrão, verificou-se que o mesmo não contempla a periodicidade de atualização da planilha de impactos, mencionando apenas em que situações ela deve ser necessariamente atualizada. O consultor independente foi informado que essa atualização ocorre trimestralmente e que a data de revisão será inserida na planilha.

Com relação ao Padrão de Sistema para Identificação dos Requisitos Legais e Outros Requisitos Aplicáveis (PS NES GABM SGA 003/2012), conforme mencionado no relatório anterior, o mesmo estabelece a sistemática para o levantamento, monitoramento, atualização e acesso aos requisitos legais aplicáveis e a outros requisitos subscritos pela NE, porém não detalha como é realizada a avaliação de conformidade legal.

O Manual de Requisitos Jurídico Ambientais da UHE Belo Monte também não faz referência à avaliação de conformidade legal. Esse Manual disponibiliza os requisitos jurídico-ambientais aplicáveis ao negócio, com base no levantamento de processos objetivos e nos aspectos e impactos ambientais do empreendimento.

Conforme informado no 3º RSAP, o Manual de Auditoria Ambiental (MA NES GABM SGA 003/2011 00) foi revisado para contemplar essa avaliação, e as evidências do acompanhamento da conformidade legal serão apresentadas nos próximos relatórios emitidos pela NE. Este documento foi encaminhado à Norte Energia e está em análise.

Para o período de abrangência deste relatório não foram evidenciados registros de realização da auditoria do SGA prevista para junho de 2013. Conforme mencionado durante reunião com a Ferreira Rocha, a auditoria será remarcada como parte da implementação das ações do NAC. Na ocasião, foi solicitada pelo consultor independente a elaboração de um programa de auditoria para 2014.

Quanto ao Padrão de Sistema para Tratamento de Não Conformidades, já foram realizados ajustes no conteúdo do documento, visando a promover maior celeridade ao processo de identificação e tratamento dos desvios identificados; no entanto, foi evidenciado que o sistema continua lento, uma vez que para cadastramento da não conformidade no SGP e tomada de ações para resolução da causa raiz, há necessidade de aprovação da NE.

Conforme abordado no relatório anterior, a empresa gestora constituiu o NAC – Núcleo de Análise Crítica do PGA, formado por uma equipe de consultores especializados. No 3º RSAP a NE incorporou como anexo o Termo de Referência para contratação dessa equipe de consultores. Conforme se verifica no documento, a composição prevista para o NAC é a apresentada no quadro a seguir. Como se observa no Quadro, a equipe do NAC deverá acompanhar ações referentes a 16 blocos, podendo um mesmo profissional ser responsável por mais de um bloco.

Bloco	Formação do consultor
Obra Principal	Profissional Sênior, Eng. Civil, ou Geotécnico com experiência em acompanhamento de obras de hidrelétricas em SST e meio ambiente.
RUC / Obras do Entorno	Profissional Sênior, Eng. Civil, ou Geotécnico com experiência em acompanhamento de obras de hidrelétricas em SST e meio ambiente.
Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos (qualidade), gestão de efluentes e de resíduos, projetos de saneamento básico integrantes do Plano de Requalificação Urbana	Profissional Sênior, Eng. Sanitarista, com experiência no planejamento, implementação e análise dos resultados de programas de monitoramento de qualidade das águas, implementação da gestão de resíduos e projeto e implantação de sistemas de saneamento básico para cidades de até 100.000 habitantes.
Projetos de saneamento básico e drenagem urbana integrantes do Plano de Requalificação Urbana	Consultor sênior, com formação em Engenharia Sanitária, com experiência no desenvolvimento e implantação de projetos de engenharia sanitária aplicados a abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição adequada de resíduos sólidos, bem como de drenagem urbana para cidades com cerca de 100.000 habitantes.
Modelagem da Qualidade das Águas	Consultor sênior, com formação em Engenharia Sanitária ou Química, com experiência no desenvolvimento ou análise de modelos para simulação da qualidade das águas em reservatórios de usinas hidrelétricas de médio e grande porte.
Supressão Vegetal, Delineamento do Mercado Madeireiro e Certificação da Madeira	Profissional Sênior, Eng. Florestal com experiência no planejamento, implementação e análise dos resultados de programas de supressão vegetal para empreendimentos de médio e grande porte, preferencialmente na região Amazônica, detendo ainda conhecimentos de SST aplicados à operacionalização dessas ações.
Orla	Arquiteto Sênior
Ictiofauna / Pesca	Consultor de Formação Sênior, Biólogo especialista em ictiofauna ou Engenheiro de Pesca, para apoio à análise crítica do andamento das atividades e resultados dos planos, programas e projetos afetos ao tema – monitoramento da ictiofauna, aquicultura de peixes ornamentais e incentivo à pesca sustentável.
Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos (quantidade e sedimentometria) / Meio Físico / Pacuera / Trecho de Vazão Reduzida	Consultor de Formação Sênior, com visão sistêmica, para apoio à análise crítica do andamento das atividades e resultados dos planos, programas e projetos afetos aos temas.
Comunicação Social e Institucional	Consultor de Formação Sênior, com visão sistêmica, para apoio à análise crítica do andamento das atividades e resultados dos planos, programas e projetos afetos ao tema.
Socioeconomia: Urbano, Fundiário e Articulação Institucional	Consultor de Formação Sênior, com visão sistêmica, para apoio à análise crítica do andamento das atividades e resultados dos planos, programas e projetos afetos aos temas.
Socioeconomia: Rural (reassentamento, recomposição de atividades produtivas, recomposição de equipamentos religiosos, infraestrutura viária e saneamento,	Consultor de Formação Sênior, com visão sistêmica, para apoio à análise crítica do andamento das atividades e resultados dos planos, programas e projetos afetos aos temas.

Bloco	Formação do consultor
assistência social), Fundiário, Monitoramento Socioeconômico, Contratação, Capacitação e Desmobilização de Mão-de-obra	
Saúde Pública	Consultor de Formação Sênior na área de saúde para apoio à análise crítica do andamento das atividades e resultados dos planos, programas e projetos afetos ao tema.
Indígena	Consultor de Formação Sênior para apoio à análise crítica do andamento das atividades e resultados dos planos, programas e projetos afetos ao tema, com vistas exclusivamente para consolidação dos reportes de atendimento aos Princípios do Equador.
Aspectos Jurídico ambientais	Consultor Especializado.

Também foi disponibilizada pela Ferreira Rocha a Matriz de Responsabilidade do NAC, com os 11 consultores responsáveis pelos 16 blocos de trabalho. A verificação da suficiência dos profissionais alocados será avaliada pelo consultor independente durante o acompanhamento da efetiva implementação das atividades que estão sob responsabilidade desse núcleo.

Conforme informado no 3º RSAP, as atividades a serem prestadas pelo NAC são, resumidamente, as seguintes:

- Acompanhamento e Análise Crítica do andamento e dos resultados das atividades dos Planos, Programas e Projetos do PBA;
- Acompanhamento, Análise Crítica e Assessoria Técnica dos aspectos ambientais inerentes aos projetos de engenharia e à implementação das Obras Principais e do Entorno;
- Apoio à Gestão de Conformidade;
- Atendimento Legal e Normativo; e
- Realização de Inspeções Periódicas de Campo.

Apesar de constituído no período anterior, o 3º RSAP, excetuando a auditoria sobre o PRAD, não informa outras atividades realizadas pelo NAC. Conforme mencionado no 3º RSAP, os resultados consolidados do NAC serão apresentados no 4º RSAP, com base na auditoria de gestão prevista para janeiro de 2014. A primeira auditoria trimestral estava prevista para ocorrer em outubro/13, conforme informado no 2º RSAP, mas foi adiada, pois, segundo a NE, os consultores necessitam de tempo para conhecimento da grande quantidade de informações dos temas associados.

No período também foram aprovados documentos de gestão relacionados ao PBA do Componente Indígena, a saber:

- Plano de Documentos e Registros
- Padrão de Sistema de Acompanhamento das Obras e Equipamentos Sociais do PBA-CI (PMX)

- Padrão de Sistema de Elaboração e Edição de Documentos do Projeto Básico Ambiental - Componente Indígena
- Padrão de Sistema de Monitoramento Sobre o Adensamento Populacional na Região das Terras Indígenas da Área de Influência da UHE Belo Monte baseado na Modelagem de Desmatamento
- Manual de Gestão de Documentos do Projeto Básico Ambiental, componente Indígena - PBA-CI
- Manual de Treinamento, Conscientização e Competência voltado ao Projeto Básico Ambiental, componente Indígena - PBA-CI

Encontra-se em andamento, ou seja, em processo de elaboração, aprovação ou revisão os seguintes documentos aplicáveis ao componente indígena:

- Padrão de Sistema de Gestão da Informação;
- Padrão de Sistema de Tratamento de Não Conformidades, Ações Corretivas e Preventivas;
- Padrão de Sistema de Mecanismo de Atendimento a Reclamações e respostas às Comunidades
- Indígenas;

Esses documentos seguem as premissas de controle e padronização previstas no SGA, sendo também controlados pelo SGP, porém optou-se por criar novos documentos, mesmos que relacionados a assuntos já contemplados no SGA, devido à particularidade do tema.

3.1.2

Sistema de Gestão de SST

O Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da NE foi estruturado de modo que a responsabilidade pela sua implantação seja do CCBM. Entretanto, nessa sistemática, a gestão de suas contratadas (Obras do Entorno e executoras do PBA) e da própria NE fica sem controle. Nesse contexto, a consultoria independente tem emitido recomendações para que a NE estruture um Sistema de Gestão que incorpore suas atividades, as das OP, das OEs e das executoras dos programas do PBA.

Nas últimas missões de monitoramento tem-se observado grande evolução nesse monitoramento e supervisão; entretanto, este sistema continua sem estruturação formalizada. Como complicador neste processo, soma-se o fato das constantes mudanças de estrutura organizacional e hierárquica. A última alteração relevante no âmbito da NE refere-se ao ingresso da BioCev, responsável pela Coordenação do PAC, que será discutida à frente.

Documentos do Sistema de Gestão de SST

No 3º RSAP, a NE apresentou a proposta de minuta (tópicos somente) para o documento até então intitulado como “Plano Diretor de Saúde e Segurança no

Trabalho”, porém agora sendo intitulado como “Plano de Trabalho de SSTMA” aplicável somente às OEs.

Com o recente ingresso da Supervisora do PAC, BioCev, a rotina e responsabilidades de trabalho ainda precisam ser definidas (informação recebida durante missão de monitoramento) para então formalizar a rotina de supervisão e garantia de atendimento aos requisitos legais e contratuais que a NE estabeleceu como compromisso.

Ainda sobre o desenvolvimento e formalização do “Plano de Trabalho de SSTMA” o empreendedor informou que este abrangerá as rotinas da Equipe de Saúde e Segurança do Trabalho da Obra Principal (SST – OP), ligada à Diretoria de Gestão, o que não confere com o título da minuta apresentada. A BioCev (Supervisora das atividades do PAC) possui dois grupos de profissionais: (i) aqueles ligados aos programas do meio antrópico, físico e biótico; e, (i) aqueles ligados aos projetos de SST.

Os relatórios do período que comprovariam o “processo contínuo de aperfeiçoamento do sistema de gestão” demonstram, diferentemente dos outros períodos, a constante evolução de gestão da NE sobre as suas contratadas. Mais especificamente sobre a **Obra Principal**, a partir de agora a gestão passou a contemplar a montadora (Locaservice), além do CCBM. A Equipe de SST – OP tem participado ativamente das avaliações, inspeções e auditorias da EPBM, além de conduzir reunião quinzenal com o CCBM para tratativa e acompanhamento das pendências geradas. Com relação à supervisão das **Obras do Entorno**, a Equipe de SST – OEs demonstrou ter passado de 33% das obras acompanhadas em setembro para 85% em outubro de 2013. Maiores detalhes dessa supervisão poderão ser acompanhados na **Seção 6.3** adiante.

Rotinas de Supervisão de SST da Obra Principal (OP) – NE/EPBM

Como descrito anteriormente, a NE supervisiona as exigências contratuais e legais de SST da OP por meio da empresa contratada, Engenharia do Proprietário de Belo Monte (EPBM). Essa supervisão deverá englobar a equipe de segurança do trabalho da, recém-contratada, BioCev.

Os resultados das inspeções realizadas no período são apresentados e discutidos na **Seção 6.3**. O período compreendido por este relatório de monitoramento ainda não contempla as informações sobre a atuação da BioCev, pois sua mobilização ocorreu em meados de outubro de 2013.

No período a EPBM realizou aplicação de **Listas de Verificação (LVs)** através de seus Técnicos de Segurança do Trabalho. Cada pendência identificada é registrada como **Registro de Ocorrência (RO)**, para situações de campo, e **Termo de Notificação (TN)**, para questões documentais. Tanto o RO, quanto o TN podem ser emitidos pontualmente tão logo sejam constatados, além dos desvios decorrentes da aplicação das LVs. O desempenho do período poderá ser conferido na **Seção 6.3**.

A equipe de supervisão (NE, BioCev e EPBM) é formada por profissionais da área de segurança do trabalho (engenheiros e técnicos), não possuindo nenhum profissional da área da saúde. Isso justifica o fato de não haver reporte de supervisão sobre as questões de saúde ocupacional do CCBM nos relatórios. Recomenda-se, diante desse contexto, a inclusão de profissional de saúde para realizar efetivamente supervisão condizente com os padrões esperados de obras desse porte.

Ainda na missão de monitoramento, esta Consultoria Socioambiental Independente recebeu a informação da Ferreira Rocha (FR) que está providenciando a inclusão de informações adicionais no RGM-E (Relatório Gerencial Mensal da Executora) para contemplar o reporte de todos os itens avaliados nas missões de monitoramento. Assim, o próximo RSAP já deverá trazer o RGM-E revisado, quando poderá ser avaliado com maior profundidade. Espera-se que este relatório traga a análise do empreendedor de forma conclusiva sobre o desempenho do CCBM e Montadora e, eventualmente, ações corretivas para retomada de metas estabelecidas.

Rotinas de Supervisão de SST das Obras de Entorno (OEs) e demais contratadas – NE

No período pôde-se constatar uma evolução bastante significativa na abrangência e nível de acompanhamento das OEs e as demais contratadas da NE. A Equipe de SST – OEs, como se verá mais detalhadamente na seção seguinte, passou a contar com um maior volume de pessoas para essa supervisão. Em outubro, como informado, chegou-se a 85% dos contratos supervisionados.

Compete informar que a Supervisão de SST abrange todas as contratadas das Obras do Entorno e as contratadas diretas da NE com maior volume de funcionários, ficando restrita, segundo informações coletadas na missão, à Biota (flora e fauna) e Scientia (arqueologia). Assim sendo, a supervisão da NE não abrangerá todas as suas contratadas. Neste ponto, recomenda-se que, mesmo em níveis diferenciados, algumas premissas devam ser atendidas por estas empresas e a verificação de SST deverá ser estendida às mesmas.

A supervisão tem levado em consideração questões de saúde e segurança do trabalho através da aplicação de Listas de Verificação. A partir dessa aplicação, a NE emite Registro de Desvios (RD), o qual se configura num talão de formulários carbonados. Esse RD também pode ser emitido para fatos pontuais identificados através de inspeções de campo, não necessariamente vinculadas à LV. A Equipe de SST - OEs também informou que serão elaboradas outras listas com conteúdo específico para processos considerados críticos.

Todos esses apontamentos são lançados em uma planilha para acompanhamento do fechamento e geração de dados estatísticos. A partir do acompanhamento sistêmico desta planilha será possível identificar não só as pendências, mas também a velocidade com que as contratadas atendem as exigências contratuais e legais.

Da mesma forma como deverá ocorrer para a OP, a Ferreira Rocha providenciará uma estrutura para que a Equipe das Obras do Entorno elaborar seu próprio RGM-E. Com isso, espera-se poder contar com diversos dados até então não apresentados nos RSAPs, apesar de ter sido possível conferir algumas das informações em campo. A avaliação sobre este relatório deverá ser feita no próximo relatório de monitoramento, quando os primeiros RGM-E deverão ser elaborados. Espera-se também que este relatório traga a análise do empreendedor de forma conclusiva sobre o desempenho de suas contratadas e, eventualmente, ações corretivas para retomada de metas estabelecidas.

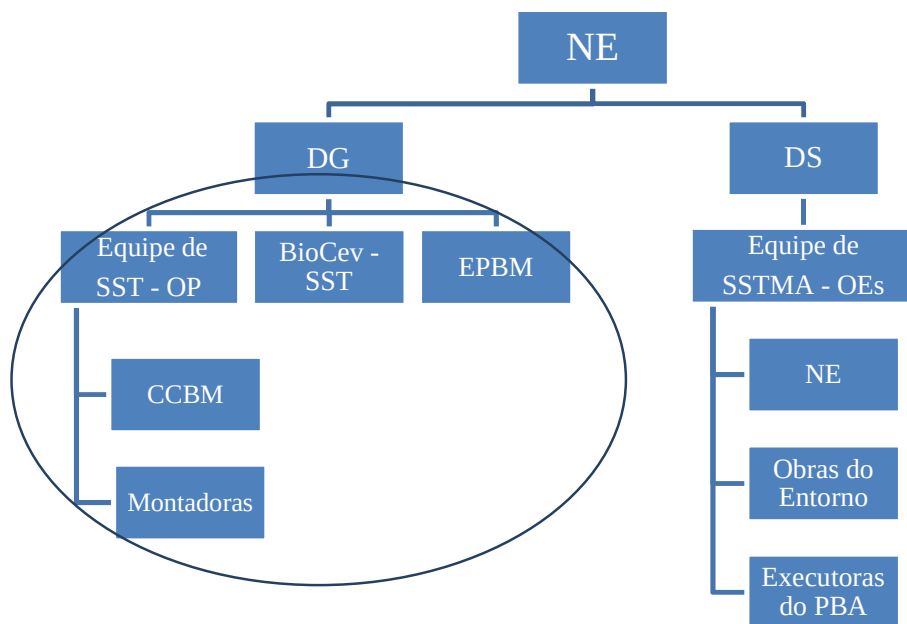
3.1.3

Estrutura Organizacional

No período de monitoramento deste relatório houve uma significativa de reestruturação na Norte Energia. Essa alteração resultou na divisão de atividades entre as Equipes de SST conforme demonstrado na **Figura 3.1.3.a**. Não estão definidas, entretanto, as responsabilidades e autoridades da Equipe de SST – OP, BioCev – SST e EPBM em relação ao CCBM e Montadoras (destaque na **Figura 3.1.3.a**), nem um eventual relacionamento com a Equipe de SSTMA – OEs.

Figura 3.1.3.a

Estrutura Organizacional da NE – Equipes de SST



Fonte: Missão de Monitoramento de Novembro de 2013

Como demonstrado acima as Equipes de SST se dividiram entre duas Diretorias (Gestão e Socioambiental). Neste cenário, a **Equipe de SST – OP** contará com a coordenação do Programa de Saúde e Segurança realizada pela BioCev e a supervisão de segurança pela EPBM, atividades que são realizadas na OP (CCBM) e Montadoras (atualmente

apenas a Locaservice está mobilizada). Já a **Equipe de SST – OE**, constituída por funcionários próprios da NE, ficou responsável pela supervisão dos funcionários da própria NE, das executoras das OEs e as empresas responsáveis pelos programas do PBA. Estas últimas, porém, se resume à Biota (fauna e flora) e Scientia (arqueologia).

Supervisão de SST – OP

- **NE:** 1 Coordenador de SST e 1 Técnico de Segurança do Trabalho;
- **BioCev:** 1 Engenheiro de Segurança do Trabalho e 2 Técnicos de Segurança do Trabalho; e,
- **EPBM:** 1 Coordenador de SST, 3 Técnicos de Segurança do Trabalho (1 para cada sítio) e 1 Auxiliar de Segurança.

Em julho de 2013 a equipe da EPBM teve duas baixas em relação aos meses anteriores, fechando o mês com apenas 2 técnicos de segurança (Sítio Belo Monte e Canais). Embora outros 2 tenham sido contratados para os Sítios Bela Vista e Pimental, ainda está pendente a contratação de outro técnico para a supervisão das atividades de Montagem.

Supervisão de SST – OEs

- 1 Coordenador de SSTMA, 5 Técnicos de Segurança, 1 Analista Ambiental e 1 Auxiliar de Segurança.
Observação: Um ponto que distingue a atuação das equipes é o fato de que a Supervisão Ambiental das OEs está contida na estrutura da Equipe de SSTMA.

As informações referentes ao desempenho de ambas as supervisões serão apresentadas no **Capítulo 4.0**.

3.2

Sistema de Gestão do CCBM

Para gerenciamento das obras da UHE Belo Monte, o CCBM estruturou um Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Responsabilidade Social (QMSSRS) que, de modo geral, está alinhado com os requisitos das Normas ISO 9001, 14001, OSHAS 18001 e SA 8000.

A manutenção dos controles operacionais estabelecidos no SGI do CCBM é apresentada no **Capítulo 4.0**, que retrata as atividades em andamento para controle e monitoramento dos aspectos relacionados a meio ambiente, saúde e segurança do trabalho.

Ressalta-se que o RSAP continua não trazendo quaisquer informações acerca de Auditorias Internas realizadas pelo próprio CCBM. A análise desse tipo de relatório daria sustentação à avaliação do nível de aprofundamento da auto verificação. Existe, entretanto, menção a uma auditoria agendada para 2014 no Relatório Mensal de QMSSRS do CCBM referente ao mês de agosto de 2013 (item 2.1.9. Índice de Gestão do SGI – IGSIGI).

Os dados referentes às inspeções ambientais e de saúde e segurança do trabalho realizadas no período são apresentados no **Capítulo 4.0**.

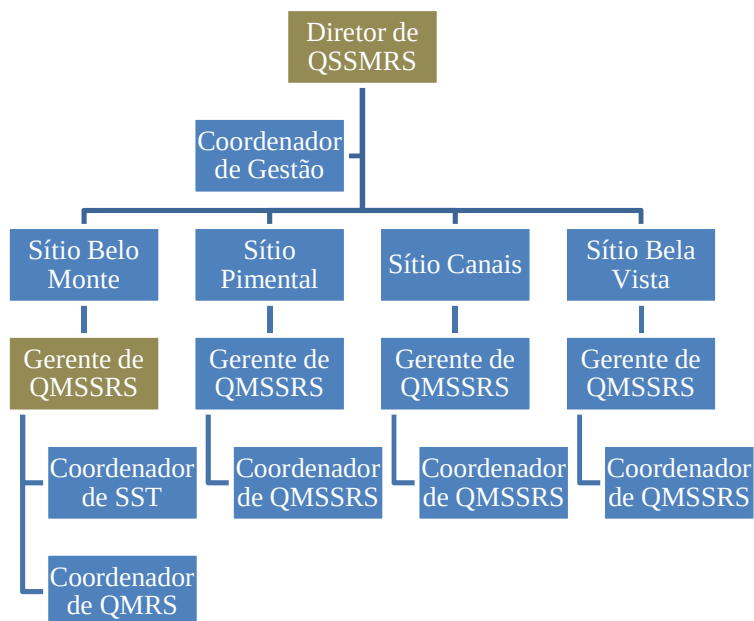
3.2.1

Estrutura Organizacional do CCBM

No período de monitoramento desse relatório houve uma alteração significativa na estrutura de gestão do CCBM, além da substituição de dois Coordenadores, um de Gestão e outro de SST do Sítio Belo Monte. Este último passou a atuar em conjunto com a antiga Gerente de QSSMRS do Sítio Belo Monte, a qual passou a responder somente pela área de Qualidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social. Atualmente o Diretor de QMSSRS acumulou a atividade de Gerente de QSSMRS do Sítio Belo Monte (destaque na **Figura 3.2.1.a**, a seguir).

A alteração de estrutura hierárquica diz respeito ao fato de que o Coordenador de Gestão passou a responder pela gestão local do Sítio Belo Monte, além da gestão unificada pelo sítio como era anteriormente. Para tanto, este profissional contará com equipe especializada que possui, como uma de suas missões, unificar a gestão entre os sítios. Mais detalhes sobre a recente mudança poderá ser conferido nos próximos relatórios.

Figura 3.2.1.a
Organograma do CCBM



Fonte: Organograma Diretoria QMSSRS do CCBM

4.0

Desempenho Ambiental, Social e de Saúde e Segurança do Trabalho da Construção

O presente Capítulo tem por objetivo apresentar o desempenho socioambiental e de saúde e segurança das atividades construtivas de implantação da UHE Belo Monte no período de julho a setembro de 2013.

Primeiramente, na **Seção 4.1**, são apresentados dados sobre o avanço da construção das obras principais e das obras fora do site da UHE Belo Monte (obras do entorno). Na sequência, na **Seção 4.2**, é apresentada a análise do desempenho ambiental das obras da UHE Belo Monte, com informações sobre a implementação das medidas de controle estabelecidas em Programas do Plano Ambiental de Construção – PAC.

Na **Seção 4.2**, que trata do desempenho ambiental das obras de implantação da UHE Belo Monte, será verificada a implementação das medidas relativas aos Programas de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e de Recuperação de Áreas Degradadas, que fazem parte do PAC. Já as medidas previstas no Programa de Saúde e Segurança serão descritas na **Seção 4.3**, onde se avalia o desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) das atividades construtivas de implantação da UHE Belo Monte. Em relação aos demais programas do PAC - Programas de Capacitação de Mão de Obra, de Educação Ambiental para os Trabalhadores e de Desmobilização de Mão de Obra, a avaliação do andamento será apresentada no **Capítulo 6.0 – Andamento dos Programas do PBA**.

Na **Seção 4.4** será avaliado também o desempenho do empreendimento com relação às condições do trabalho.

A análise do desempenho ambiental, social e de Segurança do Trabalho da Construção baseou-se nos resultados reportados pela NE no seu 3º RSAP, em dados coletados na inspeção de campo realizada entre 04 e 08 de novembro de 2013, e em documentos complementares solicitados e enviados pela NE (ver Lista de Documentos Analisados no **Anexo 1** e Reuniões e Inspeções Realizadas no **Anexo 2**).

4.1

Sumário do Status da Construção

As Seções a seguir apresentam o status das Obras Principais com data de corte em setembro de 2013. As informações foram obtidas no Relatório de Acompanhamento Mensal elaborado para a ANEEL, de setembro de 2013, incluído como anexo ao 3º RSAP.

Já o status das Obras do Entorno, que constituem as obras localizadas fora do site, desenvolvidas por outras empreiteiras contratadas pela NE em atendimento às condicionantes 2.10 a 2.13 da LI 795/2011, foi desenvolvido com informações obtidas no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA para o IBAMA.

4.1.1

Obras Principais

Segundo documentação encaminhada pela NE, o status das OP em setembro de 2013 era o seguinte:

Sítio Belo Monte

Serviços em andamento:

- Implantação do Canteiro Definitivo:
 - Construção das edificações (99% concluída);
 - Implantação da oficina e pátios industriais (99% concluída).
- Construção do Porto Fluvial (60% dos serviços concluídos).
- Construção da Vila Residencial de Belo Monte (34% dos serviços concluídos).
- Escavações na Casa de Força, Tomada de d'água, Área de Montagem, Muro de Fechamento e Canal de Fuga: executados cerca de 10.100.000 m³ de escavação comum e 9.900.000 m³ de escavação em rocha.
- Serviços na Barragem de Fechamento Esquerda: executados cerca de 1.500.000 m³ de escavação comum, 3.500 m³ de escavação em rocha e 1.560.000 m³ de aterro.
- Escavações na Barragem de Fechamento Direita: executados cerca de 340.000 m³ de escavação comum e 97.000 m³ de aterro.
- Barragem Vertente do Santo Antônio: executados cerca de 320.000 m³ de escavação comum e 380.000 m³ de aterro.
- Lançamento de concreto na Tomada d'água: foram lançados 18.000 m³ de Concreto Compactado a Rolo - CCR e 30.000 m³ de Concreto Convencional - CCV.
- Lançamento de concreto no Muro Lateral Esquerdo: foram lançados 106.000 m³ de CCR e 24.000 m³ de Concreto Convencional - CCV.
- Lançamento de concreto na Casa de Força/Área de Montagem: foram lançados 44.000 m³.
- Montagem elétrica da estrutura da Ponte Rolante do Porto da Obra.
- Pré-montagem das virolas do cotovelo do tubo de sucção da UG-01.

Serviços concluídos:

- Terraplenagem no Canteiro Definitivo.
- Centrais de concreto e de britagem.
- Montagem mecânica da estrutura da Ponte Rolante do Porto da Obra.

Sítio Pimental

Serviços em andamento:

- Implantação do Canteiro Definitivo e Acampamento da Margem Esquerda:
 - Construção das edificações administrativas e acampamento.

- Construção das edificações de apoio do Canteiro Industrial na ilha Marciana: fase final.
- Construção da ensecadeira do Canal Central: reiniciada em 09/09/13 – cota final é 95,2.
- Construção das estruturas de apoio no Sistema de Transposição de Embarcações na margem direita: fase final.
- Escavações na Barragem Lateral Esquerda: executados cerca de 550.000 m³ de escavação comum e 1.500.000 m³ de aterro.
- Lançamento de concreto na Área de Montagem e Tomada d'água/Casa de Força: foram lançados 26.000 m³.
- Lançamento de concreto no Vertedouro: foram lançados 32.000 m³.
- Aterro na Subestação 230/69/13,8 kV: cota de projeto é 98,00/90,00 m.
- Montagem das virolas da blindagem do tubo de sucção das UG-01 e UG-02.
- Pré-montagem das virolas da blindagem do tubo de sucção da UG-03.

Serviços concluídos:

- Centrais de concreto e de britagem.

Canal de Derivação

Serviços em andamento:

- Implantação do Canteiro Definitivo e Acampamento da Margem Esquerda:
 - Construção das edificações (99% concluída);
 - Implantação de oficinas e pátios industriais (99% concluída).
- Escavação comum: escavados cerca de 34.000.000 m³;
- Escavação em rocha: escavados cerca de 5.000.000 m³;
- Aterro: lançados cerca de 3.000.000 m³; e
- Revestimentos dos taludes: executados cerca de 300.000 m³.
- Iniciada a construção da ensecadeira de montante do Canal de Derivação.

Serviços concluídos:

- Terraplenagem no Canteiro Definitivo.

Obras do entorno do canal - Manejo dos Igarapés (bacias) e bota-foras

Serviços em andamento:

- Execução dos aterros nas Ensecadeiras provisórias: lançados cerca de 78.000 m³.
- Serviços nos Diques de CONTENÇÃO dos Igarapés:
 - Escavação comum: executados cerca de 54.000 m³;
 - Aterro nos Diques de Fechamento e Amortecimento: lançados cerca de 87.000 m³.

- Serviços no Sistema Di Maria:
 - Escavação comum: executados cerca de 22.600 m³;
 - Aterro nos diques de Contenção e de Conformação dos canais de drenagem: lançados cerca de 246.000 m³.
- Serviços no Sistema Galhoso (Canais + dique contenção de igarapé) Bacias 05/06; 07, 08, 09, 10, 28, 29, 30, 31, 32 e 33:
 - Escavação comum nos diques de Contenção e de Conformação dos canais de drenagem: executados cerca de 370.000 m³;
 - Aterro nos diques de Contenção e de Conformação dos canais de drenagem: lançados cerca de 1.800.000 m³.
- Serviços no Sistema Ticaruca:
 - Escavação comum: executados cerca de 590.000 m³;
 - Revestimento dos canais: executados cerca de 60.000m³;
 - Aterro nos diques de Contenção: lançados cerca de 1.650.000 m³.
- Serviços no Sistema Paquiçamba:
 - Escavação comum: executados cerca 420.000 m³;
 - Escavação em rocha: executados cerca 75.000 m³;
 - Revestimento dos canais: executados cerca de 40.500 m³;
 - Aterro nos diques de Contenção: lançados cerca de 1.060.000 m³.

Canais de Transposição, Enchimento e Diques

Serviços em andamento:

- No canteiro:
 - Construção das edificações (99% concluída);
 - Implantação de oficinas e pátios industriais (99% concluída).
- Serviços de supressão vegetal, decapeamento e construção da galeria de desvio do igarapé nos Diques 1, 1A, 1B, 1C, 6A, 6B, 6C, 12, 13, 14A, 14B, 14C, 14D, 14F, 14G, 18, 19B, 19C, 19D, 19E, 27, 28 e 29: executados cerca de 1.930.000 m³ de escavação comum e 1.740.000 m³ de aterro.
- Serviços de supressão vegetal e de escavação comum dos canais de transposição: escavados cerca de 3.500.000 m³.

Serviços concluídos:

- Terraplenagem no Canteiro.

Obras em Altamira

- Em andamento a construção das 120 casas da Vila Residencial de Altamira.

Obras de melhoria em acessos

- Travessão 27: 76% dos serviços concluídos.
- Travessão 55: 95% dos serviços concluídos.

- Travessão 50/50A/50B: 42% dos serviços concluídos.

4.1.2

Obras do Entorno

As obras em implantação pela NE para atendimento às condicionantes 2.10 a 2.13 da LI 795/2011, denominadas de Obras do Entorno (OE), envolvem infraestrutura de saneamento (água, esgoto, drenagem, aterro sanitário) e equipamentos de saúde e educação nos municípios da AID.

O Quadro a seguir apresenta o status da implantação dessas obras por município. A data de corte do status das OE corresponde a julho de 2013, com informações obtidas no 40 Relatório de Andamento do PBA para o IBAMA. No 3º RSAP não foi relatado nada de novo a respeito do andamento dessas obras.

Altamira

Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

- Convênio entre NE e COSANPA assinado;
- Obtenção de LP e LI;
- Empresa contratada para elaboração de projeto executivo (fase de conclusão) e execução da obra;
- Finalização do projeto básico da infraestrutura de água e esgoto, o qual foi aprovado pela Cosanpa;
- Projeto executivo da rede de distribuição de água e de coleta de esgoto vem sendo aprovado em etapas;
- Aprovação parcial das obras pela Secretaria Municipal de Viação e Obras – SEOVI, na segunda quinzena de junho, permitindo o início as obras;
- Realização de reuniões com a Cosanpa e com a municipalidade;
- Novo ciclo de relacionamento institucional devido à mudança na administração municipal;
- Elaboração de diretrizes de gestão de tráfego, com medidas de âmbito institucional, organizacional e operacional a serem implantadas durante o período das obras.

Aterro Sanitário

- Obtenção de LP e LI;
- Obras já contratadas e com Ordem de Serviço emitida para início da execução;
- Conclusão prevista para dez/2013 (com 18 meses de atraso em relação à data da condicionante do IBAMA. Foi solicitada prorrogação ao órgão ambiental). Finalização do projeto executivo;
- Início das obras;
- Finalização da construção de alojamento e refeitório, e andamento da construção dos galpões de triagem;
- Solicitação de revisão do projeto pela nova gestão municipal.

Remediação do Lixão

- Obtenção de LP e LI;
- Empresa contratada e executando o serviço desde ago/12;
- 2 das 5 células já estão concluídas, fechadas, recobertas com camada vegetal (grama) e com drenos de gases instalados. A 3ª célula (B) encontra-se em fase final de operação, recebendo atualmente os resíduos gerados, e a 4ª célula (E) está em escavação;
- A remediação tinha finalização prevista para meados de 2013. Porém, observou-se que a capacidade de compactação dos resíduos e do solo foi maior que a estimada em projeto, permitindo a ampliação

da capacidade de receber resíduos. Encontra-se em fase de elaboração novo estudo para determinação desse potencial;

- Reapresentação dos projetos para a nova administração municipal;
- Instalação da autoclave;
- Ampliação do uso do galpão para triagem de resíduos;
- Realização de capacitação dos catadores - Oficinas de Cooperativismo e Associativismo e de Procedimentos e Técnicas de Reuso e Reciclagem;
- Realização de campanha e ações socioeducativas com a população de Altamira em interface com o Programa de Educação Ambiental de Belo Monte;
- Realização, no período, de 767 eventos com enfoque socioeducativo, somando 1.277 pessoas atendidas. A maior parte das ações (754) foi voltada à sensibilização, por meio de visitas de moradores (702 pessoas). Também foram realizadas sete atividades de alcance coletivo, onde participaram 575 pessoas. Em conjunto, foram distribuídos 6.315 materiais didáticos;
- Realização de limpeza dos materiais depositados ao longo de aproximadamente 5,0 km nas margens da Transamazônica, no trecho urbano das cercanias da via de acesso ao lixão. O resultado foi a retirada de 1.000 m³ de resíduos sólidos;
- Disponibilização de 20 kits de lixeiras para coleta seletiva instalados em Altamira.

Drenagem Urbana

- Estudo de macrodrenagem concluído;
- Obtenção de LP e LI;
- Discussão em curso com a Prefeitura para compatibilização dos cronogramas e formas de execução das obras de drenagem urbana, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Educação

- Do total de 38 obras em educação previstas para este município, há, em junho de 2013, 10 escolas construídas, 6 em andamento, 1 em fase de contratação, 9 em fase de elaboração ou readequação do projeto e 12 em análise de suficiência (sendo 1 universidade e 7 escolas rurais).
- Data prevista para conclusão de todas as obras - março/2014.

Saúde

- Do total de 6 equipamentos de saúde previstos para este município, há, em junho de 2013, 3 construídos, 2 em andamento, e 1 em fase de elaboração do projeto.

Vitória do Xingu

Abastecimento de Água e ETA

- Obras em andamento, realizadas pela Prefeitura Municipal;
- NE deverá complementar a rede, de forma a abranger toda a sede municipal;
- Data prevista para conclusão - junho/2014;
- Envio das cartas CE-NE-124-2013-DS-SSE e CE 261/2013-DS-SSE solicitando informações à Funasa sobre o cronograma das obras, dados técnicos, licenciamento ambiental e aspectos administrativos. As informações ainda não foram encaminhadas à NE;
- Realização de contínuas visitas técnicas nas obras executadas pela Prefeitura.

Esgotamento Sanitário e ETE

- Conclusão do Projeto Executivo;
- Empresa contratada e executando o serviço, cujo término está previsto para agosto/13.
- Início das etapas para implantação do sistema e o acompanhamento das obras;
- Estão em implantação as obras da rede coletora;
- Readequações no projeto para a localização de novas Estações de Tratamento de Esgoto – ETE, uma

vez que as áreas eleitas no primeiro projeto ficavam alagadas em decorrência da elevação do nível d'água dos igarapés Facão e Gelo, além de alguns pontos no trajeto previsto para o interceptor de esgoto foi ocupado por moradias irregulares;

- Escolha de novas áreas para instalação das ETEs e do interceptor (obras serão iniciadas no próximo período).

Aterro Sanitário

- Conclusão do projeto executivo;
- Obtenção de LP e LI;
- Início das obras em fase inicial, com a 1ª célula já aberta, com sistema de drenagem, impermeabilizada e com sistema para drenagem de gases;
- No final de março de 2013, com a conclusão da 1ª célula, o aterro iniciou sua operação com capacidade para receber o equivalente a 8 meses de resíduos sólidos;
- Estão em andamento as construções das estruturas de apoio da guarita e do galpão para triagem;
- Conclusão prevista para junho/2014 (com 18 meses de atraso em relação à data da condicionante do IBAMA. Foi solicitada prorrogação ao órgão ambiental).

Drenagem Urbana

- Empresa contratada e executando o serviço;
- As obras de drenagem na sede municipal estão ocorrendo em paralelo às obras do sistema de esgotamento sanitário, terraplenagens e pavimentação.
- Conclusão prevista para agosto/2013 (com 8 meses de atraso em relação à data da condicionante do IBAMA. Foi solicitada prorrogação ao órgão ambiental).

Educação

- Do total de 31 obras em educação previstas para este município, há, em junho de 2013, 19 escolas (a maior parte rural) e 12 em análise de suficiência (4 rurais).
- Data prevista para conclusão de todas as obras - março/2014.

Saúde

- Do total de 13 equipamentos de saúde previstos para este município, há, em junho de 2013, 6 construídos, 1 em andamento e 6 em análise de suficiência.

Belo Monte e Belo Monte do Pontal

Abastecimento de Água

- IBAMA solicitou elaboração de projetos executivos para captação superficial, ETA e reservação.
- Os projetos de engenharia foram elaborados;
- Apresentação e discussão dos projetos de captação superficial de água das localidades às Prefeituras de Vitória do Xingu e Anapu;
- Solicitação da emissão de LP e LI. Processo em tramitação na SEMAT de Vitória do Xingu;
- Aprovação pelas Prefeituras de Anapu e de Vitória do Xingu dos projetos a serem implantados em Belo Monte do Pontal e em Belo Monte, respectivamente;
- Início do processo de contratação das obras e aquisição das áreas necessárias para implantação do projeto;
- Em atraso em relação à data da condicionante do IBAMA (março/2012).

Esgotamento Sanitário

- Obras da rede de esgotamento estão concluídas, com 1 ano de atraso em relação à data da condicionante do IBAMA (março/2012);

- Finalização da instalação das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE, das Estações Elevatórias-EE e da implantação das linhas de recalque;
- Solicitação do apoio das administrações municipais para a efetivação das ligações nos domicílios das duas localidades;
- Reiteração, junto à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, do pedido de inclusão das localidades no Projeto de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD.

Aterros Sanitários

- Acordo entre NE, CCBM e Prefeituras para disposição dos resíduos das localidades no aterro do Sítio Belo Monte, até a implantação dos respectivos aterros;
- Acordo com as Prefeituras para construção de galpões de triagem nas localidades;
- Em Belo Monte foi disponibilizado pela prefeitura um galpão para separação de resíduos;
- Foi retomado e acordado com o município de Vitória do Xingu a implantação de um aterro sanitário na localidade de Belo Monte. Está em andamento a prospecção de áreas para aquisição e posterior readequação do projeto já apresentado;
- Em Belo Monte do Pontal, o galpão de triagem está concluído.
- A NE continua com os esforços para realização da triagem, do transporte e disposição final dos resíduos até a solução definitiva para a disposição de resíduos sólidos de Belo Monte do Pontal;
- Encontra-se em andamento o processo de regularização da destinação dos resíduos entre Anapu (Belo Monte do Pontal) e Vitória do Xingu (Belo Monte);
- Implantação dos aterros em atraso em relação à data da condicionante do IBAMA (março/2012);
- Desenvolvimento das atividades de sensibilização da população. Em Belo Monte, no primeiro semestre de 2013, foram realizadas 883 visitas e 2 oficinas de Reaproveitamento de Materiais, com a participação de 49 residentes. Em Belo Monte do Pontal houve 648 visitas e 2 oficinas de reaproveitamento de materiais, para 173 pessoas.

Drenagem Urbana

- Projeto executivo para a Vila de Belo Monte concluído, empresa executora contratada e obras iniciadas no final de novembro/12;
- Em Belo Monte do Pontal, as intervenções tiveram início efetivo em 08/04/13. Para agilizar as obras, a NE incluiu as obras em Belo Monte do Pontal no contrato com a empresa S.A Paulista, que está executando as obras na sede de Vitória do Xingu. Essa empresa também realizará a pavimentação em ambas as localidades.

Anapu

Educação

- Do total de 8 obras em educação previstas para este município, há, em junho de 2013, 4 construídas, 3 em fase de elaboração de projeto e 1 em análise de suficiência.

Saúde

- Do total de 11 equipamentos de saúde previstos para este município, há, em junho de 2013, 8 construídos, 1 em fase de contratação, e 2 em análise de suficiência.

Brasil Novo

Educação

- Todas as 8 obras em educação previstas para este município encontram-se concluídas.

Saúde

- Do total de 8 equipamentos de saúde previstos para este município, há, em junho de 2013, 5

construídos e 3 em andamento.
<u>Senador José Porfírio</u>
<u>Educação</u>
Do total de 7 obras em educação previstas para este município, há, em junho de 2013, 4 construídas, 1 em andamento, 1 em fase de contratação, e 1 em análise de suficiência.
<u>Saúde</u>
Todos os 5 equipamentos de saúde previstos para este município estão concluídos.
<u>Pacajá</u>
<u>Saúde</u>
O equipamento de saúde previsto para este município está construído.

4.2

Desempenho Ambiental da Construção

No presente Capítulo serão abordadas as medidas correspondentes aos Programas de Controle Ambiental Intrínseco e de Recuperação de Áreas Degradadas, ambos parte do PAC, cujo andamento pôde ser observado durante as inspeções de campo de novembro de 2013.

4.2.1

Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI)

4.2.1.1

Controles Ambientais das Obras Principais

O CCBM, como executora do PAC, emite Relatórios Gerenciais Mensais (RGME) para a NE, os quais são utilizados para acompanhamento das ações executadas pelo Consórcio no âmbito dos Programas que compõem o PAC, bem como para consolidação semestral e produção dos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA para o IBAMA.

A seguir serão apresentadas as medidas de controle ambiental implementadas pelo CCBM no período. As informações foram obtidas no Relatório Consolidado Trimestral (com base nos RGME de julho, agosto e setembro de 2013), apresentado como anexo ao 3º RSAP.

- Vias de Acesso
 - Execução de atividades de: compactação de vias, revestimentos das mesmas com brita e sistemas de drenagem superficiais provisórios.
 - Realização constante da umectação das vias utilizando caminhão pipa.

- Canteiros de Obra, Acampamentos
 - Implantação de calçadas, canaletas, sarjetas e meio fio para controle de processos erosivos.
 - Elaboração, divulgação e reforço constante do Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM, que dentre outros comportamentos, estabelece regras para minimizar o impacto ao meio ambiente, como por exemplo a proibição da caça.
 - Instalação de sistema de aspersão de água nos equipamentos de britagem para controle de material particulado.
- Subestações e Linhas de Transmissão
 - Redução da área de vegetação a ser suprimida para implantação de linhas de transmissão, por meio da identificação de áreas já antropizadas ou que serão inundadas.
 - Delimitação das áreas de supressão.
 - Adoção de rigoroso plano de manutenção de todos os equipamentos, incluindo equipamentos fixos, dentre eles os geradores de energia, estendendo a seus fornecedores.
 - Utilização de bacias de contenção de vazamentos para todos os seus geradores, acompanhadas de um sistema de tratamento do efluente nelas gerado.
- Áreas de Empréstimo, Jazidas, Bota-Fora e Estoque
 - Planejamento dos serviços de terraplanagem para a instalação e exploração dessas áreas, de modo a não só a evitar a ocorrência de processos erosivos durante a sua utilização, como também a possibilitar sua posterior recuperação, quando aplicável.
 - Inspeção constante dessas pela equipe de meio ambiente, para identificar eventuais problemas como áreas assoreadas, processos erosivos, descarte de material destinado inadequadamente. Os problemas são identificados por meio das listas de verificação e tratados através de plano de ação.
- Tráfego, Transporte e Operação de Maquinas e Equipamentos
 - Adoção de critérios pertinentes ao tráfego, transporte e operação de máquinas e equipamentos como: a sinalização para os locais de tráfego intenso, treinamento dos operadores para os cuidados relativos ao risco para animais e pessoas, velocidade máxima permitida e manutenção dos veículos mantendo um bom estado de conservação.
 - Investimento pesado na frota, o que garante, além de maior rendimento operacional, uma maior segurança a seus funcionários e melhor desempenho ambiental.
 - Equipamentos são submetidos a rigoroso processo de manutenção, que verifica, além de questões mecânicas, itens de segurança e de desempenho ambiental. Os equipamentos reprovados são impedidos de serem utilizados até que os problemas sejam resolvidos.
 - Realização de monitoramento de fumaça preta.

- Transporte de Trabalhadores e de Máquinas e Equipamentos
 - Os veículos de transporte seguem a rigor os mesmos cuidados listados acima.
 - Os veículos de transporte de funcionários são ainda monitorados por Car System, onde é possível controlar as rotas percorridas, a velocidade empenhada, dentre outras normas de segurança.
 - Realização de blitz de trânsito, onde com o auxílio de um radar móvel é possível identificar excessos de velocidades nas estradas no entorno da Obra.
 - Para o transporte de materiais e equipamentos são respeitadas características como: o porte, motorista, habilitação, estratégias de transporte para minimizar os distúrbios à comunidade.

- Manejo de Substâncias Perigosas
 - Disponibilização das FISPQ's (Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos) nas frentes de armazenamento.
 - Os postos de abastecimento estão construídos de modo a evitar contaminação do solo.
 - Os abastecimentos de campo são realizados pelos caminhões comboios seguindo o Procedimento Operacional para Abastecimento e lubrificação em Campo (PO CCBM 220 33), para evitar derramamento e contaminação de solo e água.
 - O manuseio de explosivos é sistematicamente vistoriado pelo Ministério do Exército e todo o seu transporte e manuseio é realizado por meio de procedimentos específicos e validados pela autoridade de competência de sua regulação de uso e comercialização.
 - Os produtos químicos utilizados nos processos construtivos estão acondicionados e estocados em locais isolados, com restrição de acesso, contenção contra vazamentos e sinalização.
 - Postos de combustíveis provisórios contendo dispositivos de proteção ambiental, com piso impermeável, canaletas de direcionamento do fluxo, separador de água e óleo, extintores, cobertura e kits de emergência ambiental. Os tanques possuem bacias de contenção com capacidade de 110% daquela de armazenamento do reservatório.
 - Realização de inspeções ambientais para verificação da correta adoção das medidas.

- Tratamento de efluentes domésticos e industriais

Foram apresentados no Relatório Consolidado Trimestral os resultados referentes aos sistemas de lagoas em série existentes nos Sítios Belo Monte, Pimental e Canais e Diques. Não foram apresentados os resultados de desempenho da ETE compacta do Sítio Bela Vista. Foram apresentados os laudos das análises como anexo ao 3º RSAP, mas apenas para o mês de agosto.

Segundo informado, as ETE compactas previstas na Ilha Marciana não serão mais instaladas. Pela praticidade na operação do sistema e para possibilitar apenas 1 ponto de monitoramento e lançamento destes efluentes no Rio Xingu, serão instaladas caixas de

acumulação dos efluentes nesse local, os quais serão transportados com o auxílio do caminhão limpa fossa para o sistema de lagoas do Sítio Pimental.

Os efluentes são monitorados mensalmente por meio da análise dos seguintes parâmetros: pH (a 20°C); O.D.; Sólidos totais; Turbidez; Coliformes fecais e totais; DBO₅; DQO; Nitrogênio amoniacal; Nitrogênio total; Fósforo total; Nitrato; Nitrito. Semestralmente faz-se uma análise mais completa, incluindo metais pesados, óleos e graxas, entre vários outros parâmetros.

O Relatório incluiu tabelas com os resultados do desempenho do tratamento para os meses de julho, agosto e setembro de 2013, comparando-os aos limites da Resolução CONAMA 430/11. Destaca-se aqui que mais uma vez não foi atendida a ação prevista no Plano de Ação de comparação dos resultados também com os padrões do IFC, adotando-se os valores mais restritivos entre os mesmos e a legislação. A discussão dos resultados será feita no **Capítulo 9.0**, onde se analisa a conformidade do empreendimento com os padrões legais aplicáveis.

O Relatório Consolidado Trimestral informa os resultados do tratamento dos efluentes industriais realizado em bacias de sedimentação e Separadores de Água e Óleo – SAO instalados nos Sítios Construtivos. Para o efluente das centrais de concreto há tratamento químico complementar, e esses depois de tratados, são direcionados para reuso no próprio sistema, não havendo lançamento em corpos hídricos. Os tratamentos em todas as áreas com efluentes industriais encontram-se instalados e em funcionamento, com exceção do decantador da central de concreto definitiva do Sítio Belo Monte e do SAO do *plant* de combustível definitivo do Sítio Canais e Diques, que se encontram em andamento, e do SAO da rampa de lavagem do km 13 do Sítio Canais e Diques, que está em acondicionamento.

Assim como para os efluentes domésticos, o desempenho de cada SAO e bacia de sedimentação foi reportado em tabelas, com os resultados para os meses de julho, agosto e setembro de 2013. Os resultados são comparados também aos limites da Resolução CONAMA 430/11. Apenas os laudos do mês de agosto com as análises dos efluentes das SAO e sedimentadores foram incluídos como anexo ao 3º RSAP. A discussão dos resultados será feita no **Capítulo 9.0**, onde se analisa a conformidade do empreendimento com os padrões legais aplicáveis.

- Tratamento da água para abastecimento

O Relatório Consolidado Trimestral informou também os resultados sobre o tratamento da água para abastecimento realizado nas ETA compactas em operação nos Sítios construtivos, compostas por: bombeamento, calha Parshall, sistema de adição de produtos químicos, flocculador, decantador, filtro de carvão ativado e sistema de desinfecção. Foram apresentados também os resultados das análises realizadas nos bebedouros. Os laudos das análises foram incluídos como anexo ao 3º RSAP, mas apenas aqueles referentes ao mês de agosto.

Diferentemente dos efluentes, foram reportados dos dados do tratamento de água realizado no Sítio Bela Vista (Diques).

As ETA são monitoradas a cada duas horas para Turbidez, pH e Cloro residual livre; e duas vezes por semana para *Escherichia coli*, Coliformes Totais, Cloro residual livre e pH. Semestralmente é realizada uma análise completa, com todos os parâmetros estabelecidos na Portaria MS 2914/2011. Já os bebedouros são amostrados semanalmente, analisando-se *Escherichia coli* e Coliformes Totais.

Os resultados foram apresentados em Tabela, incluindo, para ETAs e bebedouros, o ponto da coleta, o parâmetro analisado, o total de medições realizadas, o número e a % de medições não conformes com a Portaria MS 2914/2011.

A análise dos resultados realizada pelo CCBM indica que 82% dos desvios ocorridos estão relacionados a Cloro Residual Livre e a Coliformes Totais, sendo que, destes, 96% ocorrem em bebedouros, o que revela que o problema está na distribuição da água tratada e não no tratamento. Os 4% de desvios ocorridos nas ETA (todos no Sítio belo Monte) deveram-se a uma coleta de amostra realizada em local inadequado, o que foi corrigido, resultando em um laudo conforme.

- Gestão de resíduos sólidos

Segundo o Relatório Consolidado Trimestral, as medidas de gestão de resíduos sólidos nas obras incluem:

- Triagem inicial dos resíduos nas frentes de serviço;
- Acondicionamento provisório em locais apropriados;
- Encaminhamento para a destinação final, em locais legalizados, conforme Resolução CONAMA 307/2002;
- Realização de treinamentos intensos com os funcionários do CCBM em busca dos 3R's (redução, reutilização e reciclagem);
- Disponibilização, mensalmente, de novos coletores nas frentes de serviços, os quais atendem à padronização estabelecida nos procedimentos internos e nos requisitos legais;
- Disponibilização de caminhões e caçambas que operam em horários e rotas definidas, para a coleta nas diversas frentes de serviços;
- Implementação do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PRGCC, onde está definida a metodologia para identificação, quantificação, triagem e acondicionamento dos resíduos da construção civil, a sistemática da coleta seletiva e das coletas especiais, a forma de armazenamento temporário, o transporte e a destinação ou disposição final de resíduos e rejeitos.
- Implementação Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (PGRSS CCBM 220 01) para gestão dos resíduos de saúde. Os RSS são coletados e acondicionados temporariamente em local restrito, onde são pesados e colocados em bombonas lacradas até a sua destinação final.
- Áreas específicas de armazenamento com piso impermeável, sistemas de combate a incêndio e Kit de emergência ambiental para os resíduos de Classe D.

O Relatório Consolidado Trimestral incluiu também uma planilha com os dados de gestão de resíduos sólidos no trimestre, incluindo informações sobre tipo de resíduo, classe, local de geração, total gerado no período, forma de acondicionamento, total destinado e forma de destinação.

Entre os destinos informados, estão: bota-foras, aterro sanitário, reuso, reciclagem, compostagem e biorremediação. Há vários resíduos listados na planilha como “sem destinação”, dentre os quais se pode citar: borracha, papel, vidro, plástico, pneus, RSS, baterias, lâmpadas, e materiais contaminados com óleo.

No entanto, para alguns desses resíduos, o RGM-E de agosto informa o destino temporário, até que não esteja instalado o incinerador no Sítio Belo Monte. É o caso dos resíduos perigosos e RSS, que são coletados e destinados pela empresa PLAMAX.

O RGM-E informa também o destino do óleo lubrificante usado, que é encaminhado para o processo de rerefino através de empresas especializadas, como a Fábrica Química e a PLAMAX; e dos pneus, que são destinados à empresa Reciclanip. Em relação a esses últimos, no entanto, informa-se em agosto nenhuma unidade foi destinada.

- Emissões atmosféricas e ruídos

O monitoramento de emissões atmosféricas e ruído segue o PS_CCBM_220_15. Em relação ao monitoramento de emissões atmosféricas pelo CCBM, além da umectação das vias e implantação de sistemas de aspersão de água nos equipamentos das Centrais de Britagem, já descritas em partes anteriores desta seção, foram apresentados resultados de monitoramento de fumaça preta utilizando a escala de Ringelmann para o período de julho a setembro de 2013. Segundo informado, quando o equipamento apresenta valor insatisfatório o mesmo é enviado para manutenção, sendo liberado para uso somente quando um novo monitoramento verificar que o mesmo já está atendendo os parâmetros exigidos na ABNT NBR 6016.

Os resultados são apresentados numa tabela, que informa o total de medições, e os números para densidades de 20%, 40%, 60%, 80% e 100%. Não foi informado o quanto essas medições representam, em %, do total da frota.

- Controle de erosão e assoreamento

Segundo o Relatório Consolidado Trimestral, o monitoramento de processos erosivos, assoreamentos e drenagem é realizado mensalmente por meio de Listas de Verificações e vistorias em campo. As irregularidades geram Planos de Ação e Não conformidades, de acordo com cada situação.

Segundo informado, entre julho e setembro as áreas com maior índice de processos erosivos, assoreamentos e falta de drenagem foram a Vila Residencial e o Travessão 55, nas quais a terraplenagem está em andamento. Para essas áreas foram gerados planos de ação, contendo as medidas necessárias para prevenção e mitigação dos impactos. As medidas no travessão têm prazo máximo até 15/12/2013 e na Vila, até 10/01/14.

- Supervisão de obras por parte do CCBM

O CCBM informa no Relatório Consolidado Trimestral que implementou sistemática de inspeções ambientais, que consistem na aplicação de listas de verificações diárias nas frentes de serviço. Os itens apontados como irregulares nessas verificações são tratados por meio de plano de ação, com data estabelecida para correção do desvio, acordada entre o técnico da área e o encarregado da frente. Ao final do mês é feita a compilação dos dados e gerado o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), que deve atingir a meta de 85%.

O IDA médio para os meses de julho, agosto e setembro foi de 81,1%, 83,0% e 88,5%. Ele tem permanecido acima de 80% ao longo de 2013. Mesmo abaixo da meta, foi considerado adequado pelo CCBM, pois a variação é inferior a 10%. Segundo o consórcio, para atingir a meta tem-se focado na atuação junto aos itens mais recorrentes. Essa estratégia tem resultado na melhoria dos valores do IDA nos últimos meses.

O Relatório informa ainda que foi criado o Mapa de Gestão / QMSSRS, onde estão identificadas as áreas inspecionadas, o responsável e o índice mensal (IDA) atingido.

Além da verificação documental, cujos resultados estão apresentados acima, a verificação dos controles ambientais adotados nas obras foi feita também com base nas inspeções de campo em algumas das frentes de obra realizadas pelo consultor independente no período de 05 a 08 de novembro de 2013.

As observações efetuadas em ambas as inspeções, evidenciando situações adequadas e inadequadas de adoção das medidas de controle ambiental previstas, são apresentadas resumidamente a seguir. O **Registro Fotográfico do PCAI** apresentado no **Anexo 3** ilustra as condições verificadas em cada uma das inspeções.

Observações

Sítio Belo Monte

Porto Fluvial no Rio Xingu

- Ensecadeira da doca com ponte rolante: A ensecadeira foi removida, sendo que apresentou boa condição de funcionamento durante todo o acompanhamento realizado, não tendo sido verificados problemas de infiltrações e feições de erosão.
- Antiga área para retroporto: A área recebeu o solo da remoção da ensecadeira da doca com ponte rolante. Além disto, foi realizado o serviço de terraplanagem referente à construção do acesso definitivo ao porto fluvial. Permanece a necessidade de verificar o PRAD (projeto) desta área e o cronograma de reconformação do terreno, drenagem definitiva e plantios. Na primeira missão (maio/2013) ainda havia previsão da utilização desta área como retroporto, sendo que se tratava de ampla área de solo exposto, sem bacias de retenção de sedimentos, curvas de nível ou qualquer outra ação destinada ao controle do escoamento

superficial para prevenção de processos erosivos. Atualmente, o local foi parcialmente aterrado com o material da remoção da ensecadeira. Esta área poderá ser contemplada para recuperação durante o próximo período de chuvas, mas para isso é necessário antecipar os serviços de reconformação topográfica, drenagem e preparação do solo.

- Acesso ao porto fluvial: O acesso da BR-230 até o porto apresenta vários trechos sujeitos à erosão pluvial e assoreamento de drenagens naturais, especialmente nas saias de aterro das travessias de drenagem e nos canteiros laterais da pista. As áreas de solo exposto ao longo do acesso devem ser incluídas no PRAD do porto e receberem o mesmo tratamento de reconformação, drenagem e proteção superficial. Esta área poderá ser contemplada para recuperação durante o próximo período de chuvas, mas para isso é necessário antecipar os serviços de reconformação topográfica, correção de feições de erosão, drenagem definitiva, proteção superficial com grama, hidrossemeadura ou método equivalente e preparação do solo nos trechos que irá receber plantio de árvores nativas.

Central de concreto

- A Central de Concreto possui uma caixa para descarte de restos de concreto e lavagem das betoneiras. A caixa possui apenas duas células para receber os descartes, o que gera dúvidas quanto à capacidade de recebimento de todos os resíduos gerados. O sistema de tratamento de efluentes da central de concreto é completado por células para outras etapas da separação por sedimentação e a correção do pH do efluente, antes do lançamento na drenagem geral do canteiro. Este sistema foi considerado suficiente até o momento, mas não deve atender as necessidades da obra com o aumento do consumo de concreto.
- O CCBM está ciente do problema do tratamento incompleto do efluente produzido pela central de concreto e adquiriu, mas ainda não instalou um sistema de tratamento de efluentes com uma etapa química para correção da turbidez. O sistema de tratamento permanece sem instalação pelo menos desde julho de 2013, mas estima-se que o mesmo pode estar em operação ainda no ano de 2013. Além disto, é importante que seja implantado o reuso da água tratada no próprio processo de fabricação do concreto.

Pátio próximo à oficina mecânica

- A oficina mecânica de veículos pesados e “fora de estradas” está equipada com os dispositivos de infraestrutura e controle de poluição necessária, como por exemplo, galpão pavimentado e coberto, canaletas perimétricas de alvenaria, rampas para lubrificação e lavagem de veículos, sistema água/óleo e os procedimentos necessários para manutenção de veículos e gerenciamento de resíduos perigosos.
- Na oficina foi verificado que os problemas de dispersão de óleos e lubrificantes foram sanados, sendo que as bandejas para retenção de vazamentos e derrames foram providenciadas e passaram a ser utilizadas rotineiramente. Os filmes plásticos

continuam a ser utilizados, mas apenas como uma proteção adicional contra respingos fora da área protegida pelas bandejas. Foi mantida a rotina de lavagem do piso da oficina, sendo que todo efluente é coletado pelas canaletas perimétricas e conduzido para SAO (sistema água/óleo), o que permite a manutenção de um ambiente limpo e organizado.

BF3

- O aproveitamento dos espaços utilizados como bota-fora foi realizado em desacordo com a geometria prevista em projeto. Desta forma, quando do encerrado do lançamento de material, foi necessária uma intensa movimentação de terra a fim de adequá-lo ao projeto geométrico elaborado pelo CCBM. Na prática, se o aproveitamento dos bota-foras ocorresse de forma planejada e condizente com o projeto, os mesmos poderiam ser liberados prontamente para a recuperação no âmbito do PRAD.
- O BF3 foi reconformado, com a eliminação das feições de erosão, eliminação de pilhas de solo solto, acerto das saias de aterro e definição de bermas de alívio. Além disto, foi verificado o lançamento de solo vegetal como forma de induzir a proteção superficial.
- Durante o período de estiagem foi implantado parte do sistema de drenagem definitivo, especialmente canaletas revestidas com pedras e descidas d'água.
- Esta área poderá ser contemplada para recuperação durante o próximo período de chuvas, mas para isso é necessário complementar a drenagem definitiva, proteção superficial com grama, hidrossemeadura ou método equivalente e preparação do solo nos trechos que irá receber plantio de árvores nativas.

BF4

- Em maio e julho de 2013 foi verificado que o aproveitamento do BF4 também não tem se pautado por um projeto geométrico. Embora aparentemente respeite os limites da poligonal autorizada pelo IBAMA, não havia marcações de referência que delimitem o espaço autorizado. Alguns setores apresentavam taludes de grande altura e sem banquetas intermediárias que evidenciam o lançamento de terra. Não havia estruturas de contenção de sedimentos dentro da poligonal autorizada com objetivo de evitar o carreamento de material depositado para cursos d'água a jusante.
- No entanto, em setembro de 2013 a situação geral do bota-fora foi alterada de maneira significativa; o lançamento e espalhamento do material passaram ser realizados a partir dos extremos da área, logo atrás dos diques perimétricos construídos antecipadamente. Nesta oportunidade foi verificado que o procedimento ainda era incompleto e precisava abranger toda a área.

- Em novembro de 2013 este cuidado contemplava toda a área do bota-fora, podendo ser verificado na face norte, voltada para o Rio Xingu, e na face leste, voltada para um igarapé com vegetação nativa. Em ambos os casos, o dique tem as funções de limitar o lançamento do material e reter os solos perdidos por erosão nas amplas áreas de solo exposto. O desempenho do dique é satisfatório.

Relocação da BR-230 e Acesso ao BF4

- A relocação da BR-230 e o acesso ao BF4 são duas vias no sentido leste – oeste que se cruzam na altura do BF3, sendo que a primeira é uma rodovia de uso livre e a segunda é um acesso exclusivo da obra. As travessias da relocação da BR-230 e o acesso ao BF4 por sobre o igarapé existente entre os BF3 e BF4 mereceram atenção em razão das condições de assoreamento, barramento e inundação de vegetação nativa de áreas úmidas.
- A travessia sobre o igarapé da relocação da BR-230 apresenta deficiência de drenagem, não tendo sido localizado o bueiro construído para a manutenção do escoamento. A jusante da travessia o talvegue encontra-se assoreado com os materiais carreados da rodovia.
- A travessia sobre o igarapé do acesso ao BF4, também apresenta deficiência de drenagem, pois existe um grande empoçamento de água no trecho de montante, o qual afoga a vegetação nativa de áreas úmidas. A não reversão desta situação ocasionou a perda da vegetação nativa entre a BR-230 e o acesso ao BF4.

Vila Residencial Operária ou Vila Permanente

- Terraplanagem para o sistema viário e regularização das quadras: A construção da Vila compreende terraplanagem de extensas áreas para instalação da infraestrutura (viário, galerias de águas pluviais, pavimentação, água, luz), regularização das quadras para construção das casas e, ainda, escavações obrigatórias para equipamentos públicos diversos. Com isso existem extensas áreas de solo exposto que precisam ser protegidas da erosão pluvial, bem como áreas de preservação permanente (APP) que não deveriam ser assoreadas.
- Foi recomendada a elaboração e implantação de um “projeto de drenagem provisória” para as áreas de movimentação de solo, como forma de proteger as áreas com vegetação nativa remanescente e as áreas de preservação permanente do assoreamento, com a instalação de valetas, canaletas e/ou descidas d’água provisórias, de dispositivos de amortecimento hidráulico e de retenção de sedimentos. Deveriam ser adotados, também, cuidados para proteção superficial dos taludes de corte, saias de aterro e demais áreas de solo exposto.
- Foi observado que não existia um controle rígido das áreas de movimentação de solo, por exemplo, nas travessias de drenagem não existe o cuidado de diminuir a quantidade de áreas úmidas impactadas pela movimentação de solo. Em várias oportunidades foi verificado que solo de decapeamento e outros solos inservíveis

para terraplanagem foram empurrados ou empilhados nas áreas úmidas resultando em perda de vegetação e assoreamento das drenagens e veredas.

- A ocorrência de chuvas mais intensas demonstrou que as medidas preventivas sugeridas não foram adotadas, resultando na formação de feições de erosão e no carreamento de sedimentos das áreas de solo exposto para os cursos d'água e trechos com vegetação nativa. Desta forma, serão necessários serviços mais extensos de recuperação.

Acesso interno próximo da central de britagem

- No trecho havia sido apontados problemas de estabilidade do aterro, inclusive com feições de abatimento, feições de erosão ao longo de toda a sua saia e, conseqüentemente, assoreamento de um pequeno reservatório localizado a jusante. O trecho passou por obras de estabilização que incluíram drenagem e preenchimento do pequeno reservatório, correção de feições de erosão e desvio das águas superficiais. O trecho continuará a ser acompanhado.

Nova área de armazenamento de sucata metálica

- O armazenamento em local e forma inadequados de sucata metálica e outros restos de construção civil no Sítio Belo Monte tornava a destinação para reciclagem muito difícil e vinha sendo apontado já há bastante tempo. A nova área para armazenamento de sucata metálica está cercada, sinalizada, possui baias para deposição de resíduos diferentes e possui condições para melhorar muito a destinação final destes materiais.

Canteiro industrial pioneiro

- As instalações do canteiro industrial pioneiro, que incluem laboratórios de solo e concreto, central de concreto, depósitos de produtos químicos e resíduos sólidos e líquidos, estação de tratamento de efluente industrial e outros, foram abandonadas sem os necessários cuidados com demolição de construções sem utilidade, recolhimento de produtos químicos e resíduos, inclusive com evidências de contaminação do solo, correção de erosões e carreamento de sedimentos para áreas vegetadas e/ou úmidas.
- É necessário que o local receba a atenção necessária, considerando a possibilidade de reabilitação para nova utilização como parte do canteiro industrial ou destinação para recuperação ambiental no âmbito do PRAD. Para isso é necessário, no mínimo, desinstalar a central de concreto, demolir e remover todas as construções sem utilidade, recolher produtos químicos e resíduos, descontaminar o solo e instalar dispositivos de drenagem provisória capaz de minimizar os problemas de erosão.

Bota-fora adjacente ao canteiro industrial pioneiro

- A área, localizada a montante do canteiro industrial pioneiro, havia sido relatada com problemas com feições de erosão, devido à inexistência de dispositivos de drenagem e proteção superficial. Na inspeção foi observado que estes problemas foram sanados e a área encontra-se protegida contra erosão pluvial.

Subestação de energia próxima da central de concreto

- É necessário verificar a concepção e eficácia do sistema de contenção de vazamentos de óleo isolante, uma vez que, aparentemente, as canaletas e caixas existentes no local são todas utilizadas para passagem de cabos. Caso ocorra um evento com derramamento de óleo isolante, aparentemente, não existe qualquer dispositivo de contenção.

Unidades de saneamento básico

- Na usina de triagem de resíduos, aterro sanitário, ETE e Incinerador de resíduos perigosos não foram identificados desvios que merecessem relatos específicos.

Acessos

Acesso ao porto fluvial do rio Xingu

- Trecho de travessia de curso d'água em aterro e com processo erosivo significativo, resultando no assoreamento do corpo d'água. Processo decorrente e agravado pela inexistência de estrutura de drenagem no acesso, especialmente descidas d'água.

Travessão 27

- O Travessão 27 foi objeto de obras de recuperação e pavimentação. As obras incluíram recuperação de taludes de corte e saias de aterro, drenagem pluvial definitiva (meio-fio, canaletas revestidas com concreto, descidas d'água e dissipadores de energia), hidrossemeadura e pavimentação.

Travessão 55

- O Travessão 55 apresenta vários trechos com problemas de erosão pluvial e carreamento de solos para as drenagens naturais. As obras de recuperação e pavimentação já foram iniciadas e serão objeto de acompanhamento nas próximas inspeções.

Sítio Canal e Diques

Pedreira / Igarapé Ticaruca / Rio Xingu

- A pedreira está em exploração contínua, fornecendo pedra para as obras dos diques de fechamento do reservatório intermediário.
- O bota-fora localizado em frente à bancada permanece nas mesmas condições da última inspeção realizada. O material foi empurrado por sobre a vertente sem maiores cuidados com a geometria e estabilidade do depósito.
- Os bota-foras construídos ao longo do acesso na pedreira, da mesma forma, permanecem nas mesmas condições da última inspeção. O acesso para pedreira foi escavado na vertente, sendo todo o material empurrado por sobre a vertente sem maiores cuidados com a geometria e estabilidade do depósito. Neste ponto observa-se um fragmento de vegetação nativa, com grande quantidade de babaçus, que está sendo impactado pela construção do depósito.

Obras do Canal de Derivação

- As obras do canal de derivação foram inspecionadas de maneira mais expedita, uma vez que foi dada prioridade para os trechos da obra que demandaram maiores preocupações nas inspeções anteriores. Mesmo assim, as obras foram percorridas sem que se observassem aspectos que merecessem ser observados detalhadamente.
- Não foram identificados problemas de controle de erosão nos trechos de escavação do Canal de Derivação, pois a obra está contida entre os acessos marginais construídas em ambos os seus lados e todas as áreas alteradas contribuem para o próprio interior da obra.
- Não foram identificados problemas de controle de poluição nos trechos de escavação do Canal de Derivação, não tendo sido encontrados situações de falta de organização e limpeza nas frentes de obra, disposição inadequada de resíduos ou de manutenção de máquinas, equipamento e veículos.
- Como amostra foi vistoriada a Área de Apoio do km 9, nas qual existem instalações sanitárias, chapeira, vivência, escritório de campo, pátio de estacionamento de máquinas e caminhões. Neste local não foi identificada qualquer situação que despertasse preocupação para o controle ambiental das obras.

Bota-Foras

- Em ambas as margens do Canal de Derivação estão sendo construídos cerca de 40 conjuntos de diques e bota-foras para receber os excedentes de escavação deste trecho da obra.

- Os bota-foras são construídos após a supressão da vegetação, decapeamento do solo superficial e escavação de um canal central para escoamento das águas; o canal é revestido com enrocamento para proteção contra erosão fluvial; e junto ao Canal de Derivação é construído um dique com bacia de amortecimento das vazões de cheia; o dique de terra compacta é munido de duas estruturas de concreto, um descarregador de fundo para drenagem das vazões normais e esvaziamento da bacia de amortecimento e um vertedouro de soleira livre para as vazões excepcionais.
- Dentre os bota-foras previstos para o trecho do Canal de Derivação existem vários cuja capacidade de deposição de material já foi totalmente aproveitada.
- Em julho de 2013 foram verificadas as situações de uso dos bota-foras identificados como BF-27, BF-2, BF-30, BF-32, BF-36-B, BF-37, BF-38, BF-39, BF-40 e BF-41. Nesta oportunidade não foram encontradas situações inadequadas de utilização das áreas inspecionadas.
- Em setembro de 2013 foram verificadas as situações de uso dos bota-foras identificados como BF2, BF6, BF11, BF17 e BF23, tendo sido destacadas as situações do BF17 e BF23. Estes locais foram verificados novamente, conforme segue:
- BF17: O bota-fora já teve a deposição de material concluída há bastante tempo sem que tenham sido adotadas as medidas de recuperação ambiental esperadas, como por exemplo, reconformação topográfica, drenagem superficial e preparação do terreno para recebimento de mudas de espécies nativas. Em novembro de 2013 foi verificada a adoção das seguintes providências: abertura de valetas para escoamento das águas pluviais acumuladas nos pontos baixos e plantio de mudas florestais.
- BF23: Situação inadequada de fechamento do igarapé antes da supressão de vegetação, decapeamento e afugentamento/resgate de fauna nativa. A não adoção do procedimento completo de liberação de áreas para bota-fora poderia acarretar na perda de oportunidade para realizar o resgate de germoplasma, salvamento de exemplares da fauna nativa, recuperação do solo vegetal e preservação da qualidade da água. Em novembro de 2013 foi verificado que o local foi totalmente esgotado, a vegetação foi suprimida e teve início o lançamento do bota-fora.
- Além destes bota-foras, foram verificadas as situações dos BF33, BF36 e BF37 que também foram indicados para recuperação ainda no ano agrícola de 2013/2014.

Sítio Bela Vista

Oficina Mecânica, Lubrificação e Abastecimento

- As situações da oficina mecânica, lubrificação e abastecimento foram consideradas adequadas, diferente da última inspeção, quando foram verificadas manchas de solo contaminado com combustível e/ou lubrificante.

- O dispositivo separador de água e óleo passou por rigorosa limpeza e, aparentemente, funcionava de maneira adequada.

Usina de Concreto

- A Usina de Concreto possui uma estação de tratamento do seu efluente da lavagem dos caminhões betoneira. No entanto, durante a visita de campo não ficou evidente que o sistema de tratamento de efluentes existente é eficiente, bem como não ficou claro como é feita a sua limpeza.

Bota-Fora Sítio Bela Vista

- Bota-fora localizado em talvegue seco imediatamente a baixo da central de concreto. Em setembro de 2013 foi verificado que o material havia sido depositado sem que tenha sido adotada qualquer medida de delimitação do depósito e controle de geometria. O aspecto do depósito sugeria que a sua condição de estabilidade não era adequada e não existia qualquer providência para contenção do depósito ou retenção de materiais perdidos por erosão fluvial.
- Em novembro de 2013 foi verificado que o material depositado passou por uma adequação geométrica, com a formação de duas bermas de alívio. No entanto, esta adequação foi realizada de maneira parcial, pois as bermas apresentam inclinação longitudinal que concentra as águas pluviais num ponto baixo, onde já existe uma feição de erosão. Não foi realizado o desvio das águas de montante, da plataforma do aterro, proteção superficial das áreas de solo exposto e instalação de uma bacia de retenção de sedimentos a jusante do depósito.

Sítio Pimental

Dispositivo de transposição de embarcações

- O STE (Sistema de Transposição de Embarcações) encontra-se praticamente concluído e já está em condições de operação. No entanto, o seu uso será efetivo apenas quando o Rio Xingu for desviado pelo vertedouro da barragem ou quando a vazão do rio for suficiente para tornar perigosa a passagem através do canal remanescente, o que não acontece no momento.
- Os equipamentos para transposição de embarcações (gruas, engates, carretas, tratores e outros) estão no local para uso quando necessário.
- As estruturas de apoio (salas de espera, banheiros, administração, garagem e outros) estão em fase final de acabamento.
- As vias de acesso interno receberam barreiras rígidas de concreto, pavimentação, iluminação e sistema de drenagem definitivo e outros dispositivos para garantir a segurança durante a operação.

- Os taludes de corte no trecho entre as estruturas de montante e jusante receberam proteção superficial com hidrossemeadura, a qual teve desempenho adequado e já recobrem de maneira efetiva todas as áreas anteriormente expostas. Os sulcos e ravinas foram corrigidos e não são vistas outras feições de erosão.
- As áreas lindeiras, que durante as obras servirão de empréstimo, bota-fora ou simplesmente apoio às obras, e que futuramente não serão mais utilizadas permanecem com solo exposto. Foi informado que a implantação projeto de recuperação de áreas degradadas está previsto apenas para o ano agrícola de 2014/2015.
- O acesso interno construído para ligar a balsa da obra (travessia do Rio Xingu) e o STE deve ser contemplado no PRAD, pois neste trecho foram verificadas várias feições de erosão e áreas com solo exposto. Além disto, o acesso deve receber dispositivos de drenagem definitiva, como canaletas, drenos e dissipadores de energia.

Pedreira e jazida de solo na margem direita

- As áreas escolhidas para exploração de rocha e solo para as obras da margem direita tiveram a sua vegetação suprimida. É importante que a exploração destas áreas seja realizada conforme um plano de utilização previamente estabelecido com a participação do CCBM, Biocev e NE. Este plano deve indicar as medidas e dispositivos de controle ambiental consideradas necessárias, como por exemplo, áreas para depósito de solo vegetal, bota-fora de decapeamento, áreas de apoio, sistemas de saneamento, sistemas de controle de poluição, dispositivos de drenagem para controle de erosão e outros.

Ensecadeiras

- A Ensecadeira para Casa de Força e Vertedouro, aparentemente, apresenta-se íntegra, sem trechos com feições de erosão e com boas condições de estanqueidade. As atividades realizadas no seu interior não colocavam risco a sua integridade e, aparentemente, não existe necessidade de ampliação ou elevação imediata.
- A ensecadeira de montante da margem esquerda, também, apresentava boas condições de estabilidade e desempenhava bem o seu papel de proteger o Acesso Provisório da Ilha Marciana e as obras da barragem de terra em andamento.

Canteiro da Ilha Marciana

- O terreno preparado para receber o Canteiro de Ilha Marciana apresentava boas condições de estabilidade; todo o seu contorno foi protegido com um cordão de enrocamento que fornece boa proteção contra erosão fluvial.
- A área aterrada apresentava boas condições de estabilidade e não foram encontradas feições de erosão pluvial. No entanto não ficou evidente a existência de

um sistema de drenagem definitivo que permita o escoamento adequado das águas pluviais, bem como o controle de erosão.

- As instalações industriais do novo canteiro estavam em adiantado estado de implantação, bem como os necessários equipamentos de controle de poluição. A efetividade da implantação destes equipamentos e o seu funcionamento foram novamente objeto de verificação nesta inspeção, tendo em vista os problemas observados na inspeção anterior (setembro de 2013).
- Usina de Concreto: Foi verificada a existência de estação de tratamento de efluentes gerados pela usina de concreto, como por exemplo, a água de escoamento do pátio e a lavagem de caminhões betoneiras. No entanto, a estação ainda carece dos processos de controle de turbidez e reuso da água para produção do próprio concreto.
- Subestações de Energia: As caixas de contenção de vazamento de óleo isolante foram esvaziadas, limpas e tampadas, provisoriamente, com pranchas de madeira.
- Centrais de Ar Comprimido: As caixas de contenção de vazamento de óleo das centrais de ar comprimido foram esvaziadas, limpas e tampadas provisoriamente com pranchas de madeira. Além disto, foram instalados sistemas SAO em todas as centrais de ar comprimido.

Serraria

- O CCBM estava terminou a instalação de uma serraria para permitir o desdobramento de toras e aproveitamento da madeira da supressão de vegetação no próprio canteiro de obras.

BF-PI-JP1 e BF-PI-JP2

- Bota-Fora localizado na Ilha Pimental, a jusante da barragem de terra da margem esquerda, no trecho entre as Ilhas Marciana e do Forno.
- No momento, a área de bota-fora é utilizada para depósito provisório de rocha, deposição definitiva de excedentes de escavação e depósito de material vegetal resultante da supressão de vegetação no Sítio Palmital (resíduo grosso, resíduo fino e toras).
- A deposição de material (solo e rocha) teve início, mas não existem medidas de contenção que impeça a perda de material em direção às áreas vegetadas localizadas a jusante. É interessante que a deposição de solo no local seja contida, por exemplo, por um dique que impeça o assoreamento das áreas vegetadas a jusante e que exista um sistema de drenagem provisório que garanta boas condições para o deslocamento de veículos da obra e previna a formação de feições de erosão. Além disto, a proteção da vegetação a jusante irá diminuir a quantidade de áreas a serem recuperadas futuramente. Alternativamente, o depósito poderia ser

construído com controle geométrico, ou seja, conformando bermas de alívio à medida que o aterro é elevado.

- A deposição final de resíduos vegetais, conforme apresentado ao IBMA, está sendo realizada na parte interna do bota-fora, entre camadas de solo e drenos de rochas. A deposição desta maneira irá minimizar os danos à estabilidade do depósito em decorrência da degradação dos restos vegetais.

No que diz respeito ao tratamento de não conformidades do CCBM, verificou-se que a NE encaminhou novamente ao CCBM, em 26/08/2013, por meio da Carta CE 358/2013-DC-SO, a lista de não conformidades geradas entre outubro de 2012 e abril de 2013 e ainda não encerradas. Essas não conformidades foram abertas pela Ferreira Rocha, que nesse período atuava como coordenadora do PAC e realizava a supervisão ambiental das OP. A CE 358/2013-DC-SO solicitava que o CCBM abrisse essas não conformidades no seu SGI.

Em 29/08/13 o CCBM encaminhou à NE a Carta CCBM 698/2013 (com data de 30/07/2013), referente ao Contrato DC-S-001/2011, contendo relatórios QMSSRS com a demonstração de atendimento a 24 não conformidades geradas pela NE em 2012 e 2013 (NCM 024, 039, 040, 042, 050, 052, 054, 056 e 057 de 2012; e NCM 001 a 007, 009 a 015 e 025 de 2013).

Segundo informado pela NE no 3º RSAP, em setembro, após vistoria de campo foi encaminhada Planilha de Status das NC para que o CCBM as ajustasse.

Em 09/10/2013 a NE encaminhou ao CCBM a Carta CE 108/2013-PR, na qual informou ao consórcio que, diante da falta de manifestação do mesmo sobre o fechamento de não conformidades listadas nas Cartas CE 358/2013-DC-SO e CE 364/2013-DC-SO, abertas pela DS e pela EPBM, a empresa penalizaria o CCBM com a retenção de parte do seu pagamento por violação do contrato de construção. Foi somada também, ao valor retido, uma penalização por atraso no andamento das obras civis.

Ressalta-se que a Seção 5.1.4. CONTROLE DE NÃO CONFORMIDADES dos RSAPs anteriores, onde constavam as não conformidades geradas pelo próprio CCBM nas obras principais, derivadas das inspeções da sua equipe de Meio Ambiente nos sítios construtivos, não foi incluída no 3º RSAP. A lista de não conformidades do CCBM não consta nos relatórios QMSSRS e tampouco nos RGM-Es do PAC, enviados como anexo ao RSAP. Não se tem ciência, portanto, das não conformidades geradas no período pelo CCBM.

Em relação aos treinamentos ambientais com os trabalhadores do CCBM no período, cabe ressaltar que o 3º RSAP não traz qualquer dado sobre o tema. Ressalta-se, inclusive, que, assim como para o tema não conformidades, a Seção 5.1.3 TREINAMENTOS, que constava nos RSAPs anteriores, foi excluída do 3º RSAP. O 3º RSAP incluiu apenas, como anexo, 5 listas de presença de TDSMS - Treinamento Diário de Segurança, Meio Ambiente e Saúde realizados em julho e agosto, nos temas Limpeza e Organização das Frentes de Serviço; PO CCBM 220 08-Coleta Seletiva -

Revisão 00; PO CCBM 220 09-Derramamento e Produtos Químicos no Solo, Revisão 00; PO CCBM PM 220 01-Processo de Compostagem; e PS CCBM 220 17-Produtos Perigosos, os quais registraram, no total, apenas 49 participantes.

O 3º RSAP traz como anexo os Relatórios QMSSRS do CCBM para os meses de julho, agosto e setembro, onde se apresentam apenas os Índices de Treinamento – IT atingidos até o mês anterior à emissão dos Relatórios. Esse IT, no entanto, inclui treinamentos em todos os temas, não discriminando os números referentes a Meio Ambiente. Os IT nos 3 Relatórios se mostram todos acima da média de 3,0.

O Relatório Consolidado Trimestral elaborado pelo CCBM não traz dados sobre treinamentos realizados no trimestre. Dados sobre treinamentos realizados em agosto foram obtidos no RGM-E de setembro do Programa de Capacitação de Mão de Obra, que é parte do PAC, apresentado como anexo ao 3º RSAP. Os RGM-E desse Programa referentes aos meses de julho e agosto não foram fornecidos.

Segundo informado no RGM-E de setembro, o CCBM realizou treinamentos, campanhas, palestras, seminários, cursos e TDSMS, para seus funcionários contratados e subcontratados. Os treinamentos abrangeram os temas Integração, Qualidade, Meio Ambiente, Segurança no Trabalho, Saúde Ocupacional, Responsabilidade Social, TDSMS, SGI – Sistema de Gestão Integrada, 5S e outros. Segundo os números apresentados para o mês, 90% dos trabalhadores de cada área foram submetidos aos TDSMS (61879:00 horas homem treinamento, 247516 treinados), e 2% receberam treinamento específico em meio ambiente (6400:30:00 horas homem treinamento, 5788 treinados).

No Relatório REL-CCBM-QMSSRS-045-13, apresentado no ANEXO 5.1-1 do 3º RSAP, o CCBM apresenta um gráfico com os treinamentos em Meio Ambiente realizados nos três primeiros trimestres de 2013. Esse gráfico mostra que houve uma intensificação nesses treinamentos, já que no 1º trimestre de 2013 foram 451 os treinados, enquanto nos 2º e 3º trimestres esses números subiram para 6.127 e 6.467 treinados.

4.2.1.2

Controles Ambientais das Obras do Entorno

No 3º RSAP, referente ao período de julho a setembro de 2013, foram incorporadas algumas informações a respeito da supervisão ambiental das construtoras responsáveis pelas OE, executadas paralelamente à obra principal.

Conforme informado pela NE e verificado em campo, em setembro foi finalizado o processo de estruturação da Equipe de SSTMA dedicada à supervisão ambiental, de saúde e segurança do trabalho das OE, como se verificará na **Seção 6.2.1.3**.

As obras realizadas por construtoras maiores e mais bem estruturadas, como a Gel e o consórcio Gel-Gouvea, por exemplo, que contam com equipe de QMSSRS e Sistema de Gestão, apresentam maior controle ambiental sobre as atividades realizadas e são

inspecionadas com regularidade por técnicos de segurança do trabalho da própria empresa.

Já a SA Paulista, outra contratada de grande porte, também não possui equipe própria de Meio Ambiente, ficando a cargo também dos Técnicos de Segurança do Trabalho - TSTs da equipe da NE tal acompanhamento. Existe nesta empresa, entretanto, uma profissional de meio ambiente que atua no contrato uma semana por mês. Na reunião realizada com o Gerente do Contrato, este informou estar revendo o dimensionamento e disponibilidade de sua equipe também para as questões ambientais.

Durante a vistoria de campo de 04 a 08 de novembro de 2013 foram inspecionadas as seguintes obras em andamento:

- Construção de infraestrutura em 3 áreas destinadas ao reassentamento das famílias remanejadas em Altamira – SA Paulista de Construções e Comércio; e,
- Serviços de elaboração completa de projetos executivos e execução de obras, serviços e fornecimentos para Implantação do Sistema de Abastecimento de Água - SAA e do Sistema de Esgotamento Sanitário SES da Sede do Município de Altamira – Gel / Gouveia Ltda.

Nas inspeções a essas obras foi possível observar algumas oportunidades de melhoria que merecem tratamento, as quais se encontram listadas a seguir, muito embora as condições gerais de limpeza e organização tenham sido consideradas adequadas, possivelmente um reflexo do início da supervisão e das orientações recebidas da equipe da NE.

SA Paulista

- Os resíduos provenientes da fabricação de pré-moldados sendo lançados no talude, não caracterizando um estoque temporário adequado;
- O Separador Água - Óleo da área de lavagem de caminhões não possui monitoramento (análise laboratorial) do efluente na saída para descarte.

Gel / Gouveia

- O solo escavado proveniente das valas são depositados sem qualquer cuidados com guias, sarjetas e calçadas, podendo causar carreamento de material;
- Existência de armazenamento de solo na lateral externa da obra de construção da ETE Altamira, sem autorização.

O Registro Fotográfico de SST e Meio Ambiente nas OE, apresentado no **Anexo 4**, ilustra as condições verificadas *in loco*.

4.2.1.3

Supervisão Ambiental da Norte Energia

Obras Principais

Segundo informado no 1º Relatório, desde meados de abril a NE não realiza a supervisão das atividades do CCBM nas OP. Isso porque nessa data encerrou-se o contrato com a empresa Ferreira Rocha (FR) relacionado à Coordenação do PAC, o que incluía a realização de atividades de monitoramento das OP.

Para solução desta pendência, a NE elaborou um termo de referência específico para a contratação de uma nova empresa Coordenadora do PAC. A cotação foi submetida à apreciação de uma série de empresas convidadas.

Em outubro de 2013 foi contratada a empresa BIOCEV Serviços de Meio Ambiente Ltda, cujo contrato com a NE foi apresentado para análise (Contrato DS-S-0081/2013). Dentre as atividades a serem executadas pela BIOCEV, está a fiscalização, em escritório e em campo, da implementação do PAC pelo CCBM, incluindo a verificação das atividades executadas nos Sítios Construtivos, nos acessos, nas OP, e nas LTs associadas ao Sistema Restrito para os 5 Programas que compõem esse Plano.

A equipe a ser disponibilizada pela BIOCEV para os serviços sob sua responsabilidade inclui:

- 1 coordenador técnico geral
- 1 analista técnico de planejamento e logística
- 1 engenheiro florestal ou agrônomo (para coordenação do PCAI e do PRAD)
- 2 engenheiros florestais ou agrônomos (para o PRAD)
- **2 engenheiros sanitaristas ou ambientais (para o PCAI)**
- 1 engenheiro de segurança do trabalho ou com especialização em segurança do trabalho
- 2 técnicos de segurança do trabalho
- 1 sociólogo, pedagogo ou outro profissional com experiência em programas socioeconômicos

Como se observa, haverá dois profissionais dedicados a supervisionar os controles ambientais aplicados pelo CCBM nas OP, no âmbito do PCAI. Observando o Contrato DS-S-0081/2013 e a Proposta Técnica da BIOCEV, não foi evidenciada a periodicidade com que serão realizadas as inspeções de campo nas frentes de serviço por esses profissionais.

Segundo informado no 3º RSAP, as atividades da BIOCEV iniciaram em 14/10, não tendo havendo, portanto, dados de supervisão ambiental da NE sobre as atividades do CCBM no período. Segundo informado, estava prevista para início de novembro a entrega, pela BIOCEV, de um plano de trabalho contendo as atividades a serem desenvolvidas.

Conforme informado em reunião realizada com a Ferreira Rocha em 02/12, as atividades de supervisão das OP pela BIOCEV já iniciaram em novembro. O 4º RSAP deve apresentar os registros desta supervisão.

O 3º RSAP informa que no período prosseguiram os treinamentos focados no repasse da metodologia revisada e do fluxo contidos no Padrão de Sistema (PS) de Registro e Tratamento de Não Conformidades a equipes da NE e das empresas coordenadoras do PBA, partes envolvidas na gestão da conformidade, incluindo agora a nova equipe da empresa BIOCE, coordenadora do PAC, que recebeu todos os documentos do SGA referentes à sua área de atuação. Segundo informado, o aumento da abrangência no uso do referido PS tornou necessário realizar ajustes ao Sistema de Gestão de Projetos (SGP) para a sua inserção no fluxo e possibilitar os alertas a todos os novos envolvidos, desde a abertura da Não Conformidade (NC), o gerenciamento das ações para correção, até o seu encerramento.

No 4º Relatório do IBAMA cita-se ainda a realização de reuniões semanais (no 3º RSAP elas são citadas como periódicas) da Comissão de Acompanhamento do PAC, incluindo a NE, a empresa coordenadora e o CCBM, com o objetivo de atingir uma melhoria nos índices de desempenho do Programa de Controle Ambiental Intrínseco e do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).

Obras do Entorno

Conforme já mencionado na **Seção 6.2.1.2**, por volta de setembro de 2013 a NE estruturou uma equipe para realização da supervisão nas OE, tanto de questões de SST como de Meio Ambiente.

Essa equipe, composta por 7 profissionais (1 Coordenador, 1 Analista Ambiental e 5 Técnicos de Segurança), se organizou de forma que a supervisão propriamente dita das questões ambientais e de SST em campo fica à cargo dos Técnicos de Segurança do Trabalho, enquanto que a Analista Ambiental suporta todas as atividades e auxiliar na gestão ambiental de todas as contratadas. Em relação a meio ambiente, segundo informado pelo coordenador da equipe em novembro, a Lista de Verificação de Meio Ambiente desenvolvida avalia as conformidades com os principais controles ambientais a serem aplicados nessas obras. Mesmo sem a efetivação das primeiras verificações através desta LV, a equipe já realiza as inspeções amostrais, e vem registrando, desde julho, as não conformidades em um Livro de Ocorrências. Além disso, está em elaboração uma planilha de controle de todas as licenças ambientais das OEs.

Tal como ocorre na área de Saúde e Segurança do Trabalho, ainda não há definição de rotina estruturada, periodicidade, responsabilidades e fluxos de pendências para a realização da supervisão ambiental das Obras de Entorno. O 3º RSAP trouxe em anexo a proposta de um Plano de Trabalho de SSTMA para as OEs, porém o mesmo ainda não foi finalizado ou oficializado.

Através das inspeções amostrais realizadas até o presente momento, a NE mantém consolidação dos desvios registrados e acompanha seu fechamento. A partir de outubro de 2013, a Equipe de SSTMA – OE passou a formalizar suas pendências através do documento Registro de Desvio (RD), conforme consta na **Foto 25 do Registro Fotográfico de SST e Meio Ambiente nas OE**, apresentado no **Anexo 4**.

Uma alteração significativa ocorrida no período corresponde à indicação, no 3º RSAP, do modelo para a emissão do Relatório Gerencial Mensal das Obras do Entorno - RGM-OE, que deverá reportar as inspeções de supervisão sobre os aspectos ambientais e de SST da NE sobre as obras do entorno realizadas no mês. Nenhum RGM-OE foi ainda produzido. Espera-se que o próximo RSAP inclua o primeiro contenha o RGM-OE como anexo.

Mesmo não havendo ainda o RGM-OE, alguns indicativos da gestão da NE sobre as OE são evidenciados por meio do encaminhamento, como anexo ao 3º RSAP, do Relatório Mensal de Melhorias Implementadas pelo Setor de SSTMA, de 09/10/2013, que demonstra, de forma ainda não estruturada, por meio de um registro fotográfico com a situação antes e depois, de melhorias implementadas em aspectos principalmente de SST, após o início da atuação da equipe das OE.

Foram também apresentadas atas de reuniões realizadas em maio, junho e julho com a empresa SA Paulista, contratada para execução das obras de saneamento, drenagem e pavimentação em Vitória do Xingu e no Distrito de Leonardo da Vinci, e do RUC – Reassentamento Urbano Coletivo. Nessas reuniões são tratadas as pendências relacionadas a SST, meio ambiente e condições do trabalho identificadas pela equipe das OE nas inspeções a essas obras.

Adicionalmente, foram encaminhadas para a Construtora Central do Brasil SA, as Cartas CE 369/2013 – DS/SOE, interditando a central de concreto do canteiro de obras da mesma por apresentar várias irregularidades, e a CE 370/2013 – DS/SOE, requerendo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil estipulado no contrato com esta construtora e ainda não apresentado. À SA Paulista também foram enviadas as Cartas CE 371 e CE 372/2013 – DS/SOE, ambas indicando irregularidades verificadas nas obras em relação a SST.

4.2.2

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

Tendo em vista o avanço das obras da UHE Belo Monte e a conclusão das atividades construtivas em obras auxiliares, como os Travessões 27 e 55, além do alcance da capacidade de alguns dos bota-foras, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) assume cada vez maior relevância na análise de conformidade.

Nesse aspecto, o progresso reportado pela Norte Energia no período, dentre às atividades que integram o escopo do PRAD, seguem destacam-se as seguintes:

- Implantação do viveiro de florestal do Sítio Canais e Diques que se encontra em atividade de produção de mudas, com 8 módulos de produção finalizados. Até o relatório mensal de setembro de 2013 foi registrada a produção de 45.057 mudas em diferentes estágios sucessionais e de desenvolvimento.
- Elaboração do planejamento geral das atividades que contemplam os procedimentos de execução do PRAD, abrangendo uma área total de 240 ha, onde será realizado o plantio de aproximadamente 268.000 mudas.
- Elaboração dos Projetos de Recuperação das áreas dos bota-foras BF11, BF17, BF18, BF30, BF36 e BF37 do Sítio de Canais, Diques dos bota-foras BF-PI-PJ1 e BF-PI-PJ2 do Sítio Pimental, BF3, BF6 e BF4 do Sítio Belo Monte, e das Áreas de Empréstimo e das Áreas Degradadas do Travessão 27.
- Em relação aos acessos, sobretudo Travessão 27 e 55, foi registrada a execução de reafirmação das áreas de acessos a conformação dos taludes de corte e aterro e das áreas relativamente planas localizadas na faixa de domínio da via e a implantação do sistema de drenagem (construção de Rib Loc's, bueiros, galerias de concreto, canaletas e sarjetas) para disciplinamento e condução das águas pluviais.

As informações obtidas com técnicos do CCBM e da Norte Energia, somadas às observações efetuadas durante a inspeção técnica realizada em novembro/13 ao longo dos acessos implantados, jazidas e principalmente de bota-foras, permitem afirmar que as ações executivas do PRAD são incipientes.

Apesar da Norte Energia relatar as ações de difusão das diretrizes ambientais no âmbito dos PEAT e PCMO, foram verificadas também várias situações inadequadas em bota-foras menores construídos ao longo de acessos, por exemplo, na Pedreira do Igarapé Ticaruca / Rio Xingu e no Canteiro da Bela Vista. Nessas áreas, o solo foi simplesmente empurrado na vertente, sem maiores preocupações com geometria e condições de estabilidade dos depósitos. Essas áreas também deverão ser incluídas nos PRAD.

4.2.3

Fiscalização Externa – Entidades Oficiais

Segundo informado pela NE no 3º RSAP, no período de julho a setembro ocorreram as seguintes vistorias do IBAMA à UHE Belo Monte:

- Vistoria de 29 de julho a 02 de agosto de 2013, gerando Nota Técnica (NT) nº 6276/2013, com recomendações. A NE encaminhou ao IBAMA, entre setembro e outubro, 12 CEs com atendimentos à NT.
- Vistoria técnica realizada entre os dias 03 e 05 de setembro de 2013, gerando solicitação encaminhada por meio do OF 02001.011527/2013-16 DILIC/IBAMA de 10/09/2013, respondida pela NE através da CE 382/2013-DS, de 26/09/2013.
- Ofício 02048.001284/2013-63 PA/GABIN SANTAREM/IBAMA, agendando vistoria a ser realizada no período de 16 a 27 de setembro de 2013 por técnicos da DBFLO e Gerência do IBAMA em Santarém. Não há confirmação de que esta vistoria tenha de fato sido realizada.

Além disso, o IBAMA emitiu, no período, o Parecer Técnico 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, com a avaliação do 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011. O PT 4933/2013 tem data de 31/05/2013, mas foi encaminhado à NE apenas em 17/07/2013, por meio da Notificação OF-02001.009681-2013-10-DILIC-IBAMA. Este documento concedeu à NE um prazo adicional de 30 dias para emissão do 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA, previsto inicialmente para 31/07, para que o empreendedor incorporasse, no mesmo, o atendimento a solicitações do PT 4933/2013.

Em 19/07 o IBAMA emitiu a Notificação OF-02001.009795-2013-60 GABIN-PRESI-IBAMA, com pendências relacionadas principalmente a questões do reassentamento e compra de terras, e ao atraso nas obras do Travessão 40 e de drenagem urbana em Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal, identificadas no PT 4933/2013, e que deveriam ser atendidas em prazos variando de 5 a 120 dias.

As inspeções do Ministério do Trabalho são tratadas na **Seção 4.3.4** deste Relatório.

Não há informações sobre vistorias de outros órgãos realizadas no período.

4.3

Desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Construção

Nesta Seção serão apresentados e comentados os dados de desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) reportados pela NE em seu 3º RSAP, além dos relatórios mensais do CCBM e EPBM. As informações são divididas em 3 (três) grupos distintos: i) Norte Energia (NE); ii) Obra Principal; e, iii) Obras de Entorno (OEs), cada um contendo também o resultado da missão de monitoramento e avaliação da Consultoria Socioambiental Independente (CSI).

Para consolidação da análise do desempenho de Segurança do Trabalho da Construção foram analisados, além dos resultados reportados pela NE no seu 3º RSAP e relatórios mensais referenciados acima, os dados coletados na missão de campo, reuniões realizadas com os diversos grupos de trabalho e documentos complementares solicitados e enviados pela NE após a inspeção de campo (ver Lista de Documentos Consultados no **Anexo 1** e Reuniões e Inspeções Realizadas nos Quadros do **Anexo 2**).

Por fim, no **Anexo 5** é apresentado o **Registro Fotográfico de SST** referente às inspeções de campo realizadas no período de 04 a 08 de novembro de 2013.

4.3.1

Norte Energia (NE)

O Sistema de Gestão da NE foi estruturado de modo a que a responsabilidade pelo cumprimento do Programa Ambiental da Construção (PAC) seja das empresas construtoras, paralelamente ao definido pela legislação brasileira de SST, onde cada empresa deve manter controles sobre seus respectivos funcionários, inclusive a NE sobre os seus.

Para garantir a gestão da saúde e segurança do trabalho dos seus colaboradores diretos (pouco mais de 150 trabalhadores administrativos e supervisores de campo lotados em Altamira/PA), a NE conta com um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), um Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e uma Comissão Interna para Prevenção de Acidentes (CIPA), em conformidade com os requerimentos legais.

A gestão dos funcionários da NE passou a ser registrada de forma estruturada a partir de maio/13, como será melhor descrito adiante, na **Seção 4.3.2**. De acordo com o Relatório Estatístico Mensal (REM) emitido pela NE, existiam em junho 253 funcionários próprios (lotados em Altamira e em Brasília) e outros 154 subcontratados diretos (para as atividades de apoio à gestão do empreendimento). Em junho havia 66 funcionários dessas empresas terceirizadas, o que representou um aumento de 133%. No grupo de funcionários próprios houve a inclusão de apenas 4 funcionários.

Apesar do 3º RSAP não trazer dados a respeito da equipe própria da NE, pôde-se constatar que a empresa passou a controlar dados estatísticos mensais de seus funcionários, de suas contratadas diretas, das contratadas para a execução das OE e das empresas executoras dos programas do PBA.

Tabela 4.3.1.a

Resumo Estatístico Mensal (REM) – NE, OEs e demais contratadas diretas

Mês 2013	Total de funcionários	HHER	Acid. com Afast. ACA	TFCA	Dias	TG	Acid. sem Afast. ASA	TFSA
Mai	134	29.480	0	0	0	0	0	0
Jun	315	67.613	0	0	0	0	0	0
Jul	400	81.576	0	0	0	0	0	0
Ago	407	83.954	0	0	0	0	1	11,91
Set	418	88.594	0	0	0	0	0	0
Total Acumulado		165.530	0	0	0	0	1	2,85
Limites			-	ND	-	ND	-	ND

Fonte: Relatórios Estatísticos Mensais emitidos pela NE (julho, agosto e setembro de 2013)

Legenda:

ND: Não definido.

A seguir são apresentados os resultados da gestão de SST para as OE e OP.

4.3.1.1

Inspeções de Segurança e Saúde da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)

Obra Principal – Civil (CCBM)

O reporte de informações pela EPBM pautou-se em informações basicamente relacionadas à Segurança da OP, oriundas das suas atividades de supervisão. A supervisão sobre questões de Saúde Ocupacional é prejudicada pela falta de profissional na equipe de supervisão (Equipe de SST - OP, BioCev e EPBM).

A seção do 3º RSAP relativa à SST baseou-se no relato de algumas ações e encaminhamento de relatórios mensais e outros documentos como anexo. Tais anexos trouxeram boas informações de supervisão da OP provenientes do Relatório Mensal da EPBM. Na última inspeção de campo realizada por esta consultoria socioambiental independente já foi possível identificar uma evolução bastante significativa na atuação da Equipe de SST – OP sobre a gestão do CCBM e na solução das pendências que têm identificado nas inspeções e auditorias realizadas. Além disso, é possível conferir as mudanças proporcionadas pela realização quinzenal de reunião entre NE/EPBM e CCBM no alinhamento de diversos pontos, conforme demonstram as atas dessas reuniões encaminhadas.

O monitoramento e a supervisão de SST das OP, realizados através da EPBM, se traduzem nos seguintes registros: i) Registro de Ocorrência – RO, contendo basicamente a descrição da ocorrência, local, classificação, ações imediatas tomadas, fotos, status e responsáveis; ii) Termo de Notificação (TN); e, iii) Registro de Não conformidade (RNC).

Lista de Verificação (LV) – Spot Check

As verificações com LV avaliam desde documentos até a situação de conformidade operacional em campo e as instalações de apoio aos trabalhadores. O produto do monitoramento é a LV preenchida, que gera um resultado expresso em “percentual de atendimento”.

Tabela 4.3.1.1.a
Resultado do desempenho de aplicação de LV - CCBM

Local	Mês	Índice de Atendimento	Índice de execução (frente ao programado)
Sítio Belo Monte	Julho	91%	100%
	Agosto	97%	89%
	Setembro	93%	107%
Sítio Canais	Julho	97%	100%
	Agosto	94%	100%
	Setembro	96%	100%
Sítio Pimental	Julho	94%	70%
	Agosto	98%	79%
	Setembro	96%	100%
Sítio Bela Vista	Julho	96%	103%
	Agosto	97%	100%
	Setembro	85%	100%
Total	Julho	94%	93%
	Agosto	97%	93%
	Setembro	93%	102%

Fonte: Relatório Mensal da EPBM – Ref.: Julho, Agosto e Setembro/2013.

Legenda:

NI – Não Informado

De acordo com o Relatório Mensal da EPBM do período, o resultado do desempenho do CCBM no período oscilou entre 93 e 97%, aumento seu desempenho em relação ao período anterior. Com relação ao Índice de Execução, o resultado oscilou entre 93 e 102% em relação ao programado. Cabe lembrar que cada Técnico de Segurança do Trabalho possui uma meta de aplicação de 60 LVs em cada um dos sítios do CCBM.

As pendências identificadas pelas LV de segurança no período recaíram sobre as atividades: NR-35 – Trabalho em altura, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; e, NR-19 e R105 – Explosivos. Esses 3 grupos aparecem como sendo os mais críticos em todos os meses do período. Como evidência a NE apresentou após o 3º RSAP um exemplo de Ata de Reunião Quinzenal onde são tratados os assuntos de segurança do trabalho, porém não há nenhum plano de ação específico para reverter a situação. Certamente essas três áreas merecerão maior atenção na próxima visita de monitoramento, ainda mais quando se considera que existem Autos de Infração em 2 destas disciplinas.

O destaque do período é o Sítio Bela Vista, que ficou com 85% de desempenho em setembro de 2013, bem abaixo do segundo desempenho mais baixo (91%).

Registros de Ocorrências (RO)

Desvios, falhas críticas de atendimento ou reincidência por parte do CCBM de obrigações legais ou contratuais leva à abertura dos Registros de Ocorrência (RO). O EPBM, diferentemente da aplicação das LV, iniciou a utilização desta ferramenta em fevereiro de 2013, mesmo que sem estruturação. No segundo trimestre de 2013 houve uma intensificação e estruturação de sua utilização, o que resultou na abertura de 67 ROs. No terceiro trimestre foram emitidos 66 ROs, dos quais 58 foram fechados (apenas 1 fora do prazo), conforme apresentado na **Tabela 4.3.1.1.b**.

Tabela 4.3.1.1.b

Resultado do desempenho de Registros de Ocorrência (ROs) - CCBM

	ROs abertos	ROs respondidos	Percentual de atendimento
Jan	0	0	-
Fev	4	4	100,00%
Mar	19	19	100,00%
Abr	16	16	100,00%
Mai	22	18	81,80%
Jun	29	19	65,50%
Jul	13	13	100,00%
Ago	17	15	91,00%
Set	36	30	83,00%
Total	90	76	91,02%

Fonte: Relatórios Mensais da EPBM – Fevereiro a Setembro de 2013

De julho a setembro, o nível de atendimento caiu consideravelmente, passando de 100% para 83%. No desmembramento de dados entre os sítios construtivos, destaca-se o Sítio Belo Monte e Bela Vista como principais contribuintes para essa diminuição do nível de atendimento (71% e 73%, respectivamente). O Sítio de Canais foi o responsável por 21

ROs e Bela Vista por 18 deles, sendo que somente em setembro foram registrados 15. Cabe, contudo, à NE, em conjunto com o CCBM, avaliar os reais motivos que levaram à diminuição do índice de atendimento do último trimestre, o que havia sido superado em julho de 2013.

A análise do EPBM em seu relatório mensal (agosto) categorizou os RO por atividades, e continuou indicando grande concentração nas seguintes áreas: trânsito (39), trabalho em altura (28), desmonte de rocha (16) e escavação / taludes / aterros (15). As demais áreas resultaram em poucos registros (abaixo de 4).

Nesse ponto, continua a análise anterior feita no 2º Relatório de Monitoramento Socioambiental, ou seja, esses tópicos mantêm relação direta com a atual fase da obra e fatalmente receberão maior número de registros, o que não desobriga o CCBM de definir objetivo e meta que sirvam de monitoramento dessas áreas para que se defina um programa de gestão com o objetivo de mantê-los sob controle. Recomenda-se, portanto, que o CCBM estabeleça em seu sistema de gestão objetivo, meta e programas de gestão que controlem efetivamente o desempenho regular que tem sido registrado pela EPBM desde o início do ano.

Registro de Não conformidade (RNC)

A EPBM iniciou o registro de RNC em março. No segundo trimestre foram registradas 11 RNCs, enquanto que no terceiro semestre houve o registro de 12. Em setembro o percentual de encerramento resultou em 88%. Ao avaliar a consistência das análises realizadas pelo CCBM, chega-se à conclusão de que as mesmas são superficiais, pois os motivos das RNCs são pontuais.

Tabela 4.3.1.1.c

Resultado do desempenho de Registros de Não Conformidades (RNCs) - CCBM

	RNCs abertas	RNCs respondidas dentro do prazo	RNCs respondidas fora do prazo	Percentual de atendimento
Mar	11	2	9	59%
Abr	5	0	5	50%
Mai	4	0	3	38%
Jun	2	0	1	25%
Jul	7	0	6	43%
Ago	1	0	1	50%
Set	4	3	1	88%

Fonte: Relatórios Mensais da EPBM – Fevereiro a Setembro de 2013

Termo de Notificação (TN)

Foram registrados 34 TNs no terceiro trimestre de 2013, sendo que 22 deles só em julho. O percentual de atendimento partiu de 45% em julho e chegou a 70% em setembro, apresentando 100% em agosto. Por fim, continuam abertos 15 TNs, o que representa 44%. O Sítio Belo Monte responde pela maior parte dos atrasos de fechamento.

Ações decorrentes dos trabalhos pela EPBM

Todos os dados resultantes do processo de supervisão pela EPBM são apresentados em reunião gerencial com a NE, além da emissão do já referenciado Relatório Mensal. Cabe observar que continua nítida a evolução a cada relatório mensal da EPBM, além dos resultados práticos de melhoria identificados em campo. Entretanto, os resultados do trabalho da EPBM podem e devem ser melhor utilizados.

Não se observou no 3º RSAP nenhum tipo de supervisão sobre as questões de Saúde Ocupacional, o que pôde ser confirmado na última missão de monitoramento. Acrescenta-se a isso o fato de não existir nenhum profissional específico da área de saúde (NE, EPBM e a recém-chegada BioCev).

Obra Principal – Montagem (Locaservice)

Diferentemente dos outros períodos, a partir desde relatório a montagem industrial ganha destaque em função do início de sua atuação.

Lista de Verificação (LV) – Spot Check

No mês de setembro de 2013 a EPBM iniciou a supervisão de Segurança do Trabalho na empresa responsável por montagem, a qual está ligada à Obra Principal em paralelo ao CCBM. A atual responsável pela montagem é a empresa Locaservice, a qual passou a ser contemplada no Resumo Estatístico Mensal (REM) da NE a partir de julho de 2013 quando possuía 95 funcionários. Em setembro esse número chegou a 143 entre próprios e terceiros.

Tabela 4.3.1.1.d
Resultado do desempenho de aplicação de LV - Locaservice

Local	Mês	Índice de Atendimento	Índice de execução (frente ao programado)
Sítio Belo Monte	Setembro	91%	100% (3 LVs)
Sítio Pimental	Setembro	62%	100% (1 LV)

Fonte: Relatório Mensal da EPBM – Ref.: Setembro/2013.

A LV aplicada em Pimental é preocupante, pois o tema foi “Soldagem” e, em se tratando de empresa de montagem, não se espera um resultado baixo como o que foi constatado. Já em Belo Monte, o resultado aquém do esperado decorreu de “Trabalho em Altura”, com 78% de conformidade. Esses fatos somente reforçam a necessidade da NE supervisionar efetivamente as atividades de suas contratadas, com bastante rigor e critério.

A amostragem ainda se mostrou pequena, porém em outubro a situação se reverteu devido ao fato do Técnico de Segurança da EPBM do Sítio Belo Monte ter sido designado a dividir as 60 LVs de sua meta mensal entre CCBM e Locaservice. Desta forma, espera-se maior consistência de dados nos próximos relatórios mensais, porém

cabe alertar que somente 30 Listas de Verificação para as inúmeras atividades do CCBM é um número infinitamente reduzido. De acordo com informações da EPBM, está aberta outra vaga de Técnico de Segurança que terá como foco somente a montagem, o que desobrigará o Técnico de Belo Monte, possibilitando que ele retorne às suas atividades normais.

Registros de Ocorrências (RO)

Em setembro, foram emitidos 2 RO's para a empresa LOCASERVICE e os dois foram respondidos dentro do prazo, obtendo então um primeiro índice de atendimento de 100%.

Registro de Não conformidade (RNC)

No período foi registrada apenas uma RNC sobre a falta de ASO liberando o trabalhador para Trabalho em Altura.

Tabela 4.3.1.1.e

Resultado do desempenho de Registros de Não Conformidades (RNCs) - Locaservice

	RNCs abertas	RNCs respondidas dentro do prazo	RNCs respondidas fora do prazo	Percentual de atendimento
Set	1	1	0	100%

Fonte: Relatórios Mensais da EPBM – Setembro de 2013

Termo de Notificação (TN)

Em setembro de 2013 se iniciou a abertura de TN para a Locaservice. Todos os 4 TNs registrados referem-se a “Trabalho em Altura”, o que coincide com o resultado da LV.

Tabela 6.3.1.1.f

Resultado do desempenho de Termo de Notificação (TNs) - Locaservice

	TNs abertos	TNs respondidos dentro do prazo	TNs respondidos fora do prazo	TNs pendentes	Percentual de atendimento
Set	4	2	0	2	50%

Fonte: Relatórios Mensais da EPBM – Setembro de 2013

Diante do fato de todas as ferramentas de supervisão da EPBM terem apontado para irregularidades relacionadas a Trabalho em Altura (NR-35), recomenda-se com muita ênfase que a NE apresente um plano de ação (cronograma com ações e responsabilidades claras) para efetivamente garantir que as exigências aplicáveis da NR-35 sejam implantadas nas operações da Locaservice.

Obras do Entorno - OEs

A partir deste terceiro trimestre a NE passou a apresentar dados mais consistentes de sua atuação nas OEs. Conforme informado acima, a abrangência de supervisão de SST passou de 33% em setembro para 85% em outubro de 2013. Consta também que a Equipe de SST – OE ficará responsável pela supervisão ambiental, o que se dará através da avaliação pelos Técnicos de Segurança dos requisitos de Meio Ambiente. Esta equipe teve como atividade neste período o levantamento de todas as licenças ambientais das principais obras do entorno e, quando ela não existia, passou a assessorar as contratadas na sua obtenção.

Tabela 4.3.1.1.g

Desempenho das OEs, Empresa Executora do PBA e Contratadas da NE

Empresa	Setembro/2013
PBA - Biota	100%
OE – Rocha Engenharia	95%
OE – Construtora Herter	80%
OE – Gel Gouveia	75%
OE – Construtora Tapaíu	65%
OE – Confiance Engenharia	65%
OE – Progeo	62%
OE – Empreiteira Cardoso	38%
OE – Iluminare Engenharia	35%
OE – Engenharia Galvão	35%
OE – Dosa Engenharia	24%
OE – Iluminare Engenharia	24%

Fonte: Indicadores de Performance pela SST - OE – Setembro de 2013

Em setembro, primeiro mês de monitoramento e supervisão das OEs, Empresa Executora do PBA e Contratadas da NE, o empreendedor informou ter contemplado um terço das empresas. Mais especificamente sobre OEs, esse valor resultou em 41% de abrangência do monitoramento¹.

A distribuição geográfica², a dificuldade de acesso e o baixo nível de cultura em SSTMA ainda são grandes entraves à plena atuação desta equipe, resultado disso é a morosidade com que as empresas contratadas fecham as pendências identificadas pela equipe da NE.

A Supervisão de SST está sendo realizada através da aplicação de Listas de Verificação de Segurança e Saúde Ocupacional. No período ainda não havia sido aplicada nenhuma verificação de meio ambiente.

¹ Dado este obtido a partir da comparação entre o gráfico “Indicador de Performance” e Relação de Obras do Entorno, ambos encaminhados pela Equipe de SST - OE

² Existem atualmente obras em Altamira (15), Anapu (3), Brasil Novo (1), Placas (1), São Félix do Xingu (1), Senador José Porfírio (2) e Vitória do Xingú (4).

4.3.1.2

Auditorias de Saúde e Segurança da NE sobre as Obras (Principal e de Entorno)

A metodologia para realização de auditoria de SST da NE havia sido criada através da Norma “Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho” de 14/08/2013, que possuía diversos anexos para padronizar as ações. A responsabilidade sobre essa Norma era da Diretoria de Gestão (DG), apesar das OEs estarem vinculadas à Diretoria de Sustentabilidade (DS).

Percebe-se sobre este tópico uma demasiada demora por parte da NE em definir sua metodologia de supervisão e monitoramento de suas contratadas: se será distinta por Diretoria e cada área (OP e OE) terá seus próprios procedimentos; se existirá um documento único contemplando todas as áreas; se compartilharão somente alguns documentos e outros serão específicos entre outras possibilidades. Até a emissão do 3º RSAP a NE emitiu 3 minutas para determinação da metodologia de supervisão (Plano Diretor e Plano de Trabalho de SSTMA).

À parte da aplicação de qualquer metodologia, a Equipe de SST – OP (em conjunto com a EPBM) tem realizado no mês que antecede a visita de monitoramento auditoria no Sistema de Gestão Integrada do CCBM. Assim, as últimas auditorias ocorreram em 20 e 21/08/2013 (antes da visita de setembro de 2013) e em 29 e 31/10/2013 (antes desta última visita). Como não há definição sobre a metodologia e responsabilidade de abertura das Não Conformidades identificadas, a NE/EPBM tem solicitado que o CCBM registre as NCs em seu próprio Sistema de Gestão.

Na auditoria realizada em agosto foram identificadas e registradas 21 não conformidades e 7 Observações/Oportunidades de Melhoria. Das NCs 19 foram registradas na Produção (Controle Operacional), 1 relativo ao Plano de Atendimento a Emergência e 1 referente ao Levantamento de Perigos e Riscos. Além disso,

Fora do período de abrangência do presente relatório de monitoramento, a NE apresentou, após a missão, o Relatório de Auditoria Interna (Sítio Pimental) realizada nos dias 29 e 31 de outubro de 2013. Nesta oportunidade foram registradas 24 não conformidades e 11 Observações/Oportunidades de Melhoria. As NCs variam bastante em tema, mas 7 delas também estão vinculadas à Produção e outras 2 ao Plano de Atendimento a Emergência.

Ao se analisar o conteúdo das “**Não Conformidades**” dos referidos relatórios (CE-347-13-DC-SO e CE-478-13-DC-SC), constata-se que houve a intenção de se registrar as evidências objetivas e não o item desconforme, o que proporciona um inchaço na gestão, uma vez que muitas vezes proporciona a correção e não ações corretivas de encontro ao atendimento dos requisitos normativos, contratuais e legais.

Somado ao fato mencionado acima, verificou-se que muitas das Não Conformidades registradas no Sistema de Gestão do CCBM (provenientes das inspeções e auditorias da NE/EPBM) possuem uma análise de causa simplista e as correções tratam apenas das questões pontuais (ROs e TNs). Cabe, portanto, analisar se o volume de fatos

registrados está deixando o processo trivial, perdendo a oportunidade de tratar as causas básicas de fatos relevantes. Observou-se que muitos dos fatos adotados como NCs são, na verdade, evidências objetivas de uma (real) Não Conformidade.

Durante a missão de monitoramento, a Equipe de SST – OP informou que a realização de auditorias deverá ser no mês que antecede às missões, ou seja, espera-se que a próxima deva ocorrer em janeiro de 2014. Assim sendo, na próxima visita do consultor independente, o relatório de auditoria interna realizada deverá fazer parte das verificações.

A empresa gestora do PBA, a Ferreira Rocha, havia informado (na missão de setembro) que estariam previstas auditorias trimestrais de segunda parte para garantir a implantação dos programas do PBA, a serem realizadas pelo NAC. Além disso, constava no 2º RSAP que a primeira delas estava prevista para outubro de 2013, porém não foram apresentadas evidências dessa realização.

Portanto, no contexto desta seção, ficam mantidas as recomendações sobre a necessidade de se definir uma metodologia de supervisão, seja através de um Plano Diretor de SST ou SSTMA, no caso das OEs, seja um Plano de Trabalho, porém que contemple os meios através dos quais as Equipes de SST conduzirão seus trabalhos, definição de responsabilidades e autoridades, entre outras tantas definições.

4.3.2

Desempenho de SST da Obra Principal (OP)

Pode-se afirmar, com muita tranquilidade, que o CCBM possui um robusto Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Responsabilidade Social (QMSSRS), o qual se encontra alinhado com as normas de gestão ABNT NBR ISO 9.001:2008, ABNT NBR ISO 14.001:2004, BS OHSAS 18.001:2007 e SA 8000, além de contemplar o atendimento aos requisitos legais brasileiros de saúde e segurança no trabalho previstos na Portaria 3214/1978 e no conjunto de Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Mesmo que encontrados alguns desvios em campo e eventualmente oportunidades de melhoria, o Sistema de Gestão se mantém justamente por se auto verificar e regular através da realização de inspeções, auditorias internas, monitoramento e medição, capacitação de sua mão de obra, realização de análise crítica, abertura de tratamento de não conformidades e outros processos.

O CCBM vem emitindo mensalmente para a NE o Relatório Gerencial Mensal da Executora (RGM-E) requerido no Plano Ambiental da Construção (PAC), que traz diversas informações referentes a cada um dos projetos do Programa de Saúde e Segurança do PAC: i) Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho; e, ii) Projeto de Segurança e Alerta, discutidos a seguir.

4.3.2.1

Implantação dos Programas de SST da OP

Saúde Ocupacional

O CCBM desenvolve **atividades de promoção e de preservação da saúde** de seus funcionários através de seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em consonância com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), priorizando as ações coletivas e buscando a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Os **temas de treinamentos** e **TDSMS** foram bastante diversificados e abrangeram diversos grupos de funcionários.

O setor de Saúde Ocupacional, em conjunto com o setor de Benefícios, realiza o acompanhamento dos **funcionários afastados** por doença, licença maternidade ou acidentes de trabalho. Alguns funcionários, após retornarem ao trabalho, utilizam os serviços da sala de fisioterapia.

O CCBM demonstrou que mantém **controle médico de funcionários subnormais** (como diabéticos, hipertensos, obesos, entre outros) através de campanhas, realização de exames específicos e acompanhamento médico.

Atualmente, há um grande número de empresas subcontratadas (cerca de 210), que abrangem cerca de 4.700 funcionários dos cerca de 31.500 funcionários envolvidos nas OP. Devido à necessidade de acompanhar a **gestão de saúde ocupacional dessas empresas**, o CCBM lança mão de verificações do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO e Atestados de Saúde Ocupacional - ASO dos seus funcionários. Toda irregularidade observada é encaminhada à contratada para solução. Em paralelo à isso, a equipe de Segurança avalia os Programas de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.

Uma grande dificuldade enfrentada pelo CCBM é a **convocação de seus funcionários próprios para realização dos exames periódicos**. As convocações são feitas conforme a necessidade, com base no excelente controle que a equipe de saúde mantém, porém, os funcionários não comparecem. O CCBM tem envidado esforços para reverter esse atraso (RGM-E - Projeto de Controle Médico, saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho – Julho/2013).

Controle de Doenças Transmissíveis

Em relação às doenças transmissíveis, as atividades rotineiras previstas continuam sendo realizadas. São elas:

- Exames de pesquisa de plasmódio (gota espessa) em todos os exames admissionais, periódicos e em todos os casos de controle médico nas Unidades nos casos suspeitos de malária e busca ativa nas frentes de serviço, BLITZ DA MALÁRIA (exames realizados em funcionários onde há prescrição médica, ou seja, apenas em casos suspeitos da doença);

- Avaliação Entomológica;
- Termonebulização;
- Borrifação intradomiciliar; e,
- Orientação técnica nas atividades de desratização e desinsetização.

Indicadores de Saúde Ocupacional

Foi registrado, até setembro de 2013, um total de 34 casos de malária (aumento de 9 em relação a junho/2013) e 7 (nenhum novo caso no último trimestre) casos de Leishmaniose para um total de 42.192 exames realizados, resultando nos seguintes percentuais de incidências (levando em consideração a média de funcionários do período):

- Malária: 15,5 casos em 100.000 (equivalência)
Referência nacional para casos de Malária: 118,5 casos em 100.000 habitantes no Pará (Fonte: SIVEP-Malária/SVS/MS – Ano de referência 2012)
- Leishmaniose: 3,2 casos em 100.000 pessoas (equivalência)
Referência nacional para casos de Leishmaniose: 46,8 casos em 100.000 habitantes no Pará (Fonte: Sinan/SVS/MS - Ano de referência 2011).

Nos dois casos acima se constata que os resultados do período encontram-se abaixo dos valores de referência para casos de Malária e Leishmaniose no Estado, tendo havido, inclusive, redução no segundo trimestre em relação aos números do primeiro.

Com relação à realização de exames médicos em **atendimento ao Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO** constata-se, desde a primeira missão de monitoramento, baixos índices de realização frente ao programado, o que leva à existência de exames vencidos. Foi possível constatar esforços do CCBM em reverter esse quadro, porém em setembro, por exemplo, 1.000 funcionários ficaram com seus exames vencidos (3,75% dos funcionários próprios), conforme **Tabela 4.3.2.1.a**, a seguir. A preocupação torna-se ainda maior pelo fato de não existir tal monitoramento por parte do CCBM sobre estes aspectos em suas subcontratadas, que representam 15% de todo o efetivo mobilizado para a construção da UHE Belo Monte.

Tabela 4.3.2.1.a
Exames periódicos realizados - CCBM

ATIVIDADES	2013								
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Exames periódicos previstos*	NI	NI	NI	NI	1764	1795	1434	1740	1847
Exames Periódicos	398	516	599	663	678	675	841	1077	847

Fonte: RGM-E - Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho – Julho a Setembro de 2013

Legenda:

NI – Não Informado

O indicador **Índice de Absenteísmo (IA)** continua melhorando consideravelmente desde o início do ano, resultando em 0,59% em setembro de 2013. Quanto ao indicador que mede o **Índice de Satisfação dos Funcionários (ISF)**, observa-se que apesar dos grandes esforços na mobilização de funcionários, o resultado (67,4%) ficou bem aquém da meta estabelecida ($\geq 85,0\%$). A pesquisa realizada possui 24 questões, sendo 4 delas sobre Segurança do Trabalho (16,67%) e 2 referente à saúde (8,33%). Os resultados específicos destas questões variaram entre 56,60% e 80,05%. Os dois piores resultados ficaram por conta justamente da saúde ocupacional, o que demonstra que, apesar dos grandes esforços do CCBM, os funcionários não têm apresentado satisfação.

Campanhas de Saúde Ocupacional Realizadas

Em maio de 2013, com o apoio de uma equipe do Ministério da Saúde, o CCBM realizou a Campanha de Hepatites. Em setembro de 2013 esta equipe do MS retornou trazendo os resultados dos exames e aconselhamento, quando também foi realizada vacinação. Os funcionários com resultado positivo foram encaminhados para tratamento. Outras campanhas realizadas abordaram o convívio com os deficientes, dicas sobre Leishmaniose cutânea, hipertensão arterial e dia mundial da Saúde Ocular.

Segurança do Trabalho

Equipe de Gestão e Supervisão de SST do CCBM

O CCBM encaminhou o novo organograma da equipe de SST e está é atualmente constituída por 132 profissionais de Segurança e 151 ligados à Saúde, o que leva à conclusão que esta atende à legislação brasileira.

Apesar do grande número de profissionais, continua pertinente alertar para o fato de que alguns dos 90 Técnicos de Segurança do CCBM ficam dedicados à gestão de documentos e trabalhos administrativos. Somando a isso, os técnicos de campo possuem outras várias atribuições (tal como a aplicação de lista de verificação de máquinas, veículos e equipamentos); a dispersão geográfica da obra; os meios restritos de locomoção; os turnos e os riscos de atividades frente ao número de executores. Como meio de transpor essa deficiência, o CCBM está implantando o Mapa de Gestão que compila dados dos acidentes, incidentes, desvios e outros de modo a possibilitar o remanejamento e maior foco dos trabalhos. Essa ação tem diversos benefícios, mas deve ser encarada com cuidado, pois a compilação/tabulação de dados não segue o mesmo ritmo da obra e vemos técnicos que cuidam de aproximadamente 400 funcionários e algumas áreas durante a noite que não possuem profissionais fixos.

Processo de Supervisão Interna e Auditorias de SST do CCBM

Nas inspeções de campo realizadas pelo consultor independente foi possível evidenciar, em todos os canteiros de obras, que o CCBM conta com uma ótima estrutura de recursos humanos e materiais para a implantação dos Procedimentos de SST. Os alojamentos, refeitório, centros de convivências, centros de distribuição de EPIs, salas, áreas de vivência, oficinas de manutenção, CAT - Centro de Atendimento ao

Trabalhador, ambulatorios e outros são ótimas instalações e atendem perfeitamente ao fim que se destinam.

De acordo com o *PS CCBM 220 27 – Sistemática de Inspeção de Saúde e Segurança do Trabalho do CCBM*, as inspeções de Saúde e Segurança do Trabalho e as da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - são realizadas em conjunto. As inspeções obedecem a um planejamento acordado entre as Gerências de Segurança do Trabalho e das Unidades. A periodicidade é mensal para os diversos setores das OP.

As **Rotinas de Inspeções de Campo** são diárias e incluem a aplicação de Listas de Verificação relativas à SST para as principais etapas e frentes de trabalho, o que inclui também máquinas e equipamentos considerados críticos, tais como serras circulares, equipamentos de solda, máquinas rotativas e pneumáticas, equipamentos móveis, etc.

Os apontamentos das inspeções são divididos em categorias e em setores, para possibilitar foco no tratamento e priorização das ações, porém os resultados dessas inspeções começaram a ser consolidados em *Mapas de Gestão de QMSSRS* e ainda não apresenta uniformidade entre os sítios (mapas de setembro).

A **Gestão da CIPA 2012/2013** do CCBM foi constituída em Agosto/2012, sendo que em Agosto/2013 foi realizada a última reunião e neste mesmo mês ocorreu a eleição do novo mandato (2013/2014). Assim sendo, a mesma tomou posse em setembro, quando seus integrantes receberam o treinamento de formação previsto na legislação.

Durante o mês de Julho/2013, foi realizada a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT do CCBM, com realização de palestras sobre DST/ AIDS, Alcoolismo, animações teatrais, consultas médicas e odontológicas, entre outras atividades.

Na visita ao Sítio Belo Monte pôde-se constatar que o Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho – PCMAT encontrava-se vencido desde junho/2012, o que causou certa estranheza, pois diversas ações têm sido reportadas nos RGM-Es (Relatório Gerencial Mensal da Executora). Diante de tal constatação, não foi comprovado o atendimento ao item 3.4.1.4 - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT do Plano Ambiental da Construção – PAC. De qualquer forma, a equipe do CCBM ficou incumbida de avaliar o fato e corrigir, se este for o caso, tal equívoco.

Projeto de Segurança e Alerta

No PBA, mais especificamente, no item 3.4.2 do PAC, há a determinação da elaboração de 4 planos para consolidação das ações contidas no *Projeto de Segurança e Alerta*. São eles: i) Plano de implantação dos sistemas de segurança nas frentes de obra e vias de acesso; ii) Plano de sinalização viária e fluvial para a fase de obras do empreendimento; iii) Plano de comunicação para a população do entorno das obras; e, iv) Plano de divulgação e sinalização para a fase de operação do empreendimento). Não foi evidenciada a consolidação dos mesmos em algum programa, tanto pela NE quanto pelo

CCBM, apesar de existirem diversas ações e procedimentos correlacionados, que vão desde a sinalização de vias, cursos d'água, locais e frentes de trabalho, até treinamentos, implantação de procedimentos, sinalização para as detonações, monitoramento do nível de aderências aos mesmos e simulados de emergência para aferir o quão preparada está a equipe para enfrentar tais situações e minimizar as perdas.

Sinalização viária e fluvial para a fase de obras do empreendimento

O CCBM conta com o *PS CCBM 220 20 – Sinalização Viária*, o qual está alinhado com os requisitos do *Plano de Sinalização Viária e Fluvial para a fase de obras do empreendimento*. Por tratar-se de compromisso do empreendedor e por existir a necessidade de acompanhamento desse importante assunto, sugere-se que o referido plano seja acompanhado pela equipe da Coordenação de SST da NE para as OP e OE, conforme determinado no item 3.4.2.13. *Avaliação e monitoramento* do PAC.

As condições de segurança nas vias do entorno melhoram constantemente a cada missão de monitoramento, porém como vem sendo alertado por esta consultoria desde a *Due Diligence* que tanto a NE, quanto o CCBM ainda não contam com um *Plano de Segurança do Transporte Rodoviário* para consolidação e estruturação de atividades, à parte das diversas ações já adotadas de forma isolada. Prova dessa necessidade são os crescentes registros de acidentes e fatalidades nas vias de entorno. Em agosto de 2013, por exemplo, um ônibus tombou ferindo 34 funcionários, dos quais 8 foram com afastamento. Já em setembro de 2013 foram registrados 4 acidentes de trajeto, sendo 2 fatais e 1 com afastamento. Na visita de setembro de 2013 constatou-se que um equipamento (Bobcat) caiu da carroceria de um caminhão que o transportava num dos travessões. Em outubro de 2013 o motorista (e sua esposa) de um fornecedor tombou o caminhão para fora do travessão, o que causou sua morte e a da sua esposa que o acompanhava.

As constatações acima não entram nas estatísticas reportadas pelo CCBM por não fazer parte do cálculo, porém os acidentes de trajeto aumentam em quantidade e gravidade. Essas mesmas constatações colocam em questionamento a eficácia de todas as ações adotadas pelo CCBM (blitz, campanhas, radar, notificação, sistema de rastreamento por satélite etc.) que possuem grandes benefícios internamente, mas não são suficientes para as áreas externas onde sua influência é bastante reduzida.

Planos de Emergência e Contingência

Sistema de Transposição de Embarcações - STE

Para garantir a continuidade do **Sistema de Transposição de Embarcações** e minimizar o impacto sobre a operação rotineira das embarcações, a NE elaborou o *Plano de Contingência para o Funcionamento do STE* (NE-DS-SSE-0027-0 de 29/06/2012), que tem por objetivo especificar as ações e recursos disponíveis para o enfrentamento das situações de paralisação temporária do funcionamento do STE, bem como para a ocorrência de eventos adversos ou acidentes (ambientais e com pessoas).

Simulados do Plano de Ação de Emergências (PAE) do CCBM

O CCBM mantém exercícios simulados conforme previsto no cronograma constante no PAE. A divulgação deste plano dá-se através dos treinamentos e simulados. A comunicação em caso de emergência ocorre através de rádio e celular. O CCBM mantém recursos humanos e materiais (como, por exemplo, extintores, caminhão pipa, biruta para orientar a direção do vento e auxiliar na evacuação, ambulâncias, conjunto de respiração autônoma na fábrica de gelo onde existem cilindros de amônia, entre outros).

4.3.2.2

Desempenho e Indicadores de SST das OP

Resumo Estatístico Mensal – REM

O Resumo Estatístico Mensal (REM) do CCBM tem como objetivo a apresentação de informações de volume de horas trabalhadas (Hora-homem exposta ao risco – HHER), número de acidentes com ou sem afastamento e número de dias perdidos (por afastamento), debitados (por lesões incapacitantes) e transportados (por afastamento quando excede o mês de ocorrência).

Esses dados são cruzados através de fórmulas mundialmente consagradas para reportar a frequência de ocorrência de acidentes com ou sem afastamento por milhão de HHER, além da gravidade reportada através da quantidade de dias (perdidos, debitados e transportados) por milhão de HHER.

De julho a setembro foram geradas mensalmente mais de 7 milhões de Horas-Homem Trabalhadas HHT, sendo que em junho esse valor já chegou a 7,5 milhões. Nota-se, na **Tabela 4.3.2.2.a**, a seguir, que houve um aumento de aproximadamente 6.000 funcionários de junho para setembro. Um total de 50,2 milhões de HHT foi acumulado até o final do mês de setembro de 2013.

Tabela 4.3.2.2.a

Resumo Estatístico Mensal – REM

Mês 2013	Total de funcionários	HHER	Acid. com Afast. ACA	TFCA	Dias¹	TG	Acid. sem Afast. ASA	TFSA
Jan	18.879	4.744.090	4	0,84	733	154,51	28	5,9
Fev	20.534	4.468.410	5	1,12	115	25,74	30	6,71
Mar	21.810	5.006.144	5	1	473	94,48	30	5,99
Abr	21.885	5.024.037	5	1	310	61,7	24	4,78
Mai	23.339	5.413.850	1	0,18	325	60,03	20	3,69
Jun	25.496	5.889.610	5	0,85	401	68,09	27	4,58
Jul	27.213	6.542.669	5	0,76	548	83,76	40	6,11
Ago	28.924	6.990.220	16	2,29	776	111,01	31	4,43
Set	31.446	7.581.484	6	0,79	608	80,20	53	6,99

Tabela 4.3.2.2.a
Resumo Estatístico Mensal – REM

Mês 2013	Total de funcionários	HHER	Acid. com Afast. ACA	TFCA	Dias ¹	TG	Acid. sem Afast. ASA	TFSA
Total Acumulado		51.660.514	52	1,01	4289	83,02	283	5,48
Limites			-	7,00	-	100	-	16,00 ² 12,00 ³

Fonte: Resumo Estatísticos Mensais de julho a setembro/2013 do CCBM

Notas:

¹ Dias perdidos, debitados e transportados

² Limite de janeiro/2013

³ Limite revisto para fevereiro/2013 em diante

Legenda:

- Horas-Homem de Exposição ao Risco – HHER;

- Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA;

- Taxa de Gravidade – TG;

- Taxa de Frequência de Acidentes sem Afastamento – TFSA;

O único indicador do REM que superou o limite (valor máximo admitido = 100) foi a Taxa de Gravidade, em janeiro e agosto de 2013, que resultou num valor de 154 e 111 dias e perdidos por 1 milhão de HHT, respectivamente.

No período de janeiro a junho de 2013 foram registrados 25 acidentes com afastamento, resultando em 2.357 dias de afastamento e, somente no 3º trimestre, foram registrados outros 27 acidentes com afastamento, perfazendo um total de 1.932 dias de afastamento. Com base nesta comparação, constata-se que somente o último período já foi responsável por pouco mais da metade dos afastamentos e quase metade dos dias perdidos.

A Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA mensal no período permaneceu dentro dos limites, flutuando entre 0,76 e 2,29 acidentes por cada 1 (um) milhão de HHT. O resultado acumulado até setembro ficou em 1,01. Durante o período foi acumulado um total de 51,7 milhões de HHT na OP. O Valor Máximo Admissível (VMA) estabelecido pelo CCBM para este indicador é de 7,0 acidentes por cada 1 (um) milhão de HHT.

A Taxa de Frequência de Acidentes sem Afastamento – TFSA variou entre 4,43 e 6,99 acidentes por 1 (um) milhão de HHT entre os meses de janeiro e junho de 2013, o que é perfeitamente compatível com as melhores práticas internacionais. O resultado acumulado até setembro ficou em 5,48. O Valor Máximo Admissível (VMA) estabelecido pelo CCBM para este indicador é de 12,0 acidentes por cada 1 (um) milhão de HHT.

As planilhas de Resumo Estatístico Mensal do CCBM não contemplam as estatísticas decorrentes dos acidentes de trajeto. Como tentativa de traduzir os resultados do período, os números de acidentes de trajetos foram coletados da descrição dos acidentes que acompanhamento o REM e foram correlacionados com os números de funcionários

para se obter a taxa de frequência de acidentes de trajeto por grupo de 10.000 funcionários. Com isso, foi possível observar alguns dados mostram-se bastante significativos (destaques em negrito na **Tabela 4.3.2.2.b**).

Tabela 4.3.2.2.b

Resumo Estatístico Mensal adaptado para Acidentes de Trajeto

Mês 2013	Total de funcionários	Acidentes de Trajeto fatal	Acidentes de Trajeto com afastamento	Acidentes de Trajeto sem afastamento	Trajeto fatal por 10.000	Trajeto com afastamento por 10.000	Trajeto sem afastamento por 10.000
Jul	27.213	0	1	2	0,00	0,37	0,73
Ago	28.924	0	10	28	0,00	3,46	9,68
Set	31.446	2	1	1	0,64	0,32	0,32

Fonte: Resumo Estatísticos Mensais de julho a setembro/2013 do CCBM

Um fato discutido desde a *Due Diligence* é o risco de acidentes de trânsito nos travessões e vias de acesso à obra. Apesar do esforço do CCBM, ainda ocorrem mortes no trajeto e entrega de materiais (como discutido na *Seção 6.3.2.1*, no que diz respeito ao *Projeto de Segurança e Alerta*), as quais não aparecem nos indicadores oficiais definidos pelo consórcio para demonstrar o desempenho de seus sistemas. Consta-se, com isso, que nem todos os processos críticos estão sendo acompanhados com indicadores de *performance*, se resumindo a registros e tabulação de informação. Este é mais um exemplo que reforça a necessidade da NE, como empreendedora, implantar o *Plano de Segurança do Transporte Rodoviário*.

Treinamentos de SST do CCBM

O Procedimento do CCBM “*Treinamento, Conscientização e Competência*” – PS CCBM 220 48 tem por premissa identificar as necessidades de treinamentos, conscientização e competência, conforme os requisitos das Normas Internacionais ISO 14.001, OHSAS 18.001 e SA 8.000.

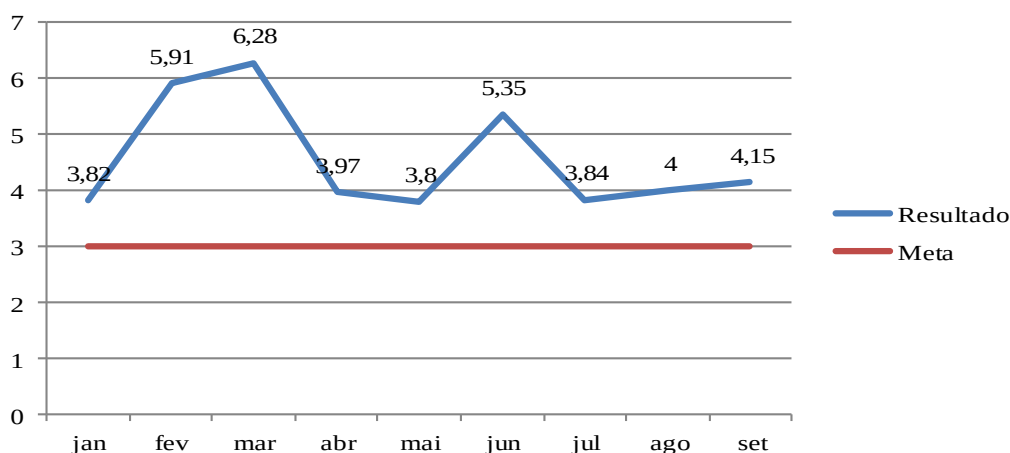
No período, o CCBM realizou (em todos os Sítios) diversos treinamentos, campanhas, palestras, seminários, cursos e Treinamentos Diários de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (TDSMS), que resultaram nos índices mostrados na **Figura 4.3.2.2.a**, a seguir.

Na vistoria de campo da 3ª missão foi realizada reunião com o responsável pela coordenação de treinamentos do CCBM, que apresentou diversas informações que complementam o reporte que consta no Relatório Mensal de QMSSRS. Dentre os documentos, consta uma planilha e gráficos “Treinamentos CCBM – Área”, que distribui a quantidade de horas-homem de treinamentos por tipo de treinamento, o que se encontra alinhado com parte da recomendação relacionada. Entretanto, ainda não são apresentados com clareza os principais temas para que haja uma análise mais profunda e correlação entre treinamento de saúde e segurança do trabalho (prevenção) e desempenho (execução). Assim, continua sendo de suma importância a apresentação de informações quantitativas sobre a categorização por macro-temas.

A categorização por tipo de treinamento demonstra que 63% dos treinamentos de setembro de 2013 (2,61% do IT de setembro ou aproximadamente 198.000 horas-homem treinamento) são dedicados à categoria “Outros” (treinamentos). Isso impede que seja realizada uma análise mais substancial. Em segunda posição, o TDSMS representou 16% (0,66% do IT de setembro ou aproximadamente 49.000 horas-homem treinamento) e em terceira posição, Segurança do Trabalho, com 10% (0,42% do IT de setembro ou aproximadamente 32.000 horas-homem treinamento).

Outra informação bastante relevante referente a setembro é que o IT para os funcionários próprios resultou em 4,72% do HHER próprio e apenas 0,89% do HHER de funcionários terceirizados.

Figura 4.3.2.2.a
Índice de Treinamento (IT) da Obra Principal (CCBM e Subcontratadas)



Fonte: Relatórios Mensais de QMSSRS do CCBM de julho a setembro/2013

A **categorização e a contabilização das horas por tipo de treinamento** vêm de encontro ao fato de que tal estratificação possibilita avaliar a quantificação e foco dos trabalhos em conscientização e treinamento adotado pelo CCBM. Associando esses dados com a **categorização por macro-temas** tem-se como objetivo avaliar o direcionamento dos trabalhos com base nos pontos mais críticos (proveniente dos acidentes, incidentes, desvios, resultado das listas de verificação etc.) e medir a melhora ou decréscimo de desempenho.

Outros indicadores do Sistema de Gestão da CCBM

O CCBM apresenta diversos indicadores distribuídos em prevenção e reação. Dentre aqueles já reportados anteriormente, há o Índice de Horas Extras (IHE) e o Índice de Gestão do SGI (IGSGI), mostrados na **Tabela 4.3.2.2.c**.

Tabela 4.3.2.2.c
Indicadores do Sistema de Gestão da CCBM

Mês	Índice de Horas Extras IHE	Índice de Gestão do SGI IGSGI
Jan	28,3%	83,6%
Fev	19,4%	83,6%
Mar	14,1%	83,6%
Abr	17,0%	83,6%
Mai	14,9%	83,6%
Jun	16,4%	83,6%
Jul	19,4%	82,7%
Ago	18,0%	83,6%
Set	21,2%	83,6%
Meta ou Limite	Meta < ou = 18,0%	> ou = 90,00 (até julho/2013) > ou = 80,00 (a partir de agosto/2013)

Fonte: Relatórios Mensais de QMSRS do CCBM de julho a setembro/2013

Ao apresentar o IHE e concluir sobre o seu desempenho, o CCBM não determinou no âmbito do relatório mensal. Resumiu-se a informar que “Ações para redução das horas extras, no nível da meta estabelecida, serão implementadas em todas as Unidades Sítios”.

No caso específico do IGSGI o CCBM informou não ser possível alcançar patamares mais elevados, pois demandaria certificação do Sistema de Gestão. Como meio de se evitar um indicar inatingível, durante a reunião de Análise Crítica do Sistema de Gestão Integrado do CCBM decidiu-se por reduzir a meta.

4.3.3

Saúde e Segurança do Trabalho – OE

Os relatórios socioambientais periódicos do primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2013 (1º, 2º e 3º RSAP) pautaram-se quase que exclusivamente na descrição e análise do desempenho da OP. Como já pontuado anteriormente, cabe à NE lançar mão de ferramentas que garantam a implantação de um Sistema de Gestão que contemple as OE. Acredita-se que, após ter sido evidenciado em campo o início do efetivo monitoramento das OEs, a partir de setembro, os dados passam finalmente a ser apresentados a partir do 4º RSAP.

Assim, na visita de monitoramento realizada em novembro de 2013 já foi possível constatar um significativo avanço desde a missão anterior (ocorrida em setembro de 2013) em relação à gestão das OE (passando de 33% para 85% de abrangência, de acordo com informações do Coordenador da Equipe de SSTMA – OE). Dentre as atividades observadas por esta Consultoria Social Independente, destacam-se as seguintes:

- Monitoramento através de dados estatísticos (HHER, número de funcionários acidentes e dias perdidos/debitados) das empresas das OE, empresas executoras dos programas do PBA, contratadas diretas da NE e a própria equipe da NE.

- Implantado a partir de maio de 2013, porém com maior precisão a partir de setembro de 2013;
- Supervisão de SST realizada através de 5 Técnicos de Segurança nas OE, contratadas diretas da NE e principais empresas executoras do PBA, porém cabe destacar que esses técnicos acumulam as atividades de supervisão ambiental dessas empresas;
 - Pôde-se conferir que alguns dos apontamentos de campo durante a visita em algumas dessas obras já haviam sido identificados pelos Técnicos de Segurança e as respectivas pendências estavam sendo tratadas.

A Equipe de SSTMA – OE ainda não possui formalizada a metodologia de supervisão sobre as contratadas: como deve ser realizada, quais contratadas devem fazer parte desse monitoramento, qual a periodicidade, envolvidos, fluxo de pendências, entre outras definições necessárias.

Como resultado de seu trabalho de supervisão, a Equipe de SSTME – OE apresentou os resultados de setembro apenas. Cabe salientar que não houve supervisão sobre todas as disciplinas: i) Segurança do Trabalho foi avaliada em 33% de 27 contratadas; ii) Saúde Ocupacional não foi avaliada em todos os casos, inclusive esta equipe não possui profissional de Saúde Ocupacional para tal; iii) nenhuma das contratadas teve as questões de Meio Ambiente avaliada. A **Tabela 4.3.3.a** abaixo apresenta o resultado de desempenho das 11 contratadas avaliadas.

Tabela 4.3.3.a
Desempenho das OEs, Empresa Executora do PBA e Contratadas da NE

Empresa	Setembro/2013
EPBA - Biota	100%
OE – Rocha Engenharia	95%
OE – Construtora Herter	80%
OE – Gel Gouveia	75%
OE – Construtora Tapaiú	65%
OE – Confiance Engenharia	65%
OE – Construalta Engenharia	62%
OE – Empreiteira Cardoso	38%
OE – Iluminare Engenharia (aterro)	35%
OE – Engenharia Galvão	35%
OE – Dosa Engenharia	24%
OE – Iluminare Engenharia (hospital)	24%

Fonte: Indicadores de Performance pela SSTMA - OE – Setembro de 2013

Fonte: Gráfico de “Indicador de Performance” recebido após a missão de monitoramento

Legenda:

- EPBA: Executora de Programas do PBA

- OE: Executora de Obras do Entorno

Das 11 empresas avaliadas, 8 (73%) apresenta, resultado abaixo de 80%, demonstrando que muitas correções devem ser feitas. Deve-se ainda levar em consideração que as Listas de Verificação, apesar de possibilitar uma análise focada e estruturada, têm abrangência limitada. Para tanto, a Equipe de SSTMA-OE está planejando realizar outras LVs complementares para assuntos específicos que julgar necessário.

Ficou evidente, na última inspeção de campo em uma das contratadas (SA Paulista), o atraso na implantação das correções de pendências identificadas pela equipe da NE. Assim, comprova-se uma morosidade no processo de encerramento das pendências por parte das mesmas. Soma-se a isso, segundo a Equipe de SSTMA – OE, o fato dos contratos não preverem mecanismos de proteção à Norte Energia (multas, rescisões, suspensão de pagamento etc.).

Era esperado que a análise dos dados decorrentes do desempenho das contratadas fosse apresentada no 3º RSAP, o que não ocorreu, devendo ficar para o 4º.

Segurança e Alerta

A) Plano de implantação dos sistemas de segurança nas frentes de obra e vias de acesso

Tal como ocorreu em todos os RSAP, o 3º também não contemplou o reporte de estatísticas dos acidentes e horas-homem das empresas contratadas da NE, onde está envolvido um contingente significativo de trabalhadores de empresas subcontratadas. Tal informação teve seu registro iniciado em maio de 2013 pela NE. Na **Tabela 4.3.3.b** consta a transcrição das informações disponibilizadas pelo empreendedor através do Resumo Estatístico Mensal, o que contempla os funcionários da NE, Obras do Entorno, Executoras do PBA e subcontratadas da NE (EPBM e outras).

Tabela 4.3.3.b

Resumo Estatístico Mensal – REM (NE, OE e Executoras do PBA)

Mês 2013	Total de funcionários	HHER	Acid. com Afast. ACA	TFCA	Dias perdidos e debitados	TG	Acid. sem Afast. ASA	TFSA
Mai	873	165.615	0	0,00	0	0,00	1	6,04
Jun	1281	261.082	1	3,83	3	11,49	2	7,66
Jul	2063	396.517	0	0,00	0	0,00	2	5,04
Ago	2119	470.103	2	4,25	3	6,38	2	4,25
Set	2852	631.327	7	11,09	86	136,22	5	7,92
TOTAL ACUMULADO (*)		1.924.644	10	5,20	92	47,80	12	6,23
Limites			-	5,00	-	100,00	-	12,00

Fonte: Relatório Estatístico Mensal emitido pela NE – Maio a Setembro de 2013

Nota:

(*) O resultado apontado como “Total Acumulado”, na verdade se refere ao período disponível de dados, ou seja, maio a setembro de 2013.

Legenda:

- Horas-Homem de Exposição ao Risco – HHER;
- Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA;
- Taxa de Gravidade – TG;
- Taxa de Frequência de Acidentes sem Afastamento – TFSA;

O aumento de funcionários não decorre somente da mobilização, mas também pelo aumento da abrangência do monitoramento da NE. Com isso, constata-se que no período (julho a setembro) houve um acréscimo de 1.281 (final de junho) para 2.852

funcionários em setembro (122% de aumento). Diante dos limites estabelecidos pela NE, em setembro o TFCA (11,09) e o TG (136,22) ficaram fora do esperado. Entretanto, no resultado acumulado, somente o TFCA fica acima desse limite.

Não foi possível analisar com maior profundidade as ocorrências tendo em vista não terem sido encaminhadas evidências desses eventos no RSAP. Entretanto, na inspeção realizada na empresa GEL / Gouveia, responsável pelas obras de saneamento de Altamira, foi possível constatar a análise de uma das ocorrências, a qual se mostrou adequada ao contexto em que ocorreu.

B) Segurança do Tráfego Rodoviário

O uso de sinalização viária é utilizado como medida de controle em diversas obras que mantêm relação com a comunidade, bem como diante do uso de veículos próprios.

O *Plano de Segurança do Tráfego Rodoviário* a ser elaborado para o empreendimento deverá incluir medidas de comunicação, educação viária, sinalização temporária e estratégias de coordenação com os setores responsáveis pela gestão do tráfego em todos os municípios afetados pelo conjunto das OEs atualmente em execução, além do alinhamento com a OP.

Nenhuma das ações exemplificadas acima vinha sendo discutida até o primeiro trimestre de 2013. De acordo com informações do 2º RSAP, a NE deverá contratar empresa especializada para realizar diagnóstico e elaborar o plano recomendado. Uma Nota Técnica (19 de junho de 2013) apresentada pela NE mostra que esta decidiu pela efetiva elaboração do *Plano de Segurança do Tráfego Rodoviário*.

No contexto das OEs, diferentemente da OP, não houve qualquer menção sobre a ocorrência de acidentes de trajeto ou outros de trânsito relacionados com a obra.

4.3.4

Fiscalização Externa – Entidades Oficiais

Na vistoria de monitoramento realizada em setembro de 2013, a NE declarou que a equipe especializada do Ministério do Trabalho realizou fiscalização não somente nas OP, mas também nas OEs. Já na inspeção de monitoramento de novembro foram constatadas diversas notificações emitidas para o CCBM (OP) e outras para o CCB (empresa contratada pela NE para construção das residências do RUC, parte das OE).

Essas duas empresas evidenciaram correções para os pontos desconformes; porém, o 2º e 3º RSAP não reportaram qualquer informação relativa às fiscalizações do período, nem o status da situação das notificações anteriores. Após solicitação feita durante a 3ª missão de monitoramento, a consultoria independente uma planilha contendo o status das infrações recebidas, porém com dados apenas do CCBM.

O CCBM recebeu em agosto de 2013 99 Autos de Infração, conforme consta na planilha enviado “Gestão de Auto de Infração” de 2013. Desses, 14 ainda permanecem “Pendentes”, o que representa 14,1% de pendência.

5.0

Acompanhamento de Condicionantes do Licenciamento e do Contencioso

Gerenciamento de Condicionantes

No **Quadro 5.0.a** do **Anexo 6** é apresentada a situação de atendimento às condicionantes estabelecidas pelo IBAMA na Licença de Instalação (LI) N° 795/2011. O **Quadro 5.0.a** foi produzido com informações do Capítulo 3 do 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (período de janeiro a junho de 2013), onde é feita a demonstração para o IBAMA do atendimento às condicionantes do licenciamento da UHE Belo Monte. Ressalta-se que o status de atendimento às condicionantes é o mesmo apresentado no 2º Relatório de Monitoramento, não havendo novas informações no 3º RSAP para o período de julho a setembro de 2013.

O **Quadro 5.0.a** contém também o status de atendimento às condicionantes com base na avaliação do IBAMA, apresentado no Parecer Técnico 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/05/2013, que contém a análise do 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011. Mais uma vez, ressalta-se que a situação de atendimento do ponto de vista do IBAMA é a mesma do 2º Relatório, uma vez que o Parecer Técnico do órgão avaliando o 4º Relatório de Andamento do PBA ainda não foi emitido.

Após emitir o PT 004933/2013, o IBAMA, em 19/07/2013, notificou a NE (Notificação OF N° 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA) por pendências identificadas no referido Parecer. Tratam-se de 9 pendências a serem atendidas, relacionadas principalmente a questões do reassentamento e compra de terras, e ao atraso nas obras do Travessão 40 e de drenagem urbana em Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Em resposta, a NE encaminhou ao IBAMA, em 02/08/2013, a Carta CE 091/2013-PR, com o atendimento aos itens (b), (e) e (f) da Notificação, que tinham prazo de atendimento em 05 dias. O atendimento foi feito com atraso, o qual, no entanto, foi devidamente tratado com o IBAMA (prazos ratificados por meio do OF N° 02001.010541/2013-94 DILIC/IBAMA, de 09/08/2013). Em 23/08/2013 a NE encaminhou ao IBAMA a CE 096/2013-PR, com a resposta aos itens c), g), 3.i) e 3.ii). Os dois outros itens têm prazo previsto de atendimento de 90 e 120 dias.

Em 04/09/2013 o IBAMA encaminhou à NE o Ofício 02001.0011364/2013-63 DILIC/IBAMA, contendo a Nota Técnica No 6276/2013, relativa à vistoria realizada na UHE Belo Monte em julho/agosto de 2013. Com base nessa NT o IBAMA estabeleceu,

no Ofício 2001.0011364/2013-63 DILIC/IBAMA, 10 recomendações a serem atendidas pela NE (itens a a j), a maioria a ser atendida em prazos bastante curtos, que variaram de 10 a 20 dias. As recomendações relacionaram basicamente aos seguintes assuntos: drenagem e ações corretivas no Travessão 27 e em BFs, projetos de BFs, supressão conforme o Plano Operacional de Supressão, estudos de viabilidade relacionados à aquisição de propriedades, ações para mitigação de interrupções de acesso a propriedades, reassentamento, e Plano Emergencial.

Todos os itens do Ofício supracitado que possuíam prazo para atendimento foram respondidos/atendidos pela NE no prazo, por meio das Cartas CE 374/2013-DS (item h); CE 377/2013-DS (item c); CE 378/2013-DS (item e); CE 383/2013-DS (item b); CE 384/2013-DS (item j); CE 385/2013-DS (item f); CE 387/2013-DS (item i); CE 404/2013-DS e CE 418/2013-DS (item g).

Em 18/09/2013 o IBAMA encaminhou à NE o OF N° 02001.011895/2013-56 DILIC/IBAMA, requerendo complementação de informações sobre a proposta de alteração do projeto de adequação dos atracadouros das balsas em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, encaminhada ao IBAMA pela CE 091/2013-PR (alíneas i) e ii) do item b)).

Em 21/10/2013 a NE encaminhou ao IBAMA a CE 416/2013 – DS, contendo o documento NE-DS-SSE-0071-0 - Plano de Requalificação Urbana e Travessão 40, que inclui informações sobre o avanço das obras de saneamento em Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal, e as obras no travessão 40.

A condicionante 2.20 da LI N° 795/2011, especificamente, trata do atendimento aos Pareceres/Ofícios/recomendações estabelecidos pelos demais órgãos intervenientes no processo de licenciamento da UHE Belo Monte. Em relação ao DNPM, ICMBio, MS/SVS e INCRA, a situação reportada na Planilha Síntese do Status de Atendimento das Condicionantes da LI N° 795/2011 é de que as ações estão em atendimento e que os órgãos estão acompanhando o processo.

No caso do ITERPA, foi informado ao IBAMA que não cabe manifestação desse órgão, por não haver terras sob seu domínio na ADA da UHE Belo Monte.

Em relação à FUNAI, são apresentados também no **Anexo 6 os Quadros 5.0.b e 5.0.c**, com a situação de atendimento ao Parecer N° 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI e ao Ofício 126/PRES-FUNAI. Assim como para as condicionantes da LI, a situação de atendimento a esses documentos da FUNAI é apresentada semestralmente ao IBAMA no Capítulo dos Relatórios de Andamento do PBA referente ao atendimento de condicionantes.

Já para o IPHAN, no processo de *Due Diligence* foi feita uma avaliação do atendimento às 13 medidas estabelecidas pelo órgão no Ofício N° 093/11-CNA/DEPAM/IPHAN para serem incorporadas aos programas de arqueologia do PBA. Conforme histórico apresentado na *Due Diligence*, a NE, por meio da carta CE NE 0184/2011-DS, de 30/06/2011, apresentou as considerações sobre o atendimento a essas 13 medidas. No

entanto, não recebeu resposta formal do IPHAN sobre esse documento. Há indicativos de que o IPHAN está de acordo com o atendimento ao Ofício 93/11, já que o Ofício N° 213/2011, emitido em 10/11/2011, aprova os Relatórios Parciais 1, 2 e 3 de andamento dos Programas do PBA, confirmando que os mesmos estão em conformidade com as condicionantes dispostas nos Ofícios N° 011/11-CNA//DEPAM/IPHAN e N° 93/11-CNA/DEPAM/IPHAN, e com as Portarias IPHAN 07/1988 e 230/2002.

Situação de Multas e Autos de Infração

No Capítulo 7.0 do 3º RSAP (referente ao período de julho a setembro de 2013) foram evidenciadas as multas e autos de infração recebidos pela NE e pelo CCBM no período.

A tabela resumo apresentada é semelhante à encaminhada para confecção do 1º Relatório de Monitoramento, com algumas colunas a menos, que descreviam competência, vara e tipo.

A recomendação do consultor socioambiental feita no 1º Relatório, de que fossem incluídas na tabela resumo 1) coluna inicial com data de abertura de cada processo; 2) datas de cada evento a serem incluídas na coluna de andamento; e 3) coluna final, com o resumo do ocorrido no período de avaliação de cada missão de monitoramento, não foi atendida.

Ainda em relação à NE, cabe ressaltar que, em 20 de março de 2013 o Ministério Público Federal, por meio do Ofício PRM/ATM/ GAB2/N° 0387/2013, requisitou respostas a respeito da representação do Instituto Socioambiental (ISA), protocolada no MPF/PRM-ALTAMIRA sob N° 01325/ 2013, a qual acusa o empreendedor de inadequações procedimentais e descumprimentos de condicionantes das Autorizações de Supressão de Vegetação e de exigências do Projeto de Desmatamento. Em abril de 2013, o empreendedor elaborou a Nota Técnica SMFB N° 005/2013, na qual apresenta subsídios técnicos e informações documentais para as respostas requisitadas, com o objetivo de desqualificar as alegações do ISA.

Foi informado que em setembro de 2013 foi realizada uma vistoria na área do empreendimento por um perito do MPF e que, posteriormente, solicitaram-se informações complementares por meio do Ofício PRM/ATM/GAB2/N° 702/2013, de 30 de setembro de 2013. Após o período de abrangência deste relatório, a Norte Energia elaborou a Nota Técnica SBF N° 32/2013, datada de 16 de outubro de 2013, fornecendo as informações requeridas.

Em relação ao CCBM, ressalta-se que mais uma vez o RSAP não incluiu a situação das multas e autos de infração recebidos pelo mesmo. O REL-CCBM-QMSSRS 045/2013, no entanto, elaborado pelo CCBM e apresentado como Anexo ao 3º RSAP, no seu item 2.24 listou os autos de infração recebidos pelo CCBM no período entre julho e setembro de 2013. São apenas dois, conforme apresentado a seguir:

- SEMA – PA – Auto de Infração N° 000002052/GERAD, com abertura em 05/03/2013.

- SEMA – PA - Auto de Infração N° 000002059/GERAD, com abertura em 19/03/2013.

O CCBM informa o andamento de ambos. Segundo o consórcio, foi apresentada defesa no prazo, solicitando a desconstituição. Ambos não geraram multa para o CCBM.

Recomenda-se que a NE estabeleça um canal com o CCBM para o recebimento constante dessas informações, e que as mesmas sejam reportadas no Capítulo 7.0 dos RSAP, juntamente com as multas e autos de infração da NE. Recomenda-se também que o CCBM, na tabela com a descrição das multas e autos de infração, inclua uma coluna “OBJETO”, para que se possa ter conhecimento sobre o assunto que gerou a multa ou o auto de infração.

6.0

Andamento dos Programas do PBA

Neste Capítulo será avaliada a implementação dos programas socioambientais integrantes do Projeto Básico Ambiental (PBA) do empreendimento.

A avaliação é feita por diferentes técnicos especialistas nas áreas dos meios físico, biótico (ecossistemas aquáticos e terrestres) e socioeconômico, sendo que o escopo da análise deverá incluir a seguinte abordagem:

- Progresso reportado em Relatório de Andamento do PBA para o IBAMA;
- Progresso reportado em reunião (durante a vistoria de 04 a 08/11/2013);
- Situação verificada em campo (durante a vistoria de 04 a 08/11/2013);
- Escopo da Revisão Executada pela Equipe do Consultor Socioambiental Independente;
- Análise de Conformidade com o proposto no PBA, em relação a metas, objetivos, ações, metodologia, cronograma, e tratativas com o órgão em caso de alterações;
- Avaliação dos Resultados;
- Sugestões e Recomendações.

O **Quadro 6.0.a**, no **Anexo 7**, apresenta as repactuações ocorridas para cada Programa/Projeto junto ao IBAMA, e as informações mais relevantes para identificar se os mesmos estão cumprindo o cronograma e se estão atingindo os objetivos propostos no PBA. Maiores detalhes sobre o andamento são apresentados no **Quadro 6.0.b** do **Anexo 7**. No **Anexo 8** são apresentados Registros Fotográficos das vistorias realizadas na semana de 04 a 08/11 para os Programas de fauna terrestre e limnologia e ictiofauna.

O andamento da implementação do PBA-CI, com data de corte de setembro de 2013, é apresentado na sequência.

6.1

Andamento dos Programas do PBA-CI

Para o atendimento das condicionantes da LP e LI a Norte Energia criou em sua estrutura a administrativa, em 2011, o Escritório de Assuntos Indígenas e o Escritório de Estudos Indígenas. Essas instâncias atuaram até março de 2013, quando houve uma reestruturação administrativa que resultou na criação da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI), instância responsável pelo acompanhamento de todas as ações relacionadas às terras e populações indígenas (componente indígena). Com esta reestruturação, a SAI passou a acompanhar a finalização do Plano Emergencial, a implantação do PBA-CI e o cumprimento das condicionantes do licenciamento (especificamente aquelas expressas no Parecer 21 e Ofício 126, respectivamente condicionante 2.28 da LP nº 342, de 01/02/2010, e condicionantes 2.6 e 2.20 da LI nº 795 de 01/06/2011).

A **finalização do Plano Emergencial** já resultou na identificação de todas as pendências, na tabulação de todas as demandas e na realização de reuniões de prestação de contas e de negociação com todas as lideranças de cada uma das 34 aldeias e 3 associações integradas nas ações antecipatórias estabelecidas em setembro de 2010 – que ficaram conhecidas como Plano Emergencial. Além dos técnicos da Norte Energia e das lideranças indígenas, as reuniões de prestação de contas e negociação destas pendências foram acompanhadas por representantes da FUNAI. Nessas reuniões foram apresentadas todas as solicitações realizadas, todas as atendidas e todas as pendências referentes ao período de setembro de 2010 a setembro de 2012. Diante desses dados, as lideranças indígenas tiveram a oportunidade, durante as reuniões, de substituir itens solicitados anteriormente. Com base nessas últimas alterações, tais demandas foram consolidadas em planilhas organizadas pelos seguintes itens de compra: veículos, embarcações, motores, eletroeletrônicos e itens diversos. Os números totais da planilha de finalização do Plano Emergencial apresentam os seguintes dados:

Item	Quantidade
Voadeiras	138
Motor rabeta	113
Motor de popa	86
Motor de centro	1
Camionete L200	3
Tratores agrícolas	2
Implementos agrícolas	5
Eletro eletrônicos (freezer, geladeira, televisores, furadeira, gravador, notebook)	289
Diversos (bola de futebol, mosquiteiro, miçangas, brinquedos, talheres, colchão...)	555
Total de itens pendentes do Plano Emergencial	1192

Todos esses itens estão em fase de aquisição, isto é, já foi feita a solicitação para o setor de compras da Norte Energia através do Sistema de Acompanhamento de Projetos (SAP). Segundo o gerente de assuntos indígenas, o setor de compras está ciente de que o processo junto aos indígenas exige celeridade; portanto, estima-se que no máximo até janeiro de 2014 será possível fazer a entrega de todos os materiais solicitados. No ato da

entrega dos materiais, os indígenas assinarão uma declaração de quitação das pendências do Plano Emergencial.

O atendimento às famílias ribeirinhas cadastradas na FUNAI, no escopo do Plano Emergencial, vem sendo realizado de forma individual. Das duzentas e cinquenta famílias cadastradas, duzentas e vinte já foram atendidas no escritório desta Superintendência. Diferentemente dos indígenas, as demandas neste caso estão concentradas em materiais de construção e motores para suas embarcações.

Com relação aos índios citadinos, a prestação de contas do Plano Emergencial revelou a existência de um saldo, pois não foi utilizado o valor correspondente aos trinta mil reais mensais acordados. Nesse caso, existe uma demanda específica para a aquisição de uma sede para a instalação das Associações. Essa reivindicação vem sendo feita pela presidente da AIMA (Associação dos Indígenas Moradores de Altamira) desde o início do Plano Emergencial. Segundo o gerente de programas da Superintendência de Assuntos Indígenas, a aquisição de uma sede para as associações está sendo avaliada pela Norte Energia.

Para o **acompanhamento da implantação do PBA-CI** a Superintendência de Assuntos Indígenas está estruturada a partir da Gerência de Programas e da Gerência Operacional. A Gerência de Programas está acompanhando diretamente a implantação do Plano de Gestão e dos programas de Atividades Produtivas, Gestão Territorial, Fortalecimento Institucional Infraestrutura, Saúde, Supervisão Ambiental, Educação Ambiental, Patrimônio Cultural, Reassentamento e Comunicação. A Gerência Operacional, que acompanha diretamente as ações junto aos indígenas, está estruturada segundo a divisão pelas Rotas Iriri, Xingu e Bacajá/Volta Grande.

Em junho de 2013 a Norte Energia concluiu a contratação das empresas responsáveis pela execução de todos os planos e programas do PBA-CI. Em março de 2013 foi contratada a empresa AGRAR/ENGETEC para a implantação do Programa de Atividades Produtivas e Supervisão Ambiental. Em 28 de junho foi contratada a empresa VERTHIC Consultoria para a execução do Plano de Gestão e dos programas de Fortalecimento Institucional, Gestão Territorial, Educação Escolar Indígena, Saúde Indígena, Patrimônio Cultural Material e Imaterial do PBA-CI. Os programas de Reassentamento e comunicação seguiram sob a condução das mesmas empresas, Apoena e Biolaw, respectivamente.

O **Programa de Atividades Produtivas (PAP)** está em pleno andamento. Após a realização dos diagnósticos etnoambientais participativos, os projetos para a implantação de área de cultivo familiar e comunitário estão em fase de implantação. Os projetos de cultivos perenes e cultivares consorciados ainda estão em fase de elaboração. Nas terras indígenas das rotas Iriri e Volta Grande já foram distribuídas ferramentas e sementes. Na TI Paquçamba foi preparada uma área para lavoura mecanizada. Na TI Trincheira Bacajá, devido às exigências do Termo de Parceria da Norte Energia e ABEX, os projetos iniciaram tardiamente. Mesmo assim, em outubro foram entregues 30 mil ramas de mandioca para o cultivo em roças familiares e comunitárias.

A implantação do **Plano de Gestão** e dos demais programas sob a responsabilidade da empresa VERTHIC teve início nos dias 13 e 14 de agosto, quando foi realizado o Seminário de Planejamento Estratégico do Plano de Gestão, que teve como objetivos:

- Integrar as diversas equipes, empresas e instituições envolvidas com o PBA-CI, de forma a identificar sinergias, complementariedades e interdependências;
- Promover a interação com poder público na implementação do PBA-CI;
- Dar os esclarecimentos necessários sobre as responsabilidades de cada parceiro.

Participaram desse seminário os consultores contratados, técnicos da Norte Energia, representantes da FUNAI, SESAI, Secretarias de Educação, prefeituras municipais, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério de Minas e Energia. Os participantes foram unânimes em considerar o seminário muito produtivo, especialmente por ter proporcionado o encontro entre os diferentes agentes institucionais que atuam na implementação do PBA-CI.

Após esse seminário, durante os meses de setembro a outubro a VERTHIC estruturou o escritório na cidade de Altamira e finalizou a organização das equipes de trabalho. Entre os dias 23 e 26 de setembro foi realizado o Curso de Formação para as Equipes do PBA-CI. Esse curso contou com a participação dos especialistas em cada grupo indígena, incluindo aqueles que elaboraram os Estudos de Impacto e o próprio PBA-CI.

Com um total de vinte e cinco colaboradores, a VERTHIC conta com seis equipes de campo formadas por duplas com especialização nas áreas de antropologia e ciências ambientais, três analistas sênior, técnicos administrativos e coordenador de programas. O ingresso dessas equipes nas terras indígenas foi aprovado pela FUNAI em outubro, e o início do trabalho de campo segue a programação informada:

Data	Terra Indígena/Aldeia
15/11	Kararaô e Aldeia Laranjal
22/11 a 02/12	Araweté
03/12	Parakanã
20-30/11	Paquicamba e Arara da Volta Grande
02/12	Trincheira Bacajá

Dentre as atribuições do Plano de Gestão sob a responsabilidade da VERTHIC, está a organização das reuniões dos Comitês indígenas – Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida e Comitê Gestor do PBA-CI. Estas são instâncias que integram o conjunto das condicionantes elencadas pela FUNAI tanto para a LP quanto para a LI (Parecer 21 e Ofício 126). O Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida já se reuniu e tem reuniões agendadas para os próximos meses. Diferentemente, segundo o coordenador do Plano de Gestão do PBA-CI, as reuniões do Comitê Gestor irão ocorrer apenas no interior de cada terra indígena e não na cidade de Altamira, como previsto anteriormente. Esta decisão tem por fundamento evitar que prevaleça a desigualdade entre o posicionamento dos diferentes grupos indígenas. Desse modo, argumenta-se, serão evitados o desequilíbrio e a subalternização de um grupo indígena por outro. Esse posicionamento é compartilhado pela FUNAI local, que igualmente identifica a

desigualdade de condições de participação entre os grupos indígenas da região. Desse modo, o Comitê Gestor, embora formado, ainda não tem agenda de reuniões definidas.

O Programa de Realocação e Reassentamento dos Índios de Altamira (PRR), em andamento desde fevereiro de 2011, sofreu questionamento recente da FUNAI com relação à realização de oficinas participativas para a decisão sobre a criação ou não de um bairro indígena no contexto do reassentamento urbano (Ofício 749/2013 FUNAI). Apesar dos questionamentos da FUNAI, esse tema já vem sendo tratado pela equipe que realizou os estudos do EIA e que vem conduzindo os levantamentos e as mediações durante toda implantação do PBA. De acordo com as técnicas responsáveis pela implantação do PRR, tais oficinas participativas sobre o tema “bairro indígena” já foram realizadas nos diferentes momentos do estudo, que contou ainda com a realização de entrevistas, cadastros, reuniões e encontros com indígenas que residem na cidade, representantes das associações e membros da FUNAI local. A resposta a esse questionamento está sendo elaborada com base em um dossiê que documenta todas as etapas do processo participativo que envolveu os índios citadinos até o momento.

Também no escopo do PRR, o atendimento aos indígenas ribeirinhos tem sido objeto de questionamento. Nesse caso, as próprias famílias ribeirinhas têm solicitado sua inclusão nas ações do PBA-CI. Embora atendidos em alguma medida pelo Plano Emergencial, há famílias indígenas ribeirinhas não contempladas nas ações previstas no Plano Operativo do PBA-CI. Sob esse aspecto, encontram-se especialmente vulneráveis as famílias residentes na região da Volta Grande, nas localidades Ilha da Fazenda, Ressaca, Garimpo do Galo e Cachoeira do Jericoá. Em 04 de setembro e em 19 de outubro, representantes dessas comunidades estiveram reunidos com o objetivo de buscar apoio junto à FUNAI, MPF e Norte Energia. A diretriz para o atendimento a essas famílias preconiza a integração com ações do PBA Geral (Programas da Socioeconomia) e a articulação entre a Superintendência de Assuntos Indígenas e a Superintendência das Obras do Entorno (SOE). Nesse sentido, foram perfurados poços artesianos e instalados sistemas de distribuição de água na Ilha da Fazenda. Tais medidas, embora bem recebidas, não atendem ao conjunto das demandas dessas famílias, que solicitam o investimento em projetos de sustentabilidade e infraestrutura, à semelhança dos programas do PBA-CI.

O Programa de Comunicação Indígena (PCI), em andamento desde março de 2011, como estabelecido pelas condicionantes da LP, tem apresentado relatórios bimestrais que informam sobre a estrutura e manutenção dos equipamentos de radiocomunicação instalados nas aldeias, nas associações e na sede da FUNAI, sobre o número de comunicações realizadas entre as aldeias e o PCI, bem como sobre a utilização do Centro de Informação pelas comunidades indígenas em Altamira. Em outubro, o PCI lançou a publicação (edição impressa e digital) dos resultados obtidos até o momento. Destaque-se, como já analisado anteriormente, que os dados publicados revelam que no período de 2011 a 2013 houve um aumento progressivo e significativo no número de visitas e de comunicações entre aldeias e instituições.

As ações do **Programa de Infraestrutura nas Aldeias** seguem em andamento sob a responsabilidade direta da Superintendência de Assuntos Indígenas. As ações deste programa combinam os projetos do PBA-CI com exigências das condicionantes do licenciamento, envolvendo principalmente a construção de casas, escolas, postos de saúde, bases operacionais e postos de vigilância, perfuração de poços artesianos, estradas e pistas de pouso.

Segundo informaram os técnicos desta Superintendência, o projeto de construção de casas envolve todas as aldeias. Atualmente são 385 casas em construção. Nas aldeias Kararaô, Muratu e Araweté as casas estão efetivamente sendo construídas. Na TI Parakanã, a construção de casas já foi contratada. Nas aldeias Cachoeira Seca, Laranjal, Paquiçamba e Volta Grande, a construção está em processo de contratação. No caso da TI Trincheira Bacajá, a construção segue em negociação com a ABEX (Associação Bebo Xikrin do Bacajá).

As escolas e postos de saúde já têm projeto elaborado e aguardam aprovação dos órgãos competentes. Os poços artesianos nas TIs da Volta Grande estão concluídos e formalmente doados para o DSEI. Nas terras indígenas das Rotas Iriri e Xingu está em execução a perfuração dos poços artesianos. Na TI Trincheira Bacajá os poços estão em fase de projeto.

A abertura de estradas permanece como tema central para os interesses indígenas. No interior e no entorno da TI Trincheira Bacajá, as obras de abertura de estradas seguem sob a responsabilidade da empresa contratada no escopo do Termo de Parceria ABEX/Norte Energia. Na região da Volta Grande, duas estradas já estão concluídas, garantindo o acesso por terra à TI Paquiçamba. O melhoramento de trecho de 16 km ligando a TI Paquiçamba ao Travessão 27, solicitado pelos indígenas, está em fase de contratação. Com relação à abertura de acesso por terra à TI Arara da Volta Grande, persistem os impedimentos, já que esta TI, embora identificada, ainda não foi demarcada pela FUNAI, havendo ocupantes não indígenas que impedem o prosseguimento das obras.

A construção de Postos de Vigilância e Bases Operacionais, uma condicionante da LP que integrou o Plano Emergencial sendo parte das ações do programa de Proteção Territorial, encontra-se em avaliação pela FUNAI. Embora já estejam construídos seis Bases Operacionais e dois Postos de Vigilância (com acomodações para equipes de 12 pessoas, área de trabalho, sistema de captação de energia fotovoltaica, caixa d'água, acessos e sistema de drenagem), a entrega dessas instalações para a FUNAI ainda não foi formalizada, pois há discordâncias com relação às especificações exigidas. Tais discordâncias estão registradas no Ofício 743/DPT/2013/FUNAI, que encaminha o Relatório de Vistoria nº 12/2013/CGMT/DPT/FUNAI-MJ, de 01/08/2013. As discrepâncias entre os projetos e as obras executadas, destacadas neste Relatório de Vistoria, criaram um impasse entre empreendedor e FUNAI. A superação desse impasse está envolvendo o redimensionamento e adaptação das técnicas construtivas, a fim de garantir uma repactuação com a FUNAI. A discussão em torno da conformidade dessas Bases Operacionais mobilizou o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que através da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento

(SEPAC) vem promovendo reuniões interinstitucionais com a presença do IBAMA, FUNAI, AGU, MME, Eletrobrás e Norte Energia.

Nessas reuniões, além da discussão sobre os ajustes e cronogramas para a entrega das bases operacionais e postos de vigilância, têm sido discutidos outros temas relacionados às condicionantes do processo de licenciamento do componente indígena. Especial atenção tem sido dada à condicionante referente à eleição de área para a comunidade Juruna do Km 17. Sobre este tema há discordâncias entre a FUNAI e a Norte Energia em relação às conclusões apresentadas pelo estudo contratado para a eleição de área. Através da mediação do MPOG, a Norte Energia levou adiante as negociações com os indígenas no sentido de identificar outra área para aquisição. Os indígenas, que a princípio havia demonstrado interesse em uma nova área, em outubro voltaram atrás e recusaram as áreas apresentadas como alternativa. Nesse contexto, o MPF, também em outubro, moveu ação civil pública, com deferimento através de Liminar, determinando o prazo de sessenta dias para a aquisição da área eleita. O cumprimento dessas determinações e desses prazos está sendo contestado, uma vez que a aquisição de áreas em toda a região de Altamira envolve um processo complexo e moroso de regularização da documentação.

7.0

Atendimento ao Plano de Ação Socioambiental

Neste Capítulo avalia-se o cumprimento ao Plano de Ação do Projeto UHE Belo Monte. Conforme já mencionado no **Capítulo 1.0**, nessa terceira missão de monitoramento socioambiental será avaliado o avanço do atendimento de ações ainda em aberto, já que, no período, não estava previsto o encaminhamento de entregáveis para atendimento a novas ações. As próximas entregas de evidências de atendimento a ações devem ocorrer nas seguintes datas-marco:

- 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento (18/12/2013);
- 6 meses antes do enchimento do reservatório (entrega deverá ocorrer em 15/06/2014, já que o enchimento está previsto para 15/12/2014);
- 6 meses antes do início da operação da última turbina (entrega deverá ocorrer em fev/2018, já que a operação da UG18 está prevista para ago/2018).

A verificação do processo de implantação do Plano de Ação acordado entre a NE e os Agentes Repassadores é acompanhada a seguir, no **Quadro 7.0.a**.

Avaliando o Plano de Ação na sua totalidade, observa-se, no **Quadro 7.0.a**, que no período, de 69 ações ou partes de ações com atendimento previsto até a data de emissão do 3º RSAP:

- 26 ações ou partes de ações são consideradas atendidas (✓);
- 17 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento (✓);
- 8 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento contínuo (✓);

- 6 ações ou partes de ações são consideradas parcialmente atendidas (✓);
- 6 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento ou parcialmente atendidas, mas que merecem maior atenção pelo atraso (✓!);
- 6 ações ou partes de ações são consideradas não atendidas (✓).

Assim como no 1º Relatório, foram estabelecidos novos prazos para regularização e entrega dos produtos acordados no Plano de Ação.

Este Quadro é atualizado a cada Relatório de Monitoramento Socioambiental, constando do mesmo a situação de ações pendentes com entregas previstas para antes da missão anterior, bem como a situação de atendimento das ações com entregas correspondentes ao período de corte do Relatório. As ações atendidas não serão subtraídas do Quadro, para que se tenha sempre a noção do número de ações atendidas em relação ao total de ações.

O atendimento às ações foi verificado pelo consultor socioambiental por meio da análise de documentos e relatórios apresentados, entrevistas e reuniões, e por meio da inspeção de campo realizada entre os dias 04 a 08 de novembro de 2013.

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Princípio do Equador 02 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 01								
Avaliação Ambiental e Sistema de Gestão / Implementação / Instalações Associadas	Ação 1: Acompanhar os impactos ambientais decorrentes da implantação do Sistema de Transmissão para interligação da SE Belo Monte ao SIN.	1. Antes do 1º Desembolso Financeiro	Evidências de que os traçados das LTs que são instalações associadas ao projeto não interceptam TIs, UCs de Proteção Integral, ou outras áreas protegidas.	A NE apresentou, como anexo ao RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , mapa com a situação do traçado das LTs associadas ao projeto em relação às áreas protegidas e UCs.	A ação foi <u>atendida</u> no prazo estabelecido. No Mapa apresentado, na escala 1:500.000, é possível visualizar o traçado das LTs 69, 230 e 500 kV em relação a Terras Indígenas e Unidades de Conservação.	✓		
		2.Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental	Informar nos RSAP sobre o estado do processo de licenciamento das LTs.	No 1º RSAP há informações apenas sobre as LTs 34,5, 69 e 230 kV, que são destinadas a fornecer energia às obras da UHE Belo Monte. Não há menção ao licenciamento da LT 500 kV para interligação da SE Belo Monte à SE Xingu. No 2º RSAP a NE esclareceu que o processo de desbloqueio da LT de 500 kV ainda não foi formalizado junto ao IBAMA, e que os materiais solicitados na recomendação estão em elaboração e serão e encaminhados concomitantemente à demanda do IBAMA. No 3º RSAP a NE esclarece que após reunião realizada em agosto/2013 com o IBAMA para melhor compreensão das solicitações do OF-02001.009194-2013-57 DILIC/IBAMA, a NE está providenciando a documentação necessária. Falta apenas a quantificação das áreas de cortes raso e seletivo da vegetação, com previsão de conclusão em 8/11/13.	Análise 1ª missão: Para atender à condicionante 2.4 c) da LI 795/2011, a implantação da LT 500 kV está condicionada à apresentação, ao IBAMA, do traçado da Linha sobre imagem de alta resolução, com discriminação da faixa de servidão e acessos a serem abertos para sua implantação. Assim, 1º Relatório de Monitoramento recomendou-se que essas informações, quando preparadas para o IBAMA, fossem encaminhadas também no RSAP. Recomendou-se que LTs e estradas existentes fossem incluídas na Figura, para verificação do posicionamento do traçado da LT 500 kV em relação a essas infraestruturas. Análise 2ª missão: Diante da resposta da NE encaminhada no 2º RSAP, considera-se que esta ação não apresentou avanço no período, permanecendo com status de <u>Em Atendimento</u> . Permanece a recomendação de apresentar o traçado da LT 500 kV sobre imagem de alta resolução, com indicação da faixa de servidão, acessos a serem abertos para construção e LTs e outras infraestruturas existentes, quando do desbloqueio dessa estrutura no IBAMA. Análise 3ª missão: Diante da reposta da NE, considera-se a ação ainda <u>em atendimento</u> , aguardando-se o mapa solicitado.	✓	No RSAP, quando do desbloqueio da LT de 500 kV	Traçado da LT 500 kV sobre imagem de alta resolução, com indicação da faixa de servidão, acessos a serem abertos para construção e LTs e outras infraestruturas existentes
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Procedimento de Gestão de Mudanças	Ação 2: Elaborar o Procedimento de Gestão de Mudanças de projeto, de forma a sistematizar a incorporação das variáveis ambientais e a análise de alternativas técnicas e locais. O procedimento deve ainda ser estruturado de modo a sistematizar as informações e documentação associada, o que inclui estudos complementares para composição de linha base, estudos locais, comparação das mudanças do <i>footprint</i> do projeto e	Antes do 1º Desembolso Financeiro	Apresentar o procedimento.	No prazo estabelecido para a ação, a NE apresentou, como anexo ao RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , a versão preliminar do procedimento, informando que o mesmo se encontra em processo de análise e aprovação. No 2º RSAP a NE informa que o procedimento de Gestão de Mudanças de Projeto será revisado com vistas à sua integração com o PS NES GABM SGA 001/2013 - Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais, devendo ser encaminhado para avaliação no 3º RSAP. A NE ressalta que realiza reuniões semanais de planejamento e produção, nas quais a <u>equipe de SST</u> da NE acompanha as mudanças de projeto, atuando em conjunto com CCBM e EPBM para a adequada supervisão. Informa que serão produzidas evidências deste acompanhamento para inclusão no 3º RSAP .	Análise 1ª missão: A ação é considerada <u>em atendimento</u> . A versão preliminar do procedimento foi encaminhada no prazo estabelecido, mas ainda não foi apresentado o procedimento aprovado. A versão preliminar foi analisada e considerada adequada ao empreendimento, porém ressalta-se que o documento apresentado não faz referência ao Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais (PS NES GABM SGA 001/2013), que estabelece a metodologia para avaliação de novos impactos e, também, não estabelece a necessidade de análise, pela área de segurança do trabalho, das eventuais mudanças identificadas para o Projeto. Análise 2ª missão: Conforme informações disponibilizadas pela NE no 2º RSAP essa ação continua <u>em andamento</u> , pois o procedimento será revisado para incluir as recomendações da JGP e apresentado	✓		

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	manifestação e aprovação do IBAMA.			No 3º RSAP a NE anexou (ANEXO 2.3-2.1) o PS – 007 – 2012 – DS – PROJ – R002 - Gestão de Mudança nos Projetos revisado, incluindo os ajustes solicitados na presente demanda.	para avaliação no próximo RSAP. Análise 3ª missão: Considera-se essa recomendação <u>atendida</u> com a revisão e aprovação do Padrão de Sistema de Gestão de Mudança nos Projetos, que incorporou as recomendações feitas pelo consultor relacionadas à interação do referido documento com o PS NES GABM SGA 001/2013, incluindo ainda, a necessidade de avaliação da mudança pela área de saúde e segurança do trabalho.			
Avaliação Ambiental / Suficiência do EIA / Linha Base Ambiental	Ação 3a - No âmbito do Programa de Conservação e Manejo da Flora, complementar o diagnóstico da flora nos campos inundáveis (vegetação herbácea sem palmeiras) e na vegetação de corredeira das Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre por meio de coleta de material botânico. Integrar esses dados com o monitoramento da fauna, a fim de avaliar o impacto da eliminação dessas formações vegetacionais sobre a fauna.	1ª parte - 6 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento	Apresentar metodologia para realização da coleta complementar.	No prazo previsto (01/07/2013) foi entregue o RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , onde se informa, em relação à complementação dos estudos da flora, que nos levantamentos realizados na área de influência direta do empreendimento não foram detectados campos inundáveis, os quais ocorrem na região da planície da Bacia Amazônica no Baixo Rio Xingu. Caso campos inundáveis significativos sejam efetivamente identificados, metodologias padrão para levantamento fitossociológico de estrato herbáceo serão empregadas para sua caracterização. No 3º RSAP a NE informou que as evidências seriam apresentadas durante a 3º Missão, entre 04 e 08 de novembro de 2013.	O EIA do empreendimento havia indicado a ocorrência de campos inundáveis na AID e na ADA (item 7.2.8.1 - Uso e Ocupação do Solo e Cobertura Vegetal), dos quais não haviam sido levantados dados primários pelo diagnóstico da flora. No caso das da vegetação de corredeiras (pedrais), haviam sido registradas apenas duas espécies no EIA. Nesse sentido, solicitou-se a complementação da caracterização desses tipos vegetacionais por meio de coletas botânicas, os quais são considerados importantes fontes de alimentos para a fauna. Na vistoria realizada em setembro de 2013, o Coordenador da Flora da Norte Energia (Miguel Lanzuolo) informou que, a fim de atender a essa solicitação, foram feitas buscas por campos inundáveis na área de influência do empreendimento, no entanto, os mesmos não foram encontrados. Na realidade, verificou-se tratar de uma vegetação inundável secundária, o que não justificaria a sua caracterização visando atender aos Princípios do Equador. Entretanto, não foram apresentadas evidências da realização dessa busca e de seus resultados. Quando essa solicitação for atendida, será retirada a ação 3b deste plano, a seguir, prevista para 1 ano após a assinatura do contrato de financiamento. No caso da vegetação de corredeira, a complementação da caracterização de sua flora tem sido realizada no âmbito do <i>Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras</i> . A ação é considerada <u>em atendimento</u> . Análise 3ª missão: <u>Em atendimento.</u> As evidências não foram apresentadas durante a 3ª missão em novembro, conforme informava o 3º RSAP.		4º RSAP	Apresentar relatório evidenciando a busca realizada por campos inundáveis na área de influência do empreendimento e seus resultados, demonstrando a inexistência dessa vegetação.
	Ação 3b - 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento.							
Avaliação Ambiental e Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Identificação e Avaliação de Impactos e Riscos	Ação 4: Elaborar procedimento para acompanhamento da ocorrência dos impactos declarados no EIA, e para identificação e avaliação de novos impactos que possam surgir no decorrer do Projeto. No caso de	Antes do 1º Desembolso Financeiro	Apresentar minuta do procedimento.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , a NE informou que o procedimento estava em elaboração e seria encaminhado em fevereiro de 2013. No RT_002_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE apresentou o procedimento para Acompanhamento e Atualização periódica dos impactos - PS – 006 – 2012 – DS – IMP – R001, já validado, e informou que o mesmo seria integrado ao sistema de gestão e aplicado aos	Análise 1ª missão: <u>Em atendimento.</u> A ação não foi atendida no prazo, mas, quando encaminhado (com atraso de cerca de 60 dias), o procedimento já consistia na versão validada. O procedimento foi avaliado e considerado adequado. A Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Significativos e das Ações de Gestão da UHE Belo		4º RSAP	Apresentar evidências de acompanhamento e implementação das novas ações inseridas na coluna “Novas Ações de Gestão Propostas”.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	novos impactos, os mesmos deverão ser avaliados conforme metodologia utilizada no EIA.			relatórios periódicos dos Princípios do Equador (primeiro relatório a ser emitido em 30/04). No Anexo 2-1-1 do 1º RSAP foi incluída a Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Significativos e das Ações de Gestão da UHE Belo Monte. No 2º RSAP a NE informou que no procedimento de atualização periódica dos impactos já está previsto o acompanhamento das ações propostas para os novos impactos, bem como a definição e/ou detalhamento das atividades necessárias para implementação, em sua plenitude. Evidências mais detalhadas serão fornecidas a partir do próximo RSAP, considerando-se o aporte de profissionais especializados nos diferentes temas à equipe de gestão. A NE informa ainda que está em constituição o NAC – Núcleo de Análise Crítica do PGA, formado por consultores especializados, cujo objetivo será acompanhar os procedimentos e resultados das atividades da NE, em cumprimento ao estabelecido no PBA e demais documentos que regem os compromissos da empresa. No 3º RSAP a NE esclarece que a ferramenta para o acompanhamento das novas ações relativas aos impactos da UHE Belo Monte surgirá das análises que serão proporcionadas pela equipe do NAC, cujas atividades foram iniciadas em agosto e setembro de 2013. Até o final de novembro será apresentado o PS para operacionalização do NAC, no qual serão abordadas não só as atividades, mas objetivos e metas previstos para o núcleo. Vale ressaltar que os consultores envolvidos no NAC irão realizar a análise técnica crítica das ações de gestão e medidas planejadas em curso ou propostas, para prevenção, mitigação ou compensação dos impactos ambientais associados ao empreendimento em tela, ou mesmo de potencialização de impactos positivos por ele gerados, com base na atual Planilha de Atualização dos Impactos. Os documentos que detalham as atividades a serem realizadas pelo NAC foram incluídos como anexo ao 3º RSAP.	Monte corresponde à primeira aplicação da ferramenta de Acompanhamento e Atualização periódica dos impactos, tendo resultado na identificação de 11 novos impactos (4 considerados de alta magnitude) e reclassificação de 26 impactos (com 7 passando de média magnitude para alta) Para vários impactos, incluindo novos, para os reclassificados e até para os que permaneceram foram propostas novas ações de gestão. A esse respeito, recomenda-se que NE estabeleça uma ferramenta para acompanhamento das ações propostas na coluna denominada “Novas Ações de Gestão Propostas”, bem como a definição e/ou detalhamento das atividades necessárias para implementação, em sua plenitude, dessas novas ações. Análise 2ª missão: Considera-se essa ação ainda com status de <u>Em Atendimento</u>. A resposta fornecida pela NE no 2º RSAP não evidencia a existência de acompanhamento da efetiva implementação das ações propostas para novos impactos identificados ou para impactos cuja magnitude foi reclassificada. Análise 3ª missão: Considera-se essa recomendação <u>em atendimento</u>, pois não foi evidenciado o acompanhamento das novas ações inseridas na coluna “Novas Ações de Gestão Propostas”. Conforme informado pela Ferreira Rocha esse acompanhamento ocorrerá como parte das ações do NAC – Núcleo de Análise Crítica, ainda em fase de operacionalização.			
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Sistema de Gestão Ambiental da Obra	Ação 5: Toda a documentação dos sistemas de gestão da NE e CCBM deverá evidenciar a comparação de cada parâmetro monitorado/controlado com os Padrões de Desempenho do IFC e com os Princípios do Equador.	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar revisão dos documentos dos Sistemas de Gestão que fazem referência a parâmetros comparáveis.	No ANEXO I do RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 são apresentados os instrumentos dos sistemas de gestão da NE e do CCBM, descritos no corpo do relatório, junto com exemplos para sua adequada compreensão. No 2º RSAP a NE informa que esta recomendação tem sido encaminhada ao CCBM, o qual se manifesta em termos contratuais alegando o atendimento aos parâmetros citados. A NE informa que insiste na demanda e aguarda posicionamento do consórcio construtor.	Análise 1ª missão: <u>Parcialmente atendida.</u> No Manual do Sistema de Gestão do CCBM informa-se que o mesmo observa as políticas e diretrizes ambientais e sociais do IFC e do Banco Mundial. No entanto, no que diz respeito a parâmetros comparáveis, conforme observado no 1º RSAP e de acordo com informação obtida em reunião com a equipe de meio ambiente do CCBM por ocasião da vistoria, verificou-se que a comparação dos parâmetros monitorados é realizada apenas com os limites estabelecidos pela legislação brasileira.		Evidências a partir do 4º RSAP	Incluir a comparação com os padrões do IFC nos Relatórios Gerenciais Mensais produzidos pelo CCBM (Executor do PAC) como anexo ao RSAP

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✓! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				A NE apresenta os RGM-E relativos ao PAC no ANEXO 3-2 do 3º RSAP e informa que os mesmos serão disponibilizados a partir da presente data em todos os relatórios de atendimento aos EP. Segundo o documento do IFC “<i>Environmental, Health, and Safety (EHS) Guidelines</i>” os parâmetros a serem adotados são os estabelecidos na legislação nacional/local. Na ausência de padrão local é que se recomenda aplicar os parâmetros indicados no referido documento. Dessa maneira, a NE e o CCBM entendem que os PE estão sendo atendidos e que não se aplica a solicitação de considerarmos os parâmetros mais restritivos.	Análise 2ª missão: Considera-se essa ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida</u>. Na vistoria de campo realizada em setembro/13 o consultor independente reuniu-se com representantes do CCBM para identificar qual a dificuldade encontrada para atendimento a esta recomendação. Verificou-se que o CCBM na verdade desconhece os parâmetros do IFC que deve utilizar na comparação. O consultor independente então se comprometeu a encaminhar ao CCBM esses parâmetros, o que foi feito no dia 10/09 (via NE). O consórcio, por sua vez, comprometeu-se a incluir esses parâmetros na verificação da eficiência dos monitoramentos que realiza. Análise 3ª missão: Os requerentes de empréstimo a instituições signatárias dos Princípios do Equador têm que se adequar a padrões às vezes mais restritivos que a legislação brasileira, apesar da mesma ser bastante completa quando comparada às de outros países. Segue trecho do Princípio do Equador 3 que fala sobre essa questão: “Para projetos localizados em países <i>Non-Designated</i> (a lista de países na categoria <i>Designated</i> consta no site dos Princípios do Equador³, da qual o Brasil não faz parte), o processo de avaliação deve cumprir os padrões de desempenho do IFC aplicáveis (padrões de desempenho) e as diretrizes ambientais e de saúde e segurança do Banco Mundial (<i>EHS Guidelines</i>).” Segue trecho do Padrão de Desempenho 3 (PD 03), que dispõe sobre controle de poluição, e que trata da comparação entre os padrões do IFC e a legislação do país: “O cliente se baseará nas <i>EHS Guidelines</i> ou outras fontes internacionalmente reconhecidas, conforme o caso, na avaliação e seleção de eficiência de recursos e na prevenção de poluição e técnicas de controle para o projeto. As <i>EHS Guidelines</i> contêm os níveis de desempenho e medidas que são normalmente aceitáveis e aplicáveis aos projetos. Quando as normas do país diferem dos níveis e medidas apresentados nas <i>EHS Guidelines</i>, os clientes deverão alcançar o que for mais restritivo.” Sugere-se realizar a comparação, para detectar se há e quais são os pontos em que os resultados dos monitoramentos não atendem aos padrões do IFC, para então serem avaliadas as medidas/soluções a serem tomadas. Com isso, o empreendedor demonstrará que pelo menos estão sendo despendidos os melhores esforços (<i>best efforts</i>) para atingir a conformidade com o PD 03, cumprindo os padrões mais restritivos pelo menos na maior parte dos parâmetros.			

³ <http://www.equator-principles.com/index.php/ep3/designated-countries>.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✓ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✓! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					No caso da DBO, por exemplo, cujo limite estabelecido pelo IFC (30 mg/L) é muito mais restritivo que o da legislação, pode-se considerar, como saída para a conformidade, a demonstração de que a qualidade da água no ponto de lançamento não se altera (com base na CONAMA 357/05, já que o IFC não possui padrão de qualidade da água) se aplicados os padrões de emissão da CONAMA 430/11.			
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Sistema de Gestão Integrada de Programas Ambientais	Ação 6: Apresentar o Plano de Ação de Emergência solicitado pelo IBAMA no Parecer Técnico 143/2011, referente ao atraso na implementação das ações antecipatórias (condicionante 2.11 da LP).	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar o Plano de Ação de Emergência	No RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informa que considera que os atrasos na implementação das ações antecipatórias tiveram, no decorrer do processo, ajustes de cronograma tratados com o IBAMA. A partir da emissão do PT 143/2011 foram elaborados diferentes documentos e revisões dos programas socioeconômicos, incluindo as ações antecipatórias nas áreas de educação, saúde e saneamento. Os resultados e status são reportados nos relatórios de atendimento às condicionantes do IBAMA. Informou que no 1º RSAP seriam destacadas estas atividades, cujos resultados vêm sendo acompanhados de perto pelo IBAMA. No 1º RSAP, a situação reportada em relação às obras do entorno foi consolidada na Seção 4.1.2 do Relatório de Monitoramento Socioambiental. Assim como no relatório periódico anterior, o 2º RSAP também apresenta o status de andamento das obras do entorno (ver Seção 4.1.2 deste Relatório). A NE ressalta ainda que as obras de saneamento, entre outras, estão entre os pacotes de trabalho definidos na gestão com acurácia, devido às datas estabelecidas para a operação da UHE Belo Monte. Em relação ao primeiro item a NE informa, no 3º RSAP, que a análise do IBAMA em relação aos prazos tem sido emitida por meio dos pareceres dos Relatórios Consolidados. Nenhum documento foi recebido no período. Informa também que o status de andamento das obras é apresentado no item 4 do 3º RSAP, e que, em relação à demanda relacionada à análise de suficiência dos equipamentos de saúde e educação, esta seria abordada pela SSE em reunião durante a semana de vistoria de 04 a 08 de novembro/11.	Análise 1ª missão: <u>Em relação às obras em Altamira, Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</u> Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>em atendimento</u>. Estação de Tratamento de Água – ETA e Tratamento de Esgoto ETE - <u>em atendimento</u> Aterro Sanitário – <u>em atendimento, com 18 meses de atraso</u> – solicitada prorrogação. Remediação do Lixão – <u>em atendimento</u>. Drenagem Urbana – <u>em atendimento</u>. Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada. Saúde - <u>em atendimento</u>. <u>Em relação às obras em Anapu:</u> Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada. Saúde - <u>em atendimento</u>. <u>Em relação às obras em Brasil Novo:</u> Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada. Saúde - <u>em atendimento</u>. <u>Em relação às obras em Senador Porfírio:</u> Educação – <u>em atendimento</u>, inclusive com a análise de suficiência solicitada. Saúde - obras concluídas. <u>Atendida</u>. <u>Em relação às obras em Pacajá</u> Saúde - obra concluída. <u>Atendida</u>. Análise 2ª missão: <u>Obras em Altamira e Vitória do Xingu:</u> Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>em atendimento</u>. Aterro Sanitário – <u>em atendimento com análise do projeto pela prefeitura</u> Remediação do Lixão – <u>em atendimento</u>. Drenagem Urbana – <u>em atendimento</u>. Educação – <u>em atendimento</u>. Saúde - <u>em atendimento</u>. Não foi evidenciada análise de suficiência solicitada pelo IBAMA. <u>Obras em Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</u> Abastecimento de Água - <u>em atendimento</u> Aterros Sanitários - <u>em atendimento, com atraso</u>		Próximos RSAP	Continuar a incluir o status das obras, conforme executado no 2º RSAP. Na avaliação quanto à suficiência dos equipamentos de educação, considerar a distribuição geográfica das unidades para verificar se há pressão na estrutura educacional por localidade e se esta é causada pelo empreendimento.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida Em Atendimento ou Parcialmente Atendida Não Atendida Atendimento Contínuo Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					Drenagem Urbana - <u>em atendimento</u> . Análise 3ª missão: <u>Obras em Altamira e Vitória do Xingu:</u> Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – <u>em atendimento</u> . Aterro Sanitário – <u>em atendimento com análise do projeto pela prefeitura</u> Remediação do Lixão – concluído. Drenagem Urbana – <u>em atendimento</u> . Educação – <u>em atendimento</u> . Saúde - <u>em atendimento</u> . <u>Obras em Belo Monte e Belo Monte do Pontal:</u> Abastecimento de Água - <u>em atendimento</u> Aterros Sanitários - <u>em atendimento</u> . Drenagem Urbana - <u>em atendimento</u> . Em relação à parte da recomendação referente à apresentação de justificativa ou aceite do IBAMA para a não apresentação da avaliação de suficiência dos equipamentos de saúde, ver resposta à ação 29b, adiante.			
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Plano(s) de Compensação Ambiental (excluindo os que fazem parte do PD 06)	Ação 7a: Apresentar, no âmbito do Programa de Compensação Ambiental, tratativas com o IBAMA sobre o atendimento ao Decreto Federal Nº 6.640/08 (Art. 4o, § 1o) e à Instrução Normativa MMA No 2/2009 (Art. 21).a , que preveem preservação de duas cavidades de igual relevância, como compensação para cada cavidade permanentemente inundada ou impactada pelo projeto.	1. 3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	1. Apresentar resultado das tratativas com o IBAMA sobre a questão da compensação relacionada a cavernas.	No ANEXO II do RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi apresentado o histórico das tratativas com o IBAMA, desde o protocolo do EIA-RIMA (2009). São destacados os estudos sobre a relevância espeleológica das cavidades naturais e os estudos iniciais de bioespeleologia. No item 3 pode ser observado o histórico das informações bem como a lista de documentos que referencia o tema. Resumidamente, segundo a NE, as demandas estão associadas à condicionante 2.24 da LP 242/2010. No entanto, devido às alterações do projeto executivo da obra, foram evitadas interferências sobre cavidades naturais, alterando o panorama inicialmente abordado no EIA-RIMA. Subsidiada pelo documento “Considerações Técnicas Sobre Condicionantes da Licença Prévia 342/2010” (apresentado no Anexo II do RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00), foi realizada uma reunião técnica entre a NE e o IBAMA, na qual o órgão emitiu documento com compromissos e indicações de ações visando a complementar o EIA-RIMA e dar prosseguimento ao processo de licenciamento de instalação. Foram iniciados estudos complementares que resultaram na análise de relevância das cavidades e indicação de inserção de dois projetos relacionados à espeleologia: levantamento fotográfico e cartográfico das cavidades da AID e monitoramento da fauna subterrânea. Esses estudos foram incorporados ao PBA, após sua revisão e ajuste no 1º semestre de 2011. A Licença de Instalação 795/2011 (01/06/2011) não remeteu ao assunto espeleologia por este ter sido atendido	Análise 1ª missão: Consideram-se ambas as partes da ação <u>em atendimento</u> . Foram apresentados os resultados das tratativas com o IBAMA sobre a questão da compensação relacionada a cavernas. Realmente as alterações de projeto deixaram de afetar cavidade de relevância máxima (Kararaô) e alteraram o panorama inicialmente abordado no EIA-RIMA. De qualquer forma, segundo o relatório de espeleologia (Análise De Relevância Das Cavidades Naturais Na AID e ADA DA UHE Belo Monte) duas cavidades de alta relevância (Abrigo do Abutre e Abrigo da Gravura) estão sujeitas à inundação após o enchimento do reservatório, o que poderia implicar, conforme o art. 4º do decreto 6.640 de 07 de novembro de 2008, como condicionante que o empreendedor adotasse medidas e ações para assegurar a preservação em caráter permanente de duas cavidades naturais subterrâneas com o mesmo grau de relevância, mesma litologia e com atributos similares à que sofreu impacto, que serão consideradas cavidades testemunho. No entanto, nas conclusões do relatório, também se coloca que as duas cavidades de alta relevância encontradas na ADA (Abrigo do Abutre e Abrigo da Gravura) estão sujeitas a inundação periódica devido à sazonalidade natural do Rio Xingu, do que se subentende que a inundação destas independe do empreendimento. Como foi possível observar, as condicionantes citadas, relacionadas à preservação de duas cavidades similares para cada uma de alta relevância afetada, não foram consideradas como parte do processo, entendimento tanto por parte do IBAMA como do ICMBio. Não há, no entanto, um documento formal e recente dos órgãos a respeito desse entendimento.	a) ✓		
	Ação 7b: No âmbito do Programa de Compensação Ambiental e Projeto de Criação de Unidades de Conservação, considerar, entre as áreas avaliadas para criação de novas UCs, aquelas com interesse espeleológico, conforme dispõe o Decreto Federal Nº 6.640/08 (Art. 5o, § 4o) e a recomendação de áreas	2. 3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	2. Apresentar resultados da avaliação das possíveis áreas de interesse espeleológico para o Programa de Compensação Ambiental.			b) ✓		

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	prioritárias para conservação do PROBIO.			nos projetos adicionados ao PBA (fauna subterrânea, fauna de quirópteros e registro cartográfico de outros abrigos). Quanto à indicação de criação de UCPI em área de relevante interesse espeleológico, como sugestão de condução de trabalho, foram indicados, mediante os estudos espeleológicos que compõem o EIA e programas ambientais associados às cavernas e abrigos, quais destes são relevantes e poderão ser foco de ações de conservação específicas, sendo que tais ações encontram-se previstas no escopo do PBA. Quanto à compensação ambiental, o PBA prevê o desenvolvimento de dois projetos para a aplicação dos recursos da compensação ambiental (condicionante 2.23 da LI nº 795/11), cujo processo está em andamento. A NE ressalta que as cavidades naturais não necessariamente serão alvo de constituição de UC, o que não impede a contribuição dos estudos em andamento para a definição das regras para uso, manutenção e conservação das mesmas. A NE destaca ainda que os trâmites relacionados a ambos os temas – cavidades naturais e compensação ambiental, vêm sendo acompanhados diretamente pelo IBAMA e estão sendo conduzidos em atendimento à Política Nacional de Conservação da Natureza, contemplando as ações estratégicas de conservação preconizadas não só pelo IBAMA como por outras autarquias que executam esta política, notadamente o ICMBio – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade. Não consta no 2º RSAP nenhuma informação a respeito do atendimento às demandas estabelecidas pelo consultor independente. No 3º RSAP a NE informou que entende que todas as ações visando ao atendimento da condicionante 2.24 da LP já foram realizadas, e que tais evidências já foram apresentadas em relatórios anteriores. Além disso, a NE entende que a partir do momento em que o IBAMA emitiu a LI com novas condicionantes, todas as condicionantes da LP foram atendidas. Por outro lado, a empresa informa que também tem feito gestão junto ao IBAMA para obter seu posicionamento oficial quanto às ações de compensação ambiental, apresentado, em todos os relatórios consolidados, informações técnicas sobre o tema, para subsidiar a decisão do órgão licenciador. A NE informa que não pode se responsabilizar pelo não posicionamento do IBAMA, uma vez que ações institucionais e emissão de documentos solicitando um posicionamento têm sido sistematicamente realizados. Esclarecimentos adicionais e outras argumentações da NE sobre esse assunto poderão ser apresentadas durante a 3ª Missão.	Foram apresentados também os resultados da avaliação das possíveis áreas de interesse espeleológico para o Programa de Compensação Ambiental. Análise 2ª missão: Considerando que nenhuma informação foi disponibilizada pela NE sobre o andamento a esta recomendação, considera-se que a mesma permanece com status de <u>Em Atendimento</u>. Análise 3ª missão: <u>Justificada.</u> A consultoria independente reconhece a gestão realizada pela NE junto ao IBAMA no que diz respeito às ações de compensação ambiental, e que o empreendedor de fato não pode se responsabilizar pela falta de posicionamento formal do órgão ambiental.			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)	Ação 8: Desenvolver um <u>Procedimento para Supervisão dos requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da Obra Principal</u> , que inclua uma <i>Lista de Verificação</i> detalhada dos requisitos legais e demais requisitos da Política de SST da NE e outras obrigações subscritas em contrato, relacionados à SST e às condições de trabalho. É importante que esta <i>Lista de Verificação</i> esteja alinhada com os requisitos especificados no <i>General EHS Guidelines</i> do IFC, no IFC PS 2, na OHSAS 18001 e na publicação “ <i>Workers Accomodation: Processes and Standards</i> ” do IFC.	Antes do 1º Desembolso Financeiro	Apresentar procedimento para Supervisão dos requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da Obra Principal.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE apresentou os procedimentos de inspeções, auditorias e ações corretivas, entre outras informações referentes à política de gestão de SST da empresa. Durante as atividades da 1ª Missão foi informado pela NE que os procedimentos reportados anteriormente estão sendo revisados no âmbito do Plano Diretor de SST da NE, cujo documento ainda não havia sido aprovado pelo empreendedor até a data da missão. Durante a missão foi solicitado o envio de cópia atualizada do Plano Diretor de SST e todos os seus documentos associados. No RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, foi informado que o procedimento específico para Supervisão dos requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da Obra Principal está em revisão final pela Diretoria de Gestão da Norte Energia e será reapresentado assim que aprovado. No 2º RSAP a NE apresentou os seguintes documentos: (i) procedimento para inspeção, supervisão e auditoria de SST para as obras principal e do entorno; (ii) Plano de Gestão e Governança da NE (minuta); e (iii) política de capacitação e desenvolvimento profissional. Segundo informado pela NE, o Plano Diretor foi revisado pela equipe de SST para refletir a realidade de trabalho, tanto para a OP quanto para as OE, e os formulários anexos ao Plano também foram padronizados. Foi informado que o Plano Diretor seria apresentado em Reunião de Diretoria Colegiada até o dia 30/08/2013 para deliberação e aprovação, mas os procedimentos descritos já estão em execução pela área de SST. No 3º RSAP a NE informa que houve uma reestruturação recente na empresa, onde a responsabilidade pelas OE ficou sob a responsabilidade direta da DS, separando-se do contexto da DG, responsável somente pela OP. Por esta razão, os procedimentos de SST para OE e OP estão em revisão. Foi encaminhado, no ANEXO 5.2_3 do 3º RSAP, o plano de trabalho para as OE, estruturado para a revisão e organização geral das atividades do setor.	Análise 1ª missão: <u>Parcialmente Atendida.</u> A existência de procedimentos adequados para supervisão das empresas subcontratadas pela NE para a Obra Principal, Obras do Entorno e Programas Ambientais e a estruturação de uma equipe bem dimensionada com recursos materiais adequados é essencial para que o empreendedor cumpra com o PD 01 e PD 02. Solicita-se que a NE apresente, em caráter de urgência, o seu Plano Diretor de SST aprovado, acompanhado de todos os Procedimentos de Supervisão / Auditoria de SST (incluindo todas as Listas de Verificação) para serem avaliadas e aprovadas pelo Consultor Socioambiental Independente. Análise 2ª missão: <u>Parcialmente Atendida.</u> Apesar das Equipes de SST da OP e OEs não contarem com nenhum plano de gestão ou diretor aprovado, essas equipes já executam diversas atividades, o que demonstra falta de planejamento. No caso da equipe da OP, a mesma baseia-se na supervisão realizada pelo EPBM. A equipe das OEs está realizando a supervisão também das empresas executoras dos programas do PBA. Diante desse contexto, continua-se enfatizando a necessidade de apresentar um Plano Diretor de SST (ou equivalente) consolidado e que contemple a estrutura de todas as ações necessárias à garantia de atendimento dos requisitos aplicáveis. Análise 3ª missão: <u>Parcialmente atendida.</u> A NE ainda não definiu e formalizou sua estrutura de supervisão de contratados (OP, OEs, Executoras do PBA e subcontratadas da NE). Foram evidenciados diversos avanços em cada uma das Equipes de SST – OP (reuniões quinzenais de acompanhamento das pendências junto ao CCBM e início de supervisão da Locaservice) e SSTMA – OE (iniciado processo de inspeção através de lista de verificação de SST e aumento da equipe).		4º RSAP	Plano Diretor de SSTMA aprovado pela Norte Energia.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✓! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Sistema de Gestão / Implementação / Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança na Construção – Equipe e Organograma	Ação 9a: Ampliar o quadro de profissionais da NE responsáveis pela supervisão ambiental da construção (para a obra principal e para as obras e serviços do entorno). Apresentar um Plano de Contratação (<i>Staffing Plan</i>) com a previsão das demandas futuras da gestão ambiental e de saúde e segurança das obras. Garantir que o CCBM apresente uma avaliação da necessidade de ampliação dos quadros atuais de profissionais, frente às demandas futuras do projeto.	1. 3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	1. Apresentar evidências de contratação.	1. No prazo estabelecido para a ação, no RT_003_2013_Princípios do Equador_R00: - Em relação a SST, a NE informou, no prazo estabelecido para a ação, que emitiu um Termo de Referência para contratação de equipe para a realização de inspeções das obras do entorno (apresentado no RT_001_2013_Princípios do Equador_R00). Recebeu propostas de diferentes empresas e optou em realizar um estudo para contratação de equipe interna. No momento ambos os resultados estão para análise e respectiva tomada de decisão da Diretoria da Norte Energia. O Plano de Contratação foi encaminhado no 1º RSAP, em abril de 2013. A estruturação da equipe de supervisão da OP, conforme mencionado no Capítulo 4.0, está sendo feita via equipe da EPBM (Consórcio de Engenharia do Proprietário), por meio de uma equipe conformada por uma Engenheira de Segurança coordenadora e 4 supervisores de campo, supervisionados por um Coordenador de SST da NE e 1 Técnico de Segurança do Trabalho. Para a supervisão das OE a NE conta apenas com o Coordenador de SST, que ainda aguarda a contratação de uma equipe de 15 supervisores de campo de SST para fiscalizar as cerca de 66 OE atualmente em execução de um total de 244 previstas. O Coordenador Geral de SST e os dois (2) TST para apoio as coordenações Geral e das OE ainda não haviam sido contratados até a data da missão de monitoramento. Segundo informado no 2º RSAP, a atual equipe de SST da NE é constituída pelos seguintes componentes: - 1 coordenador geral de SST (OP e OE); - 1 coordenador para a OP; - 1 engenheiro de SST para a OP; - 1 coordenador para as OE. A supervisão de SST da OP é realizada pela EPBM, em ações integradas com a NE. Segundo informado no 2º RSAP, foi aprovada a contratação de 5 (cinco) integrantes para a equipe de supervisão de SST para as OE, vinculados à SOE da DS, com início das atividades previsto para setembro de 2013. Ainda, para a OP foi elaborado Termo de Referência para contratação de mais 1 engenheiro e 2 técnicos de segurança do trabalho. O TR já foi respondido pelas empresas e está sob avaliação da Diretoria Colegiada a decisão para contratação da empresa ou a internalização da equipe.	Análise 1ª missão: <u>Parcialmente Atendida.</u> Recentemente (1º trimestre de 2013) a supervisão de SST nas OP foi designada para a Engenharia do Proprietário de Belo Monte (EPBM); porém, no caso das OE, a NE ainda não conta com uma equipe e procedimentos estruturados para iniciar o processo de supervisão destas obras. Desta forma solicita-se que a Norte Energia conclua a contratação do quadro de profissionais pendentes, segundo o perfil indicado no <i>Plano de Contratação</i> enviado. Estes profissionais são: 01 Coordenador Geral de SST 15 Supervisores de SST para as OE 01 TST para apoiar a Coordenação das OE 01 TST para apoiar a Coordenação Geral de SST Em relação a <u>Meio Ambiente</u>, as informações obtidas na vistoria de campo são de que a empresa até pouco tempo responsável pela coordenação do PAC e execução da supervisão ambiental das obras principais (Ferreira Rocha) não está mais à frente dessas atividades. Sendo assim, atualmente não há supervisão ambiental sendo realizada pela Norte Energia, seja nas obras principais, seja nas do entorno. Análise 2ª missão: <u>Considera-se essa ação ainda com status de Parcialmente Atendida.</u> Em relação a SST, a Equipe apresenta-se muito mais estruturada (foram contratados 5 Técnicos de Segurança do Trabalho - TST) se comparada com a formação anterior (1 Coordenador de SST e 1 Analista Ambiental) Cabe informar que essa equipe de TST, acrescida de uma analista ambiental contratada desde julho, também supervisionará as questões de meio ambiente nas OEs. Ressalta-se que o início da atuação da equipe completa das OE ocorreu em setembro de 2013, sendo que sua eficácia certamente deverá ser avaliada no próximo monitoramento. Além desse incremento de equipe para as OE, a NE emitiu TR para contratação de empresa coordenadora dos Programas do PAC, a qual deve iniciar suas atividades, incluindo supervisão, antes do final do ano. A contratação do analista ambiental para apoio à supervisão ambiental da OP, citada no 2º RSAP, não foi evidenciada. Ainda não foi evidenciado de forma satisfatória que a equipe formada, apesar de sua comprovada capacidade, seja suficiente para as demandas atual e futura (incluindo o início previsto da			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				Em relação a <u>Meio Ambiente</u>, o 1º RSAP informa que a Ferreira Rocha está apenas interinamente à frente da coordenação do PAC, e que a equipe desta empresa realizou as atividades de supervisão ambiental no período do relatório. No entanto, as informações obtidas durante as reuniões e vistorias de campo são de que a Ferreira Rocha teve o contrato encerrado para as atividades de coordenação do PAC. No 1º RSAP, há mais informações sobre as obras complementares. Informa-se que está em processo de contratação um analista ambiental para a equipe da NE, para supervisão sobre as obras do entorno. Em outro trecho do RSAP informa-se que está em discussão junto às diretorias da NE providências em relação à contratação de equipe para a supervisão ambiental nas obras do entorno. Não há informações de contratação para a supervisão da obra principal. No RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa-se que foi aprovada a contratação de um analista ambiental para apoio às atividades, a qual está em trâmite. No 2º RSAP a NE informa que emitiu Termo de Referência para contratação de empresa para a coordenação do PAC. A análise das propostas recebidas pela DS foi concluída, tendo sido discutida e validada junto ao Comitê de Meio Ambiente (CMA) da NE em reunião ocorrida em 13/08/13, com subsequente encaminhamento para decisão pelo Conselho de Administração. Conforme reunião realizada entre o consultor socioambiental independente e a NE em 08/08/2013, esta se comprometeu em finalizar o processo de escolha e contratação da empresa até início de setembro de 2013. Ainda, segundo o 2º RSAP, foi aprovada a contratação de um analista ambiental para apoio à supervisão ambiental da obra principal, com início das atividades previsto para setembro de 2013. Em relação às Obras do Entorno, o 2º RSAP informa que serão contratados mais 5 integrantes para a equipe de supervisão da SOE, visando ao acompanhamento das ações de SST e meio ambiente da obras do entorno. No 3º RSAP é informado que as evidências em relação às ações de SST, de responsabilidade da DG, seriam apresentadas durante a 3ª missão, entre 04 e 08/11/13. Em relação a Meio Ambiente, a NE informa, no 3º RSAP, que foi contratada a empresa BIOCEV (contrato	supressão vegetal do Reservatório Intermediário). <u>Análise 3ª missão:</u> <u>SST:</u> <u>Atendida.</u> Em relação a SST, a NE demonstrou ter estruturado uma equipe para atendimento das atuais demandas, porém a Ação 9a, item 2 (abaixo), deverá permanecer aberta até que as lacunas apontadas (aumento das atividades de montagem , supervisão de trabalhos noturnos, de finais de semana e feriados) sejam sanadas. <u>Meio Ambiente:</u> <u>Atendida.</u> No período finalmente foi efetivada a contratação da BIOCEV para supervisão ambiental da OP. O início das atividades de campo da empresa ocorreu em novembro, segundo informado em reunião pela Ferreira Rocha. Em relação às OE, ressalta-se que a contratação de apenas uma analista ambiental na equipe está bastante aquém das necessidades. No entanto, com um checklist bem elaborado, a atuação dos técnicos de segurança para verificação das questões ambientais pode dar resultado. Assim como para SST. Manter-se-á aberto o item 2 da ação 9ª, de forma a avaliar os resultados das atividades da BIOCEV na OP, e maiores resultados da equipe de supervisão da OE no que diz respeito às questões ambientais.			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				no ANEXO 2.3_2.3 do RSAP) para realizar as atividades de supervisão do PAC, cujas atividades iniciaram em 14/10. A partir dessa data foram realizadas reuniões com a NE, FR e CCBM, para repasse de informações. A NE informa que será emitido um resultado inicial e preliminar das atividades da BIOCEV no início do mês de novembro, por meio de um relatório de atividades e respectivo planejamento.				
		2. Antes do 1º Desembolso Financeiro.	2. Apresentar Plano de Contratação.	2. No prazo estabelecido para a ação, a NE apresentou o organograma da equipe da NE; o plano de ação para definição da política, procedimentos e contratação de equipe; e TR para contratação de equipe para as obras do entorno. Em relação a SST, na estrutura da NE detalhada anteriormente no Capítulo 3.0 está prevista a contratação de 1 Coordenador de SST Geral, para gerenciar a implementação do Plano Diretor de SST da NE e o processo de supervisão da OP, OE e Programas Ambientais. Conforme resposta da NE no 2º RSAP, o status atual das equipes de SST e meio ambiente e respectivas contratações aprovadas e em andamento para início das atividades em setembro de 2013 são as apresentadas na resposta ao item 1, acima. Não há previsão de novas contratações além das já citadas. A NE informou, no 3º RSAP, que as evidências em relação às ações de responsabilidade da DG, setor de RH, seriam apresentadas durante a 3ª missão, entre 04 e 08/11/13.	Análise 1ª missão: Considera-se essa ação <u>não atendida</u>. Em relação a <u>SST</u>, foi apresentado um Plano de Ação com uma ação específica para contratação de equipe: “Contratar Coordenadores e Fiscais de Campo de Saúde e Segurança Ocupacional para a equipe da Norte Energia para acompanhar as atividades das empresas terceiras e subcontratadas para a Obra Principal e Obras do Entorno” Porém, não foi apresentado um Plano de Contratação conforme solicitado na ação, detalhando o número de profissionais e as datas previstas para contratação. Em relação a <u>Meio Ambiente</u>, não foi apresentado o Plano de Contratação específico para ampliação da equipe. Análise 2ª missão: A suficiência das equipes contratadas, tanto da NE quanto do CCBM, deverá ser avaliada em campo e por meio das matrizes de responsabilidades a serem encaminhadas em atendimento às recomendações feitas pelo consultor independente. Dependendo dessa análise de suficiência, será retomada a solicitação de entrega de um Plano de Contratação. Análise 3ª missão: <u>SST e Meio Ambiente:</u> <u>Parcialmente atendida</u>. Apesar do aumento da Equipe de SST – OE (constatado durante a missão de monitoramento, quando possuíam 1 Coordenador de SSTMA, 1 Analista Ambiental, 5 Técnicos de Segurança e 1 Auxiliar de Segurança), ainda não há base para avaliar o desempenho de atuação dessa equipe. Inclusive não foram apresentadas evidências de supervisão ambiental das OEs, o checklist para orientação das inspeções de campo e evidências da capacitação dos Técnicos para a supervisão ambiental. A Equipe de SST – OP da NE (2 integrantes, sendo 1 Coordenador de SST e 1 Técnico de Segurança) conta com as empresas Biocev (mobilizada na ocasião da visita de monitoramento) para a Coordenação e a EPBM para realização da supervisão. A Biocev conta com 1 Engenheiro de Segurança e 2 Técnicos de Segurança para coordenação de 2 projetos de segurança do PAC. Já a equipe da EPBM encontra-		4º RSAP <	

Legenda:

	Plano de Ação		Reportado pela Norte Energia		Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
--	---------------	--	------------------------------	--	--

 Atendida
 Em Atendimento ou Parcialmente Atendida
 Não Atendida
 Atendimento Contínuo
 Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					se subdimensionada para todas as demandas que deve atender (1 Coordenador de SSO e apenas 1 Técnico de Segurança do Trabalho para cada sítio, ou seja, 5 profissionais no total, embora estivesse aberta a vaga para supervisão da empresa de montagem). Devem ser consideradas aqui também ausências (justificadas e injustificadas), retorno para casa (baixadas), férias e outras possibilidades de redução dessas equipes, o que é comum em obras desse porte. Além disso, não há supervisão ou coordenação dos requisitos de Saúde Ocupacional, nem evidências de acompanhamento dos trabalhos noturnos e finais de semana / feriados. Soma-se a esse contexto o fato das Equipes de SST da OP e das OEs estarem vinculadas a duas diferentes Diretorias (de Gestão e Socioambiental, respectivamente), o que traz sérios riscos em termos de alinhamento, metodologia, padrões e gestão de dados, caso os mesmos não sejam gerenciados de maneira apropriada e condizente com o escopo de trabalho esperado. Equipe de Meio Ambiente – OP da NE. A BIOCEV possui, além do coordenador, 2 (dois) Engenheiros Sanitaristas ou Ambientais que estarão dedicados à supervisão do PCAI. A avaliação da suficiência deste contingente frente ao grande número de áreas a serem inspecionadas, será possível apenas a partir da próxima missão, quando a consultoria independente passará a receber o reporte dos resultados dessa supervisão. A solicitação de encaminhamento da Matriz de Responsabilidades dos profissionais pertencentes à DS e outras Diretorias da NE que tenham profissionais alocados nas atividades de Meio Ambiente e de SST continua válida.			
		3. 3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	3. Apresentar histograma de mão de obra de supervisão ambiental prevendo as demandas futuras do projeto.	3. Em relação à supervisão nas obras principais e do entorno pela NE, a situação atual e as informações sobre a previsão de contratação já foram detalhadas no item 1, acima. No prazo estabelecido para a ação, no RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE apresentou o organograma da equipe de gestão do CCBM, que inclui a equipe de meio ambiente e SST, inicialmente avaliada como satisfatória frente à demanda atual. No 2º RSAP a NE reapresenta informações sobre o sistema de gestão do CCBM, incluindo o contingente alocado nas diferentes áreas. A NE informou, no 3º RSAP, que as evidências em relação às ações de responsabilidade da DG, setor de RH, seriam apresentadas durante a 3ª missão, entre 04 e 08/11/13.	Análise 1ª missão: a) Em relação a <u>SST</u>, considera-se <u>atendida</u>. b) Em relação a <u>Meio Ambiente</u>, considera-se <u>em atendimento</u>. Apesar de considerada inicialmente satisfatória, a equipe do CCBM sofreu nova reestruturação, voltando à gestão por sítio construtivo. Não está clara qual é a estrutura organizacional ligada a cada uma das 6 gerências propostas no organograma, bem como a distribuição de responsabilidades entre elas. Recomenda-se a apresentação da estrutura ligada a cada uma das gerências e a matriz de responsabilidades dos profissionais envolvidos. Análise 2ª missão: As informações apresentadas pela NE sobre o organograma do CCBM são as mesmas já apresentadas no 1º RSAP. Não foram atendidas as solicitações de detalhamento dos profissionais que estão alocados em cada uma das 6 gerências de QMSSRS, e principalmente, não foi fornecida a Matriz de Responsabilidades, com a descrição do papel e das responsabilidades de cada um desses profissionais. Em relação ao item b) a ação permanece <u>Em Atendimento</u>.	a) b)	b) 4º RSAP	b) Apresentar estrutura organizacional contemplando os profissionais pertencentes a cada uma das 6 Gerências da Diretoria de QMSSRS

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida Em Atendimento ou Parcialmente Atendida Não Atendida Atendimento Contínuo Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					Análise 3ª missão: Apesar deste item da ação estar relacionado ao CCBM, a resposta dada pela NE é de que o atendimento é de responsabilidade da DG, setor de RH. Questionada em reunião ocorrida no dia 02/12, a empresa Ferreira Rocha esclareceu que a ponte entre a demanda da consultoria e o CCBM é será feito pelo setor de RH da NE. Essa questão não foi tratada durante a 3ª missão. O item b) da ação continua, portanto, <u>Em Atendimento</u> .			
	Ação 9b: 1. Apresentar o <u>Organograma Detalhado e Descrição de Responsabilidades da Equipe de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da NE</u> , devidamente qualificada para assegurar o cumprimento dos requisitos legais de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho, estabelecidos no Programa de Saúde e Segurança do Trabalho do PBA, no Procedimento para Supervisão de Obras e Equipamentos Sociais da NE e no Procedimento para Supervisão dos Requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da Obra Principal. 2. Contratar fiscais de campo para supervisão das atividades executadas por todas as empresas subcontratadas pela NE.	1. Antes do 1º Desembolso Financeiro	1. Apresentar Organograma detalhado, com descrição de Responsabilidades da Equipe.	1. No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , foi apresentado o organograma da equipe de coordenação de SST da NE, com a respectiva definição das responsabilidades. No RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , enviado em 01/07/2013, informa-se que, como demanda da vistoria de campo realizada pela consultoria socioambiental em maio de 2013, no dia 10/06 foi encaminhado à empresa o arquivo Organograma Detalhado Saúde e Segurança do Trabalho - 1ª Revisão.docx, com o respectivo organograma revisado.	<u>Atendida.</u>			
		2. 60 dias após o 1º Desembolso Financeiro	2. Apresentar evidências da contratação.	No prazo estabelecido para a ação, a NE informou que emitiu um Termo de Referência para contratação de equipe para a realização de inspeções de SST das obras do entorno (apresentado no RT_001_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00). Recebeu propostas de diferentes empresas e optou em realizar um estudo para contratação de equipe interna. No momento ambos os resultados estão para análise e respectiva tomada de decisão da Diretoria da Norte Energia. Segundo reportado pela NE durante a Missão não foi possível cumprir com o previsto no Plano de Contratação quanto à estruturação de uma equipe de Supervisão de SST para as OE. Segundo informado não será mais contratada uma empresa especializada para supervisão de SST das OE, de modo que esta sendo estruturada uma equipe de 1 coordenador de SST (contratado recentemente) e uma equipe de 15 supervisores de campo para cobrir as mais de 60 obras do entorno atualmente em execução, num raio de aproximadamente 400 km de distância. O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , enviado em 01/07/2013, informa, em relação à contratação de equipe para a realização de inspeções de SST das obras do entorno, a NE está tomando providências, conforme informado anteriormente. O 2º RSAP informa que, com a finalização das contratações citadas na resposta à ação 9a, até o dia 02/09 seria apresentado o organograma detalhado, demonstrando as atividades que cada integrante da equipe terá como escopo de trabalho.	Análise 1ª missão: <u>Não Atendida.</u> Uma vez que a NE ainda não finalizou a estruturação de um Sistema de Supervisão e Monitoramento de SST e Condições de Trabalho para as Obras do Entorno, o empreendimento encontra-se em descumprimento do PD 01 e PD 02. Esta supervisão foi designada recentemente (1º trimestre de 2013) para a Engenharia do Proprietário de Belo Monte (EPBM), porém no caso das OE e Programas Ambientais, a NE ainda não conta com uma equipe e procedimentos estruturados para iniciar o processo de supervisão destas atividades. Análise 2ª missão: <u>Não Atendida.</u> Conforme evidenciado em campo na vistoria de setembro, os integrantes previstos para a equipe de supervisão das OE foram contratados, contando a mesma agora com um coordenador e 6 integrantes, responsáveis pela verificação tanto das questões de SST como de meio ambiente nas obras realizadas pelas subcontratadas da NE. O organograma detalhado, demonstrando as atividades que cada integrante da equipe terá como escopo de trabalho, prometido pela NE para o dia 02/09, não foi evidenciado. Análise 3ª missão: A NE informa que a ação é de responsabilidade da DG, setor de RH. No entanto, o entregável da ação refere-se às Obras do Entorno (Matriz de Responsabilidades da equipe de supervisão), as quais, segundo informado pela própria NE estão sob a responsabilidade direta da DS, e não da DG. O atendimento a esta demanda não foi tratado durante a 3ª		4º RSAP	Apresentar Matriz de Responsabilidades da equipe de supervisão das obras do entorno

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				A NE informou, no 3º RSAP, que as evidências em relação às ações de responsabilidade da DG, setor de RH, seriam apresentadas durante a 3ª missão, entre 04 e 08/11/13.	missão. Portanto, este item da ação permanece <u>não atendido</u> .			
Ação 10 - 6 meses antes do início da operação da última turbina.								
Sistema de Gestão / Implementação / Treinamento Ambiental e Social na Construção	Ação 11: Aplicar os treinamentos ambientais, de SST e Responsabilidade Social do CCBM a níveis superiores de coordenação e gerência, a fim de garantir que tais assuntos sejam tratados com a devida relevância. O procedimento de treinamento deverá incluir metas de treinamento por nível de função.	1.Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidências do treinamento nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental	O Quadro 5.1.3-1 do 1º RSAP apresenta o Resumo dos treinamentos realizados no período de janeiro a março de 2013 - CCBM/UHE Belo Monte, com o total de turmas, treinados e horas homem treinamento, em treinamentos nas áreas de Integração, Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do trabalho, Saúde Ocupacional, Responsabilidade Social, TDSMS, SGI, 5S, outros, nos diferentes sítios construtivos e realizados com empresas subcontratadas. O CCBM conta com o Procedimento de Analise Crítica Mensal dos resultados dos principais indicadores do SGI. A Ronda Gerencial de SST está implementada e envolve toda a equipe de Gerentes, Engenheiros e Líderes na verificação em campo das condições de segurança em que os processos estão sendo executados. Também objetiva evidenciar o comprometimento da alta liderança com a cultura de segurança. No 2º RSAP a NE informa que encaminhou em junho correspondências ao CCBM solicitando esta demanda e que aguarda a resposta do consórcio. A resposta da carta pelo CCBM era aguardada para 29/08/2013. Informa também que foi agendada auditoria no CCBM conforme CE-314-13-DC-SO, para verificação deste item e outros previstos na auditoria. A auditoria estava prevista para os dias 20 e 21/08, com resultados até o dia 30/08/2013. A NE apresenta também, no RSAP, uma ficha de avaliação de reação de treinamento a ser aplicada como rotina a partir dos próximos treinamentos a serem realizados pela NE. A NE informou, no 3º RSAP, que as evidências em relação às ações de responsabilidade da DG, setor de RH, seriam apresentadas durante a 3ª missão, entre 04 e 08/11/13.	Análise 1ª missão: Em relação a Meio Ambiente, considera-se <u>em atendimento</u>. Por meio dos dados de treinamento apresentados não é possível identificar as funções dos participantes. Dessa forma, não se evidencia a participação dos níveis superiores nos treinamentos. Em relação a SST, considera-se <u>atendida</u>. Análise 2ª missão: Em relação a Meio Ambiente, considera-se a ação ainda <u>em atendimento</u>. O CCBM fornece os números dos treinamentos realizados no período, mas não identifica as funções dos participantes. Análise 3ª missão: Apesar de se informar que o setor de RH da DG forneceria informações sobre esta questão durante a 3ª missão, isso não ocorreu. O CCBM reiteradamente informa que os dados de treinamento são reportados nos relatórios do Programa de Capacitação da Mão de Obra (3.3), no âmbito do PAC. De fato, observando o 4º Relatório do programa 3.3 para o IBAMA, verifica-se, em seu anexo 3.3, Plano de Trabalho Semestral dos treinamentos. Entre os vários treinamentos programados neste Plano, observa-se que há alguns direcionados a gestores, supervisores e coordenadores. O Anexo 3.3 apresenta ainda a estratificação do número de treinamentos realizados por nível dos funcionários. Considera-se o item a) da ação <u>atendido</u>.	a) b)		
		2. 3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar revisão do procedimento de treinamento.	No prazo estabelecido para a ação, no ANEXO IV do RT_003_2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, foi apresentado o procedimento do CCBM PS CCBM 220 48 – Treinamento, Conscientização e Competência (rev. 1). Foi apresentada também uma planilha com o Levantamento de Necessidade e Planejamento de Treinamento – LNPT para 2012, e uma relação de treinamentos realizados no segundo semestre de 2012. Como resposta a esta demanda, o 2º RSAP remete à	Análise 1ª missão: <u>Parcialmente atendida</u>. O procedimento PS CCBM 220 48 apresentado foi revisado em abril/2012, antes, portanto, da emissão do Plano de Ação da UHE Belo Monte. O procedimento, portanto, não inclui metas de treinamento por nível de função, conforme recomendação proposta para o atendimento a esta ação. No RSAP foi informado que o planejamento inclui a identificação do público-alvo, que abrange o corporativo. Isso			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida Em Atendimento ou Parcialmente Atendida Não Atendida Atendimento Contínuo Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				resposta ao item anterior, ou seja, é aguardado retorno do CCBM. No 3º RSAP foi informado que as evidências em relação às ações de responsabilidade da DG, setor de RH, seriam apresentadas no ato da vistoria de 04/11.	pode ser evidenciado na planilha com os treinamentos necessários para 2012, em que se pode observar coordenadores, gerentes e diretores entre o público-alvo. A relação de treinamentos realizados no segundo semestre de 2012 informa os totais de turmas, participantes e horas homem treinados por unidade e por área (meio ambiente, saúde, segurança, integração, qualidade, etc), mas não discrimina as funções dos participantes. <u>Análise 2ª missão:</u> Considera-se que a ação continua com status de <u>Parcialmente Atendida</u> . Novamente o RSAP apresenta os gráficos do CCBM com os indicadores de treinamento, comparando o realizado com as metas de treinamento, sem, no entanto, discriminar essas metas por nível de função, como solicitado. Da mesma forma, não se apresenta a revisão do procedimento de treinamento. <u>Análise 3ª missão:</u> <u>Atendida</u> . Na missão de monitoramento ficou claro o entendimento, sensibilização e participação de gerentes e engenheiros do CCBM sobre as questões ambientais e de saúde e segurança do trabalho. Além disso, o CCBM realiza Análise Crítica de seu sistema de gestão com a participação da alta liderança e evidenciou que existe uma planilha (Levantamento de Necessidade de Treinamento) que determina os treinamentos e respectivo público alvo.			
Sistema de Gestão / Implementação / Procedimentos de Interação entre Programas Ambientais e de Saúde e Segurança – Construção	Ação 12: Apresentar no Relatório Trimestral de Conformidade Socioambiental (no Capítulo 2.0 , conforme itemização proposta no Anexo 1), evidências das trocas de informação e dados entre programas para os quais foi estabelecida a interação no PBA.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	O 1º RSAP foi encaminhado ao consultor socioambiental em 06/05/2013. O 1º RSAP informa que os Planos, Programas e Projetos do PBA que apresentam interação entre si estão efetivamente realizando troca de informações e dados sob a responsabilidade do PGA. No 2º RSAP a NE apresenta as atividades relacionadas ao SIG-A para o período analisado. Segundo informado, de janeiro a junho foram recebidos dados de 38 Pacotes de Trabalho, dos quais foram geradas 29 planilhas modelos para que as empresas executoras pudessem encaminhar seus dados de monitoramento ambiental para inserção no SIG-A. Os dados (de amostras e de monitoramento ambiental) inseridos no SIG-A nesse período correspondem aos seguintes Pacotes de Trabalho (PT): 11.3.2 (Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas); 11.4.1 (Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial); e 11.4.2 (Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas). Em relação à SST, está em andamento a inserção do tema no SGP, bem como o estabelecimento de rotinas entre as	<u>Análise 1ª missão:</u> <u>Em atendimento</u> . Avaliando o 3º Relatório de Andamento do PGA, observa-se que a troca de informações entre os diversos programas será feita no âmbito do SIG-A, sistema este, conforme verificado na documentação fornecida para análise, ainda em implementação. <u>Análise 2ª missão:</u> Considera-se que a ação continua com status de <u>Em atendimento</u> . A resposta da NE a esta ação, incluída no 2º RSAP, permite evidenciar o andamento da implementação do SIG-A, que parece ainda incipiente. No entanto, não é possível evidenciar que para os pacotes de trabalho hoje inseridos no SIG-A, esteja de fato ocorrendo troca de informações e dados. Isso será melhor avaliado em campo, na 3ª missão. <u>Análise 3ª missão:</u> Considera-se que a ação continua com status de <u>Em atendimento</u> .		4º RSAP	Prosseguir informando sobre o avanço na implementação do SIG-A, e evidenciar a efetiva troca de dados e informações entre os Planos, Programas e Projetos que possuem interface.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				partes envolvidas tanto para a manutenção de escopo a ser tratado bem como os fluxos de responsabilidades. Segundo informado pela NE no 3º RSAP, de julho a outubro foram recebidas das empresas coordenadoras, 125 planilhas, provenientes de 44 pacotes de trabalho, totalizando 591.209 registros levantados em campo. Estes dados atualizados estão sendo incorporados ao Banco de Dados (Geoexplor), e estão disponíveis à consulta por meio do referido sistema. Atualmente o SGP está formatado para receber dados de monitoramento ambiental a serem disponibilizados para o próximo Relatório Consolidado. Neste contexto, contatos com as empresas executoras e coordenadoras estão em andamento com instruções para inserção de dados de monitoramento diretamente no SGP, bem como disponibilização e instrução de acessos à ferramenta Geoexplor (que corresponde ao Banco de Dados da UHE Belo Monte). Até o momento, a troca de informação e dados entre programas para os quais foi estabelecida a interação no PBA está sendo realizada predominantemente através da sua disponibilização, pela equipe SIG-A, a diferentes usuários, através de mapas ou planilhas. Ou seja, o repasse de informações de monitoramento ambiental na UHE Belo Monte está sendo realizada via equipe SIG-A. A consulta direta do Banco de Dados pelos diferentes usuários, por sua vez, é prevista ainda para o presente semestre, tendo em vista a adequação do SGP e a necessidade de realização de <u>mini-cursos</u> instrutivos para utilização da ferramenta Geoexplor. Com a utilização da ferramenta SGP, ainda nesse semestre, será possível acompanhar a troca de informações, desde o encaminhamento de dados brutos pelas empresas executoras até a sua disponibilização no Geoexplor. A averiguação da efetiva troca de informações e dados entre programas para os quais foi estabelecida a interação no PBA será possível apenas a <u>partir de dezembro</u>, quando as empresas executoras e coordenadoras estarão disponibilizando dados e informações de monitoramento ambiental realizados no presente semestre, via SGP. Até o referido mês as empresas executoras e coordenadoras estão sendo instruídas para a efetiva utilização das ferramentas integradas do SIG-A.	Evidências da troca de informações entre Programas e Projetos do PBA estarão disponíveis, segundo a NE, somente a partir de dezembro, devendo ser checadas na próxima missão.			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida Em Atendimento ou Parcialmente Atendida Não Atendida Atendimento Contínuo Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Sistema de Gestão / Implementação / Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)	Ação 13a: A alta direção da NE e do CCBM deverá <u>dar atendimento às não conformidades maiores dentro dos prazos</u> estipulados tanto pela Equipe de Supervisão da NE quanto do CCBM. As recomendações e suas tratativas deverão ser discutidas periodicamente e nas reuniões de Análise Crítica do SGI de ambos os Sistemas.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidências do atendimento às não conformidades maiores nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	Não foram reportados pela NE no seu 1º RSAP os indicadores de Não Conformidade / Ações Corretivas gerados pelo CCBM no período deste relatório. Foi encaminhado, como anexo ao 1º RSAP, um resumo das Não Conformidades Maiores resultantes das inspeções de campo realizadas pela equipe da Ferreira Rocha no período de setembro de 2011 a agosto de 2012, cinco relatórios de NCM abertas entre outubro e dezembro de 2012, e 14 NCM registradas em fevereiro de 2013. Em relação ao fluxo de não conformidades, evidenciou-se, por meio da Comunicação Interna CI-0031/2013-GCT/DS, que as NCM listadas acima, incluindo aquelas geradas no final de 2012, ainda tramitavam internamente à NE em abril de 2013. Apenas no dia 1/4/2013 essas NCMs foram encaminhadas da DS para a DC, para depois serem apresentadas ao CCBM. As atas das reuniões do CGA e de discussão dos Princípios do Equador, encaminhadas no RT_001-2012_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ver Ação 13b, a seguir), evidenciam a discussão das não conformidades entre os temas tratados. Conforme informado no 2º RSAP, não foram produzidos no período registros de não conformidades em relação ao meio ambiente da obra principal. Não houve também no período, por parte do CCBM, auditoria às ações de meio ambiente. A NE informa no RSAP que as equipes de SST e de meio ambiente estão em processo final de organização para iniciar as atividades de auditoria para o próximo trimestre, onde serão sistematizadas as demandas de forma a obter os resultados em tempo adequado à manutenção da qualidade das situações identificadas. Segundo informado perla NE no 3º RSAP, o procedimento de não conformidades foi revisado e apresentado no RSAP anterior, e a nova empresa coordenadora do PAC, BIOCEV, iniciou suas atividades em 14/10/2013. Parte da equipe da coordenadora já recebeu o treinamento da metodologia de gestão da conformidade em 18/10 e o restante passará pelo repasse até novembro. Em seguida, a nova equipe do PAC irá a campo para aplicar a ferramenta e avaliar a necessidade de novos ajustes ao procedimento. Além disso, em agosto foi criado o PS de supervisão ambiental da obra principal (OP), também de responsabilidade da BIOCEV.	Análise 1ª missão: <u>Não atendida.</u> A maior parte dos registros de não conformidades encaminhados foi gerada fora do período do monitoramento socioambiental. Não foram evidenciados registros para os meses de janeiro e março de 2013. Verificou-se que existe uma morosidade no processo de tratamento das não conformidades. A sistemática atualmente utilizada pela NE mostra-se burocrática, o que dificulta a resolução dos desvios identificados. De acordo com a NE, o padrão que estabelece a sistemática para tratamento das não conformidades foi revisado, o que promoverá maior celeridade ao processo de identificação e tratamento dos desvios identificados. Essas mudanças deverão ser avaliadas pela equipe do consultor socioambiental independente na próxima missão. Análise 2ª missão: Em relação a <u>Meio Ambiente</u>, conforme se observa na resposta da NE no 2º RSAP e na vistoria de campo de setembro, ainda não foi contratada a empresa coordenadora do PAC, que realizará a supervisão às OP, e, portanto, atualmente não está ocorrendo o registro de não conformidades por parte da NE. Além do fato da NE não estar realizando a supervisão das obras principais, o que é considerado grave, com a falta dos registros não há como avaliar se a revisão do sistema de tratamento de não conformidades trouxe algum progresso, já que o fluxo de não conformidades foi considerado moroso pelo consultor independente. Assim, no que diz respeito a Meio Ambiente, essa ação continua <u>Não Atendida</u>. Em relação a SST também não ficou clara a existência de uma sistemática de análise de conformidade periódica das ações corretivas por parte da Alta Direção da NE. O que ocorre, entretanto, é a apresentação dos resultados da supervisão pela EPBM à NE, o que tem gerado alguns resultados positivos. Resta, agora, a evidência de decisões (ações corretivas) sobre os resultados das constatações e conclusões pela NE. Essa ação continua <u>Não Atendida</u> também no que diz respeito a SST. Análise 3ª missão: Em relação a <u>meio ambiente</u>, a situação era considerada crítica até a última missão, já que a NE não realizava a supervisão das atividades do CCBM nas OP, e as não conformidades ainda tramitando no sistema eram aquelas geradas até abril/2013. Há inclusive não conformidades geradas desde outubro de 2012, e que ainda encontram-se pendentes. Agora, com a contratação da BIOCEV, será possível reiniciar		A partir do 4º RSAP	Apresentar evidências <u>consistentes</u> de atendimento às não conformidades. Evidência dos resultados da revisão do sistema de tratamento de não conformidades Ambientais de modo que inclua SST ou que se elabore e aprove um procedimento específico para tal.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				Assim, torna-se necessário permitir a atuação da BIOCEV para evidenciar o atendimento às ações de supervisão da obra, da continuidade de identificação de registros de desvios e eficácia da gestão da conformidade para propor qualquer nova revisão aos referidos documentos. Em relação a Meio Ambiente na OP, segue pequeno histórico sobre as NC informado pela NE: - Em 26/08/2013 foi encaminhada ao CCBM a correspondência CE-358/2013-DC-SO contendo 10 RNC's registradas entre março e abril/2013. - Em 29/08/2013, o CCBM encaminhou a correspondência CCBM 698/2013, apresentando as respostas para 24 NC's. - Em setembro, após vistoria de campo, foi encaminhada Planilha de Status das NC's para que o CCBM às ajustasse. - Em 9/10/13 foi encaminhada correspondência da presidência da NE (CE-108/2013-PR) aplicando a retenção de três milhões de reais devido às NC's ambientais não tratadas. - Com o início das atividades da BIOCEV, serão estruturadas em um plano de trabalho as atividades e responsabilidades das partes, incluindo os trâmites e tempo de resposta relativo às não conformidades. O 3º RSAP traz no ANEXO 5os trâmites e respostas do CCBM em relação às NC identificadas. Em relação a SST na OP, a NE informa que os resultados das auditorias realizadas pela NE sobre as atividades de SST do CCBM são apresentadas no ANEXO 5 do 3º RSAP, incluindo as respostas do CCBM em relação às não conformidades identificadas.	as atividades de supervisão da NE sobre as OP, o que deverá gerar algumas não conformidades. A partir disso será possível verificar se o sistema de tratamento de não conformidades revisado ganhou maior agilidade. Atenta-se também para o fato positivo da NE ter penalizado o CCBM por não conformidades não tratadas. Em relação a <u>SST</u> ainda não foi evidenciado que exista uma reunião de análise crítica no âmbito da NE que inclua a Alta Administração, apesar de ter sido possível evidenciar a participação da NE (Técnico de Segurança do Trabalho) e EPBM (Engenheira de Segurança) em reuniões quinzenais onde são discutidas as RNCs registradas. Para o próximo período existe a expectativa proveniente do ingresso da Coordenadora do PAC, a BioCev, que também deve contribuir para essa análise crítica.			
	Ação 13b: Evidenciar, por meio das Atas das Reuniões de Análise Crítica da NE e CCBM, a participação efetiva de representantes da Alta Administração no conhecimento e tratativa das demandas ambientais, de SST e de responsabilidade social de maior gravidade.	Quando da realização das Reuniões de Análise Crítica	Quando da realização das Reuniões de Análise Crítica	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2012_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, foram apresentadas cópias de Atas de reuniões do Comitê de Gestão Ambiental - CGA ocorridas em 8, 15 e 22/10/2012; 12, 19 e 26/11/2012; e 03/12/2012. Temas tratados: sistema de alerta; vistoria do IBAMA; plano de ação para atendimento de eventuais pendências emergenciais detectadas; princípios do equador; relatórios do IBAMA (estratégias para elaboração do próximo e discussão sobre lacunas, inconsistências e fragilidades do anterior); comitê da licença de operação; reuniões e seminários do IBAMA; aplicação do tratamento e registro de não conformidades; entre outros. Foram apresentadas, também, memórias das reuniões realizadas com as Diretorias, Superintendências e Gerências (DS) da Norte Energia S.A. responsáveis pelos temas de atendimento ao Plano de Ação dos Princípios do Equador – novembro de 2012, e a apresentação Geral sobre as demandas urgentes do Plano de Ação mostra os temas que foram abordados com as diferentes Diretorias,	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>parcialmente atendida</u>. As atas de reuniões semanais do CGA foram apresentadas somente relacionadas a reuniões ocorridas até dezembro de 2012, fora, portanto, do período de cobertura desta missão de monitoramento. Em relação às reuniões de diretoria, foram apresentadas as atas de reuniões ocorridas em 27 e 28 novembro e em 06 de dezembro de 2012, fora também do período de cobertura desta missão de monitoramento. Não foram apresentadas evidências da ocorrência de reuniões do Comitê de Meio Ambiente. Não há evidência de reunião ocorrida no período de avaliação deste Relatório de Monitoramento Socioambiental. Análise 2ª missão:	1) ✓ 2) ✓ 3)	4º RSAP	1) Apresentar documento do SGA que descreve a sistemática do processo (ou reunião) de análise crítica da NE (PS). 2) Apresentar evidências da realização das reuniões de análise crítica da NE em atendimento ao PS que será elaborado. 3) Apresentar registros das análises críticas realizadas pelo CCBM para avaliação do grau de implementação do SGI, e respectivas

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				Superintendências e Gerências (DS) da NE. - Do CGA, cujas reuniões ocorrem semanalmente desde 06/06/11, em Brasília, participam gerentes e superintendentes da NE; gestor ambiental e coordenador de projetos da Ferreira Rocha; e representantes das empresas coordenadoras dos programas e projetos do PBA. - As reuniões de Diretoria também ocorrem semanalmente, com presença de todos os Diretores da NE (Diretores Presidente, Socioambiental, de Operações, de Construção e Montagem, Financeiro e de Gestão). - As reuniões do Comitê de Meio Ambiente da NE tem participação de representantes de todos os acionistas da empresa (Eletrobrás, CHESF, Eletronorte, PETROS, FUNCEF/CEVIX, Belo Monte, Amazônia Energia e Vale), e ocorrem sem periodicidade previamente definida, sempre que há assuntos relevantes. Não foram evidenciadas as Atas de Reunião de Análise Crítica do SGI do CCBM. No 2º RSAP são apresentadas as atas das reuniões do CGA realizadas entre abril e junho (reuniões nos dias 10, 17 e 24/04; 03, 09 e 23/05; e 06 e 27/06). Além dessas, o RSAP informa que, no período da 2ª missão, foram realizadas reuniões de grupos de trabalho específicos, coordenados em sua grande maioria pela empresa gestora e com periodicidade semanal. Esses GTs são formados na medida em que se identificam grupos de Programas e Projetos do PBA com nítida interface. Hoje há os seguintes GTs: GT RUC (Reassentamento Urbano Coletivo), 14 reuniões no período; GT OPP (Orla, Praias e PACUERA), 12 reuniões; GT RH (Recursos Hídricos), 4 reuniões; e GT Desmatamento, para o qual não foi informado se houve reuniões no período. O 2º RSAP informa também que são realizadas reuniões ordinárias com periodicidade mensal entre a empresa gestora (FR) e o CMA. Quanto à participação da NE nas reuniões de análise crítica do CCBM, o 2º RSAP informa que as diretorias de Gestão, de Construção e Socioambiental interagem diretamente com o CCBM e EPBM para os temas relacionados ao controle da poluição e SST, o que é feito por meio de reuniões periódicas. Na NE apresentou, no ANEXO 2.3-2.4 do 3º RSAP, as atas das reuniões realizadas com o CGA/NE no período de julho a setembro. Segundo a NE, será avaliada a eficácia de criação de um	Considera-se esta ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida</u>. Em relação ao período da 1ª missão, ressalta-se que foram realizadas reuniões do CGA entre janeiro e março, diferentemente do que foi afirmado na análise acima (reuniões em 07, 14, 21 e 28/01; em 04, 20 e 25/02; e em 04, 12 e 18/03). Em relação às reuniões de análise crítica, considera-se que é necessário que a NE insira nos procedimentos do SGA a sistemática para condução dessas reuniões, a qual deverá incluir: - periodicidade; - participantes (com participação obrigatória da alta administração); - principais resultados do período, incluindo: recomendações do consultor independente, não conformidades, acompanhamento dos objetivos e metas do SGA, consultas e reclamações recebidas no período, implementação do SGA, etc (entradas); - ações derivadas da análise crítica (saídas). Ressalta-se que as reuniões do NCA não substituem a reunião de análise crítica, já que não incluem participação da alta administração da NE. Em relação às reuniões de análise crítica do CCBM, avalia-se, diferentemente do que foi inicialmente requerido, que a NE não precisa obrigatoriamente participar das mesmas. É importante, no entanto, que o CCBM reporte os resultados dessas reuniões à NE. No 2º RSAP foi informado que esse reporte ocorre nos RGM-E do PAC, documento de circulação interna à NE. Mais uma vez reitera-se a necessidade de que esses RGM-E do PAC sejam encaminhados para análise do consultor independente. <u>Análise 3ª missão:</u> <u>Em atendimento.</u> Reitera-se a necessidade de apresentar documento do SGA que descreva a sistemática do processo (ou reunião) de análise crítica da NE, conforme discutido em reunião com a Ferreira Rocha. Caso a decisão da NE seja mesmo a de separar a gestão ambiental da gestão de SST, esta deve determinar como deverá ocorrer a análise crítica sobre assuntos de SST e quem deverá participar dessa análise. Em relação ao CCBM, ressalta-se que devem ser apresentados registros referentes às análises críticas realizadas para avaliação do grau de implementação do SGI e respectivas ações para sua melhoria contínua.			ações para sua melhoria contínua.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida Em Atendimento ou Parcialmente Atendida Não Atendida Atendimento Contínuo Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				PS que descreva as atividades relacionadas à análise crítica, e a depender da decisão da NE até o final de novembro será encaminhado para validação. Em relação ao CCBM, a NE incluiu, como solicitado, os RGM-E do PAC no ANEXO 3.2 do 3º RSAP. No entanto, informa que não foram fornecidas pelo CCBM as atas relativas à análise crítica do SGI.				
	Ação 13c: Iniciar a <u>supervisão / fiscalização de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho em todas as empresas contratadas para a execução das Obras e Equipamentos Sociais do PBA</u> , em conformidade com o Procedimento para Supervisão de Obras e Equipamentos Sociais elaborado pela NE.	1. Antes do 1º Desembolso Financeiro. 2. Antes do 1º Desembolso Financeiro.	1. Apresentar evidências da aplicação do Procedimento para Supervisão de Obras e Equipamentos Sociais da NE. 2. Apresentar evidência de controle de Não Conformidades e Ações Corretivas / Preventivas implantadas.	No prazo estabelecido para a ação, foi informado que as vistorias estão em andamento, e que serão adequadas ao formato dos procedimentos apresentados no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 . As evidências das vistorias realizadas até o momento são apresentadas no ANEXO III do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, juntamente com o Termo de Referência para contratação de empresa especializada para a realização de inspeções e auditorias de SST das obras do entorno e atividades do PBA, prevista para o 1º Trimestre de 2013. Foi informado que os procedimentos para as inspeções, supervisão e auditorias serão aplicados com as respectivas evidências de rotina a partir do 1º Semestre de 2013, porém na data da missão foi evidenciado que este processo ainda não havia sido iniciado, conforme detalhado no Capítulo 4.0 . O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , enviado em 01/07/2013, informa que, após a emissão do Termo de Referência para contratação de equipe para a realização de inspeções de SST das obras do entorno, foram recebidas propostas de diferentes empresas. Optou-se também por em realizar um estudo para contratação de equipe interna. No momento, ambos os resultados estão em análise pelas Diretorias da NE, para respectiva tomada de decisão. Assim que contratada a equipe, será iniciada a rotina de inspeções e supervisão de SST e condições de trabalho das obras do entorno. No 2º RSAP foram encaminhadas evidências de supervisão de SST sobre as obras do entorno no período. Foi encaminhado o Padrão de Sistema de Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho para as OP e OE, revisado pela equipe de SST em conjunto com a Ferreira Rocha, assim como os formulários anexos ao Plano (modelos de <i>checklist</i> e de registros a serem gerados nas inspeções de SST), que também foram padronizados. Também foram encaminhados indicadores de SST criados pela equipe. Os procedimentos descritos já estão em execução pela área de SST, aguardando aprovação formal do plano pela Diretoria Colegiada. Em relação à supervisão das OE, ainda não foram	Análise 1ª missão: <u>Não Atendida.</u> O fato de não haver indicadores de resultados que demonstrem conformidade com os Padrões Sociais, Ambientais, de Segurança e Saúde e de Condições de Trabalho para as <u>Obras do Entorno</u> e <u>Programas Ambientais</u> impõe um risco alto para o empreendimento, relacionado principalmente a potencial ocorrência das seguintes situações: acidentes graves / fatais, autuações ou embargos por parte do Ministério do Trabalho, e acidentes com as comunidades diretamente afetadas por estas obras. Durante a inspeção seletiva de empresas subcontratadas para as Obras do Entorno, pôde-se evidenciar que em alguns casos o dimensionamento da equipe de SST não atende o exigido pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho (NR-04). Nas empresas seletivamente inspecionadas verificou-se que existem falhas/deficiências em alguma documentação. Em uma dessas empresas, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) ainda não havia sido instituída em conformidade com a NR-05. Não há evidências que os principais Programas de SST exigidos por lei (PPRA, PCMAT e PCMSO) dessas empresas subcontratadas esteja sendo plenamente conforme com a legislação aplicável. Por essa amostragem, verifica-se a necessidade de uma equipe de supervisão constantemente em campo. Análise 2ª missão: A Supervisão das OEs realmente foi iniciada pela Equipe de SST – OE (1 Coordenador de SST, 1 Analista Ambiental e 5 Técnicos de Segurança) em setembro de 2013. Assim, nenhuma evidência foi gerada para o 2º RSAP. Além disso, a Norma apresentada ainda encontra-se em minuta, não aprovada. Esta recomendação, portanto, continua em andamento, apesar dos evidentes avanços. Análise 3ª missão: <u>Em atendimento.</u> Apesar de ter sido evidenciada evolução na supervisão das OEs e Executoras do PBA, os resultados ainda são mínimos: o 3º RSAP ainda não trouxe informações de desempenho ou análise crítica do período; até setembro de 2013, apenas 33% das empresas haviam sido inspecionadas; e, na missão de		A partir do 4º RSAP	Apresentar Relatório de desempenho do Plano(s) Diretor(es) de SST/MA ou equivalente que contemple a OP e OEs/Executoras do PBA/Subcontratadas da NE. O desempenho poderá ser informado no RSAP ou através do já proposto RGM-OE. Apresentar evidências mais consistentes e análise crítica das atividades de supervisão das OEs.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a
Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				encaminhados registros das inspeções que estão sendo realizadas pela equipe de 6 técnicos recém contratados para esta função. Foram evidenciadas apenas algumas correspondências enviadas pela NE a subcontratadas, principalmente a SA Paulista, notificando sobre irregularidades observadas nessas inspeções. No 3º RSAP a NE informou que houve uma reestruturação recente na empresa, a partir da qual a responsabilidade pelas OE passou a ser da DS, estando, portanto, fora do contexto da DG, responsável somente pela OP. Neste sentido, os procedimentos de SST para OE e OP estão em revisão. É apresentado no ANEXO 5.2-3 do 3º RSAP o plano de trabalho previsto para a organização das atividades relativas à supervisão das OE, bem como os resultados obtidos no período.	monitoramento de novembro, foram identificadas pendências que já haviam sido evidenciadas na missão de julho, ocorrendo assim morosidade no tratamento das mesmas. Na reunião realizada entre a consultoria independente e a Ferreira Rocha no dia 02/12/2013, a empresa gestora informou ter realizado uma auditoria de SST em algumas das obras de entorno, e que o volume de pendências identificadas trouxe uma preocupação substancial sobre o desempenho e nível de atendimento legal por parte dessas empresas. A informação trazida pela FR não traz novidades, já que a consultoria independente tem reiterado desde a <i>Due Diligence</i> a necessidade da NE implantar a supervisão ambiental e de SST sobre suas contratadas, de modo que possa identificar e exigir a correção das pendências. Além disso, através das RNCs será possível identificar as causas das NCs e determinar ações corretivas e, eventualmente, preventivas para melhoria contínua.			
	<u>Ação 13d:</u> Iniciar a implementação do <u>Procedimento para Supervisão dos Requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho da Obra Principal.</u>	1. Antes do 1º Desembolso Financeiro.	1. Apresentar evidências da aplicação da Lista de Verificação dos Requisitos de Saúde, Segurança e Condições de Trabalho aplicáveis à obra Principal.	No prazo estabelecido para a ação, foi informado que as vistorias estão em andamento, e que serão adequadas ao formato dos procedimentos apresentados no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00. As evidências das vistorias realizadas no segundo semestre de 2012 foram apresentadas no ANEXO III do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00. Foi informado que os procedimentos para as inspeções, supervisão e auditorias serão aplicados com as respectivas evidências de rotina a partir do 1º Semestre de 2013. Evidências não submetidas no 1º RSAP da NE. O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa que as vistorias da NE estão Sendo realizadas pela EPBM, evidenciadas no RSAP (período janeiro a março de 2013) e em documentos posteriores encaminhados ao consultor socioambiental como demanda da vistoria de maio/2013. As ações da NE são conjuntas entre o CCBM e a EPBM. O formato de supervisão conforme preconizado no procedimento (em revisão) está em processo de adequação. O 2º RSAP apresenta os resultados de supervisão da NE/EPBM sobre as atividades de SST do CCBM. Além disso, informa que foram realizadas, no período, reuniões entre as equipes de gestão e de SST da NE, da EPBM e do CCBM, de forma a alinhar o atendimento aos procedimentos, bem como ajustar as metodologias e os resultados entre as partes. A NE entende que os resultados apresentados no 2º RSAP já demonstram um melhor atendimento de ambas	<u>Análise 1ª missão:</u> <u>Não atendida.</u> Conforme abordado anteriormente no Capítulo 4.0, a NE, através da EPBM (Eng. Proprietário), ainda não começou a gerar registros / indicadores satisfatórios para evidenciar que existe um processo estruturado de supervisão das atividades da OP (inclui o CCBM e todas as suas subcontratadas). Cumpre ressaltar que há uma grande quantidade de Programas Ambientais que possuem riscos altos de SST e que atualmente não estão sendo objeto de supervisão. Assim, esses Programas também deverão ser incluídos no escopo do processo de supervisão de SST. <u>Análise 2ª missão:</u> Neste 2º RSAP a NE demonstrou, através da EPBM, ter implantado um controle bastante satisfatório da supervisão de SST da OP. Pode-se considerar esta ação como plenamente <u>atendida.</u>			
		2. Antes do 1º Desembolso Financeiro.	2. Apresentar evidência de controle de Não Conformidades e Ações Corretivas / Preventivas implantada.	O formato de supervisão conforme preconizado no procedimento (em revisão) está em processo de adequação. O 2º RSAP apresenta os resultados de supervisão da NE/EPBM sobre as atividades de SST do CCBM. Além disso, informa que foram realizadas, no período, reuniões entre as equipes de gestão e de SST da NE, da EPBM e do CCBM, de forma a alinhar o atendimento aos procedimentos, bem como ajustar as metodologias e os resultados entre as partes. A NE entende que os resultados apresentados no 2º RSAP já demonstram um melhor atendimento de ambas	<u>Análise 1ª missão:</u> <u>Não atendida.</u> A EPBM (Eng. Proprietário) ainda não tinha começado, na data da vistoria de campo, a gerar registros / indicadores satisfatórios para evidenciar que existe um processo estruturado de supervisão das atividades da OP (inclui o CCBM e todas as suas subcontratadas). <u>Análise 2ª missão:</u> Neste 2º RSAP a NE demonstrou, através da EPBM, ter implantado um controle bastante satisfatório para as NCs e outros registros de SST da OE. Porém, um controle eficiente inclui a implementação de ações estruturadas a partir dos desvios encontrados, através de uma análise de dados e uma Reunião de Análise Crítica (para as quais não foram apresentadas evidências pela NE).		A partir do 4º RSAP	Revisão do sistema de tratamento de não conformidades Ambientais (PS), de modo que inclua SST, ou elaboração e aprovação de procedimento específico para SST.

Legenda:				
	Plano de Ação		Reportado pela Norte Energia	 Avaliação do Consultor Socioambiental Independente

 Atendida
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida
  Não Atendida
  Atendimento Contínuo
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				as partes, esperando-se para o próximo RSAP um avanço na análise de resultados e respectivos indicadores. A NE apresentou, no ANEXO 5.2-2 do 3º RSAP, os resultados da supervisão de SST da NE sobre a obra principal e controle de não conformidades obtidos no período.	Nesse sentido, considera-se a presente ação <u>em atendimento</u> , até que sejam apresentados mecanismos de tomada de decisão que evidenciem um efetivo controle das não conformidades. Nota: ficou claro que cada uma das não conformidades está sendo encerrada, mas não é evidente se, no conjunto, os resultados são satisfatórios para a NE. <u>Análise 3ª missão:</u> <u>Em atendimento.</u> No procedimento atualmente utilizado (NE/EPBM exige que CCBM registre as NCs em seu sistema de gestão) existe um equívoco conceitual, pois não há garantia de registro de não conformidade para aqueles eventos sistêmicos, ou seja, que se apresentam de forma repetida, demonstrando ineficiência em seu tratamento. Ainda nesta sistemática, pôde-se constatar diversas RNCs registradas pelo CCBM com análise superficial das causas e, as consecutivas correções costumam tratar o efeito, não as reais causas. Além disso, as RNCs registradas pela EPBM possuem caráter de correção, ou seja, tratam a consequência. Para o próximo período existe a expectativa proveniente do ingresso da Coordenadora do PAC, a BioCev, que também deverá acrescentar ainda mais experiência nessa supervisão.			
Ações 14, 15 e 16 - 6 meses antes do início da operação da última turbina.								
Sistema de Gestão / Planos e Procedimentos / Resposta a Consultas e Reclamações	Ação 17: a) Aprimorar a atual sistemática de recebimento de consulta e reclamações, consolidando em um banco de dados integrado todas as consultas e reclamações recebidas através de diversos canais (Mecanismo de Consulta via E. Labore, Comunicação Indígena, Equipe fundiária, comunicação institucional, etc). b) Incluir, nos mecanismos de registro já existentes, informações sobre as respostas dadas e o tempo de atendimento. c) Incluir indicadores de tempo de atendimento a reclamações e	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar procedimento documentado do sistema de recebimento de consulta e reclamações que defina o fluxo de informação, as responsabilidades e os instrumentos utilizados, incorporando as recomendações feitas na coluna anterior.	No RT_002_2013_Princípios_do_Ecuador_R00 foi apresentado o Padrão de Sistema do Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade (OS NE GABM SGA 002/2013), aplicado no Plano de Comunicação do PBA, e considerado pela NE suficiente e abrangente para os objetivos do programa. Informou que está em processo de constituição um Comitê interno de comunicação social da DS, por meio do qual será motivada, junto às diretorias da NE, a formação de um conselho de comunicação. A partir desta constituição serão acionados os contratados da NE para avaliar a presente demanda. O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , enviado em 01/07/2013, informa que a sistemática das informações de comunicação está em fase final de formatação (pelo SIAGI) e em breve será possível apresentar os indicadores e dados estatísticos de todos os canais de comunicação conforme preconizado pelos Princípios do Equador. O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 informa também que se espera, com o Comitê Interno de Comunicação Social da Diretoria Socioambiental, criado em 04/03/2013, a promoção das atividades de integração entre os diversos canais (Mecanismo de Consulta via E. Labore, Comunicação Indígena, Equipe fundiária, comunicação institucional, etc).	Análise 1ª missão: Os procedimentos do Sistema de Articulação e Interação Social (SAIS) foram verificados em reunião e por documentação recebida após a vistoria de campo. Foi definida uma sistemática de recebimento de consulta e reclamações, consolidadas em um banco de dados, com possibilidade de consulta e diversas formas de sintetizar os dados. Nas informações fornecidas consta a origem das consultas, mas não a fonte. Nesse caso, não é possível saber se há integração dos diversos canais de consulta e reclamações, quer sejam da comunidade por meio dos programas e projetos, quer seja do trabalhador. Por outro lado, no 1º RSAP, a NE comprometeu-se a encaminhar, a partir do próximo relatório trimestral, análises mais específicas quanto às demandas, avaliação da pertinência das reclamações e reivindicações, indicadores do tempo de resposta aos moldes solicitados pelos Princípios do Equador, entre outras análises, quando então estará efetivamente em pauta o funcionamento completo do Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Informação - SIAGI. A Planilha de Sistematização – Central de atendimentos “Belo Monte Aqui” constam informações sobre as respostas dadas e nos procedimentos do Sistema de Articulação e Interação Social (SAIS) há indicador de tempo de atendimento às consultas. Considera-se, da Ação 17, que: Item a) está <u>parcialmente atendido</u> . Item b) está <u>atendido</u> .	a)  b)  c)  d) 	A partir do 4º RSAP	Incluir informações sobre todos os canais de comunicação e reclamação.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo   Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	consultas. d) Formalizar a sistemática de recebimento de consultas e reclamações em um procedimento que defina o fluxo de informação, as responsabilidades e os instrumentos utilizados.			Como resposta à recomendação estabelecida para atendimento ao item a) desta ação, a NE informou, no 2º RSAP, que o Sistema de Comunicação do PBA tem como público alvo a comunidade da AID, incluindo a comunidade em geral, os afetados pelas questões fundiárias e a comunidade ribeirinha. Em relação à comunicação indígena, esta é feita por meio de programa específico do PBA-CI. Em relação ao SIAGI, a NE informa que o acesso foi liberado à empresa gestora (FR) no início de agosto de 2013, porém, ainda não estão disponíveis todas as informações contidas como estrutura prevista no citado procedimento. Segundo a NE, os resultados passíveis de apresentação foram incluídos como anexo ao RSAP (Anexo 2.4). A NE ressalta que as questões levantadas nesta demanda foram apontadas pelo consultor independente em reunião realizada com as diretorias financeira e socioambiental da NE em 08/08, as quais ficaram de avaliar, junto às demais partes envolvidas, a possibilidade de integração entre os diferentes aspectos. Segundo a NE, o ANEXO 3-4 do 3º RSAP apresenta os resultados do programa de comunicação do PBA-CI. No capítulo 2.4 do 3º RSAP e respectivos anexos, por sua vez, são apresentados os resultados relativos ao programa de comunicação do PBA. De acordo com a NE, a possibilidade de integração continua em pauta junto às diretorias e setores técnicos da NE diretamente envolvidos no assunto.	Item c) está atendido. Item d) está <u>atendido</u>. Análise 2ª missão: Em relação ao Item a), não foram consolidadas em um único banco de dados integrado as consultas e reclamações recebidas por diversos canais. Foi evidenciado que o Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Informação (SIAGI) está sendo disponibilizado para a NE, com detalhamentos de consultas passíveis de pleno acompanhamento das consultas e reclamações da comunidade. Foram evidenciados também os mecanismos de divulgação, consulta e reclamações do CCBM, que estão em pleno funcionamento e muito bem organizados. É preciso considerar que há dificuldade em integrar os diferentes bancos de dados, uma vez que as fontes de acompanhamento, empresas contratadas, universo de partes interessadas são muito diferenciados. Assim, considera-se que o Item a) continua com status de <u>Parcialmente Atendido</u>. Análise 3ª missão: Conforme discutido na 3ª Missão, a integração entre os canais de comunicação com os diversos públicos-alvo é uma meta a ser perseguida, basicamente buscando que os vários programas de comunicação com públicos alvo específicos possam compartilhar informações de seus respectivos bancos de dados. Embora esta integração venha sendo implementada, o 3º RSAP não apresentou evidências de comunicação social de vários programas. Assim, o Item a) da recomendação continua <u>Parcialmente Atendido</u>.			
Sistema de Gestão / Implementação / Divulgação e Consulta Continuada	Ação 18a: Encaminhar documentação comprobatória do atendimento ou justificativa do não atendimento às demandas e contribuições das partes interessadas que se manifestaram nas Audiências Públicas sobre o EIA do empreendimento.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar documentação comprobatória.	No prazo estabelecido para a ação, a NE apresentou, nos ANEXOS IV.A e IV.B do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, evidências do processo de divulgação que antecedeu às audiências públicas do EIA-RIMA, bem como dos registros das mesmas. Foi informado sobre a realização da sistematização das perguntas das APs e respectivo relatório resumo dos eventos, e que no início de fevereiro seria encaminhado um “book” contendo os materiais que foram veiculados às partes interessadas, emitidos a partir da obtenção da LI da UHE Belo Monte. Posteriormente foi informado, no RT_002-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, que o “book” com a demonstração de que as demandas expostas pela comunidade desde o início do licenciamento são respondidas, seria encaminhado junto com as demandas programadas para 18/03 (90 dias após a assinatura do contrato).	Considera-se esta ação <u>atendida</u> .			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				No ANEXO V do RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00—são encaminhados os materiais de comunicação em papel veiculados desde a emissão da LI. No RGM-E sobre o 7. Plano de Relacionamento com a População / 7.2. Programa de Interação Social e Comunicação, enviado por solicitação do consultor socioambiental após a vistoria de campo, estão listados todos os documentos elaborados e divulgados por este programa, evidenciando que são realizadas reuniões periódicas com a comunidade por meio das comissões, grupos de trabalho e comitês organizados para diferentes programas (ex: Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu do FASBM, Comitê Permanente de Acompanhamento do STE).				
	Ação 18b: Elaborar Relatórios Periódicos, a serem enviados às partes interessadas, sobre a evolução dos aspectos que provocaram sua manifestação nas Audiências Públicas sobre o EIA do empreendimento.	Compilado em tabela a ser apresentada como Anexo aos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidência do encaminhamento dos Relatórios Periódicos nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	No 1º RSAP, Anexo_2-3_3_Plano de Ação, a NE argumenta que as ações planejadas dentro do programa de interação social e comunicação social já consideraram as demandas das partes interessadas. Na rotina das atividades deste programa, a análise dos resultados é realizada semanalmente, permitindo direcionar ações e materiais a cada caso. No 2º RSAP a NE informa que o SIAGI teve acesso liberado em seu “módulo cliente” no início de agosto de 2013, porém, ainda não estão disponíveis todas as informações contidas como estrutura prevista no procedimento. Espera-se consolidar a presente demanda para o próximo RSAP, a ser emitido em outubro. O capítulo 2.4 do 3º RSAP, e seus respectivos anexos, apresentam os resultados relativos ao programa de comunicação do PBA.	Análise 1ª missão: Observou-se que, mesmo que os resultados sejam analisados semanalmente, isto não está compilado em tabela, conforme solicitado. A recomendação é que seja demonstrado que as respostas às indagações da comunidade são fornecidas, assim como a evolução dos aspectos que provocaram sua manifestação. Considera-se esta ação <u>não atendida</u>. Análise 2ª missão: Atendimento não evidenciado. Ação permanece com status de <u>Não Atendida</u>. Análise 3ª missão: <u>Atendida</u>. Foi evidenciado, durante a missão, o atendimento das demandas das partes interessadas, com material descritivo detalhado no documento “Perguntas e Respostas” do SIAGI.			
	Ação 18c: Criar uma segunda instância para atendimento dos casos em que os solicitantes não se sintam totalmente atendidos pelos atuais canais disponíveis para reclamações. Deve ser informado ao solicitante que ele possui uma segunda opção para atendimento. Nessa segunda instância, um Comitê de reclamações composto por um responsável da alta direção da NE e outras partes interessadas deverá analisar e preparar as respostas às	1. No primeiro Relatório Trimestral de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidência da constituição do Comitê de reclamações no Relatório Trimestral de Conformidade Socioambiental.	1. Segundo descrito no 1º RSAP, Anexo_2-3_3_Plano de Ação, “dentro da estratégia de comunicação e interação social da Norte Energia foi criado, em 04/03/2013, o Comitê Interno de Comunicação Social da Diretoria Socioambiental, que se reúne com periodicidade mensal em Altamira e congrega: (i) representantes da Superintendência do Meio Socioeconômico que atuam na coordenação do Comitê; (ii) representantes da empresa Executora, (iii) representante da Superintendência dos meios físico, biótico, de assuntos fundiários e relocação, (iv) representantes das empresas Coordenadoras (v) representantes da empresa Gestora, (vi) representante das Gerências de Coordenação Técnica, dos meios físico, biótico, fundiário e de engenharia. O Comitê Interno de Comunicação Social da Diretoria Socioambiental tem por finalidade integrar os planos e programas do PBA, no esforço de identificar e sistematizar a oferta e demanda de informações para as ações de comunicação no âmbito da Diretoria Socioambiental. A 1ª Reunião deu-se no dia 20/03/2013, quando foi feita uma síntese do Programa de Interação Social e Comunicação.	Análise 1ª missão: Na descrição do objetivo do Comitê não fica claro que a sua finalidade é funcionar como a segunda instância de atendimento, conforme requerido na ação. A própria composição do Comitê traz dúvidas sobre isso. Enquanto a atuação do Comitê não estiver bem detalhada, considera-se esta ação <u>não atendida</u>. Análise 2ª missão: Atendimento não evidenciado. Ação permanece com status de <u>Não Atendida</u>. Análise 3ª missão: Foi feita apresentação do procedimento durante a 3ª Missão, o qual foi considerado adequado. Recomendação <u>Atendida</u>.			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	consultas e reclamações.			Segundo informado pela NE no 2º RSAP, as questões levantadas nesta demanda foram apontadas pelo consultor independente em reunião realizada com as diretorias financeira e socioambiental da NE em 08/08, as quais ficaram de avaliar, junto às demais partes envolvidas, a possibilidade e respectiva forma de atendimento. No 3º RSAP a NE informou que o CIC - Comitê Interno de Comunicação será um espaço de discussão colegiada e de retorno nos assuntos afetos ao PBA e interface com outras áreas da empresa, vindo este a configurar-se em um canal de consultas e reclamações de 2ª instância, em caráter recursal de atendimento a demandas recorrentes ou não adequadamente sanadas junto às partes interessadas por meio dos canais usuais. Portanto, as demandas apresentadas e discutidas no âmbito do CIC serão avaliadas em conjunto com as demais diretorias da Norte Energia, conforme o caso, e devolvidas para a empresa executora do Programa para operacionalização (preparar as respostas às consultas e reclamações) e dar retorno ao demandante, cuja conclusão deverá ser devidamente registrada e acompanhada. O CIC terá um representante da alta direção na sua composição, por esta designado. Reclamações relacionadas a trabalhadores serão devidamente encaminhadas à área em questão da mesma forma que as demais questões trazidas no âmbito do CIC e, igualmente, será dado o devido retorno. Este e outros detalhes serão conhecidos a partir da próxima reunião agendada para 31/10 em Altamira.				
		2.Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidências da atuação do Comitê de reclamações.	2. Não evidenciado. Mais uma vez o 2º RSAP não traz evidências da atuação do Comitê de Reclamações. O RSAP apenas menciona que recentemente passaram a ocorrer as reuniões do Comitê Interno de Comunicação, mas não informa datas, não apresenta atas, nem informa a periodicidade esperada para as mesmas. No entanto, como se observa na análise do item 1, acima, ainda há dúvidas de que esse Comitê Interno de Comunicação tem a finalidade de funcionar como a segunda instância de atendimento. Resposta 3º RSAP: ver resposta ao item acima.	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>não atendida</u>. Análise 2ª missão: Atendimento não evidenciado. Ação permanece com status de <u>Não Atendida</u>. Análise 3ª missão: Foi feita apresentação do procedimento durante a 3ª Missão, o qual foi considerado adequado. Resta ainda incluir evidências de funcionamento no próximo RSAP. <u>Em atendimento</u>.	✓	4º RSAP	Apresentar evidências de funcionamento do Comitê Interno de Comunicação
	Ação 18d: Apresentar os resultados das consultas junto às populações indígena e ribeirinha sobre o novo sistema de transposição de embarcações a ser adotado para o projeto.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar resultados das consultas.	No prazo estabelecido para a ação foi informado que, por ocasião do início da operação do STE (dezembro de 2012), foram realizadas as comunicações às partes interessadas – populações indígena e ribeirinha, além das prefeituras municipais e outras instituições envolvidas (evidências no ANEXO IV do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00). O 2º RSAP apresenta, como anexo, os resultados das	Análise 1ª missão: <u>Parcialmente atendida</u>. As consultas vêm sendo realizadas pela equipe responsável pelo STE. Os resultados foram apresentados através de comunicação pessoal. Não foi disponibilizada uma consolidação em relatório. Os únicos dados disponibilizados são quantitativos, especificando número e tipos de embarcação que utilizaram o STE no período de dez/12 - maio/13.	✓!	4º RSAP	Relatório com resultados das consultas, especificando o posicionamento dos indígenas. Apresentar resultado de entrevistas e evidência

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✓ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✓! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				consultas e material veiculado no período junto às comunidades indígenas e ribeirinhas. Segundo a NE, o ANEXO 3-4 do 3º RSAP também apresenta os resultados do programa de comunicação do PBA-CI.	<u>Análise 2ª missão:</u> Parcialmente atendida. Os dados apresentados compreendem apenas o período de fevereiro a maio de 2013. As informações analisadas remetem à avaliação dos usuários sobre a qualidade dos equipamentos, sinalização e atendimento, incluindo o registro das reclamações. Não há identificação da avaliação dos usuários indígenas. <u>Análise 3ª missão:</u> Parcialmente Atendida. Os resultados do programa de comunicação indígena não apresentam informações sobre a avaliação dos usuários indígenas e ribeirinhos a respeito do STE. Não há publicação dos registros da avaliação dos usuários para o período posterior a maio/13.			de mecanismo constante de consulta e reclamações no local.
Princípios do Equador 02 e 04 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 02								
Política de Recursos Humanos / Empregados – Conformidade Legal - Princípios Fundamentais da OIT – Saúde e Segurança	Ação 19: Formalizar, nas resoluções e instruções normativas de Recursos Humanos, os procedimentos de garantia de que não haja qualquer tipo de discriminação nos processos de recrutamento e seleção de novos funcionários, na política de cargos e salários, na política de promoção e no processo de desmobilização de mão de obra.	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar revisão das resoluções e instruções normativas de Recursos Humanos, incluindo as considerações sobre proibição de atos discriminatórios.	No RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que a demanda seria atendida no 1º RSAP (abril/2013). No 1º RSAP, Anexo_2-3_3_Plano de Ação, foi justificado que “já foram apresentados nos relatórios anteriores documentos relativos à política de Gestão de Pessoas da Norte Energia, a qual dá garantias de que não haja qualquer tipo de discriminação nos processos de recrutamento e seleção de novos funcionários. Está em finalização, pelas diretorias da Norte Energia, a Política de Governança e demais procedimentos que regularizam os critérios já aplicados pela empresa. Esses documentos serão encaminhados assim que aprovados pela NE.” Como resposta a esta demanda, o 2º RSAP apresenta em anexo os seguintes documentos: (i) Plano de Gestão e Governança da NE (minuta); e (ii) política de capacitação e desenvolvimento profissional. A NE ressalta que o seu Plano de Gestão contempla as instruções Normativas da área de Recursos Humanos, em especial a IN de Recrutamento e Seleção, na qual consta, dentre outros itens, a preocupação em um processo seletivo idôneo e isento de qualquer forma de discriminação, bem como a política de promoção, enquadramento e cargos e salários, política de Mobilização e Desmobilização de pessoal. A NE aponta ainda que o Plano Diretor foi revisado pela equipe de SST para refletir a realidade de trabalho, tanto para a OP quanto para a OE, e que seria apresentado em Reunião de Diretoria Colegiada até o dia 30/08/2013 para deliberação e aprovação. Segundo informado pela NE no 3º RSAP, as evidências em relação às ações de responsabilidade da DG, setor de RH, seriam apresentadas no ato da vistoria de 04/11.	<u>Análise 1ª missão:</u> Considera-se esta ação <u>não atendida</u> . <u>Análise 2ª missão:</u> Na análise do Plano de Gestão apresentado como Anexo 2.3-1.6 do 2º RSAP não foram evidenciados procedimentos que afirmem os preceitos indicados na recomendação, inclusive sem elaboração de um Código de Ética. Considera-se esta ação ainda com status de <u>Não Atendida</u> . <u>Análise 3ª missão:</u> Conforme verificado por meio de entrevistas realizadas durante a missão, não há discriminação nos processos de contratação de novos funcionários, e na política de cargos e salários e de promoção. No entanto, essas diretrizes ainda não foram evidenciadas na documentação da Política de Recursos Humanos. Assim, esta ação é considerada ainda <u>Em Atendimento</u> , mantendo-se a recomendação de serem evidenciados os procedimentos escritos.		4º RSAP	Apresentar revisão das resoluções e instruções normativas de Recursos Humanos, incluindo as considerações sobre proibição de atos discriminatórios.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Gestão da Saúde e Segurança / Gestão da Saúde e Segurança na Construção	Ação 20: Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança – Construção</i>			No RT_001-2013 PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi informado que o ANEXO III contém o Plano Diretor de SST da NE; procedimentos de inspeções, auditorias e ações corretivas; TR para contratação de equipe para fiscalização e acompanhamento das obras do entorno; plano de ação para contratação de equipe; e evidências de vistorias realizadas no segundo semestre de 2012.	Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança – Construção</i>			
Gestão da Saúde e Segurança / Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)	Ação 21: Vide IFC PD 01 - <i>Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>			Foi informado também que outras ações necessárias para o atendimento ao PD 01 – IFC estão em andamento e que as evidências seriam apresentadas no primeiro semestre de 2013.	Vide IFC PD 01 - <i>Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>			
Gestão de Recursos Humanos / Condições do Trabalho	Ação 22: Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança –Construção e IFC PS 1 - Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>				Vide IFC PD 01 - <i>Sistema de Gestão Integrada de Programas de Saúde e Segurança – Construção e IFC PS 1 - Implementação do Assurance Interno (Supervisão, Auditoria, Relatórios)</i>			
Gestão de Recursos Humanos / Funcionamento do Mecanismo de Reclamações	Ação 23: Implementar procedimento específico para verificação e garantia de que as empresas contratadas e subcontratadas da NE disponham de mecanismos de reclamações para trabalhadores. Na divulgação dos canais de reclamações das empresas contratadas, a NE deve recomendar que sejam também divulgados os canais para consulta e reclamações disponíveis pela NE.	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar procedimento.	No RT_003-2013 PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que está em processo de constituição um comitê de comunicação da DS, por meio do qual será motivada, junto às diretorias da NE, a formação de um conselho de comunicação. A partir desta constituição serão acionados os contratados da NE para avaliar a presente demanda. Informou também que os treinamentos diários apresentados no item 3.3 e no ANEXO IV do RT_003-2013, entre outros realizados pelo CCBM, têm também a função de canais de comunicação com os trabalhadores. O Anexo_2-3_3_Plano de Ação do 1º RSAP menciona que foi criado, em 04/03/2013, o Comitê Interno de Comunicação Social da Diretoria Socioambiental, com a finalidade de integrar os planos e programas do PBA, no esforço de identificar e sistematizar a oferta e demanda de informações para as ações de comunicação no âmbito da Diretoria Socioambiental. Está em pauta colocar esta demanda em discussão junto ao Comitê para providências. No 2º RSAP a NE informa que as questões levantadas nesta demanda foram apontadas pelo consultor independente em reunião realizada com as diretorias financeira e socioambiental da NE em 08/08, as quais ficaram de avaliar, junto às demais partes envolvidas, a possibilidade e respectiva forma de atendimento. Segundo informado no 3º RSAP, a NE pretendia discutir com os auditores a presente demanda na semana de vistoria de 04/11.	Análise 1ª missão: <u>Não atendida.</u> Entende-se que a recomendação refere-se à elaboração e implementação de um procedimento, que será utilizado para fiscalização, de forma a garantir que as empresas contratadas e subcontratadas da NE disponham de mecanismos de reclamações para trabalhadores. Além disso, durante as inspeções nas frentes de trabalho da OP pelo Consultor Socioambiental Independente evidenciou-se que a correta implementação dos mecanismos de atenção a consultas e reclamações de trabalhadores ainda não havia ocorrido. Na ocasião, não foram constatadas caixas lacradas suficientes para recepção de demandas. Esse sistema é inexistente para as OE e constitui-se em uma não conformidade que deverá ser solucionada até a data de corte do próximo período de monitoramento (30/06/2013). Análise 2ª missão: Atendimento não evidenciado. Considera-se esta ação ainda com status de <u>Não Atendida</u>. Análise 3ª missão: Atendimento não evidenciado. Considera-se esta ação ainda com status de <u>Não Atendida</u>.		4º RSAP	Apresentar solução assim que esteja concluída a avaliação das Diretorias da NE.

Legenda:

	Plano de Ação		Reportado pela Norte Energia		Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
--	---------------	--	------------------------------	--	--

 Atendida
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida
  Não Atendida
  Atendimento Contínuo
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Princípio do Equador 03 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 03								
Fase de Construção / Gestão da Pegada da Obra (Inclusive Controle de Erosão)	Ação 24a: Estruturar um banco de dados geográficos, permitindo cruzamentos e análises integradas de diferentes variáveis e indicadores ambientais. Esta estrutura deverá ser desenvolvida dentro de um Sistema de Informações Geográficas, considerando a gestão ambiental da obra nos diferentes sítios construtivos, e especialmente as medidas de controle ambiental nas frentes, de responsabilidade do CCBM e fiscalizadas pelas equipes de supervisão ambiental. As informações geradas na supervisão ambiental deverão ser sistematicamente incorporadas no banco de dados, bem como os resultados dos programas de monitoramento.	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento e trimestralmente, nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar banco de dados no SIG do empreendimento.	No ANEXO I e item 3.1 do RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foram apresentadas as informações sobre o banco de dados do empreendimento, relativos aos sistemas de gestão - SGA da NE e SGI do CCBM. Informou também que outras informações complementares serão apresentadas no 1º RSAP (abril/2013). No 1º RSAP foi informado que está em andamento a implantação do módulo de banco de dados de SIG-A do Sistema de Gestão Ambiental da NE, o qual poderá fornecer, ainda dentro de 2013, integrações e cruzamentos de informações sobre o projeto. O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa que está em andamento a implantação do sistema de gestão da EPBM, na área de SST, a qual também irá compor o quadro de gestão integrada entre as partes. Informa também que o SIG-A da NE está finalizando a implementação de uma ferramenta que permitirá abastecer o sistema com as informações das obras, e que este poderá ser disponibilizado em breve. O 2º RSAP não apresenta resultados específicos do período em relação ao SIG-A. Informa-se que de janeiro a junho foram recebidos dados de 38 Pacotes de Trabalho, dos quais foram geradas 29 planilhas modelos para que as empresas executoras pudessem encaminhar seus dados de monitoramento ambiental para inserção no SIG-A. No semestre, segundo informa o RSAP, os dados (de amostras e de monitoramento ambiental) inseridos no SIG-A, entre janeiro e julho de 2013, correspondem aos seguintes Pacotes de Trabalho (PT): 11.3.2 (Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas); 11.4.1 (Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial); e 11.4.2 (Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas). No 3º RSAP a NE informa que no presente semestre destacam-se os últimos dados incorporados ao banco, conforme apresentado no RGM-E do mês de setembro, correspondentes aos seguintes Pacotes de Trabalho (PT) 10.2.1 (Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários), contendo um total de 122 registros, 10.3 (Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos), contendo um total de 526 registros e 10.4 (Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios), contendo um total de 79 registros, 11.1.1 (Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico), contendo 246 registros, 11.3.2 (Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas) contendo 272 registros e 11.5 (Programa de Monitoramento do Microclima Local) contendo 20.476 registros. Para integração dos dados e informações do	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>, mas atrasada em relação ao prazo estabelecido. Com os dados fornecidos pela NE não foi possível acompanhar de forma abrangente a implementação do SIG-A. Neste contexto, recomenda-se que seja elaborado um plano de ação contendo todas as ações necessárias para a completa implantação do referido sistema. Análise 2ª missão: Da mesma forma que no período anterior, foram fornecidas algumas informações a respeito do andamento da implementação do SIG-A, que não permitem acompanhar o que o avanço no período representa do total planejado. Assim, continua-se considerando a ação <u>Em Atendimento</u>, e mantém-se a recomendação de apresentação de um Plano de Ação para implementação completa do SIG-A. Análise 3ª missão: Considera-se essa recomendação <u>em atendimento</u>, pois foi definido Plano de Ação conforme solicitado, porém a suficiência dessas ações, bem como o grau de implementação, só poderão ser avaliados na próxima missão, quando as ações planejadas para dezembro estiverem finalizadas. Na próxima missão será avaliado em campo o grau de implementação do SIG-A e do avanço da inserção de dados no SGP.		4º RSAP	Apresentar evidências de implementação das ações mencionadas no Plano de Ação para implementação do SIG-A.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				monitoramento ambiental, a NE ressalta a elaboração do Seminário Interno de Integração, em outubro de 2013 com participantes das empresas associadas aos Pacotes de Trabalho do Meio Biótico, além de grupos temáticos que realizam discussões periódicas. A NE destaca ainda a elaboração de mapas temáticos elaborados para diferentes usuários pela equipe SIG-A, com registros incorporados ao Banco de Dados. A NE apresenta o seguinte Plano de Ação para trocas de informação e dados via SIG-A, entre programas para os quais foi estabelecida a interação no PBA, que prevê, até dezembro, a Inserção de dados disponibilizados via SGP no Geoexplor (Banco de Dados): • Outubro e Novembro - levantamento das empresas que precisam de instruções para uso do Geoexplor e SGP (referente ao banco de dados) / Responsáveis: Equipe SIG-A (Norte Energia e Ferreira Rocha). • Novembro - Formatação final do SGP/ Responsáveis: Equipe SIG-A. • Novembro - Encaminhamento de dados via SGP / Responsáveis: Empresas Executoras e Coordenadoras. • Dezembro - Inserção de dados disponibilizados via SGP no Geoexplor (Banco de Dados)/ Responsáveis: Equipe SIG-A (Norte Energia e Ferreira).				
	Ação 24b: Desenvolver os serviços de supervisão ambiental segundo o conceito de “pontos de controle”.	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento com atualização trimestral, nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar mapa de pontos de controle dos monitoramentos executados e pontos de erosão cadastrados.	No RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que avalia ser possível desenvolver os serviços de supervisão ambiental segundo o conceito de pontos de controle, mas necessita de mais tempo para o atendimento. Informa que a demanda será respondida no 1º RSAP (abril/2013). Não há evidência deste atendimento no 1º RSAP. No 2º RSAP informa-se que se pretende atender a esta demanda nos próximos relatórios, uma vez que está em consolidação a contratação de empresa para a coordenação do PAC, para a qual será atribuída a presente demanda. No ANEXO 2.3-2.3 do 3º RSAP a NE apresentou o contrato realizado com a empresa BIOCEV, nova coordenadora do PAC. Segundo a NE, a elaboração do mapa de pontos de controle e sua alimentação no SIG-A é uma das responsabilidades da coordenadora do PAC. Sua primeira versão será apresentada no RGM-C de novembro.	Análise 1ª missão: Não atendida. Por ocasião da vistoria de campo verificou-se que não está sendo realizada a supervisão ambiental. Recomenda-se que seja estruturada uma equipe ou contratada uma empresa para início imediato da sistemática de supervisão da NE sobre as obras principais e do entorno. Mantém-se a recomendação de que essa supervisão utilize o conceito de pontos de controle. Análise 2ª missão: A ação continua com status de <u>Não Atendida</u>. Na vistoria de campo realizada em setembro, portanto, 5 meses após o encerramento do contrato da Ferreira Rocha como coordenadora do PAC, verificou-se que a NE ainda não concluiu o processo de contratação da nova empresa para esta função. Assim, as OP continuam sem supervisão ambiental por parte da NE. Análise 3ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>. A nova empresa coordenadora do PAC foi contratada, tendo-se encaminhado o contrato com a mesma para verificação do escopo das atividades sob sua responsabilidade. Aguarda-se agora a evidência da elaboração, pela BIOCEV, do mapa de Pontos de Controle do monitoramento a ser realizado pela mesma.		4º RSAP	Apresentação de Mapa de pontos de controle dos monitoramentos executados e pontos de erosão cadastrados.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Fase de Construção / Conformidade com Padrões de Desempenho Ambiental – Fontes emissoras	Ação 25: Monitorar todas as fontes emissoras conforme periodicidade estabelecida no PAC e no SGI do CCBM, comparando os resultados aos limites estabelecidos na legislação brasileira e aos padrões do IFC, devendo ser adotados, como referência, os valores mais restritivos.	Trimestralmente nos Relatórios Periódicos de Conformidade Socioambiental.	Apresentar resultados do monitoramento nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental, comparados à legislação brasileira e aos padrões do IFC.	O 1º RSAP apresenta o plano de amostragem mensal e semestral para os efluentes sanitários dos sítios construtivos, e informa que o monitoramento dos efluentes das lagoas são comparados com a Resolução CONAMA 430/11. O RSAP apresenta também o plano de amostragem das unidades geradoras de efluentes industriais nos sítios construtivos, que são submetidos a tratamento químico. As amostragens, realizadas mensalmente, também têm seus resultados comparados com os limites da Resolução CONAMA 430/11. É apresentado também o plano de amostragem das ETAs compactas dos sítios construtivos, com parâmetros monitorados a cada duas horas, duas vezes por semana, e semestralmente. Os resultados obtidos são comparados à PORTARIA 2914/2011. Não há evidência de realização de monitoramento de Emissões atmosféricas e Qualidade do Ar e de ruído. O RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, informa que providências estão em andamento pela NE para completar o status de informações necessárias para o atendimento aos Princípios do Equador e padrões de desempenho do IFC. No 2º RSAP a NE informa que a recomendação de comparação dos resultados de monitoramento da OP com os padrões estabelecidos pela IFC tem sido encaminhada ao CCBM, o qual se manifesta em termos contratuais alegando o atendimento aos parâmetros citados. A NE alega que insiste na demanda e aguarda posicionamento do consórcio. Em relação aos monitoramentos, o RSAP apresenta os resultados relacionados aos efluentes industriais e sanitários e à água para abastecimento. Não foram encaminhados os resultados para monitoramento de ruídos. Sobre emissões atmosféricas, há atividades de controle de poeira e fumaça preta, mas não há previsão no contrato do CCBM para a realização de tal monitoramento. A NE afirma que está ciente destas demandas. A NE apresentou, nos ANEXOS dos capítulos 3 (RGM-e do PAC) e capítulo 5 do 3º RSAP, os resultados dos monitoramentos realizados pelo CCBM. Conforme a NE argumenta no 3º RSAP, no documento do IFC “<i>Environmental, Health, and Safety (EHS) Guidelines</i>”, os parâmetros a serem adotados são os	Análise 1ª missão: <u>Parcialmente atendida.</u> Verificou-se, por meio da documentação e nas inspeções de campo, que são monitorados os efluentes sanitários e industriais, a água para abastecimento, e a potabilidade da água dos bebedouros. O RSAP não inclui os laudos com os resultados do monitoramento. Os resultados são apenas descritos como satisfatórios e insatisfatórios. Além disso, não é feita a comparação dos resultados obtidos com os padrões do IFC, mas apenas com os limites estabelecidos pela legislação brasileira. Recomenda-se incluir, nos relatórios QMSSRS do CCBM, a comparação dos resultados do monitoramento com os padrões do IFC, adotando os valores mais restritivos entre estes e os limites estabelecidos pela legislação brasileira. Recomenda-se iniciar o monitoramento de emissões atmosféricas (fumaça preta e partículas em suspensão). Análise 2ª missão: Considera-se essa ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida.</u> No que diz respeito à comparação com os padrões do IFC, conforme já mencionado na ação 5, na vistoria de campo realizada em setembro/13 o consultor independente reuniu-se com representantes do CCBM para identificar qual a dificuldade encontrada para atendimento a esta recomendação. Verificou-se que o CCBM na verdade desconhece os parâmetros do IFC que deve utilizar na comparação. O consultor independente então se comprometeu a encaminhar ao CCBM esses parâmetros, o que foi feito no dia 10/09 (via NE). O consórcio, por sua vez, comprometeu-se a incluir esses parâmetros na verificação da eficiência dos monitoramentos que realiza. Em relação aos parâmetros monitorados, verificou-se que após a primeira missão o CCBM iniciou o monitoramento de fumaça preta. Em relação à poeira, o CCBM realiza a umectação constante das vias. Análise 3ª missão: Conforme já discutido acima, na avaliação à resposta à ação 5, o Princípio do Equador 3 dispõe que “Para projetos localizados em países Non-Designated (a lista de países na categoria Designated consta no site dos Princípios do Equador⁴, da qual o Brasil não faz parte), o processo de avaliação deve cumprir os padrões de desempenho do IFC aplicáveis, relacionados à sustentabilidade ambiental e social (padrões de		4º RSAP	Laudos com os resultados dos monitoramentos e evidência de comparação com os padrões do IFC, adotando os valores mais restritivos entre estes e a legislação brasileira.

⁴ <http://www.equator-principles.com/index.php/ep3/designated-countries>.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida Em Atendimento ou Parcialmente Atendida Não Atendida Atendimento Contínuo Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				estabelecidos na legislação nacional/local. Na ausência de padrão local é que se recomenda aplicar os parâmetros indicados no referido documento. Dessa maneira, a NE e o CCBM entendem que os PE estão sendo atendidos e que não se aplica a solicitação de considerarmos os parâmetros mais restritivos. Em relação à fumaça preta, o Relatório Trimestral consolidando os RGM-E de julho, agosto e setembro do PCAI, mostra que o monitoramento dessa emissão continua sendo realizado pelo CCBM.	desempenho) e as diretrizes ambientais e de saúde e segurança do Banco Mundial (EHS Guidelines).” Já o Padrão de Desempenho 3 (PD 03), que trata do controle de poluição e da comparação entre os padrões do IFC e a legislação do país, dispõe que “Quando as normas do país diferem dos níveis e medidas apresentados nas EHS Guidelines, os clientes deverão alcançar o que for mais restritivo.” Sugere-se, conforme já disposto acima na ação 5, que se realize com os padrões do IFC, para detectar se há e quais são os pontos em que os resultados dos monitoramentos não atendem aos padrões do IFC, para então serem avaliadas as medidas/soluções a serem tomadas. Com isso, o empreendedor demonstrará que pelo menos estão sendo despendidos os melhores esforços (best efforts) para atingir a conformidade com o PD 03, cumprindo os padrões mais restritivos pelo menos na maior parte dos parâmetros. No caso da DBO, por exemplo, cujo limite estabelecido pelo IFC (30 mg/L) é muito mais restritivo que o da legislação, pode-se considerar, como saída para a conformidade, a demonstração de que a qualidade da água no ponto de lançamento não se altera (com base na CONAMA 357/05, já que o IFC não possui padrão de qualidade da água) se aplicados os padrões de emissão da CONAMA 430/11.			
Fase de Construção / Organização de Frentes de Obra e Práticas de Prevenção de Poluição (Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Gerenciamento de Efluentes Líquidos; Controle de Produtos Perigosos)	Ação 26a: Monitorar todas as fontes emissoras. Implementar todos os procedimentos e diretrizes de controle ambiental previstos nas diretrizes do PAC, especificamente no Programa de Controle Ambiental Intrínseco.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar evidências da implementação nos Relatórios Periódicos Trimestrais de Conformidade Socioambiental e nos Relatórios Semestrais Consolidados de Andamento do PBA.	Em relação ao monitoramento de fontes emissoras, ver resposta à Ação 25, acima. Além do monitoramento de efluentes domésticos e industriais e qualidade da água de abastecimento, o 1º RSAP informa também a realização de medidas de gestão de resíduos sólidos e apresenta os inventários de resíduos sólidos gerados nos canteiros e alojamentos. Em relação ao controle de erosão, há medidas previstas ao longo das diversas seções em que se divide o PCAI: Vias de acesso; Canteiros de obra e acampamentos; Subestações e Linhas de Transmissão; e Áreas de Empréstimo, Jazidas, Bota-Foras e Estoques. O 1º RSAP informa que as vistorias de rotina geradas no PAC são acompanhadas semanalmente em conjunto com o CCBM, sendo apontadas as providências corretivas e acompanhamento dessas ações pela equipe do PAC. A depender dimensão da ocorrência e/ou tempo de atendimento para a ação corretiva, são geradas as não conformidades, que são encaminhadas à supervisão de meio ambiente da NE (Diretoria Socioambiental), que por sua vez avalia as informações e encaminha ao CCBM por meio da Diretoria de Construção da NE. São avaliadas as seguintes categorias: Processo construtivo; Resíduos perigosos; Efluentes sanitários e industriais; Obras / processos erosivos; e Água para consumo humano. No 2º RSAP, a NE informa que a resposta a esta ação é a mesma da ação anterior.	Análise 1ª missão: <u>Parcialmente atendida.</u> Todas as fontes emissoras com monitoramento previsto no PAC estão sendo monitoradas. As águas tratadas estão sendo monitoradas de acordo com a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde. O monitoramento da potabilidade da água dos bebedouros distribuídos em todas as Unidades também está sendo feito de acordo com a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde. Os efluentes domésticos e industriais são analisados mensalmente através dos parâmetros estabelecidos pela Resolução CONAMA 430/2011. No caso das ETEs, os resultados estão sendo reportados no RSAP apenas como sendo “satisfatório” e “insatisfatório”, não se fazendo menção aos parâmetros. Os parâmetros estão sendo comparados apenas com os limites da legislação brasileira, não se atendendo à Ação 25, acima, no que diz respeito à necessidade de comparação com os padrões do <i>Environmental, Health, and Safety (EHS) Guidelines</i> do IFC. Não foi avaliada a correlação entre o planejado (monitoramentos previstos frente às estações em operação) e o realizado (resultados das coletas realizadas).		A partir do 4º RSAP	Relatórios gerenciais mensais ou trimestrais do PAC emitidos pelo CCBM, com a comparação dos resultados do monitoramento também com os padrões do IFC. Relatórios Mensais/Trimestrais de supervisão ambiental das obras pela Norte Energia (RGM-C da BIOCEV).

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				A NE apresentou, nos ANEXOS dos capítulos 3 (RGM-e do PAC) e capítulo 5 do 3º RSAP, os resultados dos monitoramentos realizados pelo CCBM. Os relatórios gerenciais da empresa coordenadora do PAC (BIOCEV) serão fornecidos a partir do próximo mês, considerando o início das atividades no dia 14/10/13. Em relação à comparação dos resultados do monitoramento com os padrões do IFC, a NE apresenta a mesma argumentação do item anterior. Para as questões de monitoramento de emissões atmosféricas e qualidade do ar, a NE informa que o CCBM está monitorando as emissões de fumaça preta (no PCAI). Para as demais emissões, o CCBM está sistematizando as informações a serem reportadas a partir do 4º RSAP. Com relação ao controle de erosão e seu monitoramento, a NE solicitou à BIOCEV a apresentação de indicadores no RGM-C de outubro, a ser apresentado em meados de novembro, objetivando refletir a efetividade das ações realizadas pelo CCBM.	Não há registros de monitoramento de emissões atmosféricas e qualidade do ar. A gestão de resíduos da construção civil está sendo praticada conforme a Resolução CONAMA 307/2002. Em relação ao controle de erosão, as ações e medidas previstas no PAC não têm sido suficientemente executadas, o que é evidenciado extensivamente pela ausência de forração vegetal em taludes nos canteiros de obras, na vila residencial, falta de sistema de drenagem nos travessões 27 e 55, além do processo de aproveitamento de bota-foras. As ações que integram o PAC, sob responsabilidade do CCBM, não são objeto de controle e acompanhamento sistemático por parte da Norte Energia. Análise 2ª missão: Todas as fontes emissoras com monitoramento previsto no PAC continuam a ser monitoradas, incluindo agora a fumaça preta, após recomendação do consultor independente. Conforme disposto na análise das Ações 5 e 25, os parâmetros estão sendo comparados apenas com os limites da legislação brasileira, não havendo comparação com os padrões do <i>Environmental, Health, and Safety (EHS) Guidelines</i> do IFC, conforme requerido para atendimento aos Princípios do Equador. Quanto a isso, o consultor independente já encaminhou ao CCBM esses parâmetros, e o consórcio, por sua vez, comprometeu-se a incluir os mesmos na verificação da eficiência dos monitoramentos que realiza. Em relação ao controle de erosão, as ações e medidas previstas no PAC continuam a não ser suficientemente executadas, o que é evidenciado extensivamente pela ausência de forração vegetal em taludes nos canteiros de obras, na vila residencial, falta de sistema de drenagem nos travessões 27 e 55, além do processo de aproveitamento de bota-foras. Por fim, as ações que integram o PAC, sob responsabilidade do CCBM, continuam a não ser controladas e acompanhadas sistematicamente pela NE. Considera-se esta ação ainda <u>Parcialmente Atendida</u>. Análise 3ª missão: A ação continua <u>Parcialmente Atendida</u>. A NE deve continuar a apresentar os dados de monitoramentos executados pelo CCBM nos RSAP, anexando os RGM-E ou o Relatório Trimestral consolidado, como foi feito neste 3º RSAP. Em relação às emissões atmosféricas, deve-se prosseguir informando os resultados do monitoramento de fumaça preta. Aguarda-se a inclusão, no 4º RSAP, das informações sobre as demais emissões.			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✓ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✓! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					Aguarda-se também, no 4º RSAP, a apresentação dos indicadores a serem desenvolvidos pela BIOCEV para verificação da efetividade das ações de controle de erosão implementadas pelo CCBM. Aguarda-se também a incorporação, como anexo aos RSAP, dos RGM-C da BIOCEV. Em relação à comparação dos resultados do monitoramento com os padrões do IFC, a análise é a mesma já feita acima nas ações 5 e 25.			
	Ação 26b: Readequar as situações não conformes identificadas pelo consultor socioambiental independente e apresentadas no Capítulo 12.3 e nas Recomendações Gerais do Projeto na Seção 13.2 e no Relatório de Atualização/novembro de 2012.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar evidências da readequação das não conformidades.	No prazo estabelecido para a ação, a NE informa que os seguintes documentos atendem à ação: - Evidências de atendimento às demandas do relatório de avaliação socioambiental (versões de julho e dezembro de 2012) (ANEXO V.A do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00); - Atas das reuniões gerenciais realizadas entre a NE e o CCBM para tratar sobre o PAC (ANEXO V.B); - CI 0530-2012-DS: solicitação de providências da Diretoria Socioambiental para a Diretoria de Construção da NE; - CE-DC-448-12-SO: correspondência da Diretoria de Construção para o CCBM, sobre as ações corretivas necessárias às obras principais, conforme demanda do plano de ação dos Princípios do Equador. Informa que, devido à dimensão da obra e respectivo cronograma executivo, outras ações estão em fase de cumprimento, conforme prazos demonstrados no Plano de Ação estabelecido pelo CCBM apresentado no ANEXO V.A. O 2º RSAP passou a incluir a Seção 6.2 (e seus anexos), onde se evidencia o atendimento às recomendações do Consultor Independente encaminhadas em missões anteriores (<i>Due Diligence</i> e 1º Relatório de Monitoramento da UHE Belo Monte). Segundo a NE, em relação a <u>meio ambiente da obra principal</u>, as evidências de atendimento às recomendações por parte do CCBM podem ser verificadas no ANEXO 6 do 3º RSAP (material encaminhado via correspondência CCBM 825/2013, de 18/10/13, postado no Workspace da NE em 21/10/13). As recomendações novas emitidas pela JGP em 10/10 serão atendidas pelo CCBM até 28/10 e apresentadas à auditoria na semana de vistoria (04 a 08/11). <u>Em relação à SST</u>, a DG comprometeu-se em apresentar o atendimento às recomendações no ato da vistoria de 04/11.	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>. A situação do atendimento às recomendações do consultor socioambiental independente apresentadas no Capítulo 12.3 e nas Recomendações Gerais do Projeto na Seção 13.2 da <i>Due Diligence</i> e no Relatório de Atualização/novembro de 2012 foram em parte atendidas, como se verificou nos documentos encaminhados, e nas reuniões e vistorias de obra. Para controle do atendimento às recomendações fora do Plano de Ação, que incluem as citadas acima, foi elaborado o Quadro 8.0.a, apresentado no Anexo 9 deste Relatório de Monitoramento. O Quadro 8.0.a será constantemente alimentado com as recomendações estabelecidas em cada missão de monitoramento, sendo excluídas aquelas já atendidas. Análise 2ª missão: Com a inclusão da Seção 6.2 no 2º RSAP é possível verificar a gestão da NE sobre o atendimento às recomendações estabelecidas pelo consultor independente em missões anteriores, conforme recomendado. No entanto, conforme se verifica no Anexo 6.2-1 (texto e planilha) do RSAP e se evidenciou em campo, na missão de setembro/13, a NE ainda encontra uma grande dificuldade em obter do CCBM as evidências de atendimento às recomendações que são de sua responsabilidade, para serem incorporadas ao RSAP. Recomenda-se que a NE procure estabelecer uma sistemática com o CCBM, para entrega das demandas do consórcio o mais breve possível, de forma que o mesmo se organize na produção de evidências para inclusão a tempo no RSAP. Ressalta-se que, caso a Seção 6.2 do 3º RSAP novamente não traga evidências ou informações sobre o atendimento às recomendações pontuais e oportunidades de melhoria relacionadas ao CCBM, esta parte do RSAP será devolvida à NE, para que se busque uma solução de atendimento antes da 3ª missão do consultor independente. Considera-se esta ação ainda com status de <u>Em Atendimento</u>.		Próximos RSAP	Prosseguir evidenciando o atendimento às recomendações estabelecidas na Due Diligence e acompanhadas no Quadro 8.0.a.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					Análise 3ª missão: <u>Em atendimento.</u> Foi possível verificar no 3º RSAP a maior parte das respostas às recomendações da consultoria socioambiental anteriores à 2ª missão. Em relação às recomendações da 2ª missão, referentes ao período de julho a setembro de 2013, a maior parte não foi atendida (ver Quadro 8.0.a). Não foram apresentadas documentações durante a auditoria, conforme informado no 3º RSAP, nem evidenciado o atendimento em campo. Em relação à obtenção das respostas às recomendações direcionadas ao CCBM, a gestão está sendo melhor conduzida, havendo, no 3º RSAP, informações sobre o atendimento a várias recomendações de meio ambiente, fornecidas através do relatório REL-CCBM-QMSSRS-045-13. Já para SST, as evidências foram obtidas no REL-CCBM-QMSSRS-046/2013, encaminhado à consultoria independente após a vistoria.			
Fase de Construção / Balanço de Carbono	Ação 27 - Elaborar inventário de emissões de carbono para as obras em seus diferentes sítios construtivos.	6 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar inventário de emissões de carbono para as obras.	No prazo definido, no RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , foi informado que a NE está em tratativas para atendimento a esta demanda. Conforme informado pela NE no 3º RSAP , o CCBM apresentou o Inventário de Emissões de GEE correspondente às atividades do ano de 2012 para a obra. Esse inventário foi, inclusive, auditado por 3ª parte pela <i>Ernst Young</i> . O documento foi apresentado no ANEXO 2.3-2.5 do 3º RSAP.	Não Atendida. Apesar de esta ação estar prevista para 6 meses após a assinatura do contrato (que ocorreu em 18/12/2012), o RT_006-2013 informa que a NE ainda está se mobilizando para o atendimento, e o 2º RSAP, posterior ao RT_006-2013, não traz nenhuma informação sobre esta ação. Análise 3ª missão: Com a apresentação do Inventário de Emissões feito pelo CCBM e auditado pela <i>Ernst Young</i> , considera-se esta ação <u>atendida</u> .			
Ação 28 - 6 meses antes do enchimento do reservatório.								
Princípios do Equador 02 e 04 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 04								
Mitigação de Riscos à Comunidade Durante a Construção / Operação / Riscos Comunitários Associados ao Fluxo Migratório	Ação 29a: Utilizar, no monitoramento socioeconômico, os indicadores propostos na Nota Técnica NE-DS-SSE-0021-MonitSocioEcon, assim como os seguintes indicadores: alteração no acesso à saúde, por meio do levantamento mensal do atendimento em Unidades Básicas de Saúde, Prontos - Socorros e Hospitais, tanto da rede particular quanto da rede pública. Todos os indicadores deverão ser levantados mensalmente e consolidados nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar os resultados do monitoramento nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , a NE informou que seria formatada e encaminhada no final de fevereiro de 2013, uma Nota Técnica apresentando a relação de indicadores que estão sendo aplicados no monitoramento socioeconômico, bem como a justificativa ao atendimento dos indicadores solicitados. No RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi informado que a NT ainda estava sendo concluída e seria encaminhada com as demandas para 18/03/2013 (90 dias após a assinatura do contrato). No ANEXO VI do RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 – foi apresentada uma Nota Técnica com a relação de indicadores que estão sendo aplicados no monitoramento socioeconômico, bem como a justificativa ao atendimento dos indicadores citados na presente demanda.	Considera-se esta ação <u>atendida</u> . Segundo a Nota Técnica apresentada, foi decidido não utilizar o indicador avaliado por questões técnicas, pois se trata de um indicador que traz embutido uma falha na alimentação dos dados, gerando viés na análise da informação. Isto ocorre porque, quando há uma situação na qual existe uma incapacidade de atendimento à demanda existente, toda melhoria na infraestrutura, e o consequente aumento da capacidade de atendimento, deverá resultar em aumento no atendimento. Assim, com esta situação, as conclusões baseadas no levantamento dos atendimentos em saúde induzirão a um erro de conclusão. Mesmo assim, foi feito levantamento da evolução mensal dos atendimentos dos serviços públicos de saúde dos municípios da AID para os anos de 2010 a 2012, e de janeiro de 2013. Os resultados demonstraram impossibilidade de sua utilização, uma vez que as discrepâncias nos dados foram acentuadas.			

Legenda:

	Plano de Ação		Reportado pela Norte Energia		Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
--	---------------	--	------------------------------	--	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	Ação 29b: Avaliar, com base nos resultados do monitoramento socioeconômico, as condições da infraestrutura existente nos municípios da AID, e verificar a suficiência dos equipamentos de saúde e educação já entregues pela NE a esses municípios, de forma a garantir que não haja sobrecarga na infraestrutura local.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar, nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental a análise da suficiência dos equipamentos de saúde e educação já entregues pela NE aos municípios da AID.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ANEXO VIII.A), a NE apresentou o Relatório de Monitoramento dos Programas Socioeconômicos (CAPÍTULO 7.4), encaminhado ao IBAMA no 2º Relatório Semestral Consolidado de atendimento às condicionantes (julho de 2012), o qual mostra a análise dos indicadores e respectiva avaliação dos resultados. O próximo relatório seria apresentado ao IBAMA no final de janeiro (3º Relatório Consolidado do PBA). No 1º RSAP apenas menciona-se a execução dessa análise de suficiência no texto e nas tabelas de obras de educação e saúde de cada município. O ANEXO VI do RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 contém uma Nota Técnica com a relação de indicadores que estão sendo aplicados no monitoramento socioeconômico, e que apresenta a análise de suficiência dos equipamentos de saúde. A análise para a educação consta no ANEXO VIII.A do RT_001-2013, sendo válida para os relatórios subsequentes, já que foi feita tendo por base o atendimento anual de alunos e a entrega anual das obras previstas. No entanto, uma nova análise deverá ser apresentada no próximo relatório trimestral, tendo por base os alunos já matriculados em 2013. No 2º RSAP a NE informa que relatórios anteriores constataram que os equipamentos de saúde já eram suficientes naquela ocasião. Atualmente foi concluída a construção e entrega de equipamentos das 27 unidades básicas de saúde (UBS), previstas no PBA para os municípios da AID da UHE Belo Monte, com recursos financeiros da NE. Essas unidades, sem contar com as já existentes nos municípios, serão suficientes para cobrir até 324.000 habitantes, conforme parâmetros da Portaria nº 2.488/2012, do MS. Portanto, devem atender a uma população bem superior ao afluxo populacional relacionado ao empreendimento no pico da obra. O 2º RSAP informa também, no ANEXO 2.3-1.3, a análise de suficiência dos equipamentos de educação. Outras informações sobre estes itens podem ser consultadas nos resumos dos programas do PBA no RSAP, e no 4º Relatório do PBA para o IBAMA. No 3º RSAP a NE informa que a demanda relacionada à análise de suficiência dos equipamentos de saúde e educação seria abordada pela SSE em reunião durante a semana de vistoria de 04/11.	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>. Análise 2ª missão: Foi evidenciada a análise de suficiência dos equipamentos de educação (anexo 4.8.1-2 do 4º Relatório do IBAMA). Por outro lado, verificou-se, em entrevistas realizadas durante a inspeção de campo de setembro, a argumentação por parte dos representantes de educação e saúde de que a estrutura existente não suporta a demanda causada pelo empreendimento. Em relação à Educação, o argumento é que há localidades em que a demanda aumentou por causa da mobilidade da população, com remoções e indenizações ocorridas. Em relação à Saúde, o argumento é que a população cresceu em 50%, fenômeno este que não pode ser coberto pela rede existente. Embora essas informações e argumentos geralmente sejam utilizados pelo Poder Público para atender às suas demandas reprimidas pelos anos em que não houve construção e mesmo substituição de equipamentos, há necessidade de que a equipe da NE esteja preparada para responder prontamente a essas alegações com as análises propostas pelo IBAMA: o monitoramento socioeconômico e a análise de suficiência dos equipamentos. A Portaria mencionada (Nº 2488, de 21/10/2011), que “Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)”, define os parâmetros para quantificação de unidades básicas e de equipes de saúde, pode ser uma boa forma de detalhar essa análise de suficiência dos equipamentos e de equipes de saúde para Altamira. Não foi evidenciada a análise de suficiência dos equipamentos de saúde. Considera-se esta ação <u>Parcialmente Atendida</u>. Análise 3ª missão: Considera-se a ação ainda <u>Parcialmente Atendida</u>, sem evolução no período. A questão da análise de suficiência dos equipamentos de educação e de saúde, este último com base na Portaria que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, não foi abordada em campo. Mantém-se a recomendação.		4º RSAP	Na avaliação quanto à suficiência dos equipamentos de educação, considerar a distribuição geográfica das unidades, para verificar se há pressão na estrutura educacional por localidade e se esta é causada pelo empreendimento. Apresentar justificativa ou aceite do IBAMA para a não apresentação da avaliação de suficiência dos equipamentos de saúde. Considerar a possibilidade de realizar detalhamento da análise de suficiência dos equipamentos e de equipes de saúde para Altamira com base na Portaria que aprova a Política Nacional de Atenção Básica.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Mitigação de Riscos à Comunidade Durante a Construção / Operação / Planos de Contingência para Riscos Comunitários	Ação 30a: Apresentar / consolidar, a partir das medidas atualmente planejadas, um “ <i>Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário</i> ”, abrangendo não somente o transporte de trabalhadores, assim como todo o tráfego relacionado com a construção do Projeto. Este Plano deve atender adequadamente a todas as situações de risco social decorrentes das atividades de construção. É recomendável que este Plano seja elaborado pela NE, que deverá submetê-lo, preferencialmente em contrato, a todas as empresas subcontratadas e fornecedores, segundo seja aplicável.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar o Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE informou que solicitou ao CCBM a emissão de um Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário. Informou que o CCBM possui uma série de procedimentos e um plano de sinalização viária e fluvial (ANEXO VIII.B do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00), entre outros documentos a serem consolidados no Plano, a ser encaminhado em fevereiro. No RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que seu departamento jurídico analisou o contrato do CCBM e entendeu que os limites do seu escopo referem-se aos canteiros, obras e seus acessos diretos. Assim, informou que será elaborado um plano de gestão do tráfego coordenado pela NE com a participação do CCBM, a ser encaminhado no 1º RSAP (abril/13). Cumprir registrar que o referido Plano não foi submetido juntamente com o 1º RSAP e tampouco no RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, enviado em 01/07/2013, o que gera uma não conformidade para o Projeto, com relação ao atendimento desta ação e a urgência e riscos associados a sua não implementação em prazos razoáveis. Segundo informado no 2º RSAP, a NE emitiu uma nota técnica (Anexo 2.3-1.4 do RSAP) para justificar a necessidade de contratação de consultoria para a elaboração do presente Plano. Está sob avaliação da Diretoria de Gestão a autorização de emissão de Termo de Referência para contratação de empresa especializada para desenvolver o Plano de Gestão de Tráfego Rodoviário para a Obra Principal, Obras do Entorno e Programas Ambientais. A avaliação da diretoria sobre este item deveria acontecer até o dia 30/08/2013, em Reunião de Diretoria Colegiada. Segundo o 3º RSAP, a DG/NE informou, em reunião, que será aberta concorrência para contratação de empresa para elaboração de proposta para a realização do referido plano.	Análise 1ª missão: <u>Não atendida.</u> Cumprir registrar que dos 3 acidentes fatais ocorridos desde o início do Projeto, dois deles (60%) estiveram relacionados a acidentes de tráfego gerado pelo projeto, o que reforça a importância e urgência de um robusto Plano de Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário a ser exigido pela NE a todas as suas empresas subcontratadas. O presente Plano deve ser concebido como uma Norma Geral de requisitos de Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário a serem exigidos contratualmente e adequadamente supervisionados para assegurar a sua correta implementação, tanto para a OP como principalmente para as OE, em razão dos riscos de acidentes com a comunidade durante a execução de obras de infraestrutura urbana objeto do Programa de Compensações do PBA, entre outros riscos associados às alterações / modificações do tráfego. Análise 2ª missão: <u>Não atendida.</u> Na inspeção de monitoramento de setembro, e nas informações constantes no 2º RSAP, foi confirmada a elaboração da nota técnica. Até a data da inspeção nenhum plano havia sido estruturado, apesar da reconhecida necessidade. Análise 3ª missão: <u>Não atendida.</u> A FR apresentou uma proposta de trabalho para elaboração do referido plano, o que subsidiou a NE na elaboração de Nota Técnica. A NE decidiu abrir concorrência para contratação de empresa para elaboração de proposta para a realização do referido plano. Entretanto, nenhum TR foi apresentado e o Plano ainda não foi elaborado.		4º RSAP	Apresentar o Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário.
	Ação 30b: Garantir que o CCBM e as empresas subcontratadas iniciem a implementação do <i>Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário</i> .	60 dias após a Assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar o Relatório de Andamento do Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário.	Idem acima. O CCBM tem controle das ações nos limites da obra e seus acessos. A NE informou, no RT_002-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, que as informações seriam encaminhadas junto às demandas de 18/03 (90 dias após a assinatura do contrato). 2º RSAP: idem resposta à Ação 30a. 3º RSAP: idem resposta à Ação 30a.	Análise 1ª missão: <u>Não atendida.</u> Segundo reportado durante a Missão, o CCBM está aguardando as diretrizes a serem dadas pela NE para iniciar o desenvolvimento / consolidação das ações existentes e eventuais adequações requeridas pelo Plano de Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário do empreendimento. Análise 2ª missão: Durante a inspeção de monitoramento de setembro o CCBM demonstrou possuir diversas ações para gestão do tráfego e		A partir do 4º RSAP	Apresentar o Relatório de Andamento do Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida Em Atendimento ou Parcialmente Atendida Não Atendida Atendimento Contínuo Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					redução dos acidentes/incidentes de trânsito; porém, ainda não dispõe de um plano para estruturação. O CCBM evidenciou que possui um comitê que discute os resultados dos controles de trânsito. Além disso, informou também que contratou empresa de engenharia de trânsito para ordenar as ações e potencializá-las (através de um plano). Assim sendo, esta ação continua <u>não atendida</u> . Análise 3ª missão: <u>Não atendida.</u> Devido ao fato de não se ter elaborado ainda o Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário, nenhuma ação foi implantada e não existe monitoramento.			
	Ação 30c: Desenvolver, em conjunto com o CCBM, o Plano de Contingências para o Mecanismo de Transposição de embarcações no Sítio Pimental, como parte das ações previstas no Projeto de <i>Monitoramento do Mecanismo de Transposição de Embarcações, integrante do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Rio Xingu.</i>	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar o Plano de Contingências para o Sistema de Transposição de Embarcações (STE).	No prazo estabelecido para a ação, a NE informou que o plano de Contingência do STE foi encaminhado aos Agentes Financiadores em dezembro de 2012, por meio da Carta CE 236/2012 de 21/12/2012. O ANEXO IX.A do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 apresentou o estudo de referência para o dimensionamento do STE. No 2º RSAP a NE informa que o Plano de Contingência do STE foi encaminhado à CEF na data prevista, em dezembro de 2012, e está sendo reapresentado no Anexo 2.3-1.5. Em anexo foram apresentados também os resultados da comunicação sobre o STE para as comunidades ribeirinhas e indígenas. Os resultados do monitoramento serão apresentados de forma sistematizada no prazo estabelecido para a presente recomendação. A NE informa que foi realizada uma reunião entre o coordenador de SST das obras do entorno da NE e o Gerente Administrativo da TGS, onde se discutiu todos os passos a serem realizados, inclusive a necessidade de revisão do Plano de Contingência. Informa também que deverá ser realizada uma auditoria para verificar a implementação do Plano de Contingência em conjunto com a área de Montagem, Construção, Socioeconomia e SST da NE. A conclusão da avaliação sobre o Plano de Contingência é prevista para até 30/09/2013. Segundo informado pela NE no 3º RSAP, o Plano de Contingência está passando por revisão para adequação, quanto às necessidades, e para alinhamento com o novo contrato que entrará em vigência no início do próximo ano. Após esta revisão o mesmo será implementado com treinamentos. A revisão está prevista até 20/11 e o prazo para implantação é 30/01/14.	Análise 1ª missão: <u>Não atendida.</u> O consultor Socioambiental avalia que o citado Anexo IXA, submetido em 21/12/2013, refere-se unicamente a um “<i>Laudo sobre as Condições de Navegação no Rio Xingu durante a vazão de cheia</i>”, em atendimento a uma solicitação de informações complementares do IBAMA. Um Plano de Contingencia / Emergência para assegurar o funcionamento do STE e estabelecer procedimentos de atenção e resposta em caso de emergências ambientais e primeiros socorros é essencial para garantir o cumprimento do PD4 - Segurança e a Saúde da Comunidade. Análise 2ª missão: O Plano de Contingência para o STE, encaminhado pela NE, foi avaliado antes da 2ª missão de monitoramento. Na reunião realizada durante a inspeção de campo de setembro com o Gerente de Montagem da NE (responsável pelo STE) e Coordenador de SST das OEs, as informações de avanço foram confirmadas. Agora resta aguardar a apresentação de um novo contrato de gestão do STE, já que o atual não está completamente alinhado com as ações determinadas para contingência. Neste sentido, considera-se esta ação <u>em atendimento</u>, uma vez que a NE deverá apresentar a revisão do Plano de Contingência ou evidenciar que o novo contrato de gestão da STE esteja alinhado com as determinações deste plano. Análise 3ª missão: <u>Em atendimento.</u> Até o fechamento do presente relatório nenhuma evidência foi apresentada para subsidiar qualquer análise preliminar do plano, mesmo que em formato de minuta.		4º RSAP	Plano de Contingências para o STE ou evidências de que o novo contrato de gestão da STE esteja alinhado com as determinações do plano já encaminhado.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	Ação 30d: Implementar o Plano de Contingências para as situações emergenciais envolvendo o funcionamento do Mecanismo de Transposição de embarcações no Sítio Pimental, em conformidade com o <i>Projeto de Monitoramento do Mecanismo de Transposição de Embarcações</i> e demais solicitações do IBAMA incluídas nos pareceres técnicos expedidos.	Antes do início da operação do Mecanismo de Transposição de Embarcações.	Apresentar o Relatório de Andamento da implementação do Plano de Contingências para as situações emergenciais envolvendo o funcionamento do Mecanismo de Transposição de embarcações no Sítio Pimental.	No RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi apresentado o boletim de operação do STE de 22/12 a 07/01, integrante do Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações. No 2º RSAP a NE informa que não ocorreram contingências em relação ao STE no período. Quanto às informações referentes à operação do Sistema de Transposição de Embarcações (STE), estas são apresentadas no relatório do Projeto 14.2.1 do PBA, que consta no 4º Relatório para o IBAMA e cujo resumo foi incluído no RSAP. Informações sobre a comunicação com ribeirinhos e comunidades indígenas também foram incluídas no 2º RSAP. 3º RSAP: idem resposta à Ação 30c.	Análise 1ª missão: <u>Não atendida.</u> Conforme mencionado acima na ação anterior (30c), a NE ainda não desenvolveu / submeteu um Plano de Contingencias para assegurar o funcionamento e resposta a situações emergenciais envolvendo o STE e, portanto não há como reportar os resultados de implementação. É disso que trata a presente ação. Análise 2ª missão: <u>Não atendida.</u> A NE reportou dados operacionais do STE, porém não houve qualquer relato sobre a existência de simulados ou testes que garantam a eficácia do Plano de Contingência desenvolvido. Diante desse contexto, e pela previsão de alterações de contrato com a empresa gestora do STE (informações de setembro de 2013), a NE deverá apresentar informações e evidências que garantam a eficácia do Plano de Contingência proposto. Análise 3ª missão: <u>Não atendida.</u> Devido ao fato de não existir Plano elaborado, nenhuma ação foi implantada e não existe monitoramento.		4º RSAP	Apresentar o Relatório de Andamento da implementação do Plano de Contingências para as situações emergenciais envolvendo o funcionamento do Mecanismo de Transposição de embarcações no Sítio Pimental.
Princípios do Equador 02, 05 e 06 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 05								
Planejamento da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Plano de Ação para Compra de Terras e Reassentamento (RAP)	Ação 31: Embora o Plano de Atendimento à População Atingida e seus diversos programas e projetos contemplem basicamente o conteúdo de um Plano de Ação de Reassentamento – PAR (<i>Resettlement Action Plan</i> - RAP), este documento não existe. Editar este PAR de acordo com índice proposto nas recomendações, consolidando as informações já existentes.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar o Plano de Ação de Reassentamento (PAR).	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE informou que o PAR - Plano de Ação de Reassentamento seria encaminhado até meados de fevereiro, após consolidação. Informou que o PAR seria elaborado com base nos documentos técnicos já produzidos, incluindo a Política Fundiária da NE com os Critérios e Alternativas para Aquisição de Imóveis Interferidos pela UHE Belo Monte (ANEXO VI.B do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00). No RT_002-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que não foi possível consolidar o PAR, e que o mesmo seria enviado no 1º RSAP (abril/13). No 1º RSAP, Anexo_2-3_3 Plano de Ação, a NE informou que a empresa executora já disponibilizou, à Norte Energia, informações de base para a elaboração do PAR. Este será elaborado com base nos documentos técnicos já produzidos, incluindo a Política Fundiária da Norte Energia, com os Critérios e Alternativas para Aquisição de Imóveis Interferidos pela UHE Belo Monte. Esta foi a mesma resposta enviada no status do Plano de Ação no RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, em 01/07/2013. O 2º RSAP informa que o Plano de Ação de	Análise 1ª missão: Foi evidenciada, durante a vistoria de campo, apresentação em <i>power point</i>, em cujo conteúdo constam critérios e definições suficientes para elaboração do PAR. O documento PAR não foi apresentado. Considera-se esta ação <u>não atendida</u>. Análise 2ª missão: Já foi evidenciado que há diversos procedimentos nos diferentes projetos do PBA que atendem a conteúdos para elaboração de um Plano de Ação de Reassentamento (PAR). Foi sugerido à NE que este documento fosse pelo menos apresentado em forma de minuta para avaliação do Consultor Independente. A equipe do SAF apresentou parte do relatório do PAR que está em elaboração, evidenciado por documentação. Considera-se esta ação <u>Em Atendimento</u>. Análise 3ª missão: <u>Em atendimento.</u> Os documentos consolidam os programas e projetos para atendimento à população reassentada. Resta encaminhar a versão final.		4º RSAP	Apresentar Plano de Ação de Reassentamento (PAR) final.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				Reassentamento (PAR) seria entregue em um prazo de 30 dias (20 dias para elaboração pelo CWP + 10 dias para validação da SAF), o que seria por volta de 20/09. Foi elaborado um texto preliminar, enviado ao consultor independente em 26/09. Segundo a NE, o ANEXO 2.3-2.6 do 3º RSAP apresenta o PAR para a área rural devidamente revisado de acordo com as sugestões da auditoria (para facilitar a leitura, foram mantidas as marcas de revisão e comentários). O PAR para a área urbana está em finalização e será encaminhado à JGP ainda dentro do mês de novembro.	Recomenda-se que os procedimentos para aquisição e liberação de terras para as áreas rural e urbana sejam revistos e consolidados em um PAR total, que atenderá tanto ao Plano de Ação quanto às recomendações da 1ª missão de monitoramento, ou, pelo menos, que sejam produzidos dois documentos similares, um para a área urbana e outro para a rural. Sugere-se que no caso da área urbana sejam incluídos os procedimentos expostos no plano de trabalho da empresa Diagonal Urbana e os expostos pelo Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3), evidenciados na 2ª missão de monitoramento e minutados em documento preliminar			
Planejamento da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Procedimentos de Valoração e Pagamento de Indenização de Terra e Benfeitorias e Indenização do Deslocamento Econômico	Ação 32: A opção de indenização oferecida a proprietários e posseiros deverá ser suficiente para repor terra por terra e repor as condições de produção de vida dos afetados. O monitoramento destes casos deverá prever também as devidas medidas de apoio e assistência complementar em casos que se detectem perdas de qualidade de vida.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Contemplar esta opção explicitamente no PAR.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , a NE informou que o PAR - Plano de Ação de Reassentamento será consolidado, com base na Política Fundiária da NE (ANEXO VI.B), contemplando a opção de indenização a proprietários e posseiros, de forma a garantir a reposição da terra e das condições de produção de vida dos afetados. Nessa ocasião, a NE informou que o PAR seria encaminhado em fevereiro de 2013. Idem acima. A NE informou, no RT_002-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 , que o PAR seria enviado no 1º RSAP (abril/13). No RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que os interferidos que optam por indenização não são monitorados após a assinatura do contrato do benefício (indenização), principalmente por adquirirem nova área em outra cidade, até mesmo outro Estado, o que inviabiliza o monitoramento social e a oferta da ATES. Ademais, há aqueles interferidos que originalmente não residem em suas áreas. No ANEXO VII do RT_003-2013 são apresentados os modelos de contratos usados para o caso de indenização, onde não é previsto o acompanhamento do indenizado. As medidas de apoio e assistência complementar são oferecidas nas outras modalidades de reassentamento. Segundo o 2º RSAP , o Plano de Ação de Reassentamento (PAR) será entregue em um prazo de 30 dias (20 dias para elaboração pelo CWP + 10 dias para validação da SAF), o que seria por volta de 20/09. Neste item especificamente, com relação à opção de indenização, não haverá informação do destino das famílias, pois não é previsto o acompanhamento do indenizado. As medidas de apoio e assistência complementar são oferecidas nas outras modalidades de reassentamento. O local de destino das famílias que serão remanejadas da ADA para o caso da área urbana é parte do termo de referência da empresa responsável pela mudança das famílias. Portanto, as ações de monitoramento já estão previstas. Demais situações poderão ser acompanhadas pelos resultados dos monitoramentos socioeconômicos.	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>não atendida</u> . Para atendimento aos requisitos do PD 05 do IFC, é necessário comprovar a reposição das condições de vida dos afetados pelo empreendimento. Conforme apontado em relatório anterior (atualização da <i>Due Diligence</i>), a NE deve registrar as situações de afetação e indenização que está praticando. Recomenda-se o registro das atividades já desenvolvidas para indenização dos interferidos, com dados sobre o seu destino, pelo menos, e um histórico mais detalhado da população que mudou para a mesma região. Conforme já disposto na Ação anterior, o documento PAR não foi apresentado. Análise 2ª missão: a) Conforme apontado em relatório anterior (atualização da <i>Due Diligence</i>), a NE deve registrar as situações de afetação e indenização que está praticando. Foi recomendado que houvesse o registro das atividades já desenvolvidas para indenização dos interferidos, com dados sobre o seu destino, pelo menos, e um histórico mais detalhado da população que mudou para a mesma região. Considera-se o status desse item da ação como <u>Não Atendido</u> . b) No documento OF-02001-006177-2013-68-DILIC-IBAMA, a equipe do órgão ambiental recomenda, entre outras questões, que a NE apresente quantitativo e perfil das famílias das áreas rurais adquiridas e a adquirir. A equipe do SAF apresentou parte do relatório do PAR que está em elaboração, evidenciado por documentação. Em relação ao monitoramento das famílias optantes por indenização, consta no relatório que “terão como procedimento de monitoramento a identificação do destino informado para realização da mudança, nos casos em que a Norte Energia ficará responsável por este procedimento.” É recomendável esclarecer nesse relatório preliminar esse	a)  b) 	4º RSAP	Apresentar versão final de PAR rural e urbano.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				Segundo a NE, no entanto, conforme exposto em reunião realizada entre a Diretoria Socioambiental da Norte Energia e o Consultor Independente em 08/08/2013, será avaliado o estabelecimento de um procedimento que evidencie tal acompanhamento. 3º RSAP: idem resposta à Ação 31, acima.	procedimento. Considera-se esta ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida</u> . <u>Análise 3ª missão:</u> Considera-se esta ação ainda com status de <u>Parcialmente Atendida</u> . A NE encaminhou, após a 3ª Missão, modelo de Declaração voluntária a ser solicitada para os proprietários em casos de indenização, indicando endereço de destino e dados para contato. A Declaração atende ao solicitado pelo Consultor Independente. Quanto aos reassentamentos coletivos, os programas de monitoramento e de apoio à mudança atendem ao solicitado.			
Execução da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Estruturação de equipe para compra de terras e implantação do RAP	<u>Ação 33:</u> Reavaliar e demonstrar o adequado dimensionamento da equipe da NE que executa a aquisição de terras e reassentamento urbano e rural, apoiando-se em empresas especializadas que prestam serviços de cadastramento, avaliação, apoio à negociação, preparação e documentação de reuniões, comunicação de reclamações, entre outros.	Apresentar avaliação da necessidade de ampliação dos quadros atuais da NE para aquisição de terras e reassentamento urbano e rural.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ANEXO VI.A), a NE apresentou o dimensionamento e estrutura organizacional da Superintendência Fundiária da Norte Energia, bem como o quadro de subcontratados, considerados suficientes para as atividades da referida superintendência. O 2º RSAP informa, para a questão urbana, que desde o início de julho a empresa DIAGONAL está trabalhando na elaboração do plano de trabalho para as atividades de avaliação de benfeitorias, elaboração de laudos de avaliação e implantação de um SIG. Em relação às atividades para a área rural, está em andamento o reforço da equipe SAF, com processo de contratação de mais 4 técnicos. Já com relação à contratação de empresas terceirizadas para apoio nos serviços, foi contratada empresa Santiago & Barros para fazer a prospecção de áreas e apoio jurídico para viabilizar a documentação dominial dos imóveis para relocação assistida e a empresa Carta Cartografia para levantamento topográfico cadastral das propriedades interferidas pela linha de transmissão. Também se encontra em processo de contratação empresa para execução de serviços técnicos de agrimensura e topografia para parcelamento de lotes do reassentamento rural coletivo e áreas remanescentes. Segundo informado pela NE no 3º RSAP , as informações para atendimento a esta demanda seriam apresentadas na semana de vistoria em 04/11.	<u>Análise 1ª missão:</u> Na vistoria de campo foi constatado que a NE está contratando pessoas para sua equipe fixa, assim como outra empresa terceirizada para os projetos de reassentamento. Considera-se esta ação <u>em atendimento</u> . <u>Análise 2ª missão:</u> Foi evidenciado o plano de trabalho da empresa Diagonal Urbana para as atividades de avaliação de benfeitorias, elaboração de laudos de avaliação e implantação de um SIG. Considera-se esta ação <u>Em Atendimento</u> . <u>Análise 3ª missão:</u> <u>Atendida</u> . Durante a visita a campo evidenciou-se a contratação das empresas para apoio aos reassentamentos, as quais já se encontram trabalhando e cumprindo suas funções.			

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo   Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Execução da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Atendimento a Reclamações	Ação 34: a) PD 05 prevê duas instâncias de consultas e reclamações, incluindo uma segunda instância que possa ser acionada em casos em que o reclamante não se sinta atendido em uma primeira instância. b) A NE dispõe de Ouvidoria, porém o fluxograma de reclamação não está formalizado e nem é divulgado considerando esta possibilidade. c) Instituir, no bando de dados de consultas e reclamações, um acompanhamento de todos os registros, incluindo documentação formal das respostas dadas e conclusão do atendimento. d) Prever indicadores específicos de atendimento e acompanhamento, considerando o tempo de atendimento.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar evidências de que o procedimento de consultas e reclamações e respectivo banco de dados foram ajustados para atender à recomendação.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE informou que em 14/01/2013 seria realizada uma segunda reunião com a gerência de comunicação da NE para elaboração do procedimento de comunicação integrada, abordando novos canais de consultas e reclamações agregando as atividades dos planos, programas e projetos da gerência fundiária da NE. No RT_002-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi informado que está em andamento na DS a formação de um Comitê de Comunicação, a ser expandido para outras diretorias, para então serem discutidos os procedimentos sobre a criação de uma segunda instância de consultas e reclamações. A minuta do Procedimento de Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade (PS NES GABM SGA 001/2013) foi apresentada no ANEXO IV. A NE informa que as atividades descritas no procedimento já são realizadas pela NE desde a concepção do Plano de Comunicação. De acordo com o 2º RSAP, as questões levantadas nesta demanda foram apontadas pelo consultor independente em reunião realizada com as diretorias financeira e socioambiental da NE em 08/08, as quais ficaram de avaliar, junto às demais partes envolvidas, a possibilidade e respectiva forma de atendimento. Segundo informado pela NE no 3º RSAP, o CIC - Comitê Interno de Comunicação será um espaço de discussão colegiada e de retorno nos assuntos afetos ao PBA e interface com outras áreas da empresa, vindo este a configurar-se em um canal de consultas e reclamações de 2ª instância, em caráter recursal de atendimento a demandas recorrentes ou não adequadamente sanadas junto às partes interessadas por meio dos canais usuais. Portanto, as demandas apresentadas e discutidas no âmbito do CIC serão avaliadas em conjunto com as demais diretorias da Norte Energia, conforme o caso, e devolvidas para a empresa executora do Programa para operacionalização (preparar as respostas às consultas e reclamações) e dar retorno ao demandante, cuja conclusão deverá ser devidamente registrada e acompanhada. O CIC terá um representante da alta direção na sua composição, por esta designado. Reclamações relacionadas a trabalhadores serão devidamente encaminhadas à área em questão da mesma forma que as demais questões trazidas no âmbito do CIC e, igualmente, será dado o devido retorno. Este e outros detalhes serão conhecidos a partir da próxima reunião agendada para 31/10 em Altamira. Segundo a NE, demais informações sobre o banco de dados de consultas e reclamações podem ser observadas no item 2.4 do 3º RSAP e seus respectivos anexos.	Análise 1ª missão: Na descrição do objetivo do Comitê não fica claro que a sua finalidade é funcionar como a segunda instância de atendimento, conforme indicado na ação. A própria composição do Comitê traz dúvidas sobre isso. Enquanto a atuação do Comitê não estiver bem detalhada, não pode ser considerado como solução para esta ação. Considera-se que: Item a) está <u>parcialmente atendido</u>. Item b) está <u>atendido</u>. Item c) está <u>atendido</u>. Item d) está <u>atendido</u>. Análise 2ª missão: Não foi evidenciado o atendimento ao Item a). Reconsidera-se o status desse item da ação para <u>Não Atendido</u>. Análise 3ª missão: Item a) está <u>parcialmente atendido</u>. Foram apresentados, durante a vistoria, procedimento e fluxograma de atendimento de reclamações em 2ª Instância. Resta incluir, a partir do próximo RSAP, evidências de operacionalização.	a) b) c) d)	4º RSAP	Apresentar evidências de operacionalização da segunda instância de consultas e reclamações.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida Em Atendimento ou Parcialmente Atendida Não Atendida Atendimento Contínuo Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Execução da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Implementação das Opções de Reassentamento	Ação 35: O Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural prevê a indenização em dinheiro para proprietários e posseiros. A NE está trabalhando nas áreas rurais com mínimo de carta de crédito de R\$ 131.902,97, que prevê pelo menos 70% para compra de terras. Como a aquisição das áreas dos canteiros, canal, Travessões 27 e 55 e Vila Santo Antonio já se encontra bastante avançada, recomenda-se a apresentação de um relatório <i>ex-post</i> parcial, com as informações sobre a situação anterior e atual desses afetados, de maneira a permitir uma avaliação das medidas propostas para a adequada reposição das terras, e, nos casos em que isso não ocorra, prever as devidas ações para recomposição dos meios de vida.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar Relatório <i>Ex-post</i> Consolidando as ações já implementadas de indenização para as propriedades rurais nas áreas dos canteiros, canal, Travessões 27 e 55 e Vila Santo Antonio.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ANEXOS VI.D. VI.E e VI.F), a NE apresentou os resultados do projeto de acompanhamento e monitoramento social das comunidades do entorno da obra e das comunidades anfitriãs, a situação atual de aquisição de terras e as ações de assistência e extensão rural e socioambiental (4.2.1-Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar). A análise dos resultados apresentados neste relatório, permitindo uma avaliação comparativa da situação anterior e atual da comunidade diretamente envolvida, será apresentada em relatório específico em momento posterior. De acordo com o 2º RSAP, as questões levantadas nesta demanda foram apontadas pelo consultor independente em reunião realizada com as diretorias financeira e socioambiental da NE em 08/08, as quais ficaram de avaliar, junto às demais partes envolvidas, a possibilidade e respectiva forma de atendimento. Segundo informado pela NE no 3º RSAP, as informações para atendimento a esta demanda seriam apresentadas na semana de vistoria em 04/11.	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>. Na vistoria de campo foi verificado que o Programa de Acompanhamento Social (4.6), por meio do Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e o Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), contém as informações sobre a situação anterior e atual desses afetados. O Programa também contempla o encaminhamento daqueles em situação de vulnerabilidade para atendimentos assistenciais. O Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1) acompanha as famílias que já foram reassentadas. No entanto, não há um documento único consolidando as ações já implementadas de indenização para as propriedades rurais nas áreas dos canteiros, canal, Travessões 27 e 55, e Vila Santo Antonio. Recomenda-se que seja feito este registro. Análise 2ª missão: Já foi evidenciado que há diversos procedimentos nos diferentes projetos que atendem a conteúdos para elaboração de um documento de registro da população retirada das áreas sob indenização. Foi sugerido que este documento fosse pelo menos apresentado em forma de minuta para avaliação do Consultor Independente. Reconsidera-se o status desta ação para <u>Não Atendida</u>. Análise 3ª missão: <u>Em atendimento</u>. Tanto a execução de levantamento de dados disponíveis na empresa, como a adoção, no futuro, de procedimentos que permitam aumentar o nível de conhecimento do destino da parcela dos indenizados que opta pelo pagamento em dinheiro ou carta de crédito, atendem a recomendações de conformidade com os Princípios do Equador integrantes do Plano de Ação.		4º RSAP	Apresentar dados já disponibilizados e resumo analítico sobre o registro da população já indenizada que se realocou no 4º RSAP. Apresentar o documento acima e documentação encaminhada ao IBAMA sobre a solicitação do quantitativo e perfil das famílias das áreas rurais adquiridas e a adquirir.
Execução da Aquisição de Terras / Reassentamento Involuntário / Monitoramento Pós-Relocação	Ação 36a: Realizar o monitoramento previsto, cuja implementação encontra-se com cronograma defasado.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar evidências da realização do monitoramento.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ANEXOS VI.D. VI.E e VI.F), a NE apresentou os resultados do projeto de acompanhamento e monitoramento social das comunidades do entorno da obra e das comunidades anfitriãs, a situação atual de aquisição de terras e as ações de assistência e extensão rural e socioambiental (4.2.1-Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar). De acordo com o 2º RSAP, está em andamento a elaboração de um PS do programa de acompanhamento social prevendo um fluxo e compatibilização de dados gerados pelo projeto 4.6.1 e atendidos pelo projeto 4.6.2 e demais programas do PBA. O procedimento pertinente ao citado fluxo tinha finalização e validação previstas até 30/08.	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>. Na vistoria de campo foi verificado que o Programa de Acompanhamento Social (4.6), por meio do Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e o Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), contém as informações sobre a situação anterior e atual desses afetados, assim como encaminha aqueles em situação de vulnerabilidade para atendimentos assistenciais. O Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1) acompanha as famílias que já foram reassentadas. No entanto, não há um documento sistematizando todas as ações de monitoramento Pós-Relocação, assim como não há descrição desta atividade e como ela deve ser feita, o que deve ser incluído no PAR a ser		4º RSAP	Evidenciar implementação do monitoramento Pós-Relocação no Plano de Ação de Reassentamento (PAR).

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				Segundo a NE, o Plano de Ação de Reassentamento (PAR) contemplando as ações de sistematização do monitoramento, será entregue em um prazo de 30 dias (20 dias para elaboração pelo CWP + 10 dias para validação da SAF), o que seria por volta de 20/09. Segundo informado pela NE no 3º RSAP, as informações para atendimento a esta demanda seriam apresentadas na semana de vistoria em 04/11.	elaborado. Análise 2ª missão: Foi verificado que há duas formas de atuação perante os reassentamentos que devem ser feitos na área rural e na área urbana. As equipes desses dois projetos devem sistematizar uma metodologia única que atenda aos princípios aqui descritos (Princípios do Equador 02, 05 e 06 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 05). No relatório preliminar do PAR consta procedimento geral para monitoramento da população interferida, evidenciado por documentação. Considera-se esta ação <u>Em Atendimento</u>. Análise 3ª missão: Considera-se esta ação <u>Em Atendimento</u>. No relatório preliminar do PAR consta procedimento geral para monitoramento da população interferida, evidenciado por documentação. Evidenciar, no 4º RSAP, a implementação deste monitoramento, através de dados dos vários programas.			
Ação 36b - 6 meses antes do início da operação da última turbina.								
Princípio do Equador 02 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 06								
Aspectos da Linha Base Biológica / Suficiência da linha base biológica para identificação de nichos ecológicos ou habitats naturais críticos	Ação 37a - Realizar, fora da AID, coletas de dados adicionais à linha base da ictiofauna, para confirmação de ocorrência das espécies citadas como ameaçadas (Acari zebra, pacu capivara e arraia de fogo) e das espécies de Loricarídeos (ornamentais), citadas como restritas à Volta Grande do Rio Xingu.	6 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar metodologia a ser utilizada nas coletas adicionais.	No prazo definido foi encaminhado o RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, onde se informa que o projeto de monitoramento de ictiofauna tal qual está no PBA já tem a malha ampliada, pois as coletas são feitas fora da AID: acima da confluência do rio Iriri com o rio Xingu e abaixo, no trecho de restituição de vazão. Com isso, os últimos resultados de monitoramento já indicaram ampliação de área de ocorrência para algumas espécies de peixes, notadamente os ornamentais. Além disso, o projeto de Pesca Sustentável tem uma abrangência muito maior que a AII, com anotações de desembarque pesqueiro de peixe de consumo e ornamental até São Felix do Xingu. Neste projeto, também é possível obter a origem do pescado coletado, o que poderá contribuir na indicação de áreas de ocorrência daquelas espécies, contribuindo para esclarecer a área de ocorrência inicialmente considerada para a Volta Grande, como é o caso das espécies ameaçadas de extinção e endêmicas do PAN. Desta forma, a NE considera que a malha de amostragem atualmente aplicada para a ictiofauna já extrapola os limites da AID e é suficiente para o acompanhamento das espécies em pauta. São incluídas informações dos monitoramentos realizados até o momento: • Pacu Capivara (<i>Ossubtus xinguense</i>): está na lista de • espécies ameaçadas de extinção; porém, o Projeto de • Monitoramento da Ictiofauna já identificou a sua ocorrência nas cachoeiras do rio Iriri e na confluência deste com o rio Xingu (áreas a montante da AID). Informação disponível no 3º Relatório do IBAMA (Cap 2 - item 13.3.1.3.1 - Projeto de Investigação Taxonômica) e no banco de dados do último RTT-E	A NE informou que a coleta da ictiofauna ocorre fora da AID, acima da confluência do rio Iriri com o rio Xingu, e abaixo, no trecho de restituição de vazão. Nos mapas apresentados no 4º Relatório Consolidado do IBAMA são incluídos os pontos com os registros das espécies, mas não se representam as áreas de influência da UHE. Assim, recomenda-se que sejam elaborados mapas de distribuição das espécies ameaçadas (Acari zebra, pacu capivara e arraia de fogo) e das espécies de Loricarídeos (ornamentais), incluindo a delimitação da Área Indiretamente Afetada (AID). Análise 3ª missão: A NE confirmou que a coleta da ictiofauna ocorre fora da AID e acima da confluência do Rio Iriri com o Rio Xingu, e abaixo, no trecho de restituição de vazão. Mantém-se a recomendação de que sejam elaborados mapas de distribuição das espécies ameaçadas (Acari zebra, pacu capivara e arraia de fogo) e das espécies de Loricarídeos (ornamentais), com a delimitação da Área Indiretamente Afetada (AID). Considera-se esta ação <u>Parcialmente Atendida</u>.		4º RSAP	Apresentar mapas com a distribuição das espécies dentro e fora da AID.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

Atendida Em Atendimento ou Parcialmente Atendida Não Atendida Atendimento Contínuo Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				do Projeto 13.3.4; - Arraia-negra (<i>Potamotrygon leopoldi</i>): está na lista do PAN como espécie endêmica com relevante grau de ameaça às suas populações. Esta espécie também ocorre na região de montante (região de São Feliz do Xingu) e o Projeto de Monitoramento da Ictiofauna já capturou diversos exemplares desta espécie no setor à montante da AID, sítios (IC01 e IC02). Informação disponível no último RTT-E do Projeto 13.3.4. - Para o acari zebra (espécie ameaçada) e outras espécies de loricarídeos citados como restritos à Volta Grande do Xingu, ainda não se tem nenhuma nova informação sobre a ocorrência em áreas fora da AID. O 2º RSAP não traz informações sobre o atendimento a esta ação. No 3º RSAP, a NE informou que as respostas a esta ação seriam apresentadas durante a 3ª missão, entre 04 e 08 de novembro de 2013.				
Ação 37b - 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento.								
	Ação 38a - Aplicar os melhores esforços (<i>best efforts</i>) para a identificação, até o menor nível taxonômico possível, dos indivíduos de flora, fauna terrestre e fauna aquática coletados na linha base do EIA e nos monitoramentos, especialmente para os gêneros ameaçados, criticamente ameaçados, quase ameaçados e vulneráveis (considerar listagens das agências nacionais e IUCN).	6 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar planejamento de atividades e metodologia a ser utilizada nos esforços de identificação.	No prazo definido foi encaminhado o RT_006-2013.PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, onde se informa que, devido à sua preocupação com a conservação de espécies potencialmente novas ou com algum risco de ameaça de extinção, a NE tomou providências para a determinação taxonômica de espécies da ictiofauna, pequenos mamíferos, quirópteros e espécies da flora por meio da execução de projetos do PBA ou por meio da contratação de estudos complementares. Especificamente no caso dos estudos complementares de roedores e quirópteros, não previstos no PBA, exemplares identificados nas campanhas de monitoramento e coleta em campo serão encaminhados para especialistas da UFPA, Museu Emílio Goeldi e Museu de Zoologia da USP. As atividades de campo para coleta de indivíduos terão início nesta próxima estação seca de acordo com o delineado nos estudos complementares sobre a distribuição geográfica das espécies <i>Oecomys</i> sp, <i>Neacomys</i> sp. e <i>Nictinomops</i> sp, sendo que os exemplares capturados serão preservados e encaminhados a especialistas ao término de cada campanha. No caso da flora, exemplares em estágio reprodutivo estão sendo encaminhados para especialistas do Museu Emílio Goeldi, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e UFPA. Técnicas para a determinação dos diferentes taxa variam de acordo com a metodologia mais apropriada para a descrição das espécies, incluindo medidas morfométricas padrão ou análises genéticas se necessário. Deve-se considerar ainda que a Norte Energia, através de suas contratadas, possui atividades correntes com especialistas em campo durante a execução dos projetos	Em relação à <u>fauna</u>, durante as reuniões na inspeção de campo de 2 a 6 de setembro de 2013, a NE comunicou que estabeleceu contato com especialistas em roedores, na ESALQ-USP, que darão andamento à identificação das espécies de roedores classificadas até o momento como possivelmente novas para a ciência, pertencentes aos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i>. No caso da espécie ainda não identificada e possivelmente nova para a ciência de <i>Nyctinomops</i>, a NE comunicou que foi feito o contato com especialista na Universidade Federal de Goiás, que deverá identificar os exemplares coletados até o momento. Todos os exemplares coletados e armazenados em diferentes instituições de pesquisa foram localizados, segundo informado pela NE, etapa essencial para que a investigação taxonômica progrida. Algumas das atividades relacionadas à investigação taxonômica das espécies mencionadas foram apresentadas pela Norte Energia nas Notas Técnicas NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador. Em relação à <u>flora</u>, o cliente informa que está envidando os esforços solicitados, consultando especialistas e buscando exemplares em estágio reprodutivo. No entanto, não apresenta o planejamento pedido, evidenciando as atividades previstas, e não indica o andamento dos trabalhos, informando a porcentagem de táxons ainda não identificados. Em relação à <u>ictiofauna</u>, a NE informou que foram coletadas 380 espécies na região de estudo. Dessas, 31 espécies ainda não foram descritas pela ciência. Essas espécies estão em processo de estudo e algumas em descrição pelos especialistas.		1) 4º RSAP	1) Em relação à <u>fauna</u> , no caso das espécies de pequenos mamíferos, apresentar as alterações solicitadas por esta auditoria nas Notas Técnicas NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador. Apresentar ainda evidências do andamento da identificação, incluindo pareceres dos especialistas envolvidos e resultados preliminares com base nos vouchers já coletados.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✓ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✓! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
				de Formação de Banco de Germoplasma, Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora e todos os demais monitoramentos de flora (florestas de terra firme, aluviais e formações pioneiras). Cabe ressaltar que todos estes projetos, além do inventário florestal (42.000ha amostrados), têm especialistas botânicos e parcerias institucionais que subsidiam as identificações até o menor nível taxonômico possível, quando há dúvida quanto à especificidade do indivíduo coletado. O 2º RSAP menciona que já foram feitos alguns contatos com especialistas na taxonomia dos quirópteros, e ainda que os exemplares coletados na etapa do EIA já foram localizados. No 3º RSAP, a NE informou que as respostas a esta ação seriam apresentadas durante a 3ª missão, entre 04 e 08 de novembro de 2013.	No entanto, o relatório não apresenta a classificação das espécies em ameaçadas, criticamente ameaçadas, quase ameaçadas e vulneráveis. <u>Análise 3ª missão:</u> 1) Em relação à <u>fauna</u>, durante a vistoria de campo de 4 a 8 de novembro de 2013 a NE mostrou evidências da contratação dos especialistas em roedores e em quirópteros, que deverão conduzir a investigação taxonômica de cada um destes grupos, de forma a determinar se os exemplares coletados durante o EIA se tratam ou não de espécies novas para a ciência. No caso dos roedores pertencentes aos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i>, o especialista contratado deverá ainda realizar o levantamento nas áreas situadas fora da área de influência do projeto, segundo descrito na Nota Técnica NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador. No caso da espécie ainda não identificada e possivelmente nova para a ciência de <i>Nyctinomops</i>, a NE mostrou evidências de que foi feito o contato com especialista na Universidade Federal de Goiás, que deverá identificar os exemplares coletados até o momento. Os exemplares testemunho coletados durante as atividades do EIA e armazenados em diferentes instituições de pesquisa foram localizados, segundo informado pela NE, etapa essencial para que a investigação taxonômica progrida. Modificações pontuais foram solicitadas por esta auditotina nas Notas Técnicas NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de <i>Nyctinomops</i> Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador, no que diz respeito à justificativa da metodologia proposta e objetivos gerais. 2) Em relação à <u>flora</u>, a empresa executora do <i>Projeto de Salvamento da Flora</i> (Biota) relatou, durante a 3ª missão de monitoramento, que os procedimentos que têm sido realizados para determinar os táxons com identificação incompleta e mostrou como exemplo um Relatório de Gerenciamento Mensal (RGM), no qual é feito um controle mensal dos materiais botânicos que estão sendo identificados. Os dados totais do projeto devem ser apresentados. Já em relação aos projetos de monitoramento da flora, não foi apresentada nenhuma resposta a essa ação. Em relação aos táxons com identificação incompleta do EIA, a Norte Energia informou que iria entrar em contato com o Museu Emílio Goeldi, o qual elaborou o diagnóstico da vegetação apresentado no EIA, para verificar a localização dos materiais <i>voucher</i> deste estudo. 3) Em relação à ictiofauna, ainda não foi evidenciado o avanço das tratativas para resolução das questões relacionadas à identificação das espécies novas. Não há registro no RSAP do status de conservação de todas as 380 espécies mencionadas		2) 4º RSAP	2) Em relação à <u>flora</u> , apresentar documento relatando os procedimentos que têm sido realizados para a identificação até o menor nível taxonômico possível dos indivíduos registrados nos projetos de salvamento e de monitoramento, bem como informar as quantidades e porcentagens de morfoespécies com identificação taxonômica completa e incompleta. Ainda, no que se refere aos materiais <i>voucher</i> coletados na fase de elaboração do EIA, evidenciar o contato com o Museu Emílio Goeldi e a sua resposta.
							3) 4º RSAP	3) Em relação à <u>ictiofauna</u> apresentar evidências do andamento das identificações, incluindo resultados preliminares. Apresentar o status de conservação conforme as listagens das agências nacionais e IUCN

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					no último relatório de consolidação para o IBAMA, de acordo as listagens das agências nacionais e IUCN. No RSAP está citado que as atividades de triagem, identificação e tombamento do material estão em contínua evolução e que alguns manuscritos, que incluirão as espécies novas, estão em fase de elaboração.			
	Ação 38b - 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento.							
Aspectos da Linha Base Biológica / Confirmação de área de vida de espécies novas	Ação 39a - Realizar amostragens e estudos complementares fora da ADA visando a determinar a presença e área de distribuição das espécies possivelmente novas para a ciência dos roedores pertencentes aos gêneros <i>Oecomys</i> e <i>Neacomys</i> , e do quiróptero <i>Nyctinomops</i> sp.	6 meses após a Assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar metodologia a ser utilizada nas amostragens e estudos complementares.	No prazo definido foi encaminhado o RT_006-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, onde se informa que o encaminhamento ao consultor socioambiental, em 05/06/2013, como demanda de documentos complementares solicitados após a vistoria de maio de 2013, das seguintes Notas Técnicas sobre Roedores e Quirópteros: - NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de Nyctinomops Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e - NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador. O 2º RSAP não traz informações sobre o atendimento a esta ação. Segundo informado pela NE no 3º RSAP, as evidências de andamento serão apresentadas em novembro na 3ª missão. E os resultados serão consolidados semestralmente e encaminhados ao IBAMA e posteriormente à JGP.	<u>Em atendimento.</u> O consultor socioambiental avaliou as Notas Técnicas sobre a identificação de possíveis espécies novas de pequenos mamíferos encaminhadas (NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de Nyctinomops Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador), e sugeriu algumas adequações metodológicas. A necessidade de tais adequações foi novamente colocada durante a 2ª Missão. Nas reuniões realizadas nesta mesma oportunidade, a NE apresentou evidências de que está implementando os projetos propostos nas Notas Técnicas elaboradas, que deverão resultar na identificação e determinação das áreas de distribuição das espécies de roedores dos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i>, e da espécie de <i>Nyctinomops</i>. <u>Análise 3ª missão:</u> <u>Em atendimento.</u> Foram apresentadas as NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA: Investigação Taxonômica e da Biologia de Nyctinomops Sp. – Condicionante dos Princípios do Equador; e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA: Investigação Taxonômica de Pequenos Roedores – Condicionante dos Princípios do Equador contendo algumas das modificações sugeridas pelo consultor socioambiental. Os documentos foram avaliados e sugeriu-se ainda algumas modificações, que deverão ser incorporadas ao documento e apresentadas no próximo RSAP. Nas reuniões realizadas nesta mesma oportunidade, a NE apresentou evidências de que está implementando os projetos propostos nas Notas Técnicas elaboradas, que deverão resultar na identificação e determinação das áreas de distribuição das espécies de roedores dos gêneros <i>Neacomys</i> e <i>Oecomys</i>, e da espécie de <i>Nyctinomops</i>.		4º RSAP	Revisão adicional de alguns aspectos dos Projetos para identificação das espécies de <i>Neacomys</i> , <i>Oecomys</i> e <i>Nyctinomops</i> , segundo as observações apontadas pelo consultor socioambiental.
	Ação 39b - 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento.							
Programas de Mitigação e Gestão / Gestão da Pegada em Áreas de Afetação de Habitats Naturais	Ação 40: Apresentar um plano de gestão para os fragmentos de vegetação que estão dentro das áreas autorizadas pelas ASVs das áreas de apoio e obras principais, e que, no entanto, não serão suprimidos. Este plano deverá conter	3 meses após a assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar plano de gestão.	No RT_003-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 a NE informou que este plano de gestão estava em estruturação e seria apresentado no 1º RSAP (abril/2013). É apresentado no ANEXO 2.3-1 do 1º RSAP (RT_004-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00) o PS NES GABM SGA 007/2013 - PLANO DE GESTÃO DE FRAGMENTOS DE VEGETAÇÃO, com o plano de gestão para os fragmentos de vegetação que estão dentro das áreas autorizadas pelas ASV's das áreas de apoio e obras principais, e que, no entanto, não serão suprimidos.	<u>Análise 1ª missão:</u> Foi apresentada pelo cliente uma versão preliminar do plano de gestão dos fragmentos, o qual lista as atividades a serem desenvolvidas e, no entanto, não contém um plano de execução e um cronograma físico. Desta forma, considera-se que a ação está ainda <u>em atendimento</u>. Este plano de gestão dos fragmentos deverá conter ações para dois momentos: durante a execução das atividades de obra e após o término da construção. As atividades propostas no plano preliminar contemplam principalmente a segunda parte. Como é informado no documento preliminar apresentado pelo		4º RSAP 4º RSAP	Apresentar documento com as medidas aplicadas pelo CCBM para evitar a intervenção e para promover a conservação de fragmentos de vegetação na área do empreendimento

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo   Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a
Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	procedimentos para minimizar os impactos sobre estes remanescentes durante as atividades de obra e medidas para a sua proteção após o término da construção.			Estabelece ainda os procedimentos para minimizar os impactos sobre estes remanescentes durante as atividades de obra e medidas para a sua proteção após o término da construção. Este procedimento é apresentado em versão inicial, a qual será detalhada conforme o avanço das atividades com a gerência responsável. Assim como outros, este PS proporciona a integração entre diversas atividades de diferentes. A NE informa, no 2º RSAP, que as recomendações estão registradas e que está em processo de revisão do referido PS. O documento será apresentado em versão final antes da emissão do próximo RSAP. Segundo informado no 3º RSAP, após uma reflexão da equipe da NE a respeito do que foi solicitado com relação ao ‘Plano de Gestão de Fragmentos’, verificou-se que o Plano apresentado não atende ao solicitado pela JGP, uma vez que os projetos do PBA e sua estruturação e inter-relação já contemplaria ações de afetas aos fragmentos florestais da região diretamente afetada pelo empreendimento. Desta forma, a NE sugeriu a realização de uma reunião específica junto ao consultor independente que solicitou tal plano durante a 3º missão em novembro/13 para esclarecer o que está sendo feito em relação à gestão da pegada em áreas de habitats naturais e qual o entendimento da empresa para atender ao solicitado.	cliente, algumas atividades que atendem ao seu objetivo já estão em andamento, como no âmbito do <i>Projeto de Desmatamento</i> e do PRAD. Devem ser previstas medidas para garantir a prevenção e a correção de processos erosivos nos remanescentes florestais, bem como que não sejam realizadas intervenção indevidas nestes fragmentos, como deposição de materiais provenientes das frentes de supressão. É também urgente que sejam definidas ações para garantir a proteção dos fragmentos remanescentes nas áreas onde a supressão está prestes a ser iniciada. A versão preliminar do plano de gestão dos fragmentos informa que se pretende fazer dele um instrumento de integração das ações empreendidas pela NESA nos diferentes projetos do PBA que possuem interface com o tema. Esse aproveitamento das atividades já em curso e sua integração é altamente desejável, visando maximizar os resultados dos esforços previstos para a minimização dos impactos, bem como a sua compensação. Neste sentido, recomenda-se priorizar a otimização ou complementação de ações já previstas por outros programas. <u>Análise 2ª missão:</u> <u>Em atendimento.</u> Na vistoria realizada em setembro de 2013, ainda foram observadas não conformidades nas áreas das obras civis que deveriam ser evitadas com a implantação do plano de gestão dos fragmentos. Verificou-se que áreas com vegetação nativa foram afetadas desnecessariamente pelas obras, principalmente na Vila dos Trabalhadores (ver Registro Fotográfico do PCAI, no Anexo 3. Com as obras civis já em fase avançada, o atraso na implantação do plano comprometeu a minimização do impacto sobre os fragmentos remanescentes pretendida até o momento. No entanto, este plano é ainda necessário para as futuras fases das obras civis e para após o seu término. <u>Análise 3ª missão:</u> <u>Em atendimento.</u> Não foi realizada uma reunião específica durante a 3ª missão como proposto pela Norte Energia no 3º RSAP. Diferentemente, o assunto foi discutido em reuniões independentes com diferentes membros da equipe da NE e do CCBM. A consultoria independente entende que, devido à situação avançada das obras, a elaboração do plano de gestão sugerido e a sua efetiva aplicação, não seriam mais a melhor alternativa para contornar os problemas que motivaram essa recomendação. Como informado anteriormente, foi observado, nas vistorias anteriores, que fragmentos de vegetação nas áreas das obras foram impactados desnecessariamente pelas atividades de construção (ex. usados como depósito de entulho) ou que sua manutenção não estava sendo observada (ex. a ocorrência de processos erosivos). Durante a 3ª missão de monitoramento, a consultoria independente conversou com o CCBM sobre esses			Evidenciar a inclusão dos fragmentos de vegetação localizados nas áreas das OP e que estão sendo conservados, nos pontos de controle da supervisão ambiental realizada pela empresa BIOCEV (ver Ação 24b).

Legenda:	Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
----------	---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✓ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✓! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
					acontecimentos e sugeriu que o consórcio relatasse em um documento as medidas que foram e são aplicadas para evitar a intervenção e para promover a conservação de fragmentos de vegetação na área do empreendimento, visando a atender a essa recomendação, em substituição ao plano de gestão originalmente requerido. Ainda, para atender a essa recomendação, solicita-se a inclusão, no âmbito da ação 24b deste Plano de Ação, dos fragmentos de vegetação que não serão afetados pelas atividades de construção do empreendimento como pontos de controle a serem verificados em campo pela BIOCEV nas suas atividades de supervisão da OP.			
Programas de Mitigação e Gestão / Controle de Espécies Exóticas / Invasoras	Ação 41: Registrar, no âmbito dos projetos e programa de monitoramento da flora, a presença de espécies exóticas nas fisionomias monitoradas, atentando para a ocorrência de processos de invasão. Neste caso, deverão ser propostas medidas de controle. Este acompanhamento deve ser realizado até a fase de operação.	Trimestralmente nos Relatórios de Conformidade Socioambiental, e semestralmente, nos Relatórios de Andamento do PBA.	Apresentar evidências nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental e nos relatórios dos projetos e programa de monitoramento da flora do PBA.	No 1º RSAP (RT_004-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00) foi informado que a ação está em Atendimento/Providências em Andamento. Segundo informado, está em avaliação pela Superintendência dos Meios Físico e Biótico integrar esta demanda nos programas já em andamento referentes ao assunto. Nota-se que devido à integração entre as atividades há necessidade de um tempo maior para tal adequação. A NE informa, no 2º RSAP, que na Seção 6.2 deste relatório e seus respectivos anexos podem ser observadas as respostas relativas a esta demanda. No 3º RSAP a NE informa que, em função do avançado estado de degradação dos ambientes terrestres, há presença de muitas espécies exóticas na região, principalmente considerando ambientes de pastagens e de lavoura. Até o momento, o impacto mencionado no EIA (aumento nas populações de espécies exóticas) não foi evidenciado (informações constantes: Monitoramento da flora). Quanto às medidas de controle e mitigação, em caso de ocorrência do aumento há ações específicas previstas dentro de um contexto geral de conservação no PAN flora, onde é possível observar um objetivo específico para lidar com estas situações. A NE esclarece que entende que as ações realizadas no âmbito do PBA já são suficientes para mitigar ou compensar esse impacto caso o mesmo venha a ocorrer, uma vez que o PBA foi concebido tendo como mote principal propiciar a conservação dos recursos naturais com base em diretrizes da biologia da conservação.	Análise 1ª missão: <u>Em atendimento.</u> O cliente informa que a ação está sendo avaliada pela Superintendência dos Meio Físico e Biótico, porém não apresenta evidências. Esta ação é uma medida preventiva, indicada principalmente em função de um impacto identificado no EIA do empreendimento (Aumento na População de Espécies Exóticas (Flora)), para a qual não havia uma ação prevista. Recomenda-se a incorporação de uma atividade de observação e registro de ocorrências de espécies exóticas no âmbito dos projetos de monitoramento da flora. No entanto, sugere-se que essas observações sejam feitas também no âmbito do <i>Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora</i>. Análise 2ª missão: <u>Em atendimento.</u> Não foram encontradas as respostas relativas a essa demanda do 2º RSAP, como informado pelo cliente. Na vistoria realizada em setembro de 2013, essa demanda foi esclarecida para a executora destes projetos (Débora Lemos – STCP). Reforçou-se a recomendação relatada acima. Análise 3ª missão: <u>Em atendimento.</u> Durante a 3ª missão de monitoramento, a empresa executora dos projetos de monitoramento (STCP) informou que foi registrada apenas uma espécie exótica (<i>Magifera indica</i>) com potencial invasor nas parcelas de monitoramento e que não foi detectado processo de invasão. Relatou ainda que o processo “inverso” tem ocorrido em algumas parcelas, ou seja, a colonização de áreas antropizadas por espécies nativas. No 3º RSAP é informado que “há ações específicas previstas dentro de um contexto geral de conservação no PAN flora, onde é possível observar um objetivo específico para lidar com estas situações” e que as ações realizadas no âmbito do PBA são suficientes para mitigar ou compensar o impacto de invasão por espécies exóticas. No entanto, não são explicitadas quais são essas ações e tampouco são mencionadas ações de monitoramento.		4º RSAP	Explicitar as ações de controle e mitigação específicas do PAN e as ações para mitigar ou compensar esse impacto no âmbito do PBA, mencionadas no 3º RSAP. Explicitar as ações para a detecção da ocorrência de processos de invasão (monitoramento).

Legenda:

	Plano de Ação		Reportado pela Norte Energia		Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
--	---------------	--	------------------------------	--	--

 Atendida  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida  Não Atendida  Atendimento Contínuo   Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
Princípio do Equador 02 / Padrão de Desempenho (PD) do IFC 07								
Programas de Compensação / Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (IPDP)	Ação 42: Iniciar imediatamente a implementação do PBA-CI/PMX.	Após a aprovação do PBA-CI/PMX pela FUNAI, com apresentação trimestral do andamento, nos Relatórios de Conformidade Socioambiental.	Apresentar andamento dos Programas do PBA-CI nos Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	O ANEXO VII.A do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 apresenta o relatório de atendimento às condicionantes elencadas no Parecer nº 21/FUNAI e do ofício nº 126/FUNAI, o qual descreve o histórico das atividades relacionadas às atividades indígenas. O PBA-CI será iniciado assim que aprovado o plano operativo (ANEXO VII.B) pela FUNAI, o qual no momento está sendo revisado pela NE com previsão de finalização ainda no mês de janeiro de 2013. No RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi informado que o Plano Operativo foi revisado pela NE e que deve ser protocolado na FUNAI em 01/03/2013, para então ser encaminhado para análise. No ANEXO VIII do RT_0031-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 foi apresentado o Plano Operativo revisado pela NE, protocolizado na FUNAI em 01/03/2013. No mesmo anexo consta o relatório atualizado do BNDES, conforme acordado na reunião realizada entre as partes em 22/02/2013 na sede da Caixa Econômica Federal em Brasília.	O Plano Operativo foi aprovado em 01/04/2013. <u>Ação Atendida.</u>			
Programas de Compensação / Medidas de Indenização / Compensação de Impactos em Populações Indígenas e/ou Tradicionais	Ação 43: Definir procedimento de monitoramento do impacto da vazão reduzida, para avaliação periódica dos resultados das ações do Programa de Atividades Produtivas junto às TIs Paquiçamba, Arara da Volta Grande e Trancheira Bacajá.	Antes do 1º Desembolso Financeiro.	Apresentar procedimento.	No prazo estabelecido para a ação, no RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00, a NE apresentou o procedimento, destacando a integração entre diversos planos e programas pertinentes ao assunto.	O procedimento foi aprovado. Os procedimentos de avaliação são tratados nos encontros do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida. Na segunda reunião, em abril de 2013, foi apresentado projeto de monitoramento da ictiofauna. <u>Ação Atendida.</u>			
Relatórios de Conformidade Socioambiental	Ação 44: Para o atendimento do Princípio do Equador 7, deverão ser Apresentados Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental à Caixa Econômica Federal (CEF), seguindo minimamente a estrutura apresentada no Anexo 1 deste Plano de Ação.	Trimestralmente após a Assinatura do Contrato de Financiamento.	Apresentar Relatórios Trimestrais de Conformidade Socioambiental.	O 1º RSAP foi apresentado em 06/05/2013, referente ao trimestre de monitoramento de janeiro a março de 2013. O próximo RSAP será referente ao trimestre de abril a junho de 2013. O 2º RSAP, referente ao trimestre de abril a junho de 2013, foi encaminhado em 16/08/2013. O 3º RSAP, referente ao trimestre de julho a setembro de 2013, foi encaminhado em 25/10/2013.	Ação <u>em atendimento</u> (contínua).			

Legenda:

	Plano de Ação		Reportado pela Norte Energia		Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
--	---------------	--	------------------------------	--	--

 Atendida
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida
  Não Atendida
  Atendimento Contínuo
  Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

Quadro 7.0.a

Avaliação da situação de atendimento às recomendações estabelecidas no Plano de Ação da UHE Belo Monte – 3º Monitoramento Socioambiental Independente (novembro de 2013)

Componente	Ação	Prazo Plano de Ação	Etapas / Entregáveis Plano de Ação	Status de Atendimento reportado pelo Cliente no Relatório	Avaliação	Situação/ Risco	Prazo	Etapas / Entregáveis
	Ação 45: Cumprir todas as recomendações estabelecidas na Seção 13.2 do Relatório de Avaliação Socioambiental – <i>Due Diligence</i> no prazo determinado.			No 1º RSAP não foi apresentado o atendimento às ações da Seção 13.2. Apenas em relação às recomendações específicas às obras foram apresentadas evidências de atendimento no REL-CCBM-QMSSRS 082/2012, encaminhado no Anexo V, item A, do RT_001-2013_PRINCÍPIOS DO EQUADOR_R00 (ver resposta à Ação 26b). O 2º RSAP passou a incluir a Seção 6.2 (e seus anexos), onde se evidencia o atendimento às recomendações do Consultor Independente encaminhadas em missões anteriores (<i>Due Diligence</i> e 1º Relatório de Monitoramento da UHE Belo Monte). A NE informa que o capítulo 6 do 3º RSAP, e respectivos anexos, apresentam as respostas às recomendações relacionadas ao CCBM.	Análise 1ª missão: Considera-se esta ação <u>em atendimento</u>. A situação do atendimento às recomendações do consultor socioambiental independente que estão fora do Plano de Ação deve ser reportada em item específico do RSAP. No 1º RSAP enviado isso não foi observado. Para controle do atendimento às recomendações fora do Plano de Ação (inicialmente aquelas estabelecidas na Seção 13.2 da <i>Due Diligence</i> e no Relatório de Atualização/novembro de 2012) foi elaborado o Quadro 8.0.a, apresentado no Anexo 9 deste Relatório de Monitoramento. A avaliação do atendimento foi feita, nesta primeira ocasião, por meio da verificação de documentos, e de informações obtidas nas reuniões e vistorias de campo. O Quadro 8.0.a será constantemente alimentado com as recomendações estabelecidas em cada missão de monitoramento, sendo excluídas aquelas já atendidas. Análise 2ª missão: Ação <u>em atendimento</u> (contínua). Conforme já discutido na Ação 26b, com a inclusão da Seção 6.2 no 2º RSAP é possível verificar a gestão da NE sobre o atendimento às recomendações estabelecidas pelo consultor independente em missões anteriores. No entanto, conforme se verifica no Anexo 6.2-1 (texto e planilha) do RSAP e se evidenciou em campo na missão de setembro/13, a NE ainda encontra uma grande dificuldade em obter do CCBM as evidências de atendimento às recomendações que são de sua responsabilidade, para serem incorporadas no RSAP. Recomenda-se que a NE procure estabelecer uma sistemática com o CCBM, para entrega das demandas do consórcio o mais breve possível, de forma que o mesmo se organize na produção de evidências em tempo para inclusão nos RSAP. Análise 3ª missão: Nesta 3ª missão se verificou uma maior troca de informações entre a NE e o CCBM no que diz respeito às recomendações relacionadas às OP feitas pela consultoria independente. O atendimento do CCBM a várias recomendações de missões anteriores foi reportado pela NE no 3º RSAP. Apenas para as recomendações da 2ª missão, referentes ao período entre julho e setembro de 2013, não foram evidenciadas as respostas no 3º RSAP, informando este, no entanto, que as evidências seriam apresentadas pelo CCBM durante a semana de auditoria, o que não ocorreu. Foram consideradas atendidas apenas algumas poucas recomendações da 2ª missão, cujas evidências foram obtidas em campo, durante as inspeções do consultor independente.		A partir do 4º RSAP	Procurar agilizar a obtenção das evidências de atendimento às recomendações relacionadas ao CCBM, incluindo aquelas mais recentes, feitas na missão anterior.

Legenda:

Plano de Ação	Reportado pela Norte Energia	Avaliação do Consultor Socioambiental Independente
---------------	------------------------------	--

✓ Atendida ✓ Em Atendimento ou Parcialmente Atendida ✗ Não Atendida ✓ Atendimento Contínuo ✗! Em Atendimento ou Parcialmente Atendida, com maior risco devido ao atraso

8.0

Situação de Atendimento às Recomendações da Consultoria Socioambiental Independente (da *Due Diligence* ou da Missão de Monitoramento Anterior)

O **Quadro 8.0.a** do **Anexo 9** apresenta o status de atendimento às recomendações em aberto da *Due Diligence* e da 1ª missão de monitoramento, além de apresentar o atendimento às novas recomendações estabelecidas na 2ª missão. Este Quadro é atualizado a cada Relatório de Monitoramento Socioambiental, constando do mesmo a situação de recomendações pendentes, bem como as recomendações emitidas no período anterior. Recomendações atendidas são subtraídas do Quadro.

O atendimento às recomendações foi verificado pelo consultor socioambiental por meio da análise do Anexo 6 do 3º RSAP, de documentos e relatórios apresentados pela NE e pelo CCBM, e por meio das inspeções de campo e entrevistas e reuniões realizadas entre os dias 04 e 08 de novembro de 2013.

9.0

Conformidade do Empreendimento com os Princípios do Equador

Neste Capítulo apresenta-se uma avaliação geral sobre a conformidade atual do empreendimento UHE Belo Monte com os Princípios do Equador, com base nas informações recebidas da NE e contidas no 3º RSAP, naquelas verificadas nos Relatórios para o IBAMA e outros órgãos intervenientes, e nos aspectos verificados pelo Consultor Ambiental Independente durante a inspeção de campo e as reuniões mantidas com a NE e/ou empresas por ela contratadas.

Salienta-se, em primeiro lugar, que a conformidade com o Princípio 1 (Análise e Categorização) é estabelecida pelo próprio Agente Repassador, que já definiu que o Projeto da UHE Belo Monte enquadra-se na Categoria A.

Similarmente, a conformidade com os Princípios 7, 9 e 10 é estabelecida a partir de ações de responsabilidade direta do Agente Repassador. O Princípio 7 (Análise Independente) foi atendido a partir da contratação e conclusão do processo de *due diligence*. Esse processo, por sua vez, culminou na elaboração de um Plano de Ação (Princípio 4), que identificou os hiatos iniciais com relação aos Princípios do Equador. Em conformidade com o Princípio 8, esse Plano de Ação foi transformado em Compromisso Contratual.

O Princípio 9 (Monitoramento Independente e Divulgação de Informações) é atendido por meio da contratação da JGP para a realização de missões periódicas de avaliação socioambiental. O Princípio 10 (Divulgação de Informações pelas EPFIs) será atendido oportunamente pelos Agentes Repassadores, através da divulgação anual de informações sobre o empreendimento no formato corporativo de comunicação adotado por ele.

Dessa forma, discute-se a seguir a conformidade atual do empreendimento com relação aos Princípios 2, 3, 4, 5, 6 e 8.

O **Quadro 9.0.a**, a seguir, resume a situação de conformidade do empreendimento com cada Princípio do Equador e cada Padrão de Desempenho do IFC, a qual é detalhada na sequência.

Quadro 9.0.a

Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
Princípio 2.0 – Avaliação Socioambiental		
Procedimento de Gestão de Mudanças	O procedimento foi elaborado e já se encontra aprovado. Não há evidência da sua aplicação até o momento.	Conforme
Identificação e Avaliação de Impactos e Riscos	Devido os resultados das análises do monitoramento de atropelamentos de espécimes da fauna em decorrência do asfaltamento dos Travessões, não previsto inicialmente, recomendou-se reavaliar esse impacto. Recomendou-se também instalar imediatamente as passagens de fauna inicialmente previstas no projeto. Cabe notar, no entanto, que as mesmas ainda não se encontram finalizadas, não se tendo instalado ainda o alambrado, conforme evidenciado na vistoria em campo. Sugere-se, adicionalmente, considerando que as passagens de água vêm também sendo utilizadas como local de travessia pela fauna, conforme observado em campo, que o alambrado seja instalado também nestas passagens, de forma a direcionar a fauna.	Não conforme
Princípio 3.0 – Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis		
Gestão da conformidade legal do empreendimento		
Identificação dos requisitos legais e outros requisitos aplicáveis ao projeto	O empreendimento possui PS de Identificação dos Requisitos Legais e Outros Requisitos Aplicáveis e o Manual de Requisitos Jurídicos.	Conforme
Avaliação de conformidade legal do Projeto	A sistemática de avaliação de conformidade legal foi recentemente inserida no Manual de Auditoria. No entanto, esta avaliação ainda não foi implementada. Uma das recomendações para a próxima missão é o envio do Programa de Auditorias para 2014.	Parcialmente conforme
Obtenção, renovação e atendimento às condicionantes de licenças, autorizações e portarias	Tanto para a NE como para o CCBM é feito o controle de obtenção e renovação de licenças e autorizações. No entanto, para ambos, com exceção da LI 795/11, cujo controle é feito pela NE por meio do Capítulo 3.0 dos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA, encaminhados ao IBAMA semestralmente, não foi evidenciado o controle do atendimento às condicionantes dessas licenças.	Parcialmente conforme
Situação das multas e autos de infração	No 3º RSAP, como anexo, foi encaminhado o REL-CCBM-QMSSRS 045/2013, onde o consórcio construtor incluiu os autos de infração recebidos no período. Para conformidade total, é necessário que essa informação conste sempre nos RSAP, no Capítulo 7.0, juntamente com as multas e autos de infração da NE. Em relação às multas e autos de infração da NE, não foi atendida a recomendação do Quadro 8.0.a relacionada à adequação da tabela resumo enviada como anexo ao RSAP, incluindo colunas para controle de data de abertura de cada processo; datas de cada evento.	Parcialmente conforme

Quadro 9.0.a

Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
<u>PD 01: Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental</u>		
- Sistema de Gestão da NE - SGA	O SGA encontra-se estruturado e parcialmente implementado.	Parcialmente conforme
Sistema de Gestão de SST	A NE não evidenciou que exista um sistema de gestão documentado, apesar de existirem diversos esforços nesse sentido. Na área de SST, por exemplo, não existe nenhum documento que estruture a forma de planejamento, implantação, monitoramento e adoção de ações para melhoria contínua de sua gestão.	Não conforme
Sistema de Gestão do CCBM	Apesar de existirem recomendações em relação ao SGI, o CCBM apresenta um sistema robusto de gestão que contempla todos os requisitos previstos pelas principais normas de gestão (ISO 14.001 e OHSAS 18.001), além de apresentar melhoria e evolução a cada missão de monitoramento.	Conforme
- Cumprimento dos Programas de SST exigidos por Lei - OP	O reporte de informações pela EPBM pautou-se em informações basicamente relacionadas à Segurança da OP, oriundas das suas atividades de supervisão. A supervisão sobre questões de Saúde Ocupacional é prejudicada pela falta de profissional na equipe de supervisão (Equipe de SST - OP, BioCev e EPBM). O resultado do desempenho do CCBM no período, com base nas Listas de Verificação aplicadas, oscilou entre 93 e 97%, com aumento do seu desempenho em relação ao período anterior. Com relação ao Índice de Execução, o resultado oscilou entre 93 e 102% em relação ao programado. As pendências identificadas pelas LV de segurança no período sobre o CCBM recaiu sobre as atividades: NR-35 – Trabalho em altura, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; e, NR-19 e R105 – Explosivos. Esses 3 grupos aparecem como sendo os mais críticos em todos os meses do período. Como evidência, a NE apresentou, após o 3º RSAP, um exemplo de Ata de Reunião Quinzenal onde são tratados os assuntos de segurança do trabalho; porém, não há nenhum plano de ação específico para reverter a situação. No âmbito da Locaservice, as LVs aplicadas mostraram resultados baixos nos temas “Soldagem” e “Trabalho em Altura”. Em se tratando de empresa de montagem, não se espera um resultado como o obtido para o primeiro tema. Isso somente reforça a necessidade da NE supervisionar efetivamente as atividades de suas contratadas. Diante do fato de <u>todas as ferramentas</u> de supervisão da EPBM terem apontado para irregularidades	Parcialmente conforme

Quadro 9.0.a

Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	relacionadas a Trabalho em Altura (NR-35), a NE deve apresentar um plano de ação (cronograma com ações e responsabilidades claras) para efetivamente garantir que as exigências aplicáveis da NR-35 sejam implantadas pela Locaservice.	
– OE	A partir deste terceiro trimestre a NE passou a apresentar dados mais consistentes de sua atuação nas OEs. A abrangência de Supervisão de SST passou de 33% em setembro para 85% em outubro de 2013. Porém, o nível de atendimento de requisitos legais é baixo, uma vez que, das 11 empresas avaliadas, 8 (73%) apresentam resultado abaixo de 80%, demonstrando que há muita correção a ser feita. Deve-se ainda levar em consideração que as Listas de Verificação, apesar de possibilitarem uma análise focada e estruturada, têm abrangência limitada. Para tanto, a Equipe de SSTMA-OE está planejando realizar outras LVs complementares para assuntos específicos. Ficou evidente, na última inspeção de campo em uma das contratadas (SA Paulista), o atraso na implantação das correções de pendências identificadas pela equipe da NE. Assim, comprova-se uma morosidade no processo de encerramento das pendências por parte da mesma. Soma-se a isso, segundo a Equipe de SSTMA – OE, o fato dos contratos não preverem mecanismos de proteção à Norte Energia (multas, rescisões, suspensão de pagamento etc.). Era esperado que a análise dos dados decorrentes do desempenho das contratadas fosse apresentada no 3º RSAP, porém deverá ficar para o 4º.	Parcialmente conforme
• Supervisão ambiental e sistemática de tratamento de não conformidades		
– OP	Em relação à supervisão ambiental, com a contratação da BIOCEV e reinício da supervisão ambiental da OP, o projeto caminha em direção à conformidade em relação a essa questão. Além disso, foi identificada uma morosidade da sistemática de tratamento de não conformidades da NE. Questionada sobre esse problema, a equipe da Ferreira Rocha indicou, como um dos problemas da falta de agilidade do sistema, a necessidade de validação das NC pela NE antes da inclusão das mesmas no SGP, e isso está levando mais tempo do que deveria.	Parcialmente conforme
– OE	A equipe de supervisão das OE é composta por 5 técnicos de segurança e apenas uma analista ambiental. No entanto, os aspectos ambientais estão sendo verificados por toda a equipe. Conforme informado pela NE, as inspeções ambientais nas OE serão baseadas em uma Lista de Verificação de Meio Ambiente, que ainda não foi apresentada para verificação. Mesmo sem a efetivação das primeiras verificações através desta LV, a equipe já realiza as inspeções amostrais, e vem registrando, desde julho, as não conformidades em um Livro de Ocorrências. Além disso, está em elaboração uma planilha de controle de todas as licenças ambientais das OEs.	Não conforme, porém em implantação

Quadro 9.0.a

Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
Supervisão de SST e sistemática de tratamento de não conformidades		
OP	Como a NE ainda não apresentou estruturação de gestão para SST, a Equipe de SST – OP exige que o CCBM registre as não conformidades identificadas em seu sistema para tratamento de não conformidades identificadas nas auditorias de segunda parte que tem realizada. Assim, compete à NE apenas monitorar e cobrar o fechamento dessas NCs, o que tem ocorrido através de reuniões quinzenais com o CCBM. Com relação aos trabalhos da EPBM (supervisora), esta possui sistemática própria de abertura de pendências através de Registro de Ocorrência (RO), Termo de Notificação (TN) e Registro de Não Conformidade (RNC). Para tanto, apresenta mensalmente reporte desses dados através de seu relatório mensal. Nesta sistemática existe um equívoco conceitual, pois não há previsão de registro de não conformidade para aqueles eventos sistêmicos, ou seja, que se apresentam de forma repetida, demonstrando ineficiência em seu tratamento. Nesta sistemática, foi possível constatar diversas RNCs registradas pelo CCBM com análise superficial das causas e, as consecutivas correções costumam tratar o efeito, não as reais causas. Para o próximo período existe a expectativa relacionada ao ingresso da Coordenadora do PAC, a BioCev, que também deverá acrescentar ações nessa supervisão.	Conforme, porém com pontos importantes de melhoria
OE	Apesar de ter sido evidenciada evolução na supervisão das OEs, os resultados ainda são mínimos: o 3º RSAP ainda não trouxe informações de desempenho ou análise crítica do período; até setembro de 2013 apenas 33% das empresas haviam sido inspecionadas; e, na missão de monitoramento de novembro foram identificadas pendências que já haviam sido evidenciadas na missão de julho, ocorrendo assim morosidade no tratamento das pendências.	Não conforme, porém em implantação
Treinamentos		
NE	O processo de treinamento da NE não está estruturado. Inclusive, não são reportadas informações, nos RSAP, sobre treinamentos realizados com os seus funcionários e com as empresas subcontratadas, como, por exemplo, as executoras e coordenadoras dos programas e projetos do PBA.	Não conforme
CCBM	Ficou evidente a grande quantidade de horas despendidas em treinamento pelo CCBM. Em relação a SST, no entanto, apesar das diversas recomendações, ainda não foi possível confrontar o direcionamento dos temas e avaliação da eficácia com o desempenho de desvios e acidentes. Essa impossibilidade decorre do fato de o CCBM relatar as horas-homem treinamento (HHT) consolidada e incluir todos os tipos de treinamento: obrigatórios (integração), de campo (TDSMS), treinamentos legais, treinamentos normativos e procedimentais para tratamento de desvios e acidentes etc.	Conforme, porém com oportunidade de melhoria
Implantação dos Planos, Programas e Projetos Socioambientais do PBA		
PGA		Conforme

Quadro 9.0.a

Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
– PAC	Em relação a SST, os dois Projetos do PAC estão implantados e com melhorias sendo constatadas a cada missão de monitoramento. Entretanto, no âmbito do Projeto de Segurança e Alerta (3.4.2) reside um dos riscos atualmente mais significativos: acidentes de tráfego relacionado à obra. Em relação a isso, a Consultoria Socioambiental Independente inclui, como ação do Plano de Ação, a elaboração de um Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário. Esta ação ainda não foi cumprida e tem sido enfatizada em todas as oportunidades desde a <i>Due Diligence</i> . Como se pode conferir no Capítulo 4.3.2, tem sido registrados óbitos nos travessões, sejam acidentes de trajeto, sejam acidentes envolvendo fornecedores e comunidade. O fato é que o volume de tráfego aumentou muito e, com a melhora das condições de tráfego, aumenta-se a velocidade e o excesso de confiança, o que leva ao aumento de acidentes.	Conforme, porém com oportunidade de melhoria
– Meio Físico		Conforme
– Flora	Os programas e projetos da flora estão, de forma geral, sendo executados de acordo com as exigências do órgão ambiental. Ocorrem apenas alguns atrasos em relação ao PBA, principalmente no âmbito do Projeto de Desmatamento e do Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro, causados por motivos diversos. Esses projetos ainda carecem de um parecer técnico do IBAMA referente ao 1º semestre de 2013. Apesar do atraso, a Norte Energia tem se empenhado para atender às solicitações do IBAMA.	Parcialmente conforme
– Fauna Terrestre	Os Programas referentes à fauna terrestre e semi-aquática, no que diz respeito ao monitoramento, acompanhamento e mitigação dos diversos impactos, caminham de acordo com o PBA e dentro do cronograma previsto, exceto no caso já ressaltado da necessidade de finalização das passagens de fauna e implantação dos redutores de velocidade.	Parcialmente conforme
– Limnologia e Ictiofauna		Conforme
– Socioeconomia		Conforme
• Implantação do PBA-CI	Em junho de 2013 a Norte Energia concluiu a contratação das empresas responsáveis pela execução de todos os planos e programas do PBA-CI. O início dos trabalhos de campo realizados pela equipe do PBA-CI ocorreu recentemente, em novembro.	Parcialmente conforme
• Interação entre os programas ambientais e de saúde e segurança	A forma com que se dá a interação entre os Programas será verificada em campo na próxima missão.	Parcialmente conforme
PD 02: Trabalho e Condições de Trabalho		
• Capacitação da mão de obra		Conforme
• Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional	No que diz respeito à Obra Principal, pode-se concluir que as condições de trabalho têm sido atendidas e o CCBM demonstra grande atenção sobre o tema. Desvios são evidenciados, mas as ferramentas de gestão do consórcio são suficientes para identificar e corrigir o problema, não deixando que evolua para uma situação crítica. Uma recomendação que se relaciona com este tema é a definição de uma estrutura que melhore a	OP - Conforme, porém com pontos importantes de

Quadro 9.0.a

Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
	supervisão e monitoramento da NE sobre o CCBM e empresa montadora, já apresentada acima. Cabe salientar o recente início de monitoramento (agosto) da empresa responsável pela Montagem Industrial (Locaservice) mobilizada desde maio/2013. Já no caso das Obras do Entorno, não há como garantir a existência desses controles, sobretudo com relação às empresas subcontratadas. Evidencia-se, entretanto, um aumento crescente da abrangência dessa verificação por parte da Equipe de SSTMA – OE, embora existam poucos resultados dentro do período. Espera-se, com isso, que o próximo RSAP traga informações mais consistentes e que permita confrontar os principais desvios e as ações corretivas determinadas pela NE.	melhoria OEs - Não conforme, porém em implantação no período
• Políticas e procedimentos de RH	Os procedimentos da NE e CCBM estão conformes em relação a este quesito.	Conforme
• Condições do Trabalho nas Obras Principais e do Entorno	Foi possível evidenciar ótimas condições de acomodação, e existência de regras claras para operacionalização da mesma, em todos os sítios construtivos do CCBM. Já no caso das Obras do Entorno, foi possível evidenciar, na amostragem realizada (Biota, Gel/Gouveia e SA Paulista), boas condições de acomodação. Nos dois casos vistoriados as evidências demonstram alinhamento com o presente item do padrão. Existe, entretanto, bastante expectativa na supervisão das OEs por parte da Equipe de SSTMA – OE, bem como no monitoramento das condições de acomodação por parte da empresa montadora a ser realizada pela EPBM.	Conforme, porém com oportunidade de melhoria
• Mecanismos de Reclamações disponíveis aos trabalhadores		Conforme
PD 03: Prevenção e Redução da Poluição		
• Gerenciamento de efluentes líquidos		
– OP		Conforme
– OE	Aguarda-se maiores informações da supervisão ambiental das OE, para verificação da situação de conformidade das construtoras subcontratadas em relação a este aspecto.	Parcialmente conforme
• Gerenciamento de emissões atmosféricas		
– OP		Conforme
– OE	Aguarda-se maiores informações da supervisão ambiental das OE, para verificação da situação de conformidade das construtoras subcontratadas em relação a este aspecto.	Parcialmente conforme
• Gestão de Resíduos Sólidos		
– OP		Conforme
– OE	Aguarda-se maiores informações da supervisão ambiental das OE, para verificação da situação de conformidade das construtoras subcontratadas em relação a este aspecto.	Parcialmente conforme

Quadro 9.0.a

Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
Gestão de materiais perigosos		
– OP		Conforme
– OE	Aguarda-se maiores informações da supervisão ambiental das OE, para verificação da situação de conformidade das construtoras subcontratadas em relação a este aspecto.	Parcialmente conforme
Gestão de ruídos	Não foi atendida a recomendação do Quadro 8.0.a relacionada à definição dos critérios para determinação dos 4 pontos adotados na linha base de ruído, sua posição em relação às obras e a existência de receptores críticos nas proximidades.	Parcialmente conforme
<u>PD 04: Segurança e Saúde da Comunidade</u>		
Riscos Comunitários Associados ao Fluxo Migratório		Conforme
Segurança da Comunidade	O CCBM mantém implantados controles que garantem a segurança da comunidade; porém, nem todos os riscos são mitigados. Como evidência, podem ser citados os diversos acidentes de trânsito que têm sido registrados nos travessões. Nesse contexto, espera-se que a NE realize investigação, em conjunto com o CCBM (responsável pela maioria do fluxo de veículos), para identificar possibilidade de melhorias e evitar aumento de risco à comunidade por conta do maior número de veículos e do aumento de velocidade ocasionado pela melhoria das condições viárias.	Conforme, com oportunidades de melhoria
Saúde da Comunidade		Conforme
Utilização de Serviços de Vigilância / Seguranças	Ainda não foi evidenciada a existência de uma Política de Segurança Patrimonial ou de procedimentos voltados à conduta em casos de conflito com a comunidade ou situações de emergência, e que estejam de acordo com os parágrafos 12 a 14 do PD 04.	Parcialmente conforme
Preparação e Resposta de Emergências	O CCBM possui um robusto Plano de Atendimento à Emergência, assim como as principais empresas executoras das OEs. Entretanto, a NE não definiu nenhuma estrutura ou diretriz para se alinhar e potencializar esforços entre as empresas executoras das Obras do Entorno, principalmente quando existe interface com a Obra Principal. Além disso, não há alinhamento entre CCBM e Locaservice.	Conforme, com importantes oportunidades de melhoria
<u>PD 05: Aquisição da Terra e Reassentamento Involuntário</u>		
Plano de Ação para Compra de Terras e Reassentamento (PAR)	Ainda não foi apresentado um PAR total, que consolide os procedimentos, ou, pelo menos, dois documentos similares, um para a área urbana e outro para a rural.	Parcialmente conforme
Avaliação de Aspectos Legais do Reassentamento		Conforme
Arranjo Institucional para o Reassentamento Involuntário		Conforme

Quadro 9.0.a**Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC**

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
• Cadastro Físico de Propriedades e Benfeitorias		Conforme
• Cadastro Socioeconômico		Conforme
• Procedimentos de Valoração e Pagamento de Indenização de Terra e Benfeitorias e Indenização do Deslocamento Econômico		Conforme
• Medidas de Assistência à Relocação e Implementação das mesmas	A implementação dos diversos programas de apoio e assistência deve ser relatada em uma Seção do PAR, para facilitar a consulta e o acompanhamento em relação aos Princípios do Equador. Isso será atendido com a entrega do PAR final.	Parcialmente conforme
• Medidas de Restituição de Meios de Vida	A implementação dos diversos programas de apoio e assistência deve ser relatada em uma Seção do PAR, para facilitar a consulta e o acompanhamento em relação aos Princípios do Equador. Isso será atendido com a entrega do PAR final.	Parcialmente conforme
• Opções de Reassentamento e Implementação das mesmas		Conforme
• Medidas para Comunidades Hospedeiras (do Reassentamento)		Conforme
• Estruturação de equipe para compra de terras e implantação do PAR		Conforme
• Laudos de Avaliação		Conforme
• Efetivação do Pagamento das Indenizações		Conforme
• Divulgação e Consulta Pública		Conforme
• Atendimento a Reclamações		Conforme
• Documentação e Auditoria		Conforme
• Monitoramento Pós-Relocação	Ainda não foi atendida a recomendação de cruzamento e análise das informações dos Projetos de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), que contém as informações sobre a situação anterior e atual dos afetados, e do Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1), que acompanha as famílias que já foram reassentadas, o que permitirá a consolidação dos dados da população já indenizada e relocada até o momento.	Parcialmente conforme

Quadro 9.0.a

Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
<u>PD 06: Preservação da Biodiversidade e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais</u>		
Flora	Ainda é necessário que a Norte Energia apresente informações relevantes sobre as espécies que têm sido registradas no âmbito dos projetos de flora do PBA e do EIA, tais como o grau de ameaça, endemismo e espécies novas para a ciência. É importante também que se evidenciem os esforços para o atendimento a algumas recomendações relacionadas a essas informações, como a determinação taxonômica completa das espécies.	Parcialmente conforme
Fauna Terrestre	Recomendou-se a participação de especialistas na taxonomia dos quirópteros coletados nos pedrais do Rio Xingu. Embora a contratação de especialista tenha sido evidenciada durante a vistoria, ainda não há resultados no que diz respeito à solução do problema taxonômico ou sobre a distribuição da possível nova espécie de quiróptero. O PAN contempla estudos morfológicos e moleculares da possível nova espécie de <i>Nyctinomops</i>. Recomendou-se que as espécies de roedores confirmadas como novas para a ciência sejam também incluídas nas ações e objetivos do PAN. Considera-se que o atendimento a esta recomendação depende dos especialistas envolvidos no PAN. Dessa forma, caberá à NE, durante a próxima reunião do Comitê, e dependendo do resultado da identificação das espécies de pequenos mamíferos com possibilidade de serem novas para a ciência, propor sua inclusão. Recomendou-se a ampliação da Base de Resgate do Sítio Pimental, já com o projeto pronto, antes do início das atividades de supressão no futuro reservatório, de forma a receber os exemplares provenientes do resgate realizado durante estas atividades. Estão sendo finalizadas as estruturas exigidas pelo Órgão Licenciador. Recomendou-se a contratação de especialistas para identificar as possíveis novas espécies de quiróptero (<i>Nyctinomops</i>) e roedores (<i>Oecomys</i> e <i>Neacomys</i>) e a determinação de sua área de distribuição fora da área de influência do projeto. Os especialistas foram contratados, e os trabalhos em campo já tiveram início, mas ainda não há resultados da avaliação taxonômica ou da distribuição.	Parcialmente conforme Parcialmente conforme Parcialmente conforme Parcialmente conforme
Ictiofauna	A identificação dos gêneros ameaçados, das espécies ornamentais, novas e endêmicas está em andamento.	Parcialmente conforme
<u>PD 07: Povos Indígenas</u>		
Suficiência da Linha Base	O número de famílias indígenas ribeirinhas aumentou ao longo da implantação do Plano emergencial, fazendo surgir demandas por inserção nos programas e projetos do PBA-CI.	Parcialmente conforme

Quadro 9.0.a

Síntese da Conformidade da UHE Belo Monte com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho do IFC

Princípio do Equador / Padrão de Desempenho do IFC	Síntese da Avaliação	Conformidade
Consulta e Participação	Além das consultas realizadas ao longo da elaboração do EIA e PBA, a implantação dos Comitês e a realização de reuniões nas aldeias provocadas pela implantação do PBA-CI constituem momentos efetivos de consulta e participação.	Conforme
Mecanismo de Reclamações	O registro das reclamações está restrito ao Programa de comunicação, não incluindo as reclamações direcionadas a outras instâncias como os escritórios ou as equipes que trabalham diretamente nas aldeias.	Conformidade parcial
CPLI - Consentimento Prévio, Livre e Informado (<i>Free, Prior Informed Consent – FPIC</i>)	Os indígenas manifestaram ao longo da elaboração do EIA e PBA-CI que, embora este não seja um projeto indígena, eles estão interessados nas ações de longo prazo. Os Xikrin, através da ABEX, associam os compromissos do licenciamento com seus próprios projetos de etnodesenvolvimento.	Conforme
Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (IPDP)	A implantação dos Programa de Infraestrutura e do Programa de Atividades Produtiva, iniciadas respectivamente em 2012 e janeiro de 2013, ao lado da implantação do Plano de Gestão do PBA-CI, contribuem para a consolidação do PDPI.	Conforme
Medidas de Indenização / Compensação de Impactos em Populações Indígenas e/ou Tradicionais	As medidas de indenização e compensação estão em andamento desde o Plano Emergencial e constituem parte das ações desenvolvidas no escopo do PBA-CI.	Conforme
PD 08: Patrimônio Cultural		
Gestão do Patrimônio Cultural	Ainda não foi atendida a recomendação do Quadro 8.0.a relacionada à definição dos procedimentos a serem adotados em caso de achados fortuitos. Além disso, há atraso nas atividades de alguns Projetos, como os Projetos de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico e de Valorização do Patrimônio Multicultural.	Parcialmente conforme
Princípio 4.0 – Plano de Ação e Sistema de Gestão	Em relação ao <u>Plano de Ação</u> , há várias ações ainda em aberto (em atendimento ou parcialmente atendidas), e que são consideradas não atendidas por não terem sido encaminhadas as evidências do atendimento nos prazos estipulados ou pela evidência apresentar conteúdo considerado inadequado. Em relação ao <u>Sistema de Gestão</u> – ver situação acima, no PD 01.	Parcialmente conforme
Princípio 5.0 - Consulta e Divulgação		Conforme
Princípio 6.0 - Mecanismo de Reclamação		
CCBM		Conforme
NE		Conforme
Princípio 8.0 – Compromissos Contratuais		Conforme

Princípio 2.0 – Avaliação Socioambiental

Conforme avaliado no 1º Relatório de Monitoramento, a NE possui procedimentos, como parte do seu Sistema de Gestão, para identificar e avaliar continuamente os impactos socioambientais do empreendimento.

A respeito do Procedimento de Gestão de Mudanças, a recomendação feita no 1º Relatório, e reiterada no 2º Relatório, de que o PS de Mudanças de Projetos, aprovado no período anterior, fizesse referência ao PS de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais, foi atendida nesse período com a revisão e aprovação do documento, que incorporou as recomendações feitas pelo consultor independente relacionadas à interação do referido documento com o PS NES GABM SGA 001/2013, incluindo ainda, a necessidade de avaliação da mudança pela área de saúde e segurança do trabalho (ver **Quadro 8.0.a** no **Anexo 9**).

O Padrão de Sistema para Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais (PS NES GABM SGA 001/2013) mencionado acima, consiste em outra ferramenta de gerenciamento contínuo dos impactos do empreendimento. Conforme análise do relatório anterior, essa nova ferramenta do Sistema de Gestão foi considerada boa, permitindo a identificação e classificação de novos impactos e a reavaliação da magnitude dos impactos já declarados na fase do EIA. Segundo estratégia da ferramenta, para aqueles impactos considerados significativos, é priorizado o estabelecimento de ações de controle, medição e/ou de monitoramento. A Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Significativos e das Ações de Gestão da UHE Belo Monte, que aplica o PS NES GABM SGA 001/2013, foi apresentada no 3º RSAP como sendo atualizada. No entanto, a versão encaminhada é a mesma enviada no período anterior, como anexo ao 2º RSAP. O PS NES GABM SGA 001/2013 deixa claro que a avaliação deve ocorrer com o surgimento de novo impacto. Em relação à revisitação da magnitude dos impactos já identificados, no entanto, o procedimento não deixa claro qual a periodicidade de atualização da planilha. Em reunião com a empresa Ferreira Rocha foi informado que essa atualização ocorre trimestralmente, que a data de revisão será inserida na planilha e o procedimento atualizado para inserir essa periodicidade.

Em relação ao controle da efetiva implementação das novas ações propostas para novos impactos ou para aqueles reclassificados em relação à magnitude, que vem sendo reiteradamente recomendado pelo consultor independente, a NE esclarece que isso ocorrerá como parte das ações do NAC – Núcleo de Análise Crítica, já que, entre as atribuições do mesmo, está a análise técnica crítica das ações de gestão e medidas planejadas, em curso ou propostas, para prevenção, mitigação ou compensação dos impactos ambientais negativos associados ao empreendimento, e de potencialização de impactos positivos, com base na atual Planilha de Atualização dos Impactos.

Na reunião realizada com a Ferreira Rocha, esta informou também que irá revisar a planilha que contempla os impactos do empreendimento para esclarecer quem são os responsáveis pelo acompanhamento das ações propostas na coluna denominada “Novas

Ações de Gestão Propostas”, orientar a gestão e facilitar a verificação, por parte do consultor independente, do status de cada uma das ações mencionadas.

No último relatório foi citado como exemplo prático da necessidade de avaliação contínua dos impactos do projeto, o caso dos Travessões 27 e 55, cujo asfaltamento não estava previsto inicialmente, e que possibilitou um aumento da velocidade dos veículos nessas vias, aumentando o número de atropelamentos de indivíduos da fauna, assim como havia ocorrido na BR 230. A Planilha enviada como anexo ao 3º RSAP contém dois impactos indicados como novos (em relação ao EIA) e que são relacionados com esse assunto. Apesar de novos, esses impactos já faziam parte da primeira versão da Planilha, encaminhada como anexo ao 1º RSAP. Trata-se da “Intensificação do trânsito devido ao aumento populacional (na cidade de Altamira) e à melhoria dos acessos (travessões) às obras” e “Atropelamento de Fauna”. Apesar desses impactos já terem sido identificados desde a primeira versão da Planilha, os dados de atropelamentos nos travessões resultantes do Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos por Atropelamento podem indicar a necessidade de revisitação da magnitude dos mesmos.

O impacto “Intensificação do trânsito devido ao aumento populacional (na cidade de Altamira) e à melhoria dos acessos (travessões) às obras” já foi considerado, na versão da Planilha apresentada, como sendo de alta magnitude e de alta prioridade para implementação das ações de gestão propostas. O “Atropelamento de Fauna”, no entanto, foi considerado de média magnitude e de média prioridade para implementação das ações de gestão propostas.

As medidas consideradas dentro do Programa incluem a instalação de placas sinalizadoras de travessia de fauna, passagens de fauna e redutores de velocidade, bem como medidas de educação ambiental voltadas para aqueles que trabalham nas obras e ainda pela população local que faz uso dessas vias. As placas, redutores e passagens de fauna ainda não se encontram instaladas de forma integral.

Recomenda-se, portanto, a finalização da implantação dessas medidas, com a implantação dos alambrados (inclusive nas passagens de água, que vêm sendo utilizadas pela fauna como travessia nos períodos de seca) e recomposição da vegetação nas áreas próximas às suas duas entradas. Recomenda-se ainda a instalação de redutores de velocidade nos dois Travessões.

Princípio 3.0 – Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis

Os padrões sociais e ambientais aplicáveis ao Projeto são as normas legais incidentes e os 8 Padrões de Desempenho do IFC, incluindo supletivamente os Padrões de Desempenho para insumos, efluentes, emissões, etc., estabelecidos no *General EHS Guidelines* do IFC. A conformidade inicial com esses padrões foi estabelecida durante a fase de *Due diligence*.

No **Capítulo 5.0** deste Relatório é apresentado o acompanhamento do atendimento às condicionantes estabelecidas pelos órgãos intervenientes no processo de licenciamento do empreendimento (ver **Anexo 6**). Foram avaliadas as condicionantes do IBAMA estabelecidas na LI 795/2011 e também aquelas derivadas dos Pareceres e/ou Ofícios da FUNAI, IPHAN, DNPM, ICMBio, MS/SVS, INCRA e ITERPA.

Como se pode observar nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, na avaliação da NE, a maior parte das condicionantes específicas da LI às quais cabe atendimento nesta fase encontra-se em atendimento (16 condicionantes em atendimento, 6 atendidas e 1 a vencer).

Já na análise do IBAMA, evidenciada no Parecer Técnico 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/05/2013, que contém a análise do 3º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011, das condicionantes para as quais cabe atendimento nesta fase (condicionantes 2.20 e 2.23 são consideradas de “*status não pertinente*” pelo órgão, e a 2.22, “*não exigível*”), 3 são consideradas atendidas e 5 estão em atendimento. Das 5 consideradas parcialmente atendidas pelo IBAMA no PT 4933/13, cabe ressaltar que a condicionante 2.19 foi posteriormente considerada atendida pela Nota Técnica Nº 6.493/2013/COHID/IBAMA, de 20 de setembro de 2013. Sete condicionantes foram consideradas não atendidas pelo IBAMA (2.10; 2.12; 2.14; 2.15 a 2.18), sendo que 4 delas (2.14 a 2.17), que antes possuíam status de “em atendimento” (no PT 168/2012, que analisou o 2º Relatório do IBAMA), tiveram sua condição revisada, passando a ser consideradas pelo órgão ambiental como não atendidas. Essas 4 condicionantes são todas relacionadas ao Cadastro Socioeconômico, que ainda não foi finalizado, e a questões de indenização de afetados.

Conforme disposto no **Capítulo 5.0**, o IBAMA encaminhou notificações à NE (OF Nº 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA e OF Nº 02001.011895/2013-56 DILIC/IBAMA), com pendências relacionadas às condicionantes da LI, que o empreendedor deveria atender em prazos de 5, 30, 60 e 120 dias. Conforme se verifica no **Capítulo 5.0**, a gestão junto ao IBAMA para atendimento a essas pendências está sendo realizada, tendo a NE encaminhado ao órgão duas cartas, a CE 091/2013-PR e a CE 096/2013-PR, com as respostas aos itens com vencimento em 5 e 30 dias. Ainda não se tem a resposta do IBAMA sobre a suficiência das repostas encaminhadas.

No que diz respeito às condicionantes da FUNAI, da avaliação apresentada nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, resultante das informações de atendimento reportadas pela NE no 4º Relatório de Andamento do PBA para o IBAMA e de avaliação do especialista da equipe de consultoria socioambiental independente, tem que, das 8 ações estabelecidas no Ofício 126/PRES-FUNAI, 6 estão atendidas e 2 em atendimento, ao passo que das 13 ações estabelecidas no Parecer nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI, 11 estão atendidas e 2 estão em atendimento.

Para os demais órgãos intervenientes no processo de licenciamento não há condicionantes cujo atendimento necessite ser acompanhado.

Referente à identificação dos requisitos legais e outros requisitos aplicáveis ao projeto, o consultor independente apontou no último relatório que o Padrão de Sistema (PS NES GABM SGA 003/2012) não detalha como é realizada a avaliação de conformidade legal, tendo recomendado a inclusão dessa sistemática no referido Padrão ou no Manual de Auditoria Ambiental ou em outro documento do SGA. A NE informou que realizaria a revisão do PS e apresentaria as evidências do acompanhamento da conformidade legal no 3º RSAP, quando o NAC já estaria em operação. No 3º RSAP a NE confirmou a revisão Padrão de Sistema no período, mas que o mesmo está em fase de aprovação pela NE, não tendo sido encaminhado para análise.

O Manual de Requisitos Jurídico Ambientais da UHE Belo Monte também não faz referência à avaliação de conformidade legal. Conforme descrito no Capítulo 3.0, o mesmo foi revisado para contemplar essa avaliação, mas também se encontra em análise pela NE. O Manual revisado e as evidências do acompanhamento da conformidade legal serão apresentados nos próximos relatórios emitidos pela NE.

No que diz respeito à gestão de obtenção e renovação de licenças, autorizações e portarias e do atendimento às suas condicionantes, não há novas informações no 3º RSAP. Conforme reportado no 2º Relatório, a sistemática de controle de demandas e obrigações do processo de licenciamento da UHE Belo Monte adotada atualmente é realizada pelo sistema de alerta que se encontra no SGP, que produz mensagens automáticas de alerta às partes interessadas. Isso, além das reuniões semanais realizadas em Altamira, envolvendo representantes da NE (Superintendências e Gerências), empresas gestora e coordenadoras, para discutir e atualizar a Matriz de Licenças Ambientais, com ênfase para as licenças e autorizações voltadas para viabilizar a implantação das obras do entorno.

A NE informou também que se encontra em processo de implementação um controle pontual desses diplomas legais e normativos, incluindo suas datas de vencimento e status, e cujas evidências seriam apresentadas no 2º RSAP. Ainda não foram apresentadas informações sobre o avanço desse sistema de controle pontual. Ressalta-se, inclusive, que a única informação sobre licenças no período que consta no 3º RSAP diz respeito ao status das licenças relativas às obras de infraestrutura e saneamento nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, e em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, as quais, segundo o 3º RSAP, não se alteram em relação ao reportado no período anterior.

Não há, no 3º RSAP, informações sobre o controle de outras licenças, autorizações e portarias obtidas ou renovadas pela NE no período.

Nenhuma informação sobre o controle de licenças do CCBM foi apresentada no 3º RSAP. Conforme disposto nos RSAPs anteriores, para levantamento, atualização e atendimento a Requisitos Legais e outros requisitos o SGI do CCBM possui o Padrão de Sistema PS CCBM 220 05, enquanto o Licenciamento Ambiental é tratado pelo PS CCBM 220 06.

Segundo informado no REL-CCBM-QMSSRS-045-13, apresentado no ANEXO 5.1-1 do 3º RSAP, os requisitos legais relacionados ao empreendimento são acompanhados por meio do Sistema CAL, por meio do qual o consórcio realiza o acompanhamento da obtenção, renovação e atendimento às condicionantes de licenças, autorizações e portarias. Os indicadores de *performance* desse Sistema CAL são acompanhados nos Relatórios Mensais de QMSSRS. São eles: Preenchimento do Sistema CAL (se refere à definição de ações para o cumprimento dos requisitos legais de meio ambiente, saúde, segurança e responsabilidade Social) e Atendimento aos Requisitos Legais (CAL). Este último, segundo o Relatório QMSSRS de setembro, apresentou algumas oscilações durante o primeiro semestre de 2013, principalmente pela falta de correta manutenção do sistema CAL. Conforme observado no 1º Relatório, com a mudança na estrutura de gestão do CCBM ocorrida em abril/13, não está claro quem é o responsável por coordenar a obtenção, renovação e atendimento às condicionantes de licenças e outras autorizações.

Ainda em relação à conformidade legal do empreendimento, no **Capítulo 5.0** avalia-se também a situação das multas e autos de infração recebidos pela NE no período. A essa respeito, cabe mencionar que a recomendação de adequação da tabela resumo feita no 1º Relatório ainda não foi atendida. A recomendação requeria a inclusão, na tabela resumo das multas e autos de infração da NE, das seguintes colunas: 1) coluna inicial com data de abertura de cada processo; 2) datas de cada evento a serem incluídas na coluna de andamento; e 3) coluna final, com o resumo do ocorrido no período de avaliação de cada missão de monitoramento (ver **Quadro 8.0.a** do **Anexo 9**).

Mais uma vez o 3º RSAP não inclui, no seu Capítulo 7.0 - Multas e Autos de Infração Recebidos no Período, as multas e autos infração recebidos pelo CCBM. Para este período, no entanto, essas informações constam no REL-CCBM-QMSSRS-045-13, apresentado no ANEXO 5.1-1 do 3º RSAP. Verifica-se que, entre julho e setembro de 2013, o consórcio recebeu dois autos de infração da SEMA-PA, para os quais houve defesa e não foram geradas multas para o CCBM. Conforme já recomendado no Capítulo 5.0, a NE deve estabelecer sistemática com o CCBM para incluir esses dados constantemente no Capítulo 7.0 dos próximos RSAP. É necessário também que o CCBM apresente maiores detalhes sobre o objeto da multa ou auto de infração.

PD 01: Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental

Conforme evidenciado em reunião sobre o sistema de gestão realizada com a equipe da empresa Ferreira Rocha em 02/12/2013, a NE não pretende formalizar um Sistema de Gestão Integrado, porém alguns documentos, principalmente aqueles de garantia do sistema, poderão ser comuns a ambos os assuntos (socioambiental e de saúde e segurança do trabalho), porém essa definição ainda não foi formalizada pela NE.

Conforme já avaliado no 1º Relatório, as questões de meio ambiente continuam sendo tratadas no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e as questões de saúde e segurança do trabalho por meio de documentos isolados, ainda não pertencentes a uma estrutura formal de gestão.

No que diz respeito ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Norte Energia, não foi possível verificar a evolução, no período, de alguns documentos previstos no mesmo, que continuam com a mesma situação informada no 1º RSAP, ou seja, “em andamento”. Nesse contexto, reitera-se a necessidade de elaboração de um Plano de Ação específico, contemplando tanto as atividades previstas para conclusão dos documentos faltantes, como para implementação das regras contidas nesses documentos.

Conforme informado pela Ferreira Rocha, será disponibilizada a JGP uma listra mestra de documentos com o controle das versões dos procedimentos integrantes do sistema. Também será informado o grau de adesão pelas áreas e as ações previstas, com os respectivos prazos, para a completa implementação das diretrizes estabelecidas na documentação do SGA. Dessa forma o consultor poderá otimizar os trabalhos de campo na próxima missão.

Destaca-se também a necessidade de revisar o Manual do SGA mencionado no relatório da *due diligence* socioambiental, visando atualizar o desenho conceitual do sistema e demonstrar as interações entre sua documentação, esclarecendo aos envolvidos as diretrizes que devem ser seguidas, bem como as responsabilidades de cada um dentro do SGA. Portanto recomenda-se que essa ação seja realizada e o Manual revisado incorporado ao próximo RSAP.

Quanto aos demais procedimentos atualizados no período destaca-se que foram realizadas as alterações recomendadas pelo consultor independente, tanto no Padrão de Sistema de Gestão de Mudança nos Projetos, com no Manual de Auditoria Ambiental (MA NES GABM SGA 003/2011 00).

Ressalta-se que no período foram iniciadas as atividades da empresa recém-contratada para coordenação do PAC. Até a data de emissão do 3º RSAP, esta empresa ainda não havia iniciado suas atividades em campo para supervisão ambiental sobre as atividades do CCBM nas OP. Segundo informado no 3º RSAP, a BIOCEV, no período, participou apenas de reuniões com a Ferreira Rocha e com o CCBM para se inteirar da situação do empreendimento e para alinhamento das atividades de sua responsabilidade como coordenadora do PAC. Segundo informado pela empresa Ferreira Rocha em reunião realizada em 02/12, as atividades de campo da BIOCEV iniciaram em novembro, devendo os registros das mesmas serem incluídos no 4º RSAP.

Apenas no próximo período, portanto, com as não conformidades registradas em campo pela BIOCEV, será avaliado o resultado da revisão realizada no PS Tratamento de Não conformidades, ações corretivas e preventivas. No entanto, em reunião com a Ferreira Rocha foi possível constatar que provavelmente as alterações realizadas não resolverão o problema, visto que para cadastramento das não conformidades no SGP e tomada de ações para resolução da causa raiz, continua havendo necessidade de aprovação da NE.

Ainda em relação a esta questão, verificou-se que muitas não conformidades geradas pela NE quando a Ferreira Rocha ainda atuava como coordenadora do PAC, referentes ao período de outubro de 2012 e abril de 2013, ainda permanecem abertas. A NE reenviou correspondência ao CCBM com a lista dessas não conformidades, pedindo que

o consórcio as abrisse no seu SGI. Do total de não conformidades dessa lista, o CCBM demonstrou o atendimento a 24, permanecendo outras tantas ainda em aberto. Diante da falta de manifestação do CCBM em relação ao atendimento das demais não conformidades, além do atraso no andamento das obras civis, a NE penalizou o CCBM com a retenção de parte do seu pagamento por violação do contrato de construção.

Em relação às questões de Saúde e Segurança do Trabalho, o programa previsto no PAC que trata desses assuntos, contempla o atendimento aos requisitos legais brasileiros estabelecidos de saúde e segurança no trabalho pela Portaria 3214 de 1978 e o conjunto de Normas Regulamentadoras (NR). Esse programa está dividido em: i) Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho; e, ii) Projeto de Segurança e Alerta, conforme já exposto e detalhado anteriormente no **Capítulo 4.0**.

As contratações conduzidas pela Norte Energia estão estruturadas de modo que a execução dos *Programas de Saúde e Segurança* e das ações do *Projeto de Segurança e Alerta* seja de responsabilidade direta de suas empresas contratadas, ficando sob sua responsabilidade apenas a supervisão do nível de aderência a esses projetos.

Do ponto de vista da gestão da saúde e segurança do trabalho, o Projeto Hidrelétrico Belo Monte encontra-se em conformidade parcial com a legislação brasileira e com o *Plano de Ação Socioambiental* do Contrato de Financiamento (ver **Capítulo 7.0**) estabelecido na etapa de *Due Diligence*, o qual objetivou cobrir todos os hiatos identificados com relação os Padrões de Desempenho 1, 2 e 4 (PD 01, PD 02 e PD 04).

Conforme mencionado anteriormente no **Capítulo 4.0**, a NE iniciou recentemente (setembro/2013) a supervisão de saúde, segurança do trabalho e meio ambiente para as Obras do Entorno (OEs), visando a assegurar o cumprimento dos Programas de SST exigidos por Lei, assim como os demais requisitos contratuais estabelecidos no Anexo correspondente do Modelo de Contrato da própria NE (para as Obras de Entorno). Dois aspectos têm fundamental importância neste cenário: i) os dados obtidos em setembro/2013 demonstram que dois terços das empresas apresentam menos que 65% de conformidade com os itens inspecionados, sendo que 5 delas estão abaixo de 40% de conformidade; e, ii) ainda não foram reportados dados de supervisão de meio ambiente. Além disso, ressalta-se que os dados de SST apresentados não foram contemplados no 3º RSAP, ou seja, não trazem a análise consolidada da NE.

No âmbito da Obra Principal, as atividades estão divididas entre CCBM (obras civis) e Locaservice (montagem industrial). Neste caso, a supervisão executada pela EPBM possui abrangência limitada de 1 técnico de segurança do trabalho por sítio construtivo. Essa limitação é potencializada se consideradas as distâncias, a complexidade das tarefas, seus riscos, os 3 turnos de trabalho e a grande quantidade de trabalhadores (no sítio Belo Monte, por exemplo, existem 6.500 funcionários no diurno, 3.500 no noturno e 750 no “tampão”). Acrescenta-se a isso o fato desses técnicos de segurança do trabalho terem limitação de horas-extras, terem direito a férias e retorno garantido para suas residências. Na visita de campo realizada em setembro, por exemplo, um deles pediu desligamento e outro estava afastado. É fato, porém, que há uma meta de aplicação de 60 listas de verificação mensalmente por sítio.

O CCBM, portanto, comprovou que estabeleceu e implementou, no período, melhorias significativas em seu Sistema de Gestão de SST (incluindo aqui todas as condições para o trabalho, garantia da saúde ocupacional e segurança laboral de todos os seus colaboradores próprios e terceiros). As evidências apresentadas no 3º RSAP, somadas às coletadas em campo durante a missão de monitoramento, dão base para a afirmativa de que a gestão implantada atende às exigências dos Princípios do Equador, bem como dos Padrões de Desempenho do IFC (PD1, PD2 e PD4) e suas Diretrizes Gerais de EHS, não havendo riscos ao empreendimento que não estejam sendo adequadamente gerenciados pelo CCBM.

Compete à Norte Energia, neste contexto, estruturar sua gestão através do enfatizado plano de trabalho, para que sejam definidas bases e metas de desempenho e, com isso, viabilizar o confronto do desempenho (supervisão) com o esperado (plano). Com base na análise desses dois processos será possível determinar ações corretivas e preventivas para melhoria contínua de sua gestão.

Como a NE ainda não apresentou estruturação formalizada de gestão para SST, a Equipe de SST – OP passou a exigir que o CCBM registre as não conformidades identificadas através das auditorias aplicadas pela NE/EPBM no sistema para tratamento de não conformidades do consórcio. Assim, a NE monitora e cobra o fechamento dessas NCs, o que tem ocorrido através de reuniões quinzenais com o CCBM.

Com relação aos trabalhos da EPBM (supervisora), esta possui sistemática própria de abertura de pendências através de Registro de Ocorrência (RO), Termo de Notificação (TN) e Registro de Não Conformidade (RNC). Para tanto, reporta mensalmente esses dados através de seu relatório. Nessa sistemática existe um equívoco conceitual, pois não há previsão de registro de não conformidade para aqueles eventos sistêmicos, ou seja, que se apresentam de forma repetida, demonstrando ineficiência em seu tratamento. Nessa sistemática, foram constatadas diversas RNCs registradas pelo CCBM com análise superficial das causas. Além disso, as consecutivas correções costumam tratar o efeito, e não as causas reais.

Para o próximo período existe a expectativa relacionada ao ingresso da Coordenadora do PAC, a BioCev, que também deverá acrescentar ações de garantia da conformidade.

A NE também não apresentou as evidências de análise crítica do nível de cumprimento das diretrizes contratuais e exigências legais estabelecidas no Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho - PCMSO e do Projeto de Segurança e Alerta do PAC. Espera-se que a partir do início da atuação da empresa coordenadora do PAC, a qual realizará atividades de supervisão, essa situação se reverta e passe a existir também controle da NE sobre os projetos determinados no PBA.

Outra ferramenta empregada na gestão / supervisão ambiental das obras são as reuniões periódicas de acompanhamento do PAC, com participação da NE, da empresa BIOCEV, recém-contratada para coordenação do PAC, e do CCBM, e nas quais o registro de não conformidades é abordado junto aos níveis de gerência e coordenação ambiental setorializadas do CCBM.

Quanto aos treinamentos na área de meio ambiente, o 3º RSAP mais uma vez não lista os realizados pela NE no período de julho a setembro. O 3º RSAP, inclusive, excluiu a Seção 5.1.3 TREINAMENTOS, presente nos RSAPs anteriores. O único treinamento com colaboradores da NE reportado no 3º RSAP consiste na continuidade do treinamento focado no repasse da metodologia baseada no PS Tratamento de Não conformidades, ações corretivas e preventivas, ministrado a equipes da NE e das empresas coordenadoras do PBA, partes envolvidas na gestão da conformidade, incluindo agora a nova equipe da empresa Coordenadora do PAC (BIOCEV), a qual recebeu, ainda, todos documentos do SGA referentes à sua área de atuação. Mantém-se a recomendação de inclusão, nos RSAP, dos dados de treinamento realizados com os funcionários da NE e de suas empresas subcontratadas (ver **Quadro 8.0.a**).

Em relação aos treinamentos realizados pelo CCBM, conforme já disposto acima e no **Capítulo 4.0**, o 3º RSAP não incluiu a Seção 5.1.3 TREINAMENTOS, onde os treinamentos do CCBM no período eram reportados nos RSAPs anteriores. Sendo assim, os únicos resultados de treinamentos para o período são de setembro, provenientes do RGM-E do Programa de Capacitação de Mão de Obra, enviado como anexo ao 3º RSAP.

Além desses dados do RGM-E, o Relatório REL-CCBM-QMSSRS-045-13, apresentado no ANEXO 5.1-1 do 3º RSAP, também trouxe um gráfico com os treinamentos em Meio Ambiente realizados nos três primeiros trimestres de 2013. Os números mostram uma que houve uma intensificação nesses treinamentos, já que no 1º trimestre de 2013 foram 451 os treinados, enquanto nos 2º e 3º trimestres esses números subiram para 6.127 e 6.467 treinados.

Independente disso, se consideradas as 6.400 horas homem treinamento em Meio Ambiente referentes a setembro, reportadas no RGM-E do Programa de Capacitação de Mão de Obra, esse número pode ser baixo quando se compara com o total de horas trabalhadas nesse mesmo mês (7.581.484 h).

Especificamente sobre os treinamentos de saúde e segurança do trabalho, o **Capítulo 4.0** tratou da análise das ações de capacitação em SST aplicadas pelo CCBM, assim como os demais indicadores de monitoramento de SST incluídos no SGI. Observando as informações, ficou clara a ampla variedade de temas aplicados à atual fase da Obra Principal.

As ações do CCBM incluíram treinamentos de integração e específicos, campanhas, palestras, seminários, cursos, além do Treinamento Diário de SMS (TDSMS). Além dos treinamentos ligados à segurança, outros temas também fizeram parte do escopo (qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e outras). Isso gerou uma recomendação no sentido dos dados serem apresentados de forma estratificada, demonstrando a quantidade de treinamentos por macro-temas e tipo de treinamento para possibilitar confronto desses com o desempenho do período. Essa análise possibilitará a avaliação do nível de eficácia das ações implantadas e provável redução de desvios, acidentes e outros. No âmbito das OEs, essas passaram a apresentar dados relativos a treinamentos em relação às horas-trabalhadas.

Em relação à implementação do Procedimento de Ouvidoria, a conformidade do empreendimento com os requisitos necessários será tratada adiante, na discussão do PD 02, no que diz respeito aos trabalhadores, e na discussão do Princípio 6.0 - Mecanismo de Reclamação, para a comunidade.

Em relação ao engajamento com a comunidade, a conformidade do empreendimento com os requisitos necessários será tratada adiante, na discussão dos Princípios 5.0 - Consulta e Divulgação e 6.0 - Mecanismo de Reclamação.

Em relação aos Programas do PBA, informações detalhadas sobre o andamento constam no **Capítulo 6.0 (Quadro 6.0.a**, que retrata a repactuação com o IBAMA em caso de alterações nos Programas, e **Quadro 6.0.b**, que demonstra o andamento dos Programas e Projetos, ambos incluídos no **Anexo 7**).

Em relação aos Programas do Meio Físico não se verificam desvios significativos no desenvolvimento dos programas e projetos, o que não elimina a necessidade de ajustes e encaminhamentos junto ao IBAMA para atualização de requisitos e análise de resultados obtidos. Dentre os vários aspectos analisados neste relatório merecem ser destacados, com relação à avaliação de conformidade, os programas descritos a seguir. O Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios proposto no EIA e no PBA devido à proximidade do Reservatório Intermediário com a zona onde estão situadas cavidades naturais, entre as quais a caverna Kararaô, teve o seu encerramento pleiteado pela Norte Energia junto ao IBAMA. As suas atividades foram paralisadas recentemente em função da proibição de acesso à área de estudo por parte de proprietário rural local. Apesar disto, a Norte Energia realizou outras atividades e enriqueceu o conhecimento que se tinha até então sobre a geologia da região, corroborando a tese de que o enchimento do reservatório secundário não iria impactar negativamente as cavidades naturais da região do Kararaô. Estas novas informações foram consolidadas e apresentadas para avaliação do IBAMA, o qual por sua vez exigiu uma nova verificação da área diretamente afetada quanto à existência de cavidades apenas na região do Kararaô.

Os Programas de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico e de Monitoramento do Microclima Local necessitam de revisão quanto ao aprimoramento dos procedimentos de controle de qualidade e/ou de melhoria dos recursos de infraestrutura para garantir a perenidade e confiabilidade dos processos de aquisição, transmissão e armazenamento dos dados brutos. No entanto, as equipes responsáveis vêm suprimindo as necessidades e as atividades não apresentam atrasos importantes.

O Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques, após atender o período de coletas de informações, apresentou conclusões acerca das vazões ecológicas a serem mantidas nestes igarapés. Neste momento cabe avaliação do IBAMA sobre a base de dados coletada, os resultados obtidos e as vazões ecológicas especificadas para quando da operação dos diques.

Em relação aos programas relacionados à vegetação, também não se verificaram desvios significativos seu desenvolvimento.

O IBAMA, por meio do Ofício N° 02011.009795/2013-60 de 19 de julho 2013, considerou que o *Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme*, o *Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais* e o *Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques* necessitavam de ajustes ou adequações devido a divergências nos resultados apresentados nos 2º e 3º Relatórios Consolidados de Andamento do PBA, relacionadas principalmente às informações sobre as espécies registradas. Tais inconsistências foram revistas pela Norte Energia e os dados e resultados foram reapresentados no 4º Relatório Consolidado (31 de agosto de 2013).

As primeiras campanhas desses três projetos de monitoramento da flora já foram realizadas em todos os módulos RAPELD e parcelas isoladas, de acordo com o previsto. Os resultados referentes a estas primeiras campanhas foram apresentados para todas as parcelas no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA.

Ainda em relação aos monitoramentos das Florestas de Terra Firme e dos igarapés interceptados, considera-se que não foram seguidos rigorosamente os critérios para definição das espécies-alvo do monitoramento fenológico, conforme preconizado pelo IBAMA, devido também a não factibilidade da maior parte deles. A Norte Energia informou durante a vistoria realizada em novembro que o IBAMA não havia se manifestado sobre a escolha final das espécies-alvo. Entende-se que, para o *Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme*, não foi seguido um critério estipulado pelo Parecer Técnico N° 143/2011 (“ter como alvo as espécies comerciais”) devido a um entendimento diferente do empreendedor. A Norte Energia alegou que o IBAMA tem acompanhado o desenvolvimento dos projetos da flora e que considera que, uma vez justificada tecnicamente a escolha das espécies, o mesmo deverá acatar a sua decisão. Ressalta-se que monitoramento fenológico foi iniciado com cerca de seis meses de atraso e o IBAMA também não se manifestou formalmente sobre esse fato.

Já a implantação do *Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora* e do *Projeto de Formação de Banco de Germoplasma* foi considerada adequada pelo órgão ambiental no Ofício N° 02011.009795/2013-60/DILIC/IBAMA. Em relação a este último, o IBAMA questionou, por meio do Parecer Técnico N° 4.933/2013 de maio de 2013, o porquê das baixas taxas de germinação de algumas espécies-alvo deste projeto. Recomendou também que fossem revistas a forma de plantio e a metodologia de quebra de dormência e que se utilizassem protocolos já estabelecidos para evitar a perda de material gênico. A empresa executora (Biota) informou que os motivos das dificuldades técnicas para germinar algumas espécies já são sendo investigadas.

Ainda em relação ao projeto de banco de germoplasma, não foi marcado o número de matrizes de todas as espécies-alvo, conforme preconizado pelo PBA, apesar dos esforços envidados. O IBAMA também não se manifestou sobre este atraso na marcação das matrizes.

O *Projeto de Desmatamento* e o *Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro* não foram avaliados pelo Ofício N° 02011.009795/2013-60. O IBAMA informou que a análise destes projetos constaria em documento à parte que, no entanto, ainda não havia sido emitido até a vistoria realizada em novembro. Diversos problemas

havia sido detectados pelo órgão ambiental em vistorias realizadas em 2012 e no início de 2013, principalmente em relação à obediência ao Plano Operacional de Supressão (POS) nas atividades de supressão, arraste e romaneio. Ao longo de 2013, grandes avanços foram obtidos com a padronização dos procedimentos de supressão para as obras de apoio e com a organização do material nos pátios finais de todos os sítios construtivos.

Na vistoria realizada em setembro de 2013, foi informado que a previsão para a finalização da supressão da vegetação para as obras de apoio, no âmbito do *Projeto de Desmatamento*, era final de setembro. No entanto, em novembro, a supressão ainda estava em andamento.

As Autorizações de Supressão de Vegetação (ASVs) para o restante do reservatório não foi emitida até o início de novembro. O órgão ambiental fez uma série de exigências para a sua emissão, entre elas: a ampliação da capacidade dos atuais recintos de fauna para o resgate nas áreas dos reservatórios; a organização dos pátios finais de madeira; a geração de crédito para reposição florestal por meio de projetos de recuperação de áreas degradadas; reforma de dois postos de fiscalização nos Travessões 27e 55, conforme o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o IBAMA e a Norte Energia; e a definição de áreas prioritárias para supressão da vegetação nos reservatórios. Em outubro, após o período de abrangência deste relatório, a Norte Energia protocolou uma nota técnica demonstrando o atendimento destas exigências.

Tampouco, outros elementos necessários para o início da supressão nos reservatórios não haviam sido providenciados até a data de corte deste relatório, como a contratação de empresas supressoras e de fiscalização e a elaboração de procedimentos de controle. No entanto, deve-se mencionar que essas questões estavam sendo tratadas na vistoria realizada em novembro, após o período de abrangência deste relatório.

Ainda não foi realizada a destinação externa da madeira, a qual está atrasada em relação ao cronograma estipulado pelo Plano Estratégico de outubro de 2012 e às metas do projeto piloto constantes no 4º Relatório Consolidado. Desde o início, o desenvolvimento deste projeto tem sido bastante difícil devido a diversos fatores, como trâmites legais e interesses econômicos. Sua execução tem sido cuidadosa para evitar que ocorram atividades ilegais decorrentes da supressão da vegetação do empreendimento, como “esquentar notas”.

Somente em agosto de 2013, o IBAMA emitiu quatro autorizações referentes aos nove pátios vistoriados em fevereiro e abril de 2013 (aproximadamente 9,4 mil m³ de material), os quais haviam sido vistoriados ainda no primeiro semestre de 2013. Essas autorizações são necessárias para a destinação externa da madeira oriunda da implantação do empreendimento. Em setembro, mais oito pátios foram vistoriados pelo IBAMA para fins de emissão de AUMPF, que totalizam cerca de 20 mil m³.

Um fato importante que ocorreu após o período de abrangência deste relatório (julho-setembro) foi a assinatura dos contratos com as serrarias que serão instaladas no Travessão 27, que será importante para a comercialização da madeira oriunda do

empreendimento. Apesar de ainda não ter sido comercializada a madeira, parte dela tem sido utilizada internamente pelo empreendimento (5,7%).

No que diz respeito à Fauna Terrestre, os programas de monitoramento realizados nos módulos RAPELD encontram-se dentro do cronograma, tendo sido realizadas todas as campanhas previstas no PBA para 2013. As avaliações apresentadas pela NE ao IBAMA, no que diz respeito à suficiência amostral obtida para os grupos de mamíferos, aves, herpetofauna e invertebrados terrestres, mostram que não houve prejuízo dos resultados pela não implantação de uma porcentagem pequena de parcelas previstas no PBA, argumentação que foi oficialmente aceita pelo Órgão Licenciador. Desta forma, serão mantidas e consideradas suficientes as parcelas instaladas até o momento.

Um aspecto importante decorrente das exigências do Órgão Licenciador é a necessidade de urgência na instalação dos medidores de nível freático e coletas das co-variáveis físicas faltantes nos Módulos RAPELD. Os piezômetros foram instalados até o final de outubro de 2013, e foram feitas as leituras correspondentes.

Embora dentro do Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento as atividades de monitoramento e análise dos dados já tenham sido encerradas, ainda não se implantou de maneira completa as medidas de mitigação (redutores, placas sinalizadoras e passagens de fauna) previstas e necessárias.

As ações do Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre continuam a ser conduzidas de forma contínua, segundo o acordado com o órgão licenciador.

Dentro do Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea - Diversidade Regional (região de Altamira, Pará) e Dinâmica Populacional nas Cavernas da ADA, foram realizadas as 4 campanhas de 2012 e de 2013 previstas no PBA para o monitoramento dos invertebrados e dos quirópteros. Os dados das cavidades foram sistematizados no 4o Relatório Consolidado de andamento do PBA para a realização de análises sobre a similaridade entre estes ambientes, dentro da área do empreendimento, e com outras cavidades em áreas não afetadas.

Todas as campanhas de 2012 e de 2013 previstas para os três projetos que compõem o Programa de Conservação da Fauna Aquática (Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos, Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática e Projeto de Monitoramento de Crocodilianos) foram realizadas, estando, portanto, dentro do cronograma previsto no PBA. Os dados destas, juntamente com os demais dados relacionados à fauna incluída no Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos, estão sendo continuamente reunidos em um banco de dados que compõe o Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos.

Os Projetos que formam o Programa de Conservação e Manejo de Quelônios, que têm atividades previstas para o período anterior ao enchimento do reservatório intermediário, apresentam as suas atividades dentro do cronograma, segundo o observado em campo e nos documentos. Além das atividades relacionadas ao aumento

do conhecimento das espécies e acompanhamento das atividades reprodutivas, foi realizado o cadastro das comunidades relativo ao seu consumo, além de atividades de educação ambiental com alunos das escolas da área. Tendo iniciado as atividades do período reprodutivo das espécies acompanhadas no tabuleiro do Embaubal, as desovas estão sendo monitoradas e translocadas, quando necessário, garantindo, dessa forma, uma taxa de sobrevivência maior para as duas espécies que lá se reproduzem.

Foi também avaliado o andamento dos programas e projetos relacionados a limnologia e ictiofauna. O *Programa de Conservação da Ictiofauna* é composto por 6 Projetos. Desses, 3 Projetos (*Projetos de Investigação Taxonômica, Resgate e Salvamento da Ictiofauna e Monitoramento da Ictiofauna*) apresentam integração dos resultados, com a formação de um banco de dados sobre a composição e diversidade dos peixes nos diferentes ambientes do Rio Xingu (corredeiras/pedrais, igarapés, praias, igapós, lagoas, remansos e calha do rio), localizado na área de influência e entorno da UHE Belo Monte. Os resultados do monitoramento da ictiofauna realizado no *Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques* também estão sendo inseridos no banco de dados.

A gestão ambiental das águas no entorno e interior dos canteiros e os igarapés próximos às vias de acesso e linhas de transmissão envolve os Programas de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial, Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques e o PAC. A integração dos resultados obtidos está sendo feita através de reuniões do Comitê de Qualidade de Águas (CQA).

O *Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos* está compilando, sistematizando e organizando, em um banco de dados específico as informações obtidas durante as seis campanhas realizadas entre 2012 e 2013, dos Projetos de Monitoramento de Quelônios, Crocodilianos, Ictiofauna e Mamíferos Aquáticos.

Em relação à Socioeconomia, o PBA possui Planos, Programas e Projetos. Os planos mais diretamente ligados à população afetada e à dinâmica populacional dos municípios interferidos são os planos:

3. Plano Ambiental de Construção (3 programas);
4. Plano de Atendimento à População Atingida (8 programas e 27 projetos);
5. Plano de Requalificação Urbana (3 programas e 6 projetos);
6. Plano de Articulação Institucional (4 programas);
7. Plano de Relacionamento com a População (4 programas);
8. Plano de Saúde Pública (3 programas) e
14. Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (2 programas e 4 projetos).

Os programas que foram analisados contidos no Plano Ambiental da Construção (3.3. Programa de Capacitação de Mão de Obra; 3.5. Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores; 3.6. Programa de Desmobilização de Mão de Obra) estão em atendimento às atividades propostas no PBA.

O *Programa de Capacitação de Mão de Obra* teve continuidade no treinamento/capacitação para mudança de função, estabelecido pelo procedimento interno do CCBM; todos os funcionários contratados e subcontratados para trabalhar no empreendimento recebem capacitação comportamental de conhecimento e adaptação à obra, segurança do trabalho, saúde ocupacional e comportamento ambiental, durante o processo de Integração Admissional. O programa atende também a treinamentos de Formação Especial, treinamentos periódicos e reciclagens além de um Programa de Alfabetização, realizado em parceria com o SESI.

O *Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores* teve continuidade com os cursos de ambientação, atendendo a quase sete mil funcionários que receberam esse curso. Além disso, foram ministradas palestras, visitas ecológicas e as reuniões mensais internas das equipes localizadas nos canteiros. O *Programa de Desmobilização de Mão de Obra* deveria ter início no primeiro trimestre de 2013. No entanto, segundo o relatório da NE e CCBM, as várias demissões ocorridas, por diversos motivos, ocorrem no processo de rotatividade típico de qualquer empreendimento, não se constituindo no “gatilho” para o início do programa.

No âmbito do Plano de Atendimento à População Atingida (4) têm-se os programas e projetos descritos a seguir.

Dentro do 4.1. Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural, o *Projeto de Regularização Fundiária Rural (4.1.1.)*, conforme relatado no **Capítulo 6.0 (Quadro 6.0.a do Anexo 7)** do presente Relatório, onde é apresentado o andamento dos Programas do PBA, este programa não sofreu alterações em relação à etapa do relatório anterior, uma vez que as atividades em andamento exigem prazo extenso para sua concretização. Verifica-se que está sendo bem conduzido e acompanhando as necessidades inerentes às atividades desenvolvidas. Este programa atende, também, à condicionante 2.14 da LI Nº 795/2011, que tem relação com o cadastro socioeconômico e que requer, entre outras coisas, a garantia que todos os atingidos sejam cadastrados e que se encontra em andamento. Atende, também, a condicionante 2.15, que determina que a população interferida tenha livre acesso ao cadastro socioeconômico e que se encontra em atendimento. Além disso, atende também a condicionante 2.16 que determina que haja garantia de plena liberdade de escolha da população quanto aos diversos tipos de tratamento indenizatórios previstos no PBA, o que está em atendimento pelo programa.

No *Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias (4.1.2.)* teve continuidade a política da NE em buscar a negociação amigável nos processos de desapropriação. Não foram apresentadas, no relatório da NE, alterações nas atividades desenvolvidas por este programa.

O *Projeto de Reassentamento Rural (4.1.3.)* está com as atividades sendo realizadas em desacordo com o cronograma e a baixa adesão à proposta de Reassentamento Rural Coletivo (RRC) persiste, embora tenha sido adquirida uma área destinada a esse tipo de reassentamento na região do Xingu. Foram feitos ajustes no cronograma de reuniões – enviado anteriormente ao IBAMA - a serem realizadas pela Norte Energia na área rural,

para divulgação do caderno de preço que foi revisado em maio de 2013. Foram elaboradas Notas Técnicas para construção de rede de energia elétrica, construção de cercas, abertura de acessos, construção de galpão multiuso comunitário, instalação de fossas sépticas, perfuração de poço semi-artesiano e construção de reservatório elevado, constando detalhamento técnico de cada unidade do equipamento a ser instalado.

O *Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes (4.1.4)* está sendo implementado conforme cronograma adotado a partir do 2º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes. Foi evidenciado, no escopo do 3º RSAP, a reestruturação das parcelas, a reorganização dos blocos e a disponibilização de novos lotes além de encaminhamentos para a regularização fundiária. Foram realizadas também reuniões de esclarecimento. Estas atividades, embora atrasadas, retomam as condições para atendimento das metas do projeto.

Existem seis projetos concebidos para atendimento às atividades produtivas voltadas para a população rural, quer seja para atendimento das necessidades de comercialização e prestação de serviços, quer seja na área de produção individual.

O *Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1.)* está sendo implementado conforme proposto no PBA, com suas atividades, em sua maioria, sendo cumpridas. A Pesquisa Socioeconômica realizada junto com a formulação de hipóteses sobre os rumos dos trabalhos de ATES continua em andamento, assim como o trabalho de campo e monitoramento. Os grupos já foram divididos em setores e já tiveram início reuniões setoriais e debates periódicos.

Alguns pontos críticos que foram levantados nestas reuniões, como por exemplo, a falta de transporte, a demora na liberação da documentação das terras, o difícil acesso ao crédito rural e a descapitalização dos atingidos realocados. Na colocação das preocupações e situações abordadas nessas reuniões, a NE não manifestou os procedimentos para enfrentar ou tratar esses pontos críticos. É preciso atentar para o fato de que a perda de renda ou meios de subsistência pode resultar em risco social e impacto sobre as condições de vida da população afetada.

O *Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes (4.2.2.)* encontra-se em atraso em relação ao cronograma proposto no PBA. O atraso do projeto havia sido justificado em função da necessidade de compatibilizar suas atividades com as atividades do *Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes (4.1.4)*. Porém, neste período de julho a setembro 2013, tiveram início as ações de ATES e alguns beneficiários agricultores do projeto 4.1.4 já foram definidos e estão sob as ações de acompanhamento.

O *Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais (4.2.3.)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. Em relação às atividades definidas pelo programa, pode-se afirmar que a maioria está em fase de andamento, exceto o monitoramento do projeto que ainda não teve seu início. O projeto depende, também, do andamento do projeto de *Reassentamento Rural Coletivo*, que possui número pequeno de optantes.

O *Projeto de Reestruturação de Extrativismo Vegetal (4.2.4.)* está sendo implementado conforme proposto no PBA, porém com atraso. A sua meta é atender às 41 famílias que praticam o extrativismo vegetal na área de influência do empreendimento, ao longo de 03 anos. Os maiores resultados deste período de julho a setembro 2013 foram a prospecção de parcerias, a organização de Dias de Campo e pesquisa entorno do Manejo de Açaí. Havia 17 famílias interessadas no projeto, no entanto esse número foi reduzido para 10 famílias.

O *Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau (4.2.5.)* está sendo implementado conforme proposto no PBA e cronograma. Dos três produtos que devem resultar deste projeto, um já foi realizado (Diagnóstico setorial do sistema cooperativista da produção cacaueteira) e o Estudo sobre a cadeia produtiva do cacau na região está em fase final.

O *Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros (4.2.6.)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. Neste período ocorreram muitas reuniões, visitas, acordos e contratos. O projeto está em bom andamento considerando que estão formalizando acordos com cooperativas e associações de agricultores.

A recomposição da infraestrutura rural possui três os projetos. Estes projetos compreendem os temas abordados a seguir.

O *Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária (4.3.1)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. O projeto atendeu às recomendações do IBAMA e desenvolveu atividades que proporcionaram atendimento aos resultados que deveriam ser gerados.

Os programas voltados para a área urbana atingida pelo projeto são dois e estão desdobrados em sete projetos. O programa voltado para a população da área urbana atingida pelo projeto é o Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana (4.4.) desdobrado em 4 projetos que atendem à população diretamente afetada pelo reservatório.

Este programa atende, também, à condicionante 2.14 da LI Nº 795/2011, que tem relação com o cadastro socioeconômico e que requer, entre outras coisas, a garantia que todos os atingidos sejam cadastrados e que se encontra em andamento. Atende, também, a condicionante 2.15, que determina que a população interferida tenha livre acesso ao cadastro socioeconômico e que se encontra em atendimento. Além disso, atende também a condicionante 2.16 que determina que haja garantia de plena liberdade de escolha da população quanto aos diversos tipos de tratamento indenizatórios previstos no PBA, o que está em atendimento pelo programa.

O *Projeto de Regularização Fundiária Urbana (4.4.1)*, devido à prorrogação do cronograma de execução acordado em abril de 2012, o mesmo se encontrava em atendimento e com alguns avanços alcançados. No entanto, neste período de análise, não houve muita alteração.

O *Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas (4.4.2)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. As atividades relacionadas à divulgação do caderno de preços, acompanhamento no plantão social e elaboração de modelo de laudo de avaliação aprovado estão em pleno andamento, verificando-se que o mesmo encontra-se em estado satisfatório de atendimento ao PBA.

O *Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. As negociações com a população interferida dependem da continuidade da apresentação, em reuniões com a comunidade, dos critérios de elegibilidade e entendimento, por parte desta, das alternativas a que tem direito.

Na avaliação da Consultoria Independente, verifica-se que as atividades voltadas para o início do reassentamento foram definidas, mas não foi elaborado o Plano Executivo de Reassentamento. Foi elaborado um Plano Básico de Mudança e um Planejamento Integrado para Desocupação da Área Abaixo da Cota 100. É importante que sejam definidos procedimentos para acompanhamento das famílias após o reassentamento.

O *Projeto de Reparação (4.4.4)* está sendo implementado atrasado em relação às recomendações do IBAMA e ao proposto no PBA. As atividades foram direcionadas para a análise de informações que subsidiarão a preparação do planejamento do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) a ser realizado no próximo período.

O programa voltado para as atividades produtivas da área urbana atingida pelo projeto é o Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas (4.5) desdobrado em três projetos que atendem à população diretamente afetada pelo reservatório.

O *Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho (4.5.2)* está sendo implementado conforme proposto no PBA. De acordo com o que foi verificado em campo, com a apresentação realizada pela equipe de socioeconomia, as atividades estão se desenvolvendo a contento, tendo sido recuperada uma parte dos atrasos enfrentados anteriormente. Foi concluída a Avaliação da Cadeia Produtiva Oleira e de Extração de Areia e Cascalho, com a emissão da Nota Técnica NT08; foi feita a atualização dos processos minerários registrados junto ao DNPM e identificadas duas novas áreas potenciais. Os resultados obtidos até o momento são satisfatórios em relação às atividades previstas para o projeto.

O andamento do *Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu (4.5.3)* não está condizente ao cronograma proposto. O contato feito com o SEBRAE de Manaus e com o SENAC-Altamira sobre a possibilidade das mesmas oferecerem o curso de Carpintaria Naval no município de Vitória do Xingu, tema integrante do curso técnico operacional, resultou na impossibilidade de realização do curso devido à dificuldade colocada pelas instituições de localizar monitores capacitados para tanto na região amazônica. Os resultados obtidos até o momento são satisfatórios em relação às dificuldades encontradas e às atividades previstas para o projeto.

O Programa de Acompanhamento Social (4.6), por meio do *Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1)*, está sendo conduzido de forma adequada, registrando e localizando as situações mais delicadas e vulneráveis da população interferida. Por causa de sua complexidade, há necessidade de acompanhamento constante das dificuldades que a equipe que executa o projeto encontra para dar maior agilidade aos atendimentos às situações de vulnerabilidade social e risco, identificadas pela análise de Casos Notáveis.

Verifica-se, pelos resultados apresentados pelo projeto, que há necessidade de avaliar duas situações muito importantes em relação à população remanejada:

- “Desânimo das famílias para com o processo de negociação do reassentamento frente a todo o processo já enfrentado de isolamento na vila Santo Antônio - Todas as famílias transpassam descontentamento, ocorrência de conflitos e desânimo para com o processo” – Há necessidade de averiguar a causa da resistência dessas famílias para concordar com as alternativas de reassentamento que já foram propostas para elas.
- Estudar a possibilidade de fazer um acompanhamento mais direto dessas causas por um especialista de assistência social, entendendo-se a necessidade de localizar o real problema que aflige as famílias, a fim de procurar uma solução final para essa situação.

Em relação às opiniões sobre os cinco aspectos que foram agravados com o empreendimento, do ponto de vista da população afetada, entende-se que há necessidade de verificar a real ocorrência do aumento dessas situações negativas e avaliar em qual delas é possível interferir, sugerindo-se avaliar os seguintes: aumento de acidentes de trânsito (84,3%), do consumo e/ou tráfico de drogas (81%), da violência em geral (79,8%), da prostituição (78,9%) e diminuição da segurança pública (50,1%).

Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) busca atender à população afetada (interferida) pelo projeto. O projeto está sendo conduzido de forma adequada, registrando e localizando as situações mais delicadas e vulneráveis da população interferida. Por causa de sua complexidade, há necessidade de acompanhamento constante das dificuldades que a equipe que executa o projeto encontra para dar maior agilidade aos atendimentos às situações de vulnerabilidade social e risco, identificadas pela análise de Casos Notáveis.

A recomposição/adequação da infraestrutura e serviços de educação está sendo implementada pelo *Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação (4.8.1)* conforme proposto no PBA e posteriores revisões aprovadas pelo IBAMA, inclusive com análise de suficiência dos equipamentos já construídos. Este projeto atende à condicionante 2.12 da LI Nº 795/2011, que determina a implantação integral dos equipamentos de saúde e educação, conforme prazos e especificações assumidas com as prefeituras municipais. Além disso, essa condicionante estabelece a necessidade de apoiar a manutenção dos equipamentos disponibilizados até a entrada

em operação do empreendimento. Entende-se que, até o momento, esta condicionante está em atendimento.

Foram propostos planos e programas voltados para a requalificação urbana (5.Plano de Requalificação Urbana) com Programa de Intervenção para Altamira (5.1), Vitória do Xingu (5.2) e Belo Monte e Belo Monte do Pontal (5.3).

O Programa de Intervenção para Altamira (5.1) compreende o *Projeto de Diretrizes para o Planejamento Integrado (5.1.6)*, o *Projeto de Reassentamento (5.1.7)*, o *Projeto de Parques e Reurbanização da Orla (5.1.8)* e o *Projeto de Saneamento (5.1.9.)*.

O *Projeto de Diretrizes para o Planejamento Integrado (5.1.6)* está sendo implementado conforme proposto no PBA e com cronograma revisado e aprovado pelo IBAMA. As atividades relacionadas à Implantação da Drenagem Urbana não foram iniciadas.

O *Projeto de Reassentamento Altamira (5.1.7)* está sendo implementado avançando no sentido de cumprimento das metas e objetivos traçados no PBA. Entretanto todas as atividades planejadas estão atrasadas em relação ao cronograma oficial, não tendo sido evidenciado acordo com o IBAMA no sentido de readequação das datas previstas. As atividades de transferência das famílias afetadas estão previstas para início em outubro e novembro. Embora tenham sido verificados avanços na construção das moradias, o mesmo não foi verificado com relação aos equipamentos sociais e iluminação pública.

O *Projeto de Parques e Reurbanização da Orla (5.1.8)*, embora apresente um pouco de atraso com relação ao proposto no cronograma alterado pela NE, tem avançado no cumprimento das metas traçadas.

Os Projetos de Saneamento para as quatro localidades (5.1.9; 5.2.19; 5.3.19) estão sendo implementados conforme proposto no PBA e com cronograma revisado e aprovado pelo IBAMA. Atendem à condicionante 2.10. “Em relação à implantação do saneamento básico, atender”: ações imediatas para Altamira e Vitória do Xingu; abastecimento de água para Altamira e Vitória do Xingu; esgotamento sanitário e drenagem urbana em Altamira, Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal; remediação do lixão de Altamira.

Constataram-se avanços no projeto e execução dos sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto. Constataram-se atrasos na realização das obras do aterro sanitário, que deveriam ter sido concluídas ainda no primeiro semestre de 2012. Não foram evidenciados avanços efetivos na implantação das Estações de Tratamento de Água e Esgoto (ETA e ETE).

Em relação ao *Projeto de Saneamento (Vitória do Xingu) (5.2.19)*, as obras relativas à instalação do sistema de abastecimento de água e coleta de e tratamento do esgoto estão avançando em conformidade com o proposto no PBA, embora tenham começado com relativo atraso. Não foram evidenciados esclarecimentos sobre o sistema de captação e

reservação de água para abastecimento. O sistema de coleta de resíduos sólidos residenciais, apesar do atraso, teve sua primeira célula iniciada no aterro sanitário.

Em relação ao *Projeto de saneamento (Belo Monte e Belo Monte do Pontal)* (5.3.19), verificou-se que a elaboração do projeto executivo do Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Abastecimento de Esgoto e das respectivas estações de tratamento (ETE e ETA) foi concluída dentro do prazo, o que não ocorreu com o projeto executivo do Aterro Sanitário. Entretanto nenhuma das estruturas de saneamento básico está efetivamente em funcionamento.

O *Programa de Intervenção em Vitória do Xingu* (5.2) está com as atividades propostas no PBA sendo executadas. No entanto, outras não foram iniciadas, como a implantação do sistema de energia elétrica e iluminação pública e a implantação de equipamentos sociais. Houve importante avanço na implantação da pavimentação da sede do município, assim como na implantação da drenagem urbana e na melhoria de trafegabilidade do Travessão 40, não tendo sido registrado avanço na adequação dos atracadouros das balsas.

No *Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal* (5.3) as atividades relacionadas tiveram seus cronogramas alterados, propostos pela NE. Embora estejam avançando no sentido de atender às metas traçadas, todas estão aquém do prazo de atendimento, sendo que a atividade nomeada "Adequação do atracadouro das balsas" ainda não iniciou, estando na fase de finalização do projeto.

O Plano de Articulação Institucional (6), composto de Programa de Integração e Articulação Institucional (6.1), Programa de Fortalecimento da Administração Pública (6.2), Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos (6.3) e Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas (6.4), estava sendo implementado conforme proposto no PBA e com cronograma revisado e aprovado pelo IBAMA. As metas têm sido atendidas e foi registrada apenas a formalização de parcerias e convênios com órgãos públicos.

Foram realizados cursos de capacitação, discussão quanto ao escopo dos cursos e assessoria a serem ofertados, bem como o cronograma e público-alvo com os municípios da AID, além de assessorias sobre a gestão de aterros sanitários e planejamento urbano do uso e ocupação do solo. No *Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos* (6.3) houve atividades visando melhoria no saneamento básico (comunidade de Anapu), produção habitacional de interesse social (Altamira) e cadastros da Secretaria de Trabalho e Promoção Social (SEMUTS e RUCs).

O cronograma do *Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas* (6.4) foi readequado por meio do documento NE-DS-SSE-0017-NTPAI, enviado ao IBAMA em 04/04/2012. As atividades estão em relativa conformidade com os prazos propostos no cronograma, sofrendo pouca variação. A recente troca da executora do programa possivelmente trará nova dinamicidade. Os resultados reportados no período aqui analisado estão relacionados

muito mais à reorganização do programa, com reuniões, visitas técnicas e formalização de novas parcerias, não tendo sido realizados treinamentos e palestras.

Cabe mencionar as ações em curso do Plano de Relacionamento com a População (7), desmembrado em programas de acompanhamento e monitoramento social, interação e comunicação social, por intermédio do Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante (7.1) e do Programa de Interação Social e Comunicação (7.2).

As atividades programadas para o Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante (7.1) e o Programa de Interação Social e Comunicação (7.2) foram realizadas a contento. Atendem aos objetivos ao estabelecer canal de comunicação com a população e com os trabalhadores, além da extensa produção de materiais informativos, reuniões e oficinas.

O Programa de Educação Ambiental de Belo Monte (7.3) realizou atividades em conformidade com o cronograma alterado pela Norte Energia, Nota Técnica NE-DS-SSE-022-NTPEA (maio de 2012), estando todas as atividades dentro do prazo estipulado. A única atividade sem avanços reportados foi o "Curso Formativo em Educadores Ambientais Populares para o ensino formal".

O Programa de Monitoramento de Aspectos Socioeconômicos (7.4) demonstrou que a coleta de dados tem sido realizada conforme programado no PBA, no entanto ocorreram alguns problemas burocráticos na obtenção de determinados dados monitorados por meio de indicadores (Indicadores 2, 10, 11, 21 e 22). A Montagem do sistema de dados esta além do prazo estipulado no cronograma, alterado pela NE, embora esteja em fase de testes. Por consequência, as atividades nomeadas "Alimentação sistemática do Banco de Dados e checagem da consistência" e "Implantação do Sistema Operacional" atrasaram sua implantação. Este programa atende à condicionante 2.11 da LI Nº 795/2011 que estabelece a necessidade da avaliação quanto à suficiência dos equipamentos de saúde e educação disponibilizados às municipalidades da AID. Esta condicionante está sendo atendida e em andamento, uma vez que deve perdurar até o final do empreendimento.

A saúde da comunidade está sendo acompanhada pelo Plano de Saúde Pública (8) do PBA, desmembrado no Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde (8.1), Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças (8.2) e Programa de Ações para o Controle da Malária (8.3).

As ações do Programa 8.1 atendem às metas e ao cronograma propostos no PBA reformulado. Este programa atende à condicionante 2.12 da LI Nº 795/2011, que determina a implantação integral dos equipamentos de saúde e educação, conforme prazos e especificações assumidas com as prefeituras municipais. Além disso, essa condicionante estabelece a necessidade de apoiar a manutenção dos equipamentos disponibilizados até a entrada em operação do empreendimento. Entende-se que, até o momento, esta condicionante está em atendimento.

Quase a totalidade das construções, reformas e ampliação das unidades básicas de saúde (UBS) e hospitais foram concluídas até o presente momento, estando as atividades concentradas no abastecimento de novos equipamentos hospitalares, na elaboração e execução de palestras e materiais educativos.

O Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças (8.2) possui atividades que foram realizadas conforme o cronograma atualizado, contribuindo para o atendimento das metas traçadas no PBA. A maior parte das atividades programadas foi finalizada, mantendo as atividades de apoio às municipalidades da AID e as ações de prevenção, controle e registro de doenças transmissíveis. O apoio técnico, os insumos de combate e prevenção da malária, material informativo e os constantes treinamentos realizados contribuíram para a melhoria na estrutura dos serviços de saúde nos municípios da AID, culminando no fortalecimento da vigilância da malária, o que contribui para o objetivo de reduzir a transmissão da malária.

O Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (14) está subdividido em Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias (14.1), com o Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira (14.1.1); Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida (14.2) com o Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações (14.2.1), Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de escoamento da Produção (14.2.2), Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande (14.2.3) e Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial (14.2.4).

O *Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira (14.1.1)* apresenta metas que têm sido atendidas pelas atividades realizadas pelo programa. As atividades relacionadas ao *Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações (14.2.1)* estão em conformidade com cronograma de atividades do PBA, gerando dados que contribuem para o atendimento das metas traçadas. O *Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção (14.2.2)* avançou segundo programado para o período e em conformidade com o cronograma de atividades do PBA.

O *Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande (14.2.3)* está avançando como programado e em conformidade com o cronograma, para o período analisado e tem contribuído com a geração de um grande volume de dados de importância para as análises e o monitoramento das condições de vida das populações locais. O *Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial (14.2.4)* deu prosseguimento à manutenção da navegabilidade do trecho de vazão reduzida (TVR) e realizou reuniões e discussões no sentido de direcionar as intervenções na orla. O projeto tem atendido às metas traçadas.

Em relação às atividades relacionadas à arqueologia, a prospecção vem sendo executada em consonância com o cronograma de obras, estando, no momento, concentrada na área do reservatório principal. No período entre julho e setembro, no entanto, não houve atividades de prospecção, conforme informado pela NE no 3º RSAP. As atividades de campo nesse período foram relacionadas a resgate, cercamento e sinalização de sítios já

identificados. Os serviços de prospecção e resgate arqueológico nas áreas diretamente afetadas pelas obras da UHE Belo Monte, bem como a adoção da metodologia de modelagem preditiva, vêm sendo desenvolvidos mediante autorizações e manifestações do IPHAN.

No que diz respeito às obras, o PAC também inclui o monitoramento das principais emissões, tais como a eficiência do tratamento de efluentes domésticos e industriais e da água para abastecimento. A abrangência desse monitoramento e os resultados obtidos foram abordados no **Capítulo 4.0**. Conforme disposto no **Capítulo 4.0**, todos os parâmetros monitorados pelo CCBM para controle de poluição nas obras são comparados aos limites estabelecidos na legislação vigente. Em relação a isso, uma das recomendações derivadas da análise do PCAI, estabelecida desde a *Due Diligence* e que inclusive faz parte do Plano de Ação, é que essa comparação seja feita não apenas com os limites da legislação brasileira, mas também com os limites dos padrões de desempenho do IFC, adotando-se o que for mais restritivo. Essa recomendação ainda não foi atendida, e um detalhamento sobre o status de avanço em relação a essa questão é apresentado adiante, na discussão do PD 03.

Em relação à recomendação do PD 01 do IFC de que haja uma interação entre os programas ambientais e de saúde e segurança, o 1º RSAP afirmou que essa interação ocorre sob a responsabilidade do PGA, ao passo que o 3º Relatório de Andamento do PGA para o IBAMA informou que a troca de informações entre os diversos programas seria feita no âmbito do SIG-A. Ainda não foi possível evidenciar como se dá essa interação entre os Programas e Projetos através do SIG-A ou do SGP, o que será feito em campo na próxima missão.

PD 02: Trabalho e Condições de Trabalho

Capacitação da mão de obra

A capacitação da mão de obra está sendo atendida pelo Programa 3.3 do PAC. O CCBM continua com os programas de capacitação, quais sejam:

- CAPACITAR para Crescer, com as atividades de cursos de capacitação e alfabetização de funcionários, desenvolvendo cursos pelo convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), cujo convênio, se estende aos polos de Marabá e Belém, formando a mão de obra demandada e coordenada;
- Capacitar Para Incluir; e
- CAPACITAR Inicial – Jovem Aprendiz.

A equipe de instrutores do CAPACITAR é formada por 3 Instrutores da área da construção civil e 6 Instrutores de máquinas pesadas. Os cursos do SENAI capacitaram 718 pessoas no período de julho a setembro de 2013, dos quais 347 ainda estão cursando o Capacitar Inicial Jovem Aprendiz, que representam 44% do total de alunos formados no período considerado.

Todos os funcionários contratados e subcontratados para trabalhar no empreendimento recebem capacitação comportamental de conhecimento e adaptação à obra, segurança do trabalho, saúde ocupacional e comportamento ambiental, durante o processo de Integração Admissional, pelo CCBM.

Os cursos de capacitação profissional pelo CCBM realizados de julho a setembro formaram 917 alunos. Esses cursos eram de Armador, Caminhão Articulado, Caminhão Fora de Estrada, Caminhão Rodoviário, Escavadeira Hidráulica, Instalador Hidráulico, Mecânico de Manutenção de Máquinas e Equipamentos de Terraplenagem, Pedreiro, Sinalizador, Trator de Pneu e Informática Básica.

Os cursos desenvolvidos pelo convênio com o Sistema Integrado de Ensino do Pará (SIENPA) capacitaram 65 pessoas no mesmo período (julho a setembro de 2013), em cursos de sinalizador, mecânico de refrigeração e NR 10. Novos cursos de Jovem Aprendiz tiveram início em setembro, com 149 alunos.

Além disso, foi desenvolvido curso de Reciclagem de funcionários pela NR 12, tendo participado 531 pessoas no período de julho a setembro de 2013.

Quanto ao Programa de Alfabetização realizada em parceria com o SESI, os cursos iniciados em abril, junho e agosto de 2013 contavam com 99 alunos em setembro, e a formação do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental com 42 alunos em agosto. Com o efetivo atual de 26.862 funcionários no CCBM, do período contabilizado, calcula-se que a proporção de funcionários analfabetos é de aproximadamente 1,15% (308 funcionários).

Outros cursos e treinamentos que também foram realizados para os funcionários contratados e subcontratados pela CCBM são campanhas, palestras, seminários, cursos sobre os temas Integração, Qualidade, Meio Ambiente, Segurança no Trabalho, Saúde Ocupacional, Responsabilidade Social, SGI – Sistema de Gestão Integrada, 5S, Treinamento Diário de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (TDSMS).

De acordo com o monitoramento da evolução qualitativa e quantitativa do Programa, realizado por meio dos indicadores previamente estabelecidos, os seguintes resultados foram apresentados do período de julho a setembro de 2013: O CCBM superou o Índice de Treinamento conforme meta estabelecida; 97,08% do total de 924 alunos obtiveram aprovação nos cursos; 338 novas contratações foram de alunos formados pelo CAPACITAR; 100% dos candidatos são oriundos do Balcão de atendimento; das 1.075 vagas para capacitação, 85% foram preenchidas; e o desempenho de 73,07% dos encaminhados foi conceituado como bom, muito bom ou ótimo pelo encarregado que recebeu o ex-aluno em sua equipe.

Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional

Os principais indicadores de resultados da implementação e manutenção do Sistema de Gestão de SST do empreendimento são baseados naqueles decorrentes do desempenho e

supervisão da Obra Principal (OP), os quais se encontram discutidos em detalhes no **Capítulo 4.0**.

No caso da **OP**, esses indicadores demonstram que o Sistema de Gestão de SST e das Condições de Trabalho é adequado e atende ao PD 02. Todas as constatações de campo configuraram-se em pendências de simples solução e o CCBM possui diversas ferramentas de captação e tratamento das mesmas. Entretanto, não se pode dizer o mesmo das **OE**s, tendo em vista o início recente da supervisão das questões relacionadas a SST nas mesmas. Assim sendo, no 4º RSAP a NE deverá ter base para apresentar as primeiras informações sobre esta supervisão (dados de setembro de 2013). Enfatiza-se que atualmente a supervisão nas OE não está fundamentada num procedimento claro, aprovado e formalizado.

A supervisão da **OP** pela NE encontra-se mais avançada, com a estruturação, no primeiro trimestre de 2013, de uma equipe de supervisão a cargo da engenharia do proprietário (EPBM). Foi a partir de outubro que a empresa BioCev, responsável pela Coordenação do PAC, iniciou seus trabalhos. Assim, espera-se que o 4º RSAP traga uma análise mais consistente do trabalho desenvolvido pelas Executoras (CCBM e Locaservice) e Supervisora (EPBM).

No período contemplado por este relatório, a EPBM demonstrou grandes avanços na supervisão da **OP**, apesar de que em julho as atividades ficaram bastante prejudicadas pela redução de 50% da equipe (2 técnicos de segurança). A situação já foi normalizada no mês seguinte, porém a equipe ainda necessitava de mais um técnico de segurança exclusivo para supervisão da montagem industrial (Locaservice), cujo trabalho era executado pelo técnico do Sítio Belo Monte (acúmulo de atividades). Essa equipe tem aplicado cerca de 60 Listas de Verificação por mês, o que, na opinião da consultoria independente, fica aquém da real necessidade pelos motivos já expostos no **Capítulo 4.0**. Como mencionado no parágrafo anterior, existe uma grande expectativa sobre o início da atuação da Coordenadora do PAC, a qual deverá auxiliar a NE na análise crítica dos dados coletados mensalmente e direcionamento na tomada de decisões, de forma a garantir a melhoria contínua e a busca por desempenho compatível com empreendimentos desse porte.

Desde a etapa de *Due Diligence*, ficou nítido ao Consultor Socioambiental Independente o alinhamento por parte do CCBM com o PD 01, PD 02 e PD 04. Conforme discutido em detalhes anteriormente no **Capítulo 4.0**, o Sistema de Gestão Integrado do CCBM possui um leque de ferramentas que garantem um planejamento adequado às necessidades e aos riscos de SST inerentes às suas atividades; recursos humanos e materiais para executar os controles previstos; mecanismos para medição e monitoramento do desempenho; e, ações de melhoria contínua.

Já, com relação à montadora Locaservice, focar-se-á na verificação da mesma na próxima missão de monitoramento, já que suas atividades têm aumentado de volume e riscos nos últimos meses.

As recomendações pontuais e oportunidades de melhoria identificadas pelo Consultor Independente são sintetizadas na **Seção 10.2** do presente relatório.

Políticas e procedimentos de RH

O CCBM mantém uma administração de Recursos Humanos unificada para todos os funcionários da obra, independente do sítio em que estejam locados, e que é responsável pela coordenação e definição de salários e benefícios, emissão da Folha de Pagamentos, e coordenação de relacionamento com Sindicatos e outras entidades. Cada canteiro dispõe de escritórios de RH para atendimento direto aos funcionários do Sítio.

Segundo informações atualizadas para final de outubro de 2013, o CCBM apresentava 27.433 empregos diretos, o que representa um aumento de 30% sobre os empregos diretos contabilizados em junho do mesmo ano. O CCBM mantém o processo de captação de mão de obra em seus escritórios de recrutamento em Belém, Marabá e Santarém, contratando novos trabalhadores tanto para preencher novos cargos de trabalho como para reposição de cargos vagos em decorrência de demissões. Segundo informações prestadas pelo RH, o índice atual de reposição encontra-se aproximadamente em 5%.

O RH do CCBM implantou procedimento de acompanhamento e verificação de reclamações e revisões realizadas nas folhas de pagamento de cada funcionário. Visando a evitar divergências no lançamento de todos os itens que compõem a remuneração mensal e descontos nas folhas de pagamento individuais, o RH instituiu um procedimento de envio antecipado ao dia de pagamento do “espelho” do que será o recibo de pagamento. Em caso de eventual divergência acerca do que será creditado ao funcionário, o mesmo devolve o “espelho” ao encarregado, que o envia ao RH para verificação e correção ou confirmação antes do dia de pagamento, permitindo antecipar a solução de eventuais divergências. Esse procedimento, que prevê a sistematização e correção de todos os erros e reclamações recebidas e corrigidas, está sendo adotado desde março de 2013 e tem permitido reduzir as divergências e reclamações acerca do salário pago.

Os direitos previstos na legislação trabalhista e nos Acordos Coletivos assinados com os Sindicatos representando os trabalhadores são respeitados pelo CCBM. No momento da visita estavam sendo iniciadas as discussões acerca do dissídio salarial referente ao período 2013-2014 e o CCBM preparava-se para dar início ao processo de negociação até a assinatura do respectivo acordo após consenso entre as partes.

Segundo o 4º Relatório Consolidado para o IBAMA, no final do mês de outubro de 2013 havia 32.364 trabalhadores, entre CCBM (27.763) e subcontratadas (4.601), em comparação com o relatado para o período anterior (junho de 2013), quando havia 25.496 trabalhadores (21.016 do CCBM e 4.480 de empresas terceirizadas/subcontratadas). A quantidade total de trabalhadores na obra apresentou crescimento de 22% no período junho a outubro/2013, sendo que a variação deu-se quase que exclusivamente no aumento da mão de obra do CCBM.

Do total de trabalhadores no final de outubro de 2013, 30% são moradores de Altamira e 55% declararam ser do Estado do Pará. Em termos de gênero, 12% da mão de obra total são compostos por trabalhadoras do sexo feminino. Do total de funcionários que trabalhavam no empreendimento em junho, 42% eram residentes em Altamira e 58% estavam alojados nos canteiros de obra.

Condições do Trabalho nas Obras Principais e do Entorno

A inspeção realizada sobre as condições de trabalho e instalações de apoio para os trabalhadores (alojamentos, áreas de vivência, refeitórios, sanitários, áreas administrativas e áreas de apoio nas frentes de serviço de campo avançadas) na Obra Principal, conforme já mencionado desde a etapa de *Due Diligence*, constatou que as mesmas são consideradas muito adequadas e, portanto, compatíveis com as melhores práticas requeridas pelo PD 02.

No caso específico das Obras do Entorno (OEs), as condições de trabalho são muito variáveis em função do nível de aderência das empresas com os requisitos da legislação brasileira de SST.

Durante a inspeção seletiva dos sanitários, áreas de vivência, alojamentos, áreas administrativas e frentes de trabalho das OEs (ver obras inspecionadas na **Seção 4.2.1.2**), foram evidenciadas condições de trabalho razoáveis, dentro dos limites das exigências legais. Os desvios constatados em campo foram apresentados para a Equipe de SSTMA – OEs e deverão ser reavaliados na próxima visita de monitoramento. Espera-se, de qualquer forma, que a sistemática a ser proposta pela NE para supervisão tenha condições de: i) identificar essas falhas; ii) exigir ações corretivas e preventivas das contratadas; iii) alimentar uma base de dados para possibilitar a gestão das informações de forma estatística; e, iv) possibilitar a tomada de ações para melhorar o desempenho e a aderência aos requisitos contratuais e legais pelas suas contratadas.

Conforme mencionado, em razão principalmente do baixo nível de capacitação gerencial em SST dessas empresas, associada à inexistência de um processo estruturado de supervisão do cumprimento desses requisitos por parte da NE, poder-se-ia afirmar que há alta probabilidade de o empreendimento estar em desconformidade parcial⁵ com os requisitos de Condições de Trabalho estabelecidas pelo PD 02.

Mecanismos de Reclamações disponíveis aos trabalhadores

Os canais de comunicação utilizados no canteiro de obras para recebimento de reclamações, sugestões e críticas mantêm-se funcionando. Existem caixas de sugestões instaladas nas unidades, representante de funcionários, “Canal Aberto – Fale Conosco”, Ouvidoria, Treinamentos Diários de Segurança, além de painéis e panfletos informativos, palestras e campanhas. Verificou-se que os canais de comunicação disponibilizados são divulgados a todos os trabalhadores, inclusive terceirizados que

⁵ Programas de SST requeridos por Lei (PPRA, PCMSO, PCMAT, PAE, PPR, PCA, LTCAT, CAT, CIPA, SESMT, etc.) e respectivos controles estabelecidos, o que se torna ainda mais crítico se avaliados os subcontratados das executoras das OEs.

atuam nos canteiros de obras, por meio do Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM e durante os treinamentos de integração de novos funcionários.

O Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM divulga os valores sociais do CCBM aos trabalhadores contratados, com esclarecimentos sobre as atitudes e comportamento que a empresa espera deles.

Essa iniciativa é muito importante, uma vez que se trata de um contingente de trabalhadores muito heterogêneo, composto de pessoas originárias de todas as partes do país, com hábitos e culturas diferentes, que, em alguns casos, se confrontam em termos de padrões de linguagem e atitudes. Nesse documento constam as principais normas de comportamento e formas de agir, como o respeito às diferenças e a não discriminação total de raça, sexo, opção sexual, idade, nacionalidade, cultura, religião, condições físicas, crenças e opiniões. Consta também o alerta para o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, atos que constituem crime; alerta para a intolerância, o assédio moral, a agressão física. Há detalhamentos para outras formas de ação que contribuem para o bom andamento e equilíbrio no ambiente de trabalho.

O CCBM dispõe de Ouvidoria centralizada, responsável pelo recebimento de reclamações, sugestões, solicitações de informações denúncias dos funcionários, incluindo reclamações de cunho trabalhista. A Ouvidoria tem funcionária local com dedicação exclusiva, que trabalha atualmente integrada a uma plataforma de atendimento via serviço 0800.

As manifestações são recebidas pela Ouvidoria, que assegura total sigilo do relato e da identidade do consultante. As consultas podem utilizar o telefone 0800 ou o endereço eletrônico. O funcionário pode optar por se identificar, e então a Ouvidoria entrará em contato caso necessite de maiores informações ou esclarecimentos, e seus dados serão visualizados pelos Ouvidores do CCBM, que analisarão a manifestação; pode se identificar apenas para os Ouvidores, ficando anônimo para a empresa, ou seja, para a Comissão da empresa que analisa as manifestações; pode ficar totalmente anônimo, não se identificando, mas se quiser pode informar um e-mail para contato, caso sejam necessárias informações adicionais. Em qualquer uma dessas opções, o contato será feito sempre por um profissional da Ouvidoria, que garante que o canal seja idôneo e imparcial.

Outra forma de comunicação, o “Canal Aberto – Fale Conosco”, também é bastante utilizado e aberto a manifestações dos trabalhadores. As formas de organização coletiva dos trabalhadores são reconhecidas pelo CCBM como um canal de negociação válido para as questões relacionadas com o trabalhador, quando estabelecido de acordo com procedimentos legais e sua representatividade seja reconhecida pelos trabalhadores. Foram evidenciadas as ações relacionadas à Ouvidoria e à Responsabilidade Social, recomendando-se que haja continuidade na valorização desse comportamento mais adequado do trabalhador perante seus companheiros, para evitar excessos e prevenir conflitos.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, os mecanismos de reclamações na obra principal encontram-se bem organizados e definidos e em conformidade com o PD 02.

PD 03: Prevenção e Redução da Poluição

No que diz respeito ao controle de poluição nas obras, o Programa de Controle Ambiental Intrínseco - PCAI, que faz parte do PAC, incorpora medidas de controle de erosão, gestão de efluentes domésticos e industriais e de qualidade da água para abastecimento, e gestão de resíduos sólidos, inclusive perigosos. A abrangência do tratamento das principais emissões das obras, e dos monitoramentos realizados no âmbito do PCAI, foram abordados no **Capítulo 4.0**. Como se observou nos documentos e nas inspeções de campo realizadas, todos os parâmetros monitorados pelo CCBM são comparados aos limites estabelecidos pela legislação vigente.

De maneira geral, os controles ambientais que vêm sendo adotados nas Obras Principais (OP) têm permitido a minimização dos impactos ambientais associados às atividades construtivas, o que contribui para prevenção da poluição e conservação dos recursos naturais.

Conforme observado nas inspeções de campo, a maioria das instalações dos canteiros de obras possui características estruturais para evitar a poluição do solo, tais como piso impermeável, contenção secundária e cobertura. Soma-se a isso o estabelecimento de procedimentos operacionais pelo CCBM, no âmbito do seu Sistema de Gestão Integrado, para evitar a ocorrência de poluição durante as atividades construtivas.

Com relação ao controle de poluição, conforme já mencionado nos Relatórios de Monitoramento anteriores, o CCBM realiza o monitoramento de efluentes sanitários e industriais, da água subterrânea, da água bruta captada do Rio Xingu, e da potabilidade da água para consumo. Em relação às emissões atmosféricas, cabe ressaltar que o CCBM realiza o monitoramento de fumaça preta nos seus equipamentos, com base nas orientações do PS CCBM 220 15 – Emissões Atmosféricas, utilizando a escala de Ringelmann. Em relação à poeira, o CCBM realiza a umectação constante das vias. Ainda não se realiza o monitoramento da geração de ruído, mas, segundo informado no 3º RSAP, o consórcio programou medições para o mês de novembro de 2013, quando a obra estará no pico de processos produtivos.

Conforme mencionado no **Capítulo 4.0**, os efluentes sanitários tratados nas ETE são analisados e comparados aos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA 430/2011. Apesar de requerido, inclusive no Plano de Ação da UHE Belo Monte (ações 5 e 25) que a comparação seja feita também com os padrões do IFC, sendo adotados os valores mais restritivos, isso ainda não foi atendido. A respeito desse assunto, o 3º RSAP traz informações conflitantes.

Tanto nas respostas ao Plano de Ação quanto no Anexo 6, onde são atendidas as recomendações fora do Plano de Ação, a NE argumenta que o IFC, em seu documento “*Environmental, Health, and Safety (EHS) Guidelines*”, dispõe que os parâmetros a

serem adotados são os estabelecidos na legislação nacional/local e que, na ausência de padrão local é que se recomenda aplicar os parâmetros indicados no referido documento. Sendo assim, informa que tanto ela quanto o CCBM entendem que os Princípios do Equador estão sendo atendidos e que não se aplica a solicitação de serem considerados os parâmetros mais restritivos. O CCBM, no entanto, no seu REL-CCBM-QMSSRS-045/2013, informa que será elaborado quadro comparativo com os parâmetros estabelecidos na CONAMA 430/11 e os parâmetros do IFC, sendo apresentado no relatório mensal do PCAI. A entrega desse quadro está prevista para 30/11/2013.

Conforme se verifica nas tabelas incluídas no Relatório Trimestral Consolidado do PCAI, elaborado pelo CCBM, a maior parte dos resultados obtidos pelo tratamento nas ETEs atende aos limites estabelecidos pela CONAMA 430/11. A grande maioria das porcentagens de remoção de DBO, no entanto, resultou muito próxima aos 60% definidos como mínimo pela legislação. Houve apenas uma amostra que não atingiu a porcentagem mínima de 60%. Trata-se da ETE do Sítio Canais e Diques, que em agosto apresentou apenas 45,34% de remoção de DBO.

Diferentemente do período anterior, no Relatório Trimestral Consolidado o CCBM incluiu uma análise crítica das possíveis causas para a baixa eficiência da ETE do Sítio Canais e Diques em agosto. Segundo a análise, foram utilizados produtos na limpeza dos banheiros químicos, detergentes nos refeitórios e uso excessivo de água sanitária na lavanderia; porém, nada foi constatado que pudesse afetar o tratamento biológico. Foi monitorado também o pH e a temperatura da lagoa, bem como parâmetros físicos do efluente na entrada da lagoa e nenhuma anormalidade foi identificada. Foi realizada a coleta, atingindo-se remoção de 66,6%. No mês de setembro, a eficiência já voltou a ser de 61%.

No **Capítulo 4.0** também foram descritos os controles realizados em áreas com geração de efluentes industriais (oficinas mecânicas, *plants* de combustível, centrais de concreto) e com armazenamento de produtos perigosos, por meio de caixas separadoras de água e óleo (SAO) e bacias de sedimentação. Os efluentes industriais também são analisados em relação aos parâmetros da Resolução CONAMA 430/2011. Também nesse caso não se realiza a comparação com os padrões do IFC.

As tabelas com os resultados das amostras dos efluentes das SAO e bacias de sedimentação nos meses de julho a setembro mostram que o tratamento atendeu, na grande maioria dos casos, os limites estabelecidos pela CONAMA 430/11.

Na análise crítica dos resultados realizada no Relatório Trimestral, o CCBM aponta que o valor insatisfatório para pH do efluente da Central de Concreto do Sítio Bela Vista (Diques), de 11,92, resultou de problemas de funcionamento da bomba dosadora de ácido corretor de pH. Solucionado o defeito, foi feita a coleta, obtendo valor satisfatório (pH = 5,12), o que foi evidenciado também no mês de setembro.

Houve outros valores acima ou muito próximos aos limites estabelecidos pela CONAMA 430/11, como se vê a seguir:

Óleos e graxas – limite da CONAMA 430/11 = 20 mg/L

- Efluente da Caixa SAO - Plant de Combustível II do Sítio Belo Monte = 61 mg/L
- Efluente da Caixa SAO – Oficina Mecânica Pioneira II do Sítio Belo Monte = 52 mg/L
- Efluente da Caixa SAO - Plant de Combustível I do Sítio Belo Monte = 34,1 mg/L
- Efluente da Caixa SAO – Oficina Mecânica Definitiva do Sítio Belo Monte = 24,9 mg/L
- Efluente da Caixa SAO da Oficina Mecânica do Sítio Bela Vista igual = 20 mg/L (limite = 20 mg/L); óleos e graxas no efluente da SAO da Caixa SAO - Plant de Combustível Pioneiro do Sítio Pimental igual a 19,7 mg/L

Sólidos sedimentáveis – limite da CONAMA 430/11 = 1 mg/L

- Bacia de sedimentação – Central de Concreto do Sítio Belo Monte = 6,0 mg/L
- Bacia de sedimentação do Sítio Canais e Diques = 3,0 mg/L
- Bacia de sedimentação – Central de Concreto Provisória do Sítio Pimental = 1,0 mg/L

Sobre esses desvios, a análise crítica feita pelo CCBM no Relatório Trimestral afirmou apenas que foram investigadas as causas básicas para essas ocorrências. O Consórcio concluiu que os desvios devem-se à falta de manutenção rigorosa desses sistemas de tratamento, fazendo com que os mesmos acumulem esses parâmetros. O CCBM afirma que reavaliará o processo de limpeza dos mesmos, de forma a eliminar esses problemas.

No que diz respeito à água para abastecimento, o CCBM vem realizando o monitoramento conforme proposto, comparando os resultados das coletas realizadas nas ETA e nos bebedouros e comparando-os ao que determina a Portaria 2914/2011. O CCBM atendeu à recomendação do Consultor Socioambiental de realizar uma análise crítica dos desvios verificados no monitoramento. Na **Seção 6.2.1.1** verificou-se que a maior parte dos laudos não conformes ocorre nos bebedouros e não nas ETAs, indicando problemas de distribuição e não de tratamento. Mesmo não tendo sido incluído na análise do CCBM, cabe ressaltar que os únicos desvios no tratamento em ETAs ocorreram no Sítio Belo Monte.

Segundo a análise do CCBM, mesmo com esses desvios está sendo atendida a Portaria 2914/2011 em seu anexo I, pois foram realizadas 974 amostras em todos os Sítios, obtendo apenas 19 amostras não conformes (2%), enquanto a portaria permite até 5%. Os desvios pontuais encontrados foram tratados e as recoletas apresentaram valores satisfatórios.

Em relação aos resíduos sólidos, observou-se, de maneira geral, que a gestão tem ocorrido de maneira adequada. Neste período, inclusive, foram verificados menos problemas isolados de gestão inadequada nas frentes de obra, quando comparado à situação verificada nas inspeções anteriores (ver **Capítulo 4.0** e **Registro Fotográfico do Anexo 3**).

Verificou-se que, enquanto não é instalado o incinerador no Sítio Belo Monte, alguns resíduos perigosos estão sendo destinados por empresa terceirizada. É o caso, por exemplo, dos materiais contaminados com óleo e dos RSS. Segundo informado no RGM-E de agosto, os resíduos perigosos e os RSS são coletados e destinados pela empresa PLAMAX. Segundo informado anteriormente, os materiais contaminados com óleo, resíduos de serviço de saúde e solo contaminado com óleo são transportados até Belém, para incineração.

O RGM-E informa também o destino do óleo lubrificante usado, que é encaminhado para o processo de re-refino através de empresas especializadas, como a Fábrica Química e a PLAMAX; e dos pneus, que são destinados à empresa Reciclanip. Em relação a esses últimos, no entanto, informa-se em agosto nenhuma unidade foi destinada.

Para alguns resíduos, no entanto, ainda não se viabilizou solução de destinação final, como as lâmpadas, baterias, papel, vidro, plástico, que continuam sendo armazenadas no CGR.

Ressalta-se que há, no Sítio Belo Monte, um modelo experimental de biorremediação para tratamento do sedimento das SAO.

Ainda em relação à gestão de materiais perigosos, foi possível observar que o CCBM tem desenvolvido ações de manejo, destacando-se a disponibilização de kits de mitigação para situações emergenciais e impermeabilização e contenção secundária nos locais de armazenamento de produtos perigosos. A esse respeito, cabe ressaltar que as ações tomadas pelos funcionários do CCBM em caso de contingências ambientais estão descritas no PS CCBM 220 22 – Comunicação, Registro, Análise e Investigação de Anomalias de SMS. O 3º RSAP informa que não ocorreram contingências ambientais no período.

Toda a discussão acima se aplica às obras principais. Em relação às obras do entorno, conforme informado no 3º RSAP e constatado em campo na vistoria de novembro, a equipe para execução dos procedimentos de inspeção, supervisão e auditoria de meio ambiente e SST das obras do entorno, no âmbito da Superintendência das Obras do Entorno (SOE), foi ampliada, constando hoje com um coordenador e 6 integrantes. Essa equipe iniciou em setembro as inspeções amostrais nas OE.

Em relação a meio ambiente, segundo informado pelo coordenador da equipe durante a missão de novembro, a Lista de Verificação de Meio Ambiente desenvolvida avalia as conformidades com os principais controles ambientais a serem aplicados nessas obras. Mesmo sem a efetivação das primeiras verificações através desta LV, a equipe já realiza as inspeções amostrais, e vem registrando, desde julho, as não conformidades em um Livro de Ocorrências. Além disso, está em elaboração uma planilha de controle de todas as licenças ambientais das OEs. Através das inspeções amostrais realizadas até o presente momento, a NE mantém consolidação dos desvios registrados e acompanha seu fechamento. A partir de outubro de 2013, a Equipe de SSTMA – OE passou a formalizar suas pendências através do documento Registro de Desvio (RD).

O 3º RSAP, do modelo para a emissão do Relatório Gerencial Mensal das Obras do Entorno - RGM-OE, que deverá reportar as inspeções de supervisão sobre os aspectos ambientais e de SST da NE sobre as obras do entorno realizadas no mês.

PD 04: Segurança e Saúde da Comunidade

Riscos Comunitários Associados ao Fluxo Migratório

Para garantir a conformidade do empreendimento com os requisitos do PD 04 relacionados aos riscos associados ao fluxo migratório, foram propostos, no PBA, Planos, Programas e Projetos cujas ações interferem na melhoria da infraestrutura social e urbana, para que os municípios suportem as mudanças atribuíveis às obras. Foram executadas várias obras de reforço de capacidade, conforme descrito no **Capítulo 6.0** (Andamento dos Programas do PBA), com investimentos em saneamento, equipamentos de saúde e educação e em programas de assistência social.

Os programas que atendem ao reforço à infraestrutura de saúde e educação foram verificados *in loco* na 3ª missão de monitoramento socioambiental independente por meio da realização de reuniões com três gestores municipais dessas áreas (Secretários de Saúde de Altamira e Brasil Novo e Secretária de Educação de Altamira).

Todos reconhecem o avanço das obras de apoio e reforço de infraestrutura sendo realizados pela NE, em que várias obras vêm sendo concluídas e entregues para uso da população. Um dos pontos que segue preocupando essas autoridades municipais é que o funcionamento desses serviços depende de repasses do governo, calculados em função de parâmetros demográficos municipais. Como a população na AID do empreendimento Belo Monte estaria recebendo um contingente novo de população, cujo atendimento passou a ser responsabilidade do município, os representantes do poder público alegam dificuldades, uma vez que esse aumento populacional ainda não é reconhecido e incorporado nos cálculos populacionais do IBGE, utilizados para a quantificação dos respectivos repasses. Essa situação de defasagem de cálculos de demanda versus contingente populacional estaria gerando uma sobrecarga nos serviços municipais, segundo os entrevistados. Cabe mencionar que a reclamação refere-se especificamente à lentidão do procedimento de atualização demográfica para cálculo dos valores de repasse de verbas. Em todos os casos, essa se mostrou a maior preocupação dos gestores municipais, que argumentam que esse adicional de demanda vem agravar o quadro histórico de deficiências de atendimento dos serviços de saúde e educação.

A NE dispõe de interlocutores designados da equipe socioeconômica que fazem a gestão dos projetos com as autoridades tanto da área de saúde como educação, através de contatos contínuos e gestão da execução de todas as obras planejadas ou em curso. A Secretária de Educação em Altamira menciona que impasses anteriormente relatados de decisões de prioridades de construção ou reformas de unidades escolares foram equacionados. A questão que preocupa a secretaria no momento refere-se à qualidade e especificações de obras concluídas, em que alguns itens não estavam sendo considerados satisfatórios. Discutia-se na reunião a necessidade de fortalecer os procedimentos de inspeções técnicas por parte do órgão municipal, de maneira a agilizar

as demandas à NE e, sempre que necessário, as devidas medidas corretivas em obras entregues.

Em relação ao setor saúde de Altamira, os secretários entrevistados reconhecem que as unidades construídas e reformadas pela NE foram adequadas, porém reforçam que se mantém o desafio para operar essas unidades, principalmente pela escassez de mão de obra especializada. Problemas como a dificuldade em manter profissionais médicos e serviços hospitalares especializados ainda persistem na região. Cabe mencionar que durante a visita a Secretaria de Saúde de Altamira estava recebendo em solenidade festiva a chegada de novos médicos do programa federal Médicos Sem Fronteira para trabalhar no município.

Em relação à educação, como mencionado no relatório anterior de monitoramento independente, a análise de suficiência para as unidades feita para o total de unidades de cada categoria de ensino e a quantidade de alunos, salas de aula e turmas, demonstra que há superávit no total de alunos matriculados, unidades escolares e quantidade de salas de aula em relação à demanda estimada com base nas projeções demográficas. Entretanto, constata-se que existem variações por unidade escolar, em que em algumas escolas houve decréscimo de alunos enquanto que outras recebem maior número de novas matrículas.

A análise dos dados quantitativos cruzada com localização geográfica dessas unidades permite aprimorar o planejamento municipal. Mantém-se sugestão de disponibilizar dados e análises executadas pela NE como parte do PBA para apoiar as gestões junto a Secretaria de Educação de Altamira em seu planejamento estratégico.

Essas informações serão particularmente relevantes a partir de 2014 com a realização dos reassentamentos coletivos urbanos em Altamira, em que a distribuição geográfica dos alunos hoje matriculados em escolas próximas aos seus locais de moradia terão que ser remanejados para as novas unidades a serem construídas nos novos bairros, complementadas com o uso de escolas já existentes.

Outros programas que acompanham o afluxo populacional causado pelo empreendimento têm a sua execução prosseguindo como proposto através dos programas de acompanhamento e monitoramento social (Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante como parte do Plano de Relacionamento com a População; e Programa de Acompanhamento Social, como parte do Plano de Atendimento à População Atingida).

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, os Riscos Comunitários Associados ao Fluxo Migratório vêm sendo monitorados e gerenciados, considerando-se, portanto, que há conformidade em relação a esse aspecto.

Segurança da Comunidade

Conforme relatado anteriormente, não há indicações de que as Obras do Entorno estejam alinhadas com as diretrizes aplicáveis estabelecidas no *Projeto de Segurança e Alerta* que, apesar de não ser uma exigência legal (condicionantes da Licença de Instalação), faz parte do rol de exigência do PD 04 (Saúde e Segurança da Comunidade). Não existem evidências de atuação proativa por parte da NE no sentido de coordenar todas as ações necessárias para gerir os riscos decorrentes do aumento de tráfego ocasionado pelo empreendimento; monitorar essa gestão; e, adotar ações corretivas e preventivas sempre que imperativo. Cabe lembrar que algumas das obras referem-se à implantação de infraestrutura de saneamento, onde ocorre uma interface muito grande com a comunidade.

No conjunto de responsabilidades da **OP**, o CCBM mantém diversas ações que têm como objetivo controlar os riscos relacionados à interação com a comunidade nas áreas onde atua. A eficácia dessas ações fica fragilizada em função do número de óbitos que ocorreram em setembro e outubro (ver **Capítulo 4.0**). Com o aumento da circulação de veículos no entorno da obra, torna-se imprescindível a integração das ações com as demais contratadas de forma a potencializar os benefícios.

Nesse sentido, a implantação de um robusto conjunto de ações para minimizar a ocorrência de acidentes de transporte continua sendo um requisito urgente que não se encontra atendido, descumprindo, portanto, o prazo estabelecido para o mesmo no Plano de Ação (antes do 1º Desembolso Financeiro), estando o empreendimento em desconformidade com os requisitos legais aplicáveis (EIA) e contratuais (PD 04).

Em relação ao Projeto de Segurança e Alerta, que, de forma geral, cumpre com a maior parte dos requisitos⁶ de segurança da comunidade requeridos pelo PD 04, conforme relatado anteriormente, não há indicações de que as OEs estejam totalmente alinhadas com as diretrizes aplicáveis estabelecidas no Projeto, justamente por não existir um acompanhamento por parte da NE. A implantação de um robusto conjunto de ações para minimizar a ocorrência de acidentes de transporte é uma questão urgente, estando o empreendimento em desconformidade com os requisitos legais aplicáveis. O Projeto de Segurança e Alerta foi estabelecido no PBA para o gerenciamento da segurança e saúde da comunidade.

Cumprir registrar que também não foram apresentados os registros de implantação deste Projeto para as OEs, assim como o Plano de Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário⁷, conforme relatado no **Capítulo 7.0**.

⁶ Conforme consta no relatório de *Due Diligence* foi identificado a necessidade (*gap*) com o gerenciamento dos riscos do tráfego rodoviário, tendo sido proposto o desenvolvimento de um *Plano de Gestão de Segurança do Transporte Rodoviário* do Projeto.

⁷ Requerido pela Ação 30a do Plano de Ação (ver **Quadro 7.0.a**).

Saúde da Comunidade

A saúde da comunidade está sendo acompanhada pelo Plano de Saúde Pública (8), desmembrado no Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde (8.1), Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças (8.2) e Programa de Ações para o Controle da Malária (8.3).

As ações do Programa 8.1 têm atendido às metas e ao cronograma propostos no PBA reformulado. A maioria das construções, reformas e ampliação das unidades básicas de saúde (UBS) e hospitais foi concluída. Foram adquiridos pela Norte Energia, equipamentos para atender à rede hospitalar nos municípios de Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Altamira. Até o presente momento, 28 Unidades Básicas de Saúde foram construídas e equipadas nos municípios da AID.

Quanto às atividades de Educação em Saúde, a Norte Energia cumpriu o repasse de material educativo para a realização de palestras pela Gerência de Saúde ao setor de Segurança do Trabalho (com os temas: Malária, Dengue, Leishmaniose Tegumentar e Doença de Chagas). Adicionalmente, foi contratado um profissional para realização de palestra no curso de formação de Educadores Ambientais Populares, realizado na interface entre os programas de Educação Ambiental e Saúde Pública (com os temas: DSTS/AIDS, uso de drogas e bebidas alcoólicas) e também foi elaborado o cronograma de palestras educativas para o quarto trimestre de 2013.

O Programa 8.2 vem desenvolvendo várias ações de vigilância, prevenção e controle de doenças, por meio das Secretarias Municipais de Saúde, nas respectivas localidades, e pelo CCBM, nos canteiros de obras da UHE.

Todos os Núcleos de Vigilância Epidemiológica, construídos ou reformados, devidamente equipados e mobiliados, foram entregues aos cinco municípios da ADA e Pacajá.

Uma grande preocupação do Ministério da Saúde é a prevenção e controle das hepatites virais no âmbito do sítio construtivo da UHE Belo Monte, e, por esse motivo, no período de julho a setembro 2013 foi dado apoio financeiro à Secretaria Municipal de Saúde de Altamira para a realização da Campanha de Prevenção às Hepatites Virais, com fornecimento de material educativo, além do apoio logístico durante a capacitação dos profissionais.

Em agosto houve a continuação da veiculação, no programa de rádio “Conversando sobre Belo Monte”, do roteiro 45, sobre Dengue, e o início da veiculação do roteiro 46, sobre Prevenção da Malária.

Segundo a NE, neste período também houve uma articulação com o CCBM e o Município de Altamira para viabilizar a participação dos profissionais do Consórcio no treinamento em diagnóstico e tratamento da hanseníase, organizado pela Secretaria de Saúde de Altamira.

Outras atividades também tiveram continuidade: Acompanhamento e providências necessárias relacionadas aos Termos de Cooperação e Aditivos firmados entre a Norte Energia e os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, DSESI e SESP-10º CRS; Elaboração e análise de Boletim Epidemiológico com dados estatísticos das principais doenças endêmicas da região e de importância epidemiológica; Atendimento aos secretários e profissionais de saúde dos municípios da AID-UHE Belo Monte e Pacajá, DSEI e 10º CRS, para atendimento de demandas municipais; Atendimento ao público externo (secretários, coordenadores do PACM, assessores, técnicos municipais e fornecedores de produtos e serviços); e Fechamento da proposta da campanha dengue 2013/2014 a ser executada em Outubro/Novembro nos Municípios da AID Belo Monte e Pacajá.

Em relação ao PACM (Programa 8.3), observou-se, no período de julho a setembro de 2013, significativa melhora no que se refere à gestão da informação e análise epidemiológica.

Algumas atividades neste período foram: Coleta e análise de dados para construção do Boletim Epidemiológico mensal de Malária; Assessoria técnica e logística para controle de vetores nas praias do município de Altamira; Distribuição de MILD (Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração); Treinamento para Agente de Combate de Endemias do Município de Vitória do Xingu; e Capacitação/Atualização em tratamento de malária.

O PACM continua com apoio técnico, insumos de combate e prevenção da malária, material informativo e constante treinamento, o que contribui para a melhoria na estrutura dos serviços de saúde nos municípios da AID e culmina no fortalecimento da vigilância da malária.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, mais especificamente com os requisitos do PD 04, o Plano de Saúde Pública encontra-se em conformidade.

Utilização de Serviços de Vigilância / Seguranças

No projeto Belo Monte, o risco à comunidade associado aos serviços de vigilância está dividido da seguinte forma:

- **Obra Principal:** existem duas empresas de vigilância contratadas pelo CCBM (SERVSAN e PROSEGUR), desarmadas, que dividem as atividades entre todas as áreas dos sítios sem critério fixo, apesar de cada sítio possuir um coordenador por canteiro. Além dessas duas empresas privadas, a Força Nacional mantém equipe fixa (e alojada) em cada um dos sítios, sendo esta equipe a única armada em todos os sítios. A presença da Força Nacional ocorre de maneira preventiva desde maio de 2013, permanecendo sediada na região para manter a ordem pública em casos de confrontos sobre o projeto;

- Centro de Resgate de Fauna e Flora: a NE mantém contrato com a empresa SERVSAN, neste caso armada, com presença de 2 (dois) funcionários em turnos de 12 x 12 horas, revezando-se com outra dupla a cada 15 (quinze) dias;
- Obras do Entorno: cada obra do entorno possui sua própria equipe de vigilância patrimonial, não tendo sido constatada, durante as inspeções de monitoramento, alguma que fosse armada. Os contratos são variados, incluindo pessoas alojadas para a segurança noturna, porteiro e vigia noturno.

Segundo informações fornecidas pela CCBM, a SERVSAN e a PROSEGUR têm as suas atuações regulamentadas nos respectivos contratos de prestação de serviços, sendo que o foco de sua atuação é patrimonial nas áreas de canteiros de obras e instalações afins. A existência de uma Política de Segurança Patrimonial ou de procedimentos voltados à conduta em casos de conflito com a comunidade ou situações de emergência não foram ainda evidenciada.

Reitera-se a recomendação de que a NE explicita este procedimento de acordo com os Princípios do Equador (Padrão de Desempenho PD 04 do IFC, parágrafos 12 a 14) (ver **Quadro 8.0.a**).

Preparação e Resposta de Emergências

Ainda na esfera do *Projeto de Segurança e Alerta*, existe a necessidade da NE implantar uma série de medidas de aplicáveis ao gerenciamento de emergências envolvendo a comunidade (PD 04). No caso da **OP**, podem-se constatar diversas ações implantadas pelo CCBM, conforme detalhado anteriormente no **Capítulo 4.0**. O CCBM conta com um Plano de Atendimento a Emergências (PAE) adequadamente implantado, porém como foco no público interno e suas atividades. A única pendência relaciona-se justamente com a ausência de preparo para emergências que envolva a comunidade.

Na última missão o CCBM informou estar revisando seu PAE diante de novos cenários que estão surgindo. Essa revisão deverá ser realizada tão logo o levantamento de perigos e riscos esteja revisado. Uma situação que deve fazer parte destas revisões é a estreita interação entre empresas: CCBM (construtora) e Locaservice (montadora).

Diante desta situação, a NE deve estruturar um plano de atendimento a emergência que alinhe as ações entre as diversas partes interessadas ou pelo menos que estabeleça diretriz para que isso aconteça no âmbito de suas contratadas e as relação que as mesmas mantém com a comunidade e respectivos funcionários, fornecedores, prestadores de serviço e visitantes.

PD 05: Aquisição da Terra e Reassentamento Involuntário

Plano de Ação para Compra de Terras e Reassentamento (PAR)

Todos os procedimentos para aquisição e liberação de terras para a UHE Belo Monte previstos no PBA estão sob o Plano de Atendimento à População Atingida, composto por um conjunto de Programas e Projetos que busca atender à população afetada

(interferida) pelo projeto. Dada a diversidade de programas e projetos destinados a atender a diferentes aspectos do reassentamento tanto rural como urbano, com uma diversidade de executores distintos, recomendou-se à NE a elaboração de um documento síntese de acordo com o roteiro sugerido pelo IFC e Princípios do Equador para a elaboração de Plano de Ação de Reassentamento – PAR (em inglês *Resettlement Action Plan* - RAP), resumindo e atualizando as ações já previstas do Plano de Atendimento à População Atendida. A elaboração desse documento foi solicitada no Plano de Ação da *Due Diligence* de Dezembro de 2012, tendo-se considerado que as informações e critérios a comporem tal documento encontravam-se dispersos em vários relatórios e deveriam ser incluídos em um documento reduzido, de forma a facilitar a consulta e divulgação.

Em atendimento, a NE elaborou o Plano de Ação do Remanejamento das Famílias Interferidas em Áreas Rurais e Urbanas na UHE Belo Monte (assim denominado pela equipe que o elaborou), considerado ainda preliminar pela consultoria independente, pois inclui os procedimentos para a área rural, faltando incluir os procedimentos para a área urbana. Recomenda-se que esses procedimentos sejam revistos e consolidados em um PAR total, que atenderá tanto ao Plano de Ação quanto às recomendações da 1ª missão de monitoramento, ou, pelo menos, que sejam produzidos dois documentos similares para a área urbana e rural. Sugere-se que no caso da área urbana sejam incluídos os procedimentos expostos no plano de trabalho da empresa Diagonal Urbana e os expostos pelo Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3), evidenciados na 2ª missão de monitoramento e minutados em documento preliminar.

Atualização das Atividades em Curso no Período

As atividades de cadastramento tanto físico como socioeconômico, através da realização de Cadastro Fundiário, Cadastro Físico e Cadastro Socioeconômico, foram concluídas entre janeiro e junho de 2013 na área urbana e rural. Revisões dos cadastros físicos da área rural, referentes a produção agrícola, a ocupações das ilhas do rio Xingu e atualização dos residentes nas áreas urbanas, estavam sendo concluídas em 2013, para atualização dos laudos de negociação. Na área rural, o processo de aquisição continua a gerar demandas para o projeto de Reorganização de Remanescentes, processo que deverá continuar no segundo semestre de 2013. A atualização do cadastro socioeconômico permitiu melhor definição dos quantitativos e características das famílias.

Segundo a NE, com a finalização do cadastro socioeconômico encerra-se a etapa de identificação e caracterização das famílias. Esse cadastro orienta as ações do Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social e, em particular, identifica os casos de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal que recomendam o atendimento das famílias pelo Projeto de Atendimento Social e Psicológico. Os trabalhos desses projetos encontram-se em andamento tanto na zona urbana como na zona rural. A maior parte das recomendações identificadas e consequentes encaminhamentos para atendimento já foi realizada, incluindo os atendimentos feitos por meio dos convênios com as prefeituras de Altamira e Vitória do Xingu.

Avaliação de Aspectos Legais do Reassentamento

O empreendimento foi considerado em conformidade com relação aos aspectos legais do reassentamento.

Arranjo Institucional para o Reassentamento Involuntário

No período teve continuidade a política da NE em buscar a negociação amigável nos processos de desapropriação. Encontra-se em andamento a definição final de locais de destino para as famílias remanescentes da Vila Santo Antônio, e teve também continuidade a procura de áreas para as famílias que optaram pelas cartas de crédito/reassentamento assistido.

Quanto ao Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo, evidenciou-se *in situ* que encontram-se em curso as obras de terraplenagem e construção de infraestrutura em quatro das cinco glebas consideradas para o reassentamento. Uma quinta gleba teria os trabalhos iniciados ainda no mês de novembro de 2013. Os projetos urbanísticos também já haviam sido aprovados, e a construção das unidades habitacionais estava em curso.

A empresa Diagonal Urbana foi contratada para atualizar laudos de avaliação e conduzir o processo de negociação junto aos moradores das áreas dos três igarapés a serem reassentados em Altamira. A equipe da Diagonal já estava mobilizada e trabalhando no início de novembro.

Procedimentos de Valoração e Pagamento de Indenização de Terra e Benfeitorias e Indenização do Deslocamento Econômico

Os Procedimentos de Valoração e Pagamento de Indenização de Terra e Benfeitorias e Indenização do Deslocamento Econômico estão contemplados no Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias, tanto rurais como urbanas, integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida. A valoração dos imóveis e benfeitorias segue normatização consagrada e as benfeitorias são indenizadas por valores de reposição e todos os valores negociados com os atingidos têm um valor mínimo de referência para as moradias, de maneira a permitir a reposição para um imóvel com condições satisfatórias.

Medidas de Assistência à Relocação e Implementação das mesmas

Medidas de Assistência à Relocação constam nos Programas e Projetos integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida. Os programas propostos estão conformes com os requisitos de assistência aos afetados por relocação compulsória tanto nas áreas rurais como urbanas. Por recomendação contida no relatório de *Due Diligence* de dezembro de 2012, a implementação dos diversos programas de apoio e assistência deveria ser relatada em uma Seção do PAR, para facilitar a consulta e o acompanhamento em relação aos Princípios do Equador. Esta recomendação será atendida no relatório final do PAR, em fase de elaboração.

Medidas de Restituição de Meios de Vida

As Medidas de Restituição de Meios de Vida também constam em Programas e Projetos integrantes do Plano de Atendimento à População Atingida. Os programas propostos estão conformes com os requisitos de restituição dos meios de vida dos afetados por relocação compulsória tanto nas áreas rurais como urbanas. Por recomendação contida no relatório de *Due Diligence* de dezembro de 2012, a implementação dos diversos programas de apoio e assistência deveria ser relatada em uma Seção do PAR, para facilitar a consulta e o acompanhamento em relação aos Princípios do Equador. Esta recomendação será atendida no relatório final do PAR, em fase de elaboração.

Opções de Reassentamento e Implementação das mesmas

O empreendimento está em conformidade com relação a este aspecto do PD 05. Os Programas de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias tanto rurais como urbanas, integrantes do PBA, contemplam Matrizes com Critérios de Elegibilidade. A implementação das mesmas foi verificada e considerada em conformidade no monitoramento realizado com a apresentação dos Projetos de Reassentamento Rural e Urbano e na demonstração de documentos que as evidenciam.

Medidas para Comunidades Hospedeiras (do Reassentamento)

O empreendimento está em conformidade também em relação a este requisito. Foram adquiridas cinco glebas para atendimento à população para o reassentamento urbano coletivo. Todas as áreas estão localizadas ao lado de bairros já existentes de Altamira e que serão dotados de infraestrutura física e social.

Quanto à infraestrutura de saúde e educação, como parte das ações antecipatórias a NE vem executando obras que estão em andamento em todo o município, em diversos níveis: concluídas, em andamento, em contratação, em elaboração, a depender de análises de suficiência, e em vários bairros, inclusive próximas a essas áreas potenciais.

Estão já em execução as obras civis dos loteamentos nessas cinco glebas, estando as glebas Jatobá e São Joaquim com os trabalhos bastante adiantados, inclusive com alguns setores de casas destinadas a funcionários da NE já entregues para ocupação. Na Gleba Jatobá, um primeiro setor de 200 casas estava com previsão de conclusão até o final do ano de 2013, devendo receber as primeiras famílias de moradores do Igarapé Ambé.

Estruturação de equipe para compra de terras e implantação do PAR

A estruturação da equipe foi considerada conforme. Existe uma equipe interna da NE, que dispõe de contratos com empresas especializadas para a implantação de todos os Programas e Projetos, e que se apoia em empresas especializadas contratadas.

Laudos de Avaliação

Este aspecto foi considerado conforme. O Caderno de Preços rurais considerou o preço da terra nua com base em valores de mercado negociados na região. As benfeitorias estão sendo avaliadas por valor de reposição.

Foi apresentada ao IBAMA a versão atualizada do Caderno de Preços de Benfeitorias Não Reprodutivas (construções e instalações), Benfeitorias Reprodutivas (produções vegetais) e terra nua. Por força de uma revisão metodológica e de ajustes determinados pelo mercado, alguns valores praticados no caderno de preços anterior (2011) tiveram alteração, tais como terra nua e materiais de construção de moradias, para os quais os preços foram reajustados a maior e a cultura do cacau tipo tecnificado, reajustado a menor.

Efetivação do Pagamento das Indenizações

Até o momento de elaboração do 4º Relatório Consolidado ao IBAMA, foram formalizadas 348 adesões pela relocação assistida. Desse quantitativo total, 330 adesões foram de famílias residentes em áreas rurais, outras 14 adesões foram de famílias residentes em áreas urbanas e 04 adesões foram de famílias portadoras de cuidados especiais.

Do total de 330 negociações pelo procedimento de relocação assistida, 239 negociações já foram realizadas. Outras 91 encontravam-se em fase de negociação ou prospecção de áreas. Do total de 239 famílias que já formalizaram a aquisição das áreas pelo instrumento de relocação assistida, 148 delas já estavam recebendo os serviços da Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES).

Entre as famílias que adquiriram ou estão em processo de aquisição de áreas, um percentual médio de 70% selecionou áreas com a lavoura cacaueira já implantada, aspecto que facilita seu processo de reinserção produtiva e econômica no mercado. A média de pés cultivados em cada área é de 5.229. A presença da lavoura cacaueira nos sítios foi um fator decisivo na seleção de áreas, mesmo quando essas se encontram abaixo do módulo fiscal, sendo um dos fatores que possibilita a reinserção econômica dessas famílias no mercado.

O procedimento adotado na aquisição de áreas rurais, já em curso, prevê o pagamento antes da desocupação do imóvel. Todos os aspectos foram considerados em conformidade.

Divulgação e Consulta Pública

Esses procedimentos existem, integram o Programa de Comunicação Social, e estão em desenvolvimento em conformidade com o Padrão de Desempenho.

Atendimento a Reclamações

Conforme já descrito nos relatórios anteriores, a NE dispõe de procedimento para registro de reclamações. Foram sugeridos dois aprimoramentos no procedimento existente, visando ao adequado registro de todas as respostas e providências tomadas quando do recebimento de reclamações, e que fosse formalizada no processo uma segunda instância para reclamações. A NE vem atendendo, introduzindo esses aprimoramentos, e deverá relatar resultados a partir do 4º RSAP.

Documentação e Auditoria

Este aspecto foi considerado conforme. O acompanhamento do Plano de Atendimento à População Atingida é feito pelo IBAMA, com relatórios consolidados a cada seis meses.

Monitoramento Pós-Relocação

Conforme já descrito no relatório de *Due Diligence* de dezembro de 2012, o IBAMA acompanha a execução do Plano de Atendimento à População Atingida como um todo. Está previsto o acompanhamento social da população, porém os relatórios relatam o andamento da execução dos Programas e Projetos, não existindo um relatório síntese. Foi recomendado que fosse elaborado um relatório síntese *Ex-post* dos afetados, principalmente identificando o número e destino daqueles que optaram por indenização e cujos dados deverão ser apresentados no 4º RSAP.

Quanto ao item específico de monitoramento pós relocação, foi verificado que o Programa de Acompanhamento Social (4.6), por meio do Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e do Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), contém as informações sobre a situação anterior e atual desses afetados. O Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1) acompanha as famílias que já foram reassentadas. A consolidação das informações contidas nesses diferentes projetos poderá concretizar o atendimento ao Plano de Ação e às recomendações feitas pelo Consultor Independente.

Recomenda-se, portanto, que sejam cruzadas e analisadas as informações dos projetos mencionados, para que se obtenha a consolidação dos dados da população já indenizada e relocada até o momento.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelos Princípios do Equador, as formas de atendimento ao PD 05 encontram-se em conformidade.

PD 06: Preservação da Biodiversidade e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

No *Relatório de Avaliação Socioambiental - Due Diligence* (julho de 2012) constam recomendações visando ao atendimento do PD 06, inclusive como parte do Plano de Ação. Essas recomendações são referentes a aspectos da linha de base biológica, dos programas de mitigação e gestão, e dos programas de compensação. As recomendações ainda pertinentes são reapresentadas nos **Capítulos 7.0 e 8.0** do presente relatório.

Ainda em relação aos programas de mitigação e gestão, bem como aos de compensação, são apresentadas a seguir algumas considerações sobre o andamento e os resultados obtidos por estes programas, principalmente no que diz respeito a espécies ameaçadas de extinção, endêmicas e novas para a ciência.

Em relação à flora, para o atendimento ao PD 06, ainda é necessário que o empreendedor apresente informações relevantes sobre as espécies que têm sido registradas pelos projetos do PBA, bem como pelo EIA. Algumas dessas informações, que têm sido solicitadas desde o relatório de *Due Diligence*, foram parcialmente fornecidas. Uma delas refere-se ao grau de ameaça de extinção das espécies, que foi apresentada apenas para os projetos de monitoramento da flora, faltando ainda para o projeto de salvamento da flora. Ressalta-se que, até o momento, os projetos de monitoramento da flora indicaram o registro de duas espécies ameaçadas (*Cedrela fissilis* e *Virola surinamensis*) e uma criticamente ameaçada (*Vouacapoua americana*).

Até o 2º Relatório de Monitoramento Socioambiental, os projetos da flora haviam registrado sete prováveis espécies novas para a área da UHE Belo Monte. No âmbito do *Projeto de Salvamento da Flora*, foi confirmado que uma dessas espécies é inédita para a ciência (*Passiflora* sp.). Desta forma, até o momento, há a confirmação de duas novas espécies para a área do empreendimento. A outra espécie que já havia sido confirmada é *Mourera* sp., registrada pelo monitoramento das formações pioneiras em maio de 2012, cuja publicação científica ainda não foi finalizada. Foi solicitado ao empreendedor que se envidassem esforços para a identificação das prováveis espécies novas, bem como a busca por outros registros da *Mourera* sp. na área diretamente afetada pela UHE Belo Monte.

A Norte Energia ainda não demonstrou a realização de uma análise sobre endemismo ou distribuição restrita das espécies registradas na área do empreendimento tanto pelos projetos do PBA quanto do EIA. Essa informação é grande importância para o PD 06 para a análise de habitats críticos. Apesar de constar no 3º RSAP que não foram encontradas evidências de endemismos, durante a missão de novembro foi informado que essa análise ainda não fora iniciada para o *Projeto de Salvamento da Flora*.

Além disso, ainda não foram evidenciados os melhores esforços para a determinação taxonômica completa das espécies que permanecem parcialmente identificadas, apesar de terem sido relatados durante as missões de monitoramento.

Por fim, é relevante mencionar que, para algumas recomendações, tem se verificado que não há congruência entre as informações fornecidas durante as missões e as respostas apresentadas nos RSAPs, as quais não são suficientes para atendê-las. Essas divergências permanecem não explicadas.

As campanhas de monitoramento da fauna terrestre realizadas nos módulos RAPELD como parte do Programa de Conservação da Fauna Terrestre e do Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea, cujas campanhas encontram-se de acordo com o cronograma, não detectaram até o momento a existência de espécies novas para a ciência ou processos ecológicos únicos. As espécies registradas durante as campanhas de monitoramento realizadas até o momento são aquelas já listadas no diagnóstico da linha base, acrescidas de alguns novos registros para a região. Da mesma forma que aquelas registradas durante o diagnóstico da linha base, aquelas consideradas ameaçadas no nível regional ou nacional são espécies de distribuição que transcende a área de influência do Projeto. O mesmo se dá em relação às espécies de invertebrados cavernícolas, que vêm sendo monitoradas durante os levantamentos periódicos realizados nas dez cavernas da região que fazem parte do Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea.

Segundo o diagnóstico apresentado no EIA, foram identificadas quatro possíveis espécies novas de pequenos mamíferos, sendo três roedores (uma espécie do gênero *Oecomys* e duas pertencentes ao gênero *Neacomys*, e um quiróptero do gênero *Nyctinomops*, esta última foi registrada como ocorrendo apenas nos pedrais). A NE incluiu como anexos do 2º RSAP dois projetos (NT_01_PMMT_06_05_13_BIOTA e NT_01_PMMT_26_04_13_BIOTA) objetivando a identificação de tais espécies, para confirmar seu status como novas para a ciência ou associá-las a um táxon já descrito, com base nos espécimes testemunho do EIA, e propondo ainda a busca de novos registros dentro e fora da AID.

O projeto inicialmente proposto para os roedores implica na coleta de pequenos mamíferos usando armadilhas de queda e de contenção em seis localidades, tendo sido revisto para contemplar a coleta de material testemunho e depósito em uma coleção científica de mamíferos reconhecida e registrada no CGEN, de forma a possibilitar a sua identificação através de caracteres morfológicos e registrar através de vouchers sua ocorrência fora da AID. A abordagem inicial será feita através de estudos moleculares. Foram sugeridas pela consultoria independentes modificações pontuais que devem ser incorporadas nos projetos propostos. O especialista que conduzirá as investigações já foi contratado, e esperam-se nos próximos relatórios as evidências e conclusões das investigações taxonômicas e de distribuição das possíveis novas espécies.

O projeto referente à possível nova espécie de quiróptero prevê a intensificação das coletas de quirópteros nos pedrais do Rio Xingu, onde foram coletados os exemplares registrados no EIA, bem como estudos taxonômicos envolvendo tais exemplares e outros eventualmente coletados de forma a determinar se se trata efetivamente de um táxon novo para a ciência. Foram contratados especialistas no grupo, e já tiveram início, no mês de outubro, as coletas fora da área de influência do projeto. Os exemplares testemunhos coletados durante o EIA foram também localizados, e espera-se nos

próximos relatórios as evidências e conclusões das investigações taxonômicas e de distribuição da possível nova espécie de *Nyctinomops*.

Os efeitos indiretos em habitats naturais, no que diz respeito à fauna terrestre, são monitorados dentro do Projeto para Mitigação dos Impactos pela perda de Fauna por Atropelamento. A coleta de dados prevista para subsidiar as ações, que se estendeu até o início de 2013, resultou em dados cujas análises deverão servir de base para a implantação de sinalizadores, redutores e passagens de fauna. A implantação dessas estruturas, no entanto, encontra-se atrasada, conforme o cronograma apresentado no PBA. Observou-se que apenas parte das placas encontra-se instalada, enquanto as passagens de fauna foram implantadas sem as telas de arame que direcionam os animais. Observou-se, em campo, que além das passagens de fauna, as passagens de água estão sendo usadas pelos animais para travessia. Recomenda-se, portanto, a finalização da implantação dos alambrados nas passagens de fauna, e ainda a instalação dos mesmos também nas passagens de água, juntamente com a recuperação da vegetação nas entradas destas passagens. Sugere-se ainda, diante do possível aumento dos impactos como resultado do asfaltamento das vias, a avaliação da possibilidade de implantação de redutores de velocidade, além da intensificação das campanhas de educação ambiental e fiscalização.

Medidas específicas foram desenvolvidas dentro do Programa de Conservação da Fauna Terrestre no sentido de promover o afugentamento e o resgate de fauna durante as obras. A supressão da vegetação é realizada com a atuação das equipes de afugentamento e resgate de fauna, e o maior número possível de animais é afugentado, evitando assim um grande número de animais resgatados durante os procedimentos. Foram montadas Bases temporárias de Resgate, onde é feita a triagem dos espécimes resgatados. Além disso, foram feitos acordos com instituições científicas para o recebimento de parte do material resgatado, o que constitui importante fonte de informação, além de material testemunho. O processo de ampliação da Base de Resgate do Sítio Pimental já se encontra em andamento, e demonstrou-se através de documento produzido pela Norte Energia, com base nos dados obtidos até o presente, que a estrutura existente será suficiente para receber os exemplares provenientes dos resgates a serem realizados nos meses de outubro e novembro de 2013.

O PAN do Baixo e Médio Xingu tem como premissa tratar de ameaças comuns e particulares às várias espécies ameaçadas incluídas nas listas nacional e regional, e envolvendo consultores contratados pela NE, o ICMBio e o IBAMA. O planejamento de ações voltadas para a conservação e manejo destas espécies envolve a consulta a diversos setores da sociedade, incluindo representantes de associações de pescadores, prefeituras e ONGs, com o respaldo político e técnico, ampliando a possibilidade da execução efetiva do plano de ação. As ações vêm sendo implantadas, envolvendo as diversas instituições que participam das discussões e execução dos planos. O comitê assessor do plano da fauna elaborou indicadores de resultados para cada uma das ações definidas, de forma a possibilitar a avaliação e o monitoramento das atividades previstas. Em relação ao plano da flora, foram realizadas reuniões para a definição de objetivos, indicadores e metas pelo grupo assessor.

Com relação ao PAN da fauna, a próxima reunião deve realizar-se no primeiro semestre de 2014, na qual deverão ser feitas sugestões no sentido de serem incluídas nos programas as espécies da fauna terrestre que tenham sido confirmadas como novas para a ciência, até o momento.

O PAN contempla estudos morfológicos e moleculares da possível nova espécie de quiróptero registrada nos pedrais, pertencente ao gênero *Nyctinomops*. Recomenda-se que as espécies de roedores que forem confirmadas como novas para a ciência sejam também incluídas nas ações e objetivos do PAN, durante a próxima reunião do comitê.

A proposta de criação de Unidades de Conservação feita pela NE no RSAP e no terceiro relatório semestral consolidado coloca como alternativas às áreas sugeridas no PBA e inviabilizadas por questões fundiárias, duas novas áreas para a criação de UC's, uma na margem esquerda do Rio Xingu e uma nas TI's Arara da Volta Grande e Trincheira Bacajá. Os recursos para aplicação em Unidades de Compensação não foram ainda destinados pelo CCAF (Comitê de Compensação Ambiental Federal).

O 4º Relatório Consolidado apresentado ao IBAMA não apresenta a situação fundiária e caracterização detalhada da paisagem para estas duas novas áreas propostas para a criação de Unidades de Conservação, conforme recomendado no Parecer Técnico 4933/2013 do IBAMA. No mesmo Parecer, o IBAMA solicita para o Projeto de apoio às ações de implantação e manejo de Unidade de Conservação já existente, que após a manifestação da CCAF, realize-se a readequação do cronograma de atividades.

Em relação à ictiofauna, a avaliação do PD 06 ficou prejudicada, uma vez que o esta missão de Monitoramento Socioambiental Independente ocorreu entre a emissão do 4º e do 5º Relatórios Consolidados apresentados ao IBAMA. Dessa maneira, os novos resultados disponibilizados no 3º RSAP dizem respeito às atividades de campo desenvolvidas, mas não às novas identificações taxonômicas e andamento dos processos laboratoriais dos Projetos de Investigação Taxonômica (P.13.3-1), de Monitoramento da Ictiofauna (P.13.3-4) e de Resgate e Salvamento da Ictiofauna (P.13.3-2). Permanecem válidos os resultados avaliados no último Relatório de Monitoramento Socioambiental.

PD 07: Povos Indígenas

Suficiência da Linha Base

Considerou-se que o empreendimento apresenta conformidade parcial em relação à suficiência da linha base.

Os estudos sobre as populações indígenas apresentaram informações detalhadas sobre a territorialidade, dinâmica demográfica, condições e modos de vida, identificando e localizando as formas nativas de manejo dos recursos naturais. Contudo, com a implantação das ações indigenistas do Plano Emergencial, foram identificados problemas relacionados ao escopo da linha base.

Os problemas de insuficiência de escopo da linha base estão relacionados ao processo de finalização do Plano Emergencial. Desde setembro de 2012, com a finalização das ações indigenistas do Plano Emergencial, tem sido registrado um processo de ampliação da auto identificação como indígena por parte das famílias ribeirinhas. Com efeito, desde o EIA-CI em 2009 vem crescendo o número de famílias que no contexto urbano e ribeirinho se auto identificam como indígenas. Em 2009, os estudos do EIA-CI identificaram 340 famílias vivendo na área urbana e 40 famílias ribeirinhas. Em 2011, os levantamentos do Programa de Realocação e Reassentamento dos Índios de Altamira identificaram 592 famílias na área urbana e 85 ribeirinhas. Em 2012 este número subiu para 654 famílias indígenas na cidade e 98 ribeirinhas. Esses dados seguem sofrendo alterações. Na reunião de março 2013 entre MPF, FUNAI e Ribeirinhos foram identificadas 115 famílias indígenas atualmente vivendo apenas no Trecho de Vazão Reduzida (TVR).

Dentre as famílias residentes região da Volta Grande destaca-se a articulação entre as localidades Ilha da Fazenda, Ressaca, Garimpo do Galo e Cachoeira do Jericoá. Especialmente sensíveis às alterações no TVR, representantes destas comunidades estiveram reunidos, em 04 de setembro e em 19 de outubro de 2013, com o objetivo de buscar apoio junto à FUNAI, MPF e Norte Energia.

Na busca por atendimento e integração dessas famílias na linha base dos Estudos do Componente Indígena, a Norte Energia tem preconizado a integração com ações do PBA Geral (Programas da Socioeconomia) e a articulação entre a Superintendência de Assuntos Indígenas e a Superintendência das Obras do Entorno (SOE). Nesse sentido, reuniões têm sido realizadas diretamente com as comunidades e algumas ações já foram realizadas, tais como a perfuração de poços artesianos e a instalação de sistemas de distribuição de água na Ilha da Fazenda. Tais medidas, embora bem recebidas, ainda não atendem ao conjunto de famílias que solicitam o investimento em projetos de sustentabilidade e infraestrutura, à semelhança dos programas do PBA-CI.

Consulta e Participação

Já em relação aos requisitos de Consulta e Participação, o empreendimento apresenta conformidade.

Os processos de consulta e participação vêm sendo desenvolvidos desde o início dos estudos através de reuniões regulares e abrangentes com todos os grupos indígenas envolvidos. Este foi o posicionamento oficial da FUNAI, quando em 2009 emitiu parecer sobre a consulta aos povos indígenas: *“O processo de oitiva não pode, nem é considerado pela Funai como um momento único e cristalizado. Tem-se procurado, através de reuniões específicas, levar a informação para as comunidades indígenas de modo a orientar o processo e dar subsídios para que elas possam se posicionar sobre o empreendimento e seus impactos, garantindo que a participação das mesmas seja informada e qualificada”* (FUNAI 2009, Parecer Técnico 21, pg.14).

Seguindo o princípio que define a consulta aos povos indígenas como um processo, vêm sendo realizadas reuniões em diferentes momentos do licenciamento, sempre envolvendo processos de informação e formas de participação indígena. Antes do início dos estudos de impacto ambiental, entre dezembro de 2007 e dezembro de 2008, o projeto foi discutido com os indígenas das Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande, Juruna do km17 (grupo 01) e Terra Indígena Trincheira Bacajá. O projeto foi ainda apresentado e discutido em todas as terras indígenas do grupo 02 e com índios citadinos e ribeirinhos (reuniões realizadas em agosto de 2008, dezembro de 2008 e março/maio de 2009).

Em setembro de 2009, ao emitir a avaliação sobre os EIA-CI a FUNAI afirmou que *“considera que cumpriu seu papel institucional no processo de esclarecimento e consulta junto às comunidades indígenas, conforme explanado na Parte 01 desse parecer, no decorrer do processo de Licenciamento, realizando diversas oitivas nas aldeias.”* (FUNAI 2009, Parecer Técnico 21, pg.98).

Para a elaboração do PBA do Componente Indígena foram realizadas oficinas participativas, com representantes das comunidades indígenas na sede da FUNAI em Brasília (21-25 de fevereiro 2011), e reuniões de apresentação e discussão em todas as terras indígenas (abril e maio de 2011). Além da participação nos estudos e das consultas realizadas nas reuniões e aldeias, ao longo dos estudos (EIA e PBA), os indígenas participaram das audiências públicas em setembro de 2009. Segundo estimativa da FUNAI as audiências na cidade de Altamira reuniram mais de 5000 pessoas das quais, aproximadamente, 200 eram indígenas.

A partir da implantação do Plano Emergencial, em setembro de 2010, e especialmente, a partir da instalação do Escritório de Assuntos Indígenas, em março de 2011, a interlocução, consulta e participação dos indígenas vem sendo realizada através das reuniões entre representantes indígenas, agentes institucionais e equipe de indigenistas da Norte Energia. Estas reuniões motivadas tanto por pressões indígenas, quanto pela agenda das ações indigenistas, anteciparam em parte as atribuições dos Comitês indígenas criados apenas no final de 2012. Efetivamente, a criação do Comitê Gestor Indígena e do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida foi diversas vezes reivindicada já que estas Comissões constituem a mais representativa instância de consulta e participação indígena. A primeira reunião do Comitê Gestor, em 30/11/2012, contou com a participação de representantes de todas as terras indígenas, bem como das associações dos índios citadinos. De modo semelhante, as reuniões do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida, criado em 21/11/2012, contaram com a participação de indígenas das Terras Paquiçamba e Arara da Volta Grande. É importante registrar que paralelamente à criação dos Comitês, por iniciativa dos próprios indígenas, a Norte Energia firmou parceria com a Associação Bêbo Xikrin do Bacajá (ABEX), estabelecendo, deste modo, uma importante via de participação direta dos indígenas desta etnia.

Com a contratação e implantação recente do PBA-CI (em execução pela empresa VERTHIC) está havendo uma reorientação na dinâmica das reuniões do Comitê Gestor. Ao invés de serem realizadas três vezes ao ano na cidade de Altamira, as reuniões

ocorrerão apenas no interior de cada terra indígena. Essa foi uma decisão da própria coordenadoria da FUNAI local e do coordenador do Plano de Gestão do PBA-CI. Embora exista o risco de fragmentação, acreditam os coordenadores da FUNAI e da VERTHIC que, desse modo, a atuação do Comitê Gestor será mais eficiente, pois garantirá a participação de grupos indígenas que tendem a ser subalternizados em discussões coletivas e formalmente institucionalizadas.

Mecanismo de Reclamações

Assim como analisado anteriormente, na fase de *Due Diligence*, a conformidade do empreendimento em relação a este requisito do PD 07 ocorre apenas em parte.

As reclamações, solicitações, demandas e informações são dirigidas indiscriminadamente para a Superintendência de Assuntos Indígenas, Centro de Comunicação Indígena, contratados para executar os programas do PBA-CI e FUNAI. O controle de tais questionamentos é apenas formalizado através dos registros do Centro de Comunicação Indígena, que implantou a infraestrutura necessária para o contato diário com todas as aldeias. Foram instalados equipamentos em todas as aldeias, bem como nas sedes das instituições e associações indígenas e indigenistas. Diariamente, em horários pré-determinados, o Centro de Comunicação efetua contatos e registros com todos os envolvidos.

Não há, contudo, mecanismo de registro, acompanhamento ou memória das reclamações encaminhadas às outras instâncias, nomeadamente Superintendência de Assuntos Indígenas, empresas contratadas para execução dos programas do PBA-CI e FUNAI. Tampouco não há padronização nas respostas a cada reclamação.

Com a implantação do Comitê Gestor e do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida, as reuniões passaram a se constituir em mecanismos para manifestação, registro e atendimento das reclamações.

CPLI - Consentimento Prévio, Livre e Informado (Free, Prior Informed Consent – FPIC)

Considera-se que o projeto apresenta conformidade em relação ao CPLI.

As preocupações com a implantação do PBA-CI, demonstrada em diversos momentos, revelam o interesse dos indígenas no desenvolvimento de ações de longo prazo. Contudo, tal posicionamento deve ser analisado tendo em vista as históricas e recorrentes expressões de oposição ao empreendimento. Os grupos das Terras Indígenas Arara da Volta Grande, Paquiçamba e Trincheira Bacajá, com seus recursos naturais diretamente afetados pelo Trecho da Vazão Reduzida manifestaram durante a elaboração do EIA e do PBA um posicionamento semelhante. Cada grupo a sua maneira registrou que embora a UHE Belo Monte não seja um projeto de interesse dos indígenas, eles tem interesse em participar nos estudos e nos programas de longo prazo do PBA-CI.

As palavras do cacique da Terra Indígena Arara da Volta Grande, ao iniciar a reunião de apresentação do PBA, são ilustrativas, diz ele: *“a comunidade não tem pressa em fechar o que chamam de Plano de Vida, e não PBA, e se tiverem que ficar mais tempo, quererão permanecer em discussão [...] Salienta que não querem a UHE Belo Monte e por isso há alguém chegando em sua casa que todos devem fazer perguntas para conhecer o melhor possível. Enquanto não contemplar a comunidade ela não fechará este PBA.”* (FUNAI, Memória de Reunião UHE Belo-Monte/PBA, 29-30/05/2011).

Junto aos Juruna da TI Paquçamba já no EIA ficou registrado: *“Apesar da posição expressa pela comunidade, chegaram ao entendimento de que os presentes estudos têm o objetivo de garantir direitos relacionados à população indígena afetada pelo empreendimento, caso o Ibama venha a indicar a viabilidade do mesmo e conceder a Licença Prévia para a realização do Leilão Público. Dentro desta perspectiva, a participação da comunidade foi intensa, tanto na parte de diagnóstico quanto na avaliação de impactos e proposição de medidas mitigadoras e compensatórias.”* (EIA-CI Vol.35.Tomo 2, pg.07).

Os Xikrin da TI Trinchira Bacajá o EIA-CI expressaram o mesmo posicionamento. Ao analisar o “Impacto do Empreendimento na Percepção dos Xikrin” os autores do EIA reproduziram as falas dos indígenas entrevistados: *“Tem que dar dinheiro também, para o bem de nossos filhos e netos. Não é a casa e a terra dos Kuben (não-indígena) que vão ficar no rio seco. Se for fazer a barragem, que deem um dinheiro, uma compensação mensal. E que seja para sempre. Barragem é coisa para sempre.”*(EIA-CI, Vol.35. Tomo5. pg. 182).

Estas manifestações registradas nos estudos de impacto e no PBA-CI foram transpostas para as pautas de reivindicações e negociações desenvolvidas ao longo do Plano Emergencial e ações indigenistas relacionadas à implantação do PBA-CI. De fato, os indígenas seguem não afirmando que são favoráveis ao empreendimento, mas registram em todas as atas de suas reuniões o interesse na implantação de ações dos programas do PBA-CI.

No caso dos Xikrin, o engajamento dos indígenas ultrapassou a mera adesão ao PBA e atingiu as condições plenas do Consentimento Livre Prévio e Informado. Efetivamente, os Xikrin desde outubro de 2012, exigem que todas as ações do PBA sejam desenvolvidas por eles próprios. Para tanto, formalizaram Termo de Parceria com a Norte Energia, no qual, além de definirem suas responsabilidades, invocam o artigo 7º da Convenção OIT 169 que *“garante aos povos indígenas o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que afeta suas vidas, crenças instituições, bem estar espiritual, bem como as terras que ocupam e utilizam de alguma forma, e de controlar na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural”*. A opção dos Xikrin define uma posição de protagonista para este grupo indígena, que através do Termo de Parceria escolhe suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento.

Este movimento dos Xikrin foi tomado como exemplo pelo Assurini, que em 20 de fevereiro de 2013 enviaram carta à Presidenta da FUNAI e ao Diretor da Norte Energia solicitando o estabelecimento de Termo de Parceria para a execução do PBA-CI no interior da Terra Indígena Koatinemo. Esta negociação ainda não foi confirmada.

Os Arara e os Juruna da Volta Grande, também inspirados na estratégia Xikrin, já manifestaram interesse em constituir associação e firmar Termo de Parceria equivalente. No entanto, como afirmaram os próprios indígenas, a dispersão e o modo de vida não favorecem a reunião em associação – “*Nós estamos ainda nos dividindo*”, disseram. Sem a constituição de uma associação as condições para o estabelecimento Parcerias com a Norte Energia estão sendo definidas caso a caso.

Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (IPDP)

Os planos de desenvolvimento para os povos indígenas da região constituem o centro do PBA do Componente Indígena. O desenvolvimento do PBA-CI está articulado a partir de quatro eixos temáticos, a saber: eixo territorial, relacional, ambiental e socioeconômico e cultural. Cada um desses eixos compreende programas específicos voltados à proteção territorial, educação, saúde, atividades produtivas, infraestrutura, proteção do patrimônio cultural e fortalecimento institucional. Todas as ações previstas estão articuladas ao plano de gestão do PBA-CI. Por indicação dos próprios indígenas, os programas terão duração de trinta e cinco anos e suas metas serão definidas participativamente através das plenárias comunitárias e dos comitês indígenas.

Para a efetivação dos planos, programas e projetos do PBA-CI a Norte Energia definiu junto à FUNAI e lideranças indígenas o Plano Operativo (aprovado em 01/04/2013), que apresenta detalhamento executivo das ações a serem desenvolvidas nos primeiros cinco anos. Para a plena implementação do Plano Operativo a Norte Energia empreendeu uma reestruturação administrativa, que envolveu a criação da Superintendência de Assuntos Indígenas – instância responsável pela execução e pela contratação das equipes de execução do PBA.

Em janeiro de 2013 foi contratada a empresa para o desenvolvimento dos programas de Atividades Produtivas e Supervisão Ambiental. Os trabalhos desenvolvidos no escopo do Programa de Atividades Produtivas já resultaram na elaboração participativa de projetos de produção familiar e comunitária, na aquisição e distribuição de ferramentas e insumos. Tais projetos encontram-se em fase inicial de implantação nas terras indígenas Xipaya, Kuruaya, Cachoeira Seca do Iriri, Kararaô, Arara, Koatinemo, Paquçamba e Arara da Volta Grande.

Em 25 de abril de 2013 foi selecionada, e em 28 de junho foi contratada, a empresa VERTHIC responsável pela implantação do Plano de Gestão e dos Programas de Fortalecimento Institucional, Gestão Territorial, Educação Escolar Indígena, Saúde Indígena, Patrimônio Cultural Material e Imaterial. Desde julho as equipes para a implantação desse plano e programas estão sendo contratadas. Nos dias 13 e 14 de agosto de 2013 foi realizado o Seminário de Planejamento Estratégico do Plano de Gestão, do qual participaram equipe e representantes de todas as instituições que tratam

da questão indígena. Entre 23 e 26 de setembro foi realizado o curso e capacitação para os técnicos contratados pela VERTHIC. A partir de novembro, já com autorização da FUNAI, as equipes, compostas por antropólogos e ambientalistas, iniciaram trabalho de campo para a formulação de projetos integrados nas aldeias Kararaô, Laranjal, Parakanã, Paquiçamba, Arara da Volta Grande e Trincheira Bacajá.

Note-se que além das equipes contratadas a Norte Energia formalizou, com a interveniência da FUNAI, Termo de Parceria com a Associação Indígena Bêbo Xikrin (ABEX) para a execução dos programas do PBA-CI naquela TI.

Considera-se o empreendimento conforme em relação a este aspecto.

Medidas de Indenização / Compensação de Impactos em Populações Indígenas e/ou Tradicionais

No que diz respeito a medidas de indenização e compensação, o empreendimento também apresenta conformidade.

Segundo o EIA-CI e conforme a avaliação da FUNAI, os impactos do empreendimento podem ser resumidos em dois vetores principais: (1) a redução da vazão na Volta Grande do Xingu; e, (2) a atração de contingente populacional. Com base nessa avaliação, o PBA-CI foi concebido para atender a todas as comunidades e terras indígenas da área de influência, pois tem por objetivo atuar sobre *as alterações no panorama regional relacionadas à construção e funcionamento da UHE BM* (PBA-CI/PMX Vol.2, pg553).

Nesse sentido, os estudos não indicaram uma divisão qualitativa entre os programas dirigidos ao conjunto da população indígena e às comunidades das terras especialmente afetadas pela vazão reduzida do Rio Xingu (TVR). Todas constituem o público-alvo dos programas de mitigação e compensação. O atendimento a todas as aldeias e associações indígenas da região constitui o princípio que orientou a implantação do Plano Emergencial e que orienta a implantação do Plano Operativo do PBA-CI.

Desde 2012, atendendo às condicionantes da FUNAI frente às demandas indígenas e em antecipação às ações do PBA-CI, a Norte Energia tem conduzido a implantação de obras de infraestrutura. Com a reestruturação administrativa, a Superintendência de Assuntos Indígenas imprimiu maior eficiência a tais ações.

No contexto das terras indígenas das rotas Iriri e Xingu, especialmente afetadas pela atração de contingente populacional e alteração no panorama regional, estão em implantação as Bases Operacionais e Postos de Vigilância, que antecipam ações do Programa de Gestão. Outras seis bases e postos de vigilância já foram construídos e aguardam a entrega formal para a FUNAI.

No contexto das terras indígenas da rota Volta Grande/Bacajá, especialmente afetadas pela redução da vazão do Rio Xingu, estão em andamento, desde o início de 2012, as obras de abertura de estradas. Nessas TIs já foram entregues também poços artesianos.

Essas ações têm por objetivo compensar e mitigar as interferências sobre a mobilidade e qualidade da água.

Além dessas ações, estão em construção 385 casas em todas as terras indígenas da região. Nas TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande. Nas aldeias Kararaô, Muratu e Araweté, as casas estão efetivamente sendo construídas. Na TI Parakanã, a construção de casas já foi contratada. Nas aldeias Cachoeira Seca, Laranjal, Paquiçamba e Volta Grande, a construção está em processo de contratação. No caso da TI Trinchira Bacajá, a construção segue em negociação com a ABEX (Associação Bêbo Xikrin do Bacajá).

Os impactos advindos da redução da vazão estão igualmente relacionados às ações e resultados já descritos do Programa de Atividades Produtivas (ver seção *Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas – (IPDP)*).

As ações desenvolvidas pela Norte Energia no interior da Terra Indígena Trinchira Bacajá foram redirecionadas em razão do Termo de Parceria firmado com a ABEX. Como prevê esse Termo, todas as ações no interior daquela Terra Indígena estão sendo executadas com a participação desta Associação.

PD 08: Patrimônio Cultural

A prospecção sistemática visando à identificação prévia de vestígios arqueológicos nas áreas de intervenção vem sendo executada no âmbito do Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas do Programa de Arqueologia Preventiva. Esse Programa, assim como os demais relacionados ao Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico que compõem o Plano de Valorização do Patrimônio é executado pela empresa Scientia Consultoria Científica.

As atividades de prospecção arqueológica vêm sendo executadas em consonância com o cronograma de obras, estando, no momento, concentradas na área do reservatório principal. No período entre julho e setembro, no entanto, não houve atividades de prospecção, conforme informado pela NE no 3º RSAP. As atividades de campo nesse período foram relacionadas a resgate, cercamento e sinalização de sítios já identificados.

Os serviços de prospecção e resgate arqueológico nas áreas diretamente afetadas pelas obras da UHE Belo Monte, bem como a adoção da metodologia de modelagem preditiva, vêm sendo desenvolvidos mediante autorizações e manifestações do IPHAN.

Para o avanço em direção à conformidade total do empreendimento com o PD 08 é necessário o atendimento a uma das recomendações estabelecidas pelo consultor independente na *Due Diligence*, e que até agora não foi atendida (ver **Quadro 8.0.a**). Trata-se da definição dos procedimentos adotados em caso de achados fortuitos e os critérios adotados para definição da necessidade de monitoramento arqueológico das frentes de obra.

Em relação à aderência dos Programas e Projetos aos cronogramas definidos no PBA, na missão anterior foi observado que há atrasos em algumas atividades. É o caso dos Projetos de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico e de Valorização do Patrimônio Multicultural. Para esses dois Projetos, no entanto, o 3º RSAP não reportou o andamento no período de julho a setembro, o que impossibilita a verificação da aderência ao cronograma.

O Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres também teve seu cronograma inicial bastante alterado. Até a missão anterior, as atividades efetivamente realizadas eram poucas, e a expectativa de finalização do Projeto foi estendida em 6 meses. Segundo informado pelo empreendedor, o desafio em relação a este Projeto é realizar as pesquisas de campo sempre no período da seca. No 3º RSAP foi informada a realização, no período entre julho e setembro, da prospecção na área do Reservatório Principal para identificação de sítios e painéis isolados de inscrições rupestres.

Conforme informado nos relatórios anteriores, a modelagem preditiva passou a ser empregada na área dos canteiros a partir de junho/2012, não estando prevista na concepção inicial do projeto. A modelagem preditiva será aplicada em toda a etapa de prospecção na área dos reservatórios. Foram definidas onze áreas amostrais a serem prospectadas, que totalizam aproximadamente 10.600 hectares.

Em relação ao Projeto de Educação Patrimonial, as ações avançaram no período, tendo-se, inclusive, incrementado a equipe por meio da contratação de dois profissionais com qualificação específica para os trabalhos de educação patrimonial.

O Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico caminha bem, apresentando resultados no resgate do patrimônio Paleontológico, na apresentação das informações técnicas, legais e institucionais, e na divulgação de informação e formação de pessoal por meio dos cursos e palestras realizadas. Toda a gestão e documentação junto ao DNPM tem sido feita.

Avalia-se que as atividades de prospecção arqueológica apresentam conformidade com as diretrizes do Padrão de Desempenho 8, assim como as atividades de Educação Patrimonial e os demais Programas e Projetos da UHE Belo Monte relacionados ao Plano de Valorização do Patrimônio.

Princípio 4.0 – Plano de Ação e Sistema de Gestão

A análise de atendimento ao Plano de Ação foi apresentada no **Capítulo 7.0** deste Relatório, feita com base na avaliação, para o período, do andamento das ações em aberto com prazos de atendimento variando desde antes da Assinatura do Contrato de Financiamento, até 6 meses após a assinatura. No período não estava previsto o encaminhamento de entregáveis para atendimento a novas ações, o que deverá ocorrer em três futuras datas-marco: 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento; 6 meses antes do enchimento do reservatório; e 6 meses antes do início da operação da última turbina.

A análise baseou-se no 3º RSAP e também o 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA para o IBAMA, bem como em dados obtidos em reuniões e vistorias de campo realizadas na 3ª missão (04 a 08 de novembro de 2013). O resultado dessa avaliação foi apresentado no **Quadro 7.0.a** do **Capítulo 7.0**.

Como se observou no **Quadro 7.0.a**, de 69 ações ou partes de ações com atendimento previsto até a data de emissão do 3º RSAP, a situação resultante da avaliação do consultor socioambiental independente é que 26 ações ou partes de ações são consideradas atendidas; 17 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento; 8 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento contínuo nos RSAP; 6 ações ou partes de ações são consideradas parcialmente atendidas; 6 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento ou parcialmente atendidas, mas que merecem maior atenção pelo atraso; e 6 ações ou partes de ações são consideradas não atendidas.

Comparando a situação observada na 2ª missão ao retrato do Plano de Ação neste período, constata-se que houve evolução, sendo consideradas atendidas 11 ações ou partes de ações adicionais, a maior parte anteriormente considerada não atendida. Em relação a esta últimas, o total no período passou de 17 para 6.

Mesmo tendo havido evolução no período, o que mostra que a NE está procurando solucionar a não conformidade quase sistêmica apontada nos relatórios anteriores, a situação de algumas ações ainda merece atenção, principalmente aquelas 6 com status em atendimento ou parcialmente atendidas, mas que estão com grande atraso em relação ao prazo inicialmente atribuído no Plano de Ação e as outras 6 consideradas não atendidas.

O Sistema de Gestão do empreendimento já foi discutido anteriormente, na avaliação da conformidade com o PD 01: Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental do Princípio do Equador 3.0.

Princípio 5.0 - Consulta e Divulgação

O Ciclo de Divulgação e Consulta Pública do Projeto atende às diretrizes do Princípio do Equador Nº 5.

Como parte dos procedimentos, o **Quadro 6.0.b** apresentado no **Anexo 7**, atualiza todas as ações desenvolvidas no período, e sistematizadas no 3º RSAP. Cabe destacar que as ações de comunicação social são desenvolvidas de maneira coordenada com vários programas do PBA e as informações e consultas recebidas ao longo dos vários eventos e contatos com partes interessadas são registradas e analisadas tematicamente, permitindo um constante ajuste de conteúdos e formatos mais adequados para aprimorar a comunicação com os diversos público alvo locais e regionais.

Conforme informado, prosseguem as atividades de comunicação por meio da mídia Rádio com Veiculação do Programa “Conversando sobre Belo Monte” em rádios locais, com veiculação de 260 inserções do programa de rádio durante o período de julho a setembro de 2013.

Além disso o Programa de Interação Social e Comunicação produziu e apoiou a realização de eventos promovidos por outros Planos do PBA. Foram produzidos diversos materiais de comunicação, a maior parte destes utilizada durante as atividades de mobilização e de reuniões – desenvolvidas pelos Agentes de Comunicação na região do empreendimento. Foram distribuídos 17.695 materiais, paralelamente a outras peças enviadas pela internet, sendo que 2.730 foram folders acerca das obras de saneamento em Altamira. Entre os materiais produzidos está também o livreto do PBA, que traz abordagem geral sobre os Planos, Programas e Projetos da UHE Belo Monte.

Cabe destacar que os materiais de comunicação e a atuação dos agentes de comunicação são mensalmente avaliados por meio de pesquisa de percepção aplicada durante as mobilizações realizadas na área rural e na urbana.

No trimestre de julho a setembro de 2013, foram realizadas reuniões comunitárias para apresentação e discussão do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC), em apoio ao Plano de Atendimento à População Atingida (4) / Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na área Urbana (4.4) / Projeto Reassentamento Urbano Coletivo (4.4.3), totalizando 37 reuniões comunitárias de discussão do RUC no período, com a presença de 2.170 participantes.

Com o foco na interface e apoio ao Plano de Atendimento à População Atingida, houve apoio às atividades referentes à mobilização e produção de reuniões sobre Caderno de Preço e remanejamento; entrega de exemplares do Caderno de Preço; divulgação de informações sobre atualização do CSE e visitas às Casas Modelo do Projeto RUC (Gleba Agroindustrial Jatobá). Das atividades acima relacionadas, cumpre salientar as 59 visitas às Casas Modelo do Projeto RUC, reunindo 1.354 participantes, público formado principalmente por moradores dos setores urbanos de Altamira, mas também por outras partes interessadas como jornalistas e desembargadora do Estado do Pará. A atividade de visita às Casas Modelo do RUC foi considerada um meio de comunicação muito eficaz, conforme pesquisa de opinião realizada com todos os visitantes após a visita.

Além das reuniões setoriais, foram realizadas reuniões com: Comitê de Acompanhamento do Projeto de Relocação e Reassentamento Urbano do FASBM; lideranças comunitárias; e Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte (FASBM).

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelo Princípio do Equador 5.0, os mecanismos de consulta e divulgação encontram-se estruturados, atuantes e em total conformidade.

Princípio 6.0 - Mecanismo de Reclamação

Em relação ao CCBM, são oferecidos três canais de ouvidoria para recebimento de reclamações, sugestões e críticas: caixas de sugestões instaladas nas unidades, representante de funcionários e canal direto com a ouvidoria (assistente social ou

técnico social). Verificou-se que os canais de reclamação são divulgados aos funcionários, por meio do Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM.

O atendimento ao Princípio do Equador 6.0, referente a consultas e reclamações, é feito pelo CCBM pelas seguintes frentes de atuação:

- Central de Atendimento “Canal Aberto – Fale Conosco” – Ouvidoria;
- Atendimento Eletrônico via e-mails dedicados;
- Caixa de sugestões instaladas nas unidades;
- Treinamentos Diários de Segurança;
- Painéis e panfletos informativos, palestras e campanhas;
- Guia de Comportamento do Funcionário do CCBM.

Em relação à NE, o atendimento aos Princípios 5.0 e 6.0 é feito a partir das atividades do Programa de Interação Social e Comunicação (7.2), o qual integra-se ao Plano de Relacionamento com a População (7) constante do PBA, cujos resultados consolidados são apresentados nos Relatórios Semestrais de Andamento dos PBA, encaminhados ao IBAMA.

A Central de Atendimento apresenta três grandes frentes de atuação: Central de Atendimento “Belo Monte Aqui”; Atendimento Eletrônico via e-mails dedicados; Atendimento Eletrônico ao Colegiado do FASBM.

A Central de Atendimento “Belo Monte Aqui”, sediada no escritório da empresa E.Labore em Altamira, oferece informações e esclarecimentos à população, por meio de atendimento a visitas presenciais; atendimento a telefonemas ao escritório; atendimento ao Serviço 0800.

No período de julho a setembro de 2013 foram feitos 1.695 contatos. Desde a emissão da LI (junho/2011), o Atendimento “Belo Monte Aqui” recebeu um total de 2.689 contatos.

A população tem feito uso do Serviço 0800, o que é demonstrado pelas 1.695 ligações recebidas desde sua implantação em janeiro de 2012. Do total das ligações, a maioria foi dirigida ao Meio Socioeconômico, especificamente ao Plano de Atendimento à População Atingida. No período de julho a setembro de 2013 manteve-se o interesse de consultas sobre o Reassentamento Urbano Coletivo (RUC).

O Atendimento “Belo Monte Aqui” também disponibilizou um e-mail exclusivo para o atendimento do Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte (FASBM): fasbm@norteenergiasa.com.br.

A sistemática de recebimento de consulta e reclamações, assim como seu o gerenciamento dos mecanismos de comunicação, ocorre pelo SIAGI (Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Informação), pelo “Módulo Cliente”, o qual proporciona à Norte Energia acesso aos dados e respectivas análises das atividades e

resultados do Programa de Interação Social e Comunicação (7.2), que foi liberado em junho à NE e em agosto à empresa gestora.

As demandas e questionamentos identificados e registrados nos canais de comunicação são semanalmente discutidos nas reuniões de planejamento da Gerência de Comunicação da Norte Energia, os quais são continuamente incorporados nas ações de comunicação sequenciais, para retorno aos interessados de diversas formas, tais como: telefonema de resposta, elaboração de materiais impressos distribuídos pelos agentes de comunicação, programas de rádio veiculados em rádios locais, construção e atualização do instrumento P&R (Perguntas & Respostas) utilizado na abordagem do Serviço 0800, nas mobilizações e reuniões.

A recomendação do consultor independente de que fossem integradas em um banco de dados todas as consultas e reclamações recebidas pelos diversos canais como Mecanismo de Consulta via E. Labore, Comunicação Indígena, equipe fundiária, comunicação institucional, etc., vem sendo estudada de maneira a verificar a melhor maneira de viabilizar esta integração. Nesse sentido, salienta-se que a recomendação visa somente aprimorar os procedimentos já em curso do SAIS, que já garantem canais para recebimento de consultas e reclamações incorpora todas as consultas e reclamações recebidas através de diversos canais (Mecanismo de Consulta via E. Labore, Comunicação Indígena, Equipe fundiária, comunicação institucional, etc).

Também foi recomendado que devessem ser incluídas, nos mecanismos de registro já existentes, informações sobre as respostas dadas e indicadores de tempo de atendimento às reclamações e consultas. Foi verificado que há esse procedimento na Central de Atendimento e mecanismos do CCBM, atendendo à recomendação feita. Também foi evidenciado nos mecanismos da NE.

Também foi recomendado que, em atendimento aos Padrões de Desempenho do IFC, uma segunda instância fosse formada para atender aos casos em que os solicitantes não se sintam totalmente atendidos pela primeira instância oferecida pelos atuais mecanismos de consulta e reclamações. E esta segunda alternativa deve ser informada ao solicitante. Proposta para atendimento a esta segunda instância foi desenvolvida e estará sendo implementada e acompanhada.

Do ponto de vista dos requisitos preconizados pelo Princípio do Equador 6.0, os mecanismos de reclamação encontram-se bem organizados e definidos e em conformidade.

Princípio 8.0 – Compromissos Contratuais

A NE vem cumprindo com a legislação Brasileira incidente sobre o Projeto, sem prejuízo de eventuais ultrapassagens de padrões ambientais legais e/ou normas relativas à segurança do trabalho ou condições de trabalho.

O Plano de Ação compromissado junto aos Agentes Repassadores vem sendo implementado, devendo-se considerar, no entanto, os problemas de atraso no atendimento a algumas ações, conforme disposto na avaliação do Princípio 4.0. Como mostra o **Quadro 7.0.a** do **Capítulo 7.0** deste Relatório, nem todos os produtos previstos para as datas marco “antes da assinatura do contrato”; “antes do primeiro desembolso financeiro”; “60 dias após a assinatura do contrato de financiamento”; “90 dias após a assinatura do contrato de financiamento”, “6 meses após a assinatura do contrato” e RSAPs (Relatórios Periódico de Conformidade Socioambiental) foram entregues/atendidos, havendo ações atrasadas e outras apenas parcialmente atendidas ou em atendimento.

Recomendações pontuais e oportunidades de melhoria não incluídas no Plano de Ação, e que foram feitas no processo de *Due Diligence*, na 1ª missão (janeiro a abril de 2013) e na 2ª missão de monitoramento (julho a setembro de 2013) estão sendo gradativamente atendidas, conforme mostra o **Quadro 8.0.a** do **Capítulo 8.0** deste Relatório. Como se observa, os procedimentos de supervisão e *assurance* ambiental da construção apresentados pela NE para a obra principal (OP) deverão reiniciar com a contratação e início dos trabalhos (em outubro/2013) da empresa BIOCEV, nova coordenadora do PAC. A supervisão da NE sobre as atividades do CCBM na OP não ocorrem desde abril de 2013.

No caso das obras do entorno, a supervisão ambiental e de SST foi iniciada pela equipe de um coordenador e 6 integrantes recém formada, devendo-se concluir a elaboração dos procedimentos do Sistema de Gestão relacionados a essas atividades e iniciar a produção de registros.

A obrigação de apresentar relatórios periódicos no formato acordado com o Agente Repassador continua a ser atendida com a emissão do 3º RSAP em 25/10/2013.

10.0

Conclusões e Recomendações

10.1

Conclusões

O monitoramento socioambiental da UHE Belo Monte no período de julho a setembro de 2013 (data de corte documental), com inspeções de campo realizadas na semana de 04 a 08/11/2013 (data de corte do campo), registrou as seguintes constatações:

As obras prosseguem em ritmo acelerado. Assim como avaliado nos relatórios anteriores, os impactos da obra estão sendo controlados pelo conjunto de medidas mitigadoras e preventivas implementadas pelo CCBM, como parte do PCAI ou no âmbito do seu SGI. No entanto, a velocidade com que a obra avança demanda urgência na resolução das pendências relacionadas à gestão do empreendimento e maior comprometimento na eliminação dos desvios e resolução de não conformidades.

Um dos aspectos preocupantes identificados pela consultoria socioambiental independente nas duas missões anteriores (1ª e 2ª) tinha relação com a falta de supervisão ambiental da NE sobre as atividades do CCBM nas Obras Principais (*compliance assurance*) desde abril de 2013. Nessa 3ª missão, observa-se que essa questão está solucionada com a contratação da empresa BIOCEV como nova coordenadora do PAC. A empresa iniciou seus trabalhos em 14 de outubro de 2013, tendo realizado apenas reuniões com a Ferreira Rocha e CCBM para conhecimento e alinhamento das atividades sob sua responsabilidade.

Em relação à supervisão da NE sobre as Obras do Entorno (OE), desde a missão anterior a Consultoria Socioambiental Independente já havia observado avanços. No período anterior, formou-se a equipe de supervisão das OE, constituída por um coordenador e 6 integrantes (5 técnicos de segurança e uma analista ambiental). A supervisão dos aspectos de SST e ambientais nas OE foi iniciada em setembro.

Neste período foi apresentado o Plano de Trabalho para a Gestão de SST e Meio Ambiente nas OE, que define alguns documentos orientadores das atividades da equipe na supervisão dessas obras realizadas por subcontratadas. Esses documentos, no entanto, não ficaram prontos no período. As atividades, portanto, estão sendo realizadas, mas sem procedimentos definidos e sem sistema de registro padronizado.

A supervisão ambiental e de SST nas OE foi intensificada após a constituição da equipe completa. No entanto, devido à grande quantidade de OEs em andamento e das distâncias entre as mesmas, deve-se considerar a necessidade de constante avaliação da eficácia desse formato de atuação e dos recursos disponibilizados para tal. Isso poderá ser realizado através dos indicadores de *performance* definidos pela NE.

Cumprir registrar que a ausência de um Sistema de Supervisão e Monitoramento do empreendimento por parte do próprio empreendedor, particularmente nas Obras do Entorno, representava um risco socioambiental alto dada a impossibilidade de atuar preventivamente frente às diversas contratadas na execução das várias obras de maneira segura e em conformidade ambiental. A supervisão terá que assegurar o cumprimento da legislação trabalhista no tocante às condições de trabalho, prevenindo a ocorrência de acidentes de maior gravidade, autuações ou embargos por parte do Ministério do Trabalho, ou mesmo acidentes envolvendo as comunidades diretamente afetadas por essas obras.

Outro requisito de fundamental importância refere-se ao atraso no atendimento à recomendação da *Due Diligence* relacionada à definição de um Plano de Segurança do Transporte Rodoviário para tratamento dos riscos associados à circulação de veículos no entorno das obras.

Em relação ao Plano de Ação da UHE Belo Monte, objeto do contrato de financiamento, a análise apresentada no **Quadro 7.0.a** do **Capítulo 7.0** reflete o andamento, no período, do atendimento a ações ainda pendentes, relacionadas a datas-marco que variam desde *antes da assinatura do contrato* até *6 meses após a assinatura do contrato de financiamento*. No período não estava previsto o encaminhamento de

entregáveis para atendimento a novas ações, o que deverá ocorrer em três futuras datas-marco: 1 ano após a assinatura do Contrato de Financiamento; 6 meses antes do enchimento do reservatório; e 6 meses antes do início da operação da última turbina.

A avaliação realizada pelo consultor socioambiental através de consulta à documentação e da inspeção de campo de setembro, resultou que, das 69 ações ou partes de ações com atendimento previsto até a data de emissão do 3º RSAP, 26 ações ou partes de ações são consideradas atendidas; 17 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento; 8 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento contínuo nos RSAP; 6 ações ou partes de ações são consideradas parcialmente atendidas; 6 ações ou partes de ações são consideradas em atendimento ou parcialmente atendidas, mas que merecem maior atenção pelo atraso; e 6 ações ou partes de ações são consideradas não atendidas.

Conforme já avaliado no **Capítulo 9.0**, houve evolução no período, sendo consideradas atendidas 11 ações ou partes de ações adicionais, a maior parte anteriormente considerada não atendida. Em relação a esta últimas, o total no período passou de 17 para 6.

Isso mostra que a NE está procurando solucionar a não conformidade apontada nos relatórios anteriores, relacionada ao não cumprimento de prazos e apresentação de documentos com conteúdo inadequado para atendimento ao Plano de Ação. Mesmo constatando-se essa evolução, deve-se atentar para o fato de que 6 ações ainda permanecem em atendimento ou parcialmente atendidas, mas com grande atraso em relação ao prazo inicialmente atribuído no Plano de Ação, e outras 6 ainda são consideradas não atendidas. Além dessas situações mais preocupantes, existem ainda 23 ações ou partes de ações ainda em atendimento ou parcialmente atendidas, as quais poderiam ser totalmente atendidas sem maior dificuldade.

Apesar desse número ainda elevado de ações ou partes de ações ainda em atendimento, no período foram resolvidas duas das três questões consideradas mais críticas e apontadas no último Relatório. Uma já foi mencionada acima, correspondente à contratação da nova empresa coordenadora do PAC e início da sua atuação na supervisão ambiental das OP. Outro item preocupante na missão anterior, mas considerado em atendimento no período, corresponde ao levantamento e sistematização de informações sobre o destino de parte dos reassentados de áreas rurais que optaram pelo recebimento da indenização em dinheiro ou carta de crédito.

O terceiro item crítico do Plano de Ação que ainda permanece em aberto, e cujo prazo inicial para atendimento era antes do 1º Desembolso Financeiro, corresponde à entrega do Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário. Esse Plano é considerado de fundamental importância para minimizar a ocorrência de acidentes de transporte, já que, como se viu na **Seção 4.3.2.1**, são crescentes os registros de acidentes e fatalidades nas vias de entorno do empreendimento. Apesar das evidências da sua necessidade, a entrega desse Plano foi novamente postergada. A resposta da NE para o atendimento a esta ação é de que será aberta concorrência para contratação de empresa para elaboração de proposta para a realização do referido plano.

Apesar da resolução, no período, de duas ações críticas em aberto, cabe ressaltar outra questão que não está sendo priorizada, mas que é determinante para a conformidade do projeto com o PD 06. Trata-se do atraso na identificação taxonômica de espécies da fauna e flora indeterminadas, principalmente as prováveis espécies novas, e também a busca e registro de ocorrência das espécies novas fora das áreas de intervenção do empreendimento. Os trabalhos de identificação taxonômica e determinação de áreas de ocorrência destas espécies, reconhecidamente complexos, não podem ser postergados ou adiados, sendo importante que a NE envide os maiores esforços para executar estas tarefas na brevidade possível.

Considera-se, no entanto, que atrasos de atendimento ao Plano de Ação e outras recomendações ainda persistem, sinalizando a existência de gargalos em recursos humanos ou procedimentos que dependem da gestão da Norte Energia para verificação dos responsáveis pelas dificuldades de atendimento das ações no cronograma proposto e com o conteúdo necessário.

Com base no exposto, tem-se, como pontos críticos cuja verificação de atendimento será priorizada próxima missão, a questão da elaboração do Plano de Gestão de Segurança de Tráfego Rodoviário e a finalização da identificação taxonômica de espécies da fauna e flora indeterminadas, além da busca e registro de ocorrência das espécies novas fora das áreas de intervenção do empreendimento. Complementarmente, há ações em atendimento, mas que merecem atenção, como a supervisão pela equipe de SSTMA-OE, que iniciou sua atuação sem consolidação de procedimentos e metodologia de atuação em um Plano Diretor de SSTMA. A suficiência e eficiência dessa equipe ainda estão sendo avaliadas. O início da nova coordenadora do PAC também merece atenção, tendo em vista que a sua introdução representará ou demandará modificações na estrutura atual de supervisão de SST e MA na Obra Principal, fato este agravado pelo início da atividade de montagem industrial.

Em relação ao Sistema de Gestão Integrado do CCBM, o mesmo encontra-se implantado, porém algumas oportunidades de melhoria foram identificadas e são objeto de ações corretivas, conforme disposto no **Capítulo 4.0**.

Em relação ao processo de implantação dos Programas Ambientais integrantes do PBA, a análise apresentada no **Quadro 6.0.b** do **Anexo 7** indica que está sendo cumprida a maior parte dos objetivos e metas propostos para os programas no PBA. Além disso, os programas estão seguindo os procedimentos metodológicos previstos no PBA, e estão sendo monitoradas as espécies-chave que foram estabelecidas para os mesmos. Para os Programas e Projetos que apresentam atrasos em relação aos cronogramas estabelecidos, verificou-se se estão sendo realizadas as devidas tratativas com o IBAMA ou demais órgãos intervenientes.

Em relação aos Programas do Meio Físico não se verificam desvios significativos no desenvolvimento dos programas e projetos, o que não elimina a necessidade de ajustes e encaminhamentos junto ao IBAMA para atualização de requisitos e análise de resultados obtidos. Isso se aplica, por exemplo, ao Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios, que teve o seu encerramento pleiteado pela NE junto

ao IBAMA. Novas informações foram obtidas pela NE no sentido de comprovar que o enchimento do reservatório secundário não iria impactar negativamente as cavidades naturais da região do Kararaô. Essas informações foram apresentadas para avaliação do IBAMA, e este, por sua vez, exigiu uma nova verificação da área diretamente afetada quanto à existência de cavidades apenas na região do Kararaô.

Já os Programas de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico e de Monitoramento do Microclima Local necessitam de revisão quanto ao aprimoramento dos procedimentos de controle de qualidade e/ou de melhoria dos recursos de infraestrutura para garantir a perenidade e confiabilidade dos processos de aquisição, transmissão e armazenamento dos dados brutos. No entanto, as equipes responsáveis vêm suprimindo as necessidades e as atividades não apresentam atrasos importantes. O Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques, por sua vez, necessita de avaliação do IBAMA sobre as conclusões acerca das vazões ecológicas a serem mantidas nos igarapés.

No que diz respeito ao Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres (Plano 12), entre janeiro e novembro de 2012 foram instaladas 83 parcelas nos módulos RAPELD de um total de 96 parcelas previstas pelo PBA. Nessas parcelas têm sido executados 10 projetos de monitoramento de fauna e flora terrestres. Por meio do Parecer N° 4.933/2013, de 31 de maio de 2013, o IBAMA alterou o *status* de da condicionante 2.19, referente à instalação dos módulos RAPELD, de “atendida” para “parcialmente atendida” devido ao número de parcelas implantadas inferior ao preconizado pelo PBA e ao atraso na instalação dos medidores do nível d’água. O órgão ambiental solicitou ao empreendedor análises de suficiência amostral para as parcelas implantadas, além de informações sobre a metodologia, o andamento e prazos para a conclusão da instalação dos medidores. A Norte Energia respondeu às solicitações do IBAMA entre julho e agosto de 2013 por meio de notas técnicas. Em outubro, após o período de abrangência deste relatório, o IBAMA emitiu a Nota Técnica N° 6.493/2013 avaliando os estudos de suficiência amostral e concluiu que deveria ser mantida a quantidade de parcelas e sua localização dentro dos módulos. Em outubro, foi finalizada a instalação dos medidores, embora com atraso em relação ao prazo informado ao IBAMA (setembro de 2013). Diante do exposto, considera-se que, após a avaliação do Parecer N° 4.933/2013, o empreendedor conseguiu atender à condicionante 2.19, apesar dos atrasos ocorridos.

De forma geral, os projetos relacionados à flora têm sido executados em conformidade com a legislação ambiental e as exigências do IBAMA. No entanto, em relação aos Padrões de Desempenho do IFC, ainda é necessária a apresentação de informações relevantes sobre as espécies registradas na área do empreendimento.

Por meio do N° 02011.009795/2013-60/DILIC/IBAMA, de 19 de julho 2013, o IBAMA considerou adequada a implantação de três projetos da flora (*Projeto de Salvamento da Flora*, do *Projeto de Formação do Banco de Germoplasma* e do *Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras*). Por outro lado, considerou com necessidade de ajustes ou adequações três projetos de monitoramento (das Florestas de Terra Firme, das Florestas Aluviais e dos igarapés interceptados pelos diques), devido principalmente a inconsistências dos dados parciais apresentados nos 2º e 3º Relatórios

Consolidados de Andamento do PBA. Tais ajustes já foram realizados e apresentados no 4º Relatório Consolidado, de agosto de 2013. Ainda, são verificados pequenos desvios ou atrasos em relação ao PBA. No entanto, a Norte Energia alega que o IBAMA não os tem questionado.

O *Projeto de Desmatamento* e o *Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro* não foram avaliados pelo ofício mencionado acima e, até o início de novembro, o IBAMA não havia emitido um documento com a sua análise. Entre o final de 2012 e início de 2013, foram apontadas, pelo órgão ambiental, diversas não conformidades no desenvolvimento desses projetos. Ao longo de 2013, os procedimentos de supressão e romaneio para as obras civis foram sendo adequados e as primeiras AUMPFs foram recentemente emitidas. Ressalta-se, contudo, que ainda não tinha sido efetuada a destinação externa da madeira oriunda do empreendimento, apesar dos esforços despendidos pela Norte Energia. As ASV para os reservatórios ainda não foram emitidas pelo IBAMA, o qual as condicionou ao atendimento de várias condições. A Norte Energia tem se empenhado para atendê-las. Vale mencionar que, fora do período de abrangência deste relatório (outubro), o empreendedor enviou uma nota técnica ao órgão ambiental demonstrando o atendimento a essas condições.

No âmbito dos Padrões de Desempenho do IFC, a Norte Energia ainda não forneceu todas as informações solicitadas sobre o grau de ameaça das espécies, espécies novas para a ciência, endemismos ou distribuição restrita. Ressalta-se que é muito importante que sejam evidenciados os esforços para a obtenção das informações mencionadas acima sobre as espécies registradas na área do empreendimento.

Por fim, é relevante mencionar que para algumas recomendações ainda em atendimento ou não atendidas, tem sido verificado um aparente descompasso entre as informações obtidas durante as missões e as respostas encaminhadas nos RSAPs, sendo que estas últimas muitas vezes mostram-se insuficientes ou inadequadas para o atendimento das recomendações.

Os programas do PBA relacionados à fauna terrestre tiveram seu andamento e atividades conforme o cronograma previsto, durante o período a que se refere o relatório. Todos os programas que dizem respeito à fauna terrestre apresentam os resultados esperados, e os dados obtidos vêm sendo consolidados e analisados de forma a serem obtidas as diretrizes para avaliar os impactos do empreendimento.

Com relação às possíveis espécies de pequenos mamíferos novas para a ciência, as recomendações feitas em momentos anteriores foram as de busca destes táxons fora da área do empreendimento e a realização de estudos taxonômicos para a correta identificação e confirmação ou não de se tratarem de espécies novas. Neste sentido, a Norte Energia elaborou duas notas técnicas com a descrição dos projetos visando a estes objetivos, tendo contratado especialistas nos grupos em questão. Os trabalhos de coleta das espécies fora da área de influência do projeto já tiveram início, e os exemplares testemunhos coletados durante o EIA foram localizados, com alguns deles já em poder dos especialistas contratados. Contatos estão sendo feitos no sentido de se obter o

restante do material. Foram feitas recomendações pontuais sobre alguns aspectos da metodologia destes projetos.

Foi finalizada a instalação dos medidores de nível freático nos módulos RAPELD, dentro do cronograma previsto acordado com o IBAMA. As demais recomendações, referentes à ampliação da Base de resgate do Sítio Pimental segundo exigências do IBAMA, e aquelas relacionadas ao tamanho das equipes de monitoramento da Empresa Biota, e à manutenção dos pontos de monitoramento dos quirópteros nos pedrais, de forma a assegurar a comparabilidade dos dados, já foram atendidas ou se encontram em atendimento.

Em relação à limnologia e ictiofauna, de forma geral, os Programas da Conservação da Ictiofauna, de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos, de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques e de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água estão sendo executados em conformidade com o PBA e os Princípios do Equador. Ainda assim, são necessários alguns ajustes em alguns projetos dos Programas da Conservação da Ictiofauna (Projeto de Investigação Taxonômica e Projeto de Monitoramento da Ictiofauna), de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques e de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água. A principal lacuna dos Projetos é a construção dos laboratórios de Ictiologia e de Aquicultura de Peixes Ornamentais. Apesar do atraso na construção, tratativas entre o IBAMA e a NE já foram tomadas e a construção deve iniciar a partir de agosto de 2013.

Para os Programas do Meio Socioeconômico, organizados no PBA em sete planos e 26 programas, 13 dos quais se subdividem em 37 projetos, foram realizadas análises através de revisão de relatórios da NE e atualizações com informações primárias recolhidas em campo. A maior parte dos programas vem sendo implementada atendendo aos objetivos propostos, e em alguns casos com revisões de cronogramas autorizadas pelo IBAMA.

Embora avanços significativos nas principais obras e ações dos programas sociais comprometidas no licenciamento ambiental tenham sido constatados no período deste relatório, ainda existem alguns atrasos para a conclusão de relatórios solicitados, ajustes em procedimentos de registro, entre outros citados no presente relatório. Essas não conformidades devem ser sanadas no menor prazo possível, sem comprometer o andamento dos programas. Por outro lado, algumas ações mais complexas, que envolvem não somente a NE, mas também vários órgãos e agentes intervenientes (Estado, Prefeitura, proprietários de glebas), apresentam alterações de cronograma que demandam atenção estratégica cuidadosa, uma vez que podem interferir diretamente na futura obtenção da Licença de Operação no prazo planejado. Ressalta-se, entretanto, entre os significativos progressos constatados no período, os avanços no Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo, com a definição de solução habitacional adequada e início das obras civis em todas as glebas de destino. A programação do início do processo de indenização e mudança de um primeiro grupo de moradores já está agendada para o final de 2013 ou início de 2014. Embora o cronograma para execução de toda a liberação das áreas urbanas afetadas em Altamira ainda seja motivo de

apreensão, o início do processo de mudança certamente sinaliza uma perspectiva de atendimento em médio prazo.

Em relação às atividades relacionadas à arqueologia, a prospecção vem sendo executada em consonância com o cronograma de obras, estando, no momento, concentrada na área do reservatório principal. No período entre julho e setembro, no entanto, não houve atividades de prospecção, conforme informado pela NE no 3º RSAP. As atividades de campo nesse período foram relacionadas a resgate, cercamento e sinalização de sítios já identificados. Os serviços de prospecção e resgate arqueológico nas áreas diretamente afetadas pelas obras da UHE Belo Monte, bem como a adoção da metodologia de modelagem preditiva, vêm sendo desenvolvidos mediante autorizações e manifestações do IPHAN.

Em relação ao Componente Indígena, a reestruturação administrativa da Norte Energia, com a criação da SAI (Superintendência de Assuntos Indígenas), o andamento das obras de infraestrutura com as parcerias com a SOE (Superintendência das Obras do Entorno), as atividades dos programas de Atividades Produtivas (PAP), do Programa de Reassentamento e Realocação/índios citadinos e ribeirinhos (PRR) e o início formal das atividades do PBA-CI indicam que está em curso um processo de alinhamento e aceleração das ações indigenistas no contexto do licenciamento ambiental do componente indígena.

Neste cenário, estima-se que os trabalhos de campo realizados pela equipe do PBA-CI, iniciados em novembro, resultarão na qualificação do conjunto dos padrões de desempenho, especialmente daqueles relacionados à **Consulta e Participação, ao Plano de Desenvolvimento** e às **Medidas de Compensação e Indenização**. Com efeito, verifica-se uma diversificação das formas de participação dos indígenas, que além dos Comitês, das reuniões e dos atendimentos nos escritórios, participarão de reuniões no interior das aldeias, acompanhados não apenas pelas equipes da Norte Energia (SAI e SOE), mas também pelas equipes do PBA-CI e pelos técnicos da FUNAI que apoiam as primeiras semanas das equipes em campo.

Com as informações e os debates ensejados pelo PBA-CI configura-se uma nova fase do relacionamento com os povos indígenas. Deste modo, projeta-se para o curto prazo uma readequação do desempenho com relação aos padrões que apresentam não conformidade ou conformidade parcial, respectivamente, **Mecanismos de Reclamação** e **Suficiência de Linha Base**. De fato, as equipes do PBA-CI constituem agentes capazes de comunicar e monitorar reclamações. De forma semelhante, a intensificação e a regularidade dos debates no escopo do Plano de Gestão serão capazes de qualificar as estratégias de extensão do PBA-CI às populações indígenas ribeirinhas e citadinas.

Em relação às condicionantes da LI 795/2011, como se pode observar nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, com situação atualizada em junho (dados obtidos no 4º Relatório para o IBAMA), na avaliação da NE a maior parte das condicionantes específicas da LI às quais cabe atendimento nesta fase encontra-se em atendimento (16 condicionantes em atendimento, 6 atendidas e 1 a vencer).

Já na análise do IBAMA, evidenciada no Parecer Técnico 004933/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 31/05/2013, e resumida no **Quadro 3.0.a** do **Capítulo 3.0**, das condicionantes para as quais cabe atendimento nesta fase (condicionantes 2.20 e 2.23 são consideradas de “*status não pertinente*” pelo órgão, e a 2.22, “*não exigível*”), 3 são consideradas atendidas e 5 estão em atendimento. Das 5 consideradas parcialmente atendidas pelo IBAMA no PT 4933/13, cabe ressaltar que a condicionante 2.19 foi posteriormente considerada atendida pela Nota Técnica N° 6.493/2013/COHID/IBAMA, de 20 de setembro de 2013. Sete condicionantes foram consideradas não atendidas pelo IBAMA (2.10; 2.12; 2.14; 2.15 a 2.18), sendo que 4 delas (2.14 a 2.17), que antes possuíam status de “em atendimento” (no PT 168/2012, que analisou o 2º Relatório do IBAMA), tiveram sua condição revisada, passando a ser consideradas pelo órgão ambiental como não atendidas. Essas 4 condicionantes são todas relacionadas ao Cadastro Socioeconômico, que ainda não foi finalizado, e a questões de indenização de afetados.

Conforme disposto no **Capítulo 3.0**, o IBAMA encaminhou notificações à NE (OF N° 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA e OF N° 02001.011895/2013-56 DILIC/IBAMA), com pendências relacionadas às condicionantes da LI, que o empreendedor deveria atender em prazos de 5, 30, 60 e 120 dias. Conforme se verifica no **Capítulo 3.0**, a gestão junto ao IBAMA para atendimento a essas pendências está sendo realizada, tendo a NE encaminhado ao órgão as cartas CE 091/2013-PR, CE 096/2013-PR e CE 416/2013 – DS, com as respostas aos itens com vencimento em 5 e 30 dias e com o relato do avanço das obras de saneamento em Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal, e no travessão 40. Ainda não se tem a resposta do IBAMA sobre a suficiência das repostas encaminhadas.

Para o Ofício 02001.0011364/2013-63 DILIC/IBAMA, que apresentou 10 recomendações a serem atendidas pela NE em prazos na maior parte variando entre 10 e 20 dias, evidenciou-se que todas foram respondidas/atendidas nos prazos estabelecidos. Da mesma forma, não foi evidenciada ainda a resposta do IBAMA sobre a suficiência das repostas encaminhadas.

No que diz respeito às condicionantes da FUNAI, da avaliação apresentada nos Quadros de acompanhamento do **Anexo 6**, resultante das informações de atendimento reportadas pela NE no 4º Relatório de Andamento do PBA para o IBAMA e de avaliação do especialista da equipe de consultoria socioambiental independente, tem que, das 8 ações estabelecidas no Ofício 126/PRES-FUNAI, 6 estão atendidas e 2 em atendimento, ao passo que das 13 ações estabelecidas no Parecer nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI, 11 estão atendidas e 2 estão em atendimento.

Para os demais órgãos intervenientes no processo de licenciamento, não há condicionantes cujo atendimento necessite ser acompanhado.

10.2

Recomendações

Esta Seção inclui recomendações pontuais e oportunidades de melhoria indicadas pelo consultor socioambiental independente após realização da inspeção de novembro de 2013 e análise de toda a documentação fornecida (3º RSAP e seus anexos, 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA para o IBAMA, e documentos adicionais solicitados após a vistoria de campo).

As recomendações apresentadas a seguir são divididas por tema avaliado, e foram geradas a partir das lacunas identificadas na análise de conformidade do **Capítulo 9.0** e na avaliação do andamento dos Programas do PBA do **Capítulo 6.0** deste Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente.

Para todas as recomendações foi estipulado um prazo para atendimento, sendo que a avaliação do seu cumprimento será feita no âmbito do **Quadro 8.0.a** (ver **Capítulo 8.0**), no próximo Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente, somadas às recomendações em aberto que já o compõem.

Obras – PCAI/PRAD

- A Central de Concreto do Sítio Belo Monte possui uma caixa com duas células para descarte de restos de concreto e lavagem das betoneiras. O sistema de tratamento de efluentes da central de concreto é completado por mais um conjunto de células para as etapas de sedimentação dos resíduos e correção do pH, antes do lançamento na drenagem geral do canteiro. Este sistema foi considerado suficiente até o momento, mas não deve atender as necessidades da obra com o aumento do consumo de concreto. O CCBM está ciente do problema do tratamento incompleto do efluente produzido pela central de concreto e adquiriu, mas ainda não instalou um sistema de tratamento de efluentes com uma etapa para redução da turbidez. O sistema de tratamento permanece sem instalação, pelo menos desde julho de 2013. Em conjunto com a fase química de tratamento do efluente, é importante que seja implantado o reuso da água tratada no próprio processo de fabricação do concreto.
Prazo: evidência no 4º RSAP.
- As instalações do canteiro industrial pioneiro do Sítio Belo Monte, que incluem laboratórios de solo e concreto, central de concreto, depósitos de produtos químicos e resíduos sólidos e líquidos, estação de tratamento de efluente industrial e outros, foram abandonadas sem os necessários cuidados com demolição de construções sem utilidade, recolhimento de produtos químicos e resíduos, inclusive com evidências de contaminação do solo, correção de erosões e carreamento de sedimentos para áreas vegetadas e/ou úmidas. É necessário que o local receba a atenção necessária, considerando a possibilidade de reabilitação para nova utilização como parte do canteiro industrial definitivo ou destinação para recuperação ambiental no âmbito do PRAD. Para isso é necessário, no mínimo, desinstalar a central de concreto, demolir e remover todas as construções sem utilidade, recolher produtos químicos e resíduos, descontaminar o solo e instalar

dispositivos de drenagem provisória capaz de minimizar os problemas de erosão. **Prazo: evidência no 4º RSAP.**

- As áreas escolhidas para exploração de rocha (pedreira) e solo (jazida) para as obras da margem direita do Sítio Pimental tiveram a sua vegetação suprimida. É importante que a exploração destas áreas seja realizada conforme um plano de utilização previamente estabelecido com a participação do CCBM, Biocev e NE. Este plano deve indicar as medidas e dispositivos de controle ambiental necessárias, como por exemplo, áreas para depósito de solo vegetal, bota-fora de decapeamento, áreas de apoio, sistemas de saneamento, sistemas de controle de poluição, dispositivos de drenagem para controle de erosão e outros. **Prazo: evidência no 4º RSAP.**
- Na central de concreto da Ilha Marciana (Sítio Pimental) foi verificada a existência de estação de tratamento de efluentes gerados pela usina de concreto, ou seja, a água de escoamento do pátio e a lavagem de caminhões betoneiras. A estação é composta por caixas para lavagem dos caminhões, células para sedimentação de sólidos e correção de pH. Atualmente, o efluente tratado é utilizado para umectação das pistas de acesso interno. É interessante, a exemplo da central de concreto do Sítio Belo Monte, que a estação de tratamento de efluente seja completada com a fase de redução de turbidez e implantação do reuso da água para produção do próprio concreto. **Prazo: evidência no 4º RSAP.**
- A deposição de material (solo e rocha) nos BF-PI-JP1 e BF-PI-JP2 do Sítio Pimental teve início, mas não existem medidas de contenção que impeça a perda de material em direção às áreas vegetadas localizadas a jusante. É interessante que a deposição de solo no local seja contida, por exemplo, por um dique que impeça o assoreamento das áreas vegetadas a jusante e que exista um sistema de drenagem provisório que garanta boas condições para o deslocamento de veículos da obra e previna a formação de feições de erosão. Além disto, a proteção da vegetação a jusante irá diminuir a quantidade de áreas a serem recuperadas futuramente. Alternativamente, o depósito poderia ser construído com controle geométrico, para conformação de bermas de alívio a medida que o aterro é elevado, e compactação, mesmo que não controlada, da face da saia de aterro. **Prazo: evidência no 4º RSAP.**
- Em relação ao 3.2. *Programa de Recuperação de Áreas Degradadas*, foi estabelecido um plano de ação para áreas a serem plantadas no ano de 2013/2014, com indicação das áreas e prazos para as principais atividades. O próximo RSAP deve apresentar os resultados da aplicação deste plano de ação, bem como a previsão detalhada das próximas atividades. Entregável: Relatório do Plano de Ação. **Prazo: 4º RSAP.**

SST e Condições de Trabalho

- No contexto das rotinas de Supervisão de SST da Obra Principal (OP) – NE, recomenda-se a inclusão de profissional de saúde para realizar supervisão condizente com os padrões esperados de obras desse porte. **Prazo: evidência no 4º RSAP.**
- No âmbito das rotinas de Supervisão de SST das OEs e demais contratadas, a NE deve abranger todas as suas contratadas na supervisão de SST. Recomenda-se que, mesmo em níveis diferenciados, algumas premissas mínimas devam ser atendidas por estas empresas e a verificação de SST deverá ser estendida às mesmas. **Prazo: evidência no 4º RSAP.**
- Recomenda-se que o CCBM estabeleça, em seu sistema de gestão, objetivo, meta e programas de gestão que controlem efetivamente o desempenho que tem sido registrado desde o início do ano em termos de ROs e, se julgar adequado, estender esse monitoramento para TN e RNC. **Prazo: evidência no 4º RSAP.**
- Recomenda-se que a NE, EPBM e CCBM revisem sua sistemática de registro, investigação, tratamento e análise de eficácia de não conformidades, de modo a tornar o processo mais eficaz, registrando não conformidades pertinentes, agrupando evidências objetivas que evidenciam a mesma não conformidade, e propondo ações que tratem e eliminem a causa raiz, sempre objetivando garantir que situações similares não voltem a ocorrer. **Prazo: evidência no 4º RSAP.**
- Recomenda-se que o CCBM apresente o Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho – PCMAT revisado e atualizado. **Prazo: 4º RSAP.**

Princípio 3.0 – Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis

Gerais

- Recomenda-se que a NE estabeleça um canal com o CCBM para o recebimento constante das multas e autos de infração recebidos pelo mesmo no período, e que as mesmas sejam reportadas no Capítulo 7.0 dos RSAP, juntamente com as multas e autos de infração da NE. Recomenda-se também que o CCBM, na tabela com a listagem das multas e autos de infração, inclua uma coluna “OBJETO”, para que se possa ter conhecimento sobre o assunto que os gerou. Entregável: lista das multas e autos de infração do CCBM. Prazo: **Capítulo 7.0 dos próximos RSAP.**

PD 01: Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental

- Revisar o Manual do SGA mencionado no relatório da *due diligence* socioambiental, visando atualizar o desenho conceitual do sistema e demonstrar as interações entre sua documentação, esclarecendo aos envolvidos as diretrizes que devem ser seguidas, bem como as responsabilidades de cada um dentro do SGA. Prazo: **4º RSAP.**

Meio Físico

10.2. Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias

- É necessário que a NE esclareça se existe ou não a possibilidade de geração de um passivo de indenizações decorrentes da não transformação do bloqueio provisório em definitivo. **Prazo: esclarecimentos no 4º RSAP.**

10.4 - Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios

- Tendo em vista a posição do IBAMA de exigir uma nova verificação da área diretamente afetada quanto à existência de cavidades apenas na região do Kararaô, é necessário estabelecer uma programação de atividades que contemple os requisitos a serem atendidos. **Prazo: evidências no 4º RSAP.**

11.1. Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico

- É necessário analisar os dados obtidos nos últimos meses, identificar as causas dos problemas relatados, sanar os problemas de lacunas onde for possível e aprimorar os procedimentos de controle de qualidade e/ou melhorar os recursos de infraestrutura para garantir a perenidade e confiabilidade dos processos de aquisição, transmissão e armazenamento dos dados brutos. **Prazo: esclarecimentos no 4º RSAP.**

11.5. Programa de Monitoramento do Microclima Local

- É necessário analisar os dados obtidos nos últimos meses, identificar as causas dos problemas relatados, sanar os problemas de lacunas onde for possível e aprimorar os procedimentos de controle de qualidade e/ou melhorar os recursos de infraestrutura para garantir a perenidade e confiabilidade dos processos de aquisição, transmissão e armazenamento dos dados brutos. **Prazo: esclarecimentos no 4º RSAP.**

Vegetação

Não há.

Fauna Terrestre

- Recomenda-se a finalização da implantação das passagens de fauna, a instalação de alambrado também nas passagens de água, e a avaliação da possibilidade de implantação de redutores de velocidade. **Prazo: evidências no 4º RSAP.**
- Recomenda-se, **nos próximos Relatórios Consolidados**, seguir as exigências do IBAMA listadas no Parecer Técnico 4933/2013. São elas:
 - a) No Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre incluir, nas planilhas com as listas dos indivíduos/espécies afugentados, seu status de conservação segundo as listas regionais, nacionais e internacionais.
 - b) Com relação ao Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna, no que diz respeito ao resgate de abelhas, considerando-se a mortalidade de alguns ninhos alocados na área de soltura apontada no 3º relatório consolidado, recomenda-se observar em manejos futuros a compatibilidade das áreas de soltura

com o hábitat natural dos ninhos resgatados.

c) Ainda com relação ao Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna, recomenda-se que eventuais mudanças nas técnicas de captura, marcação e soltura de exemplares que vierem a ocorrer sejam explicitadas nos próximos relatórios.

d) No Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento, recomenda-se incluir, na lista de espécies registradas no monitoramento do atropelamento, o status de conservação de tais espécies de acordo com as listas regionais, nacionais e internacionais, além de grau de endemismo, raridade e importância econômica, e outras informações como horário de registro, e coletor/observador. O Relatório deve ainda conter a declaração assinada do Coordenador do Projeto, responsabilizando-se pelo conteúdo deste.

e) No que diz respeito ao Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre, conforme acordado em reunião entre o IBAMA e a Norte Energia para a “Discussão de adequações de Escopo e Cronograma dos Projetos componentes do PBA da UHE Belo Monte”, em 14/03/2012, as ações deste projeto teriam caráter contínuo, já que as coletas de amostras dos animais silvestres acompanham as atividades de resgate. Até o momento as ações têm se realizado de forma contínua, mas segundo o Parecer Técnico 4933 do IBAMA, no cronograma apresentado no relatório, as ações previstas até o fim do projeto aparecem de forma descontínua. Recomenda-se que as atividades sigam da forma acordada, de maneira contínua.

f) Para o Projeto de criação de unidades de conservação, recomenda-se apresentar, nos próximos relatórios, a situação fundiária e caracterização detalhada da paisagem para as duas novas áreas propostas para a criação de Unidades de Conservação.

g) Recomenda-se que, para o Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos e o Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática, os próximos relatórios tragam todas as informações solicitadas nas condicionantes da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 116/2012.

Prazo: **evidências no 4º RSAP**

Limnologia e Ictiofauna

11.2 Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques

- Devido às baixas concentrações de oxigênio dissolvido observadas nos igarapés e às elevadas concentrações de Turbidez, DBO, Coliformes fecais (Igarapés Ticaruca e Cajueiro) e Fósforo (Igarapés Paquicamba e Ticaruca) recomenda-se que haja uma maior atenção na gestão desses corpos d’água, de forma a não comprometer a biota aquática. Prazo: **evidências no 4º RSAP**.
- Incluir, nos **RSAP produzidos em datas intermediárias entre a emissão de dois Relatórios Consolidados do Andamento do PBA para o IBAMA**, resultados das análises de qualidade da água, comunidades planctônicas e bentônicas e da ictiofauna registrados durante o período correspondente.

11.4 - Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água

- Devido às baixas concentrações de oxigênio dissolvido, elevadas concentrações de Fósforo e Coliformes Fecais e à presença de óleos e graxas observadas nos cursos d'água, recomenda-se que haja uma maior atenção na gestão, de forma a não comprometer a biota aquática. Prazo: **evidências no 4º RSAP**.
- Recomenda-se também que sejam discutidas, no próximo relatório, as possíveis origens dessa contaminação. Prazo: **evidências no 4º RSAP**.

Socioeconomia

4.1.3. Projeto de Reassentamento Rural

- Recomenda-se que, nas reuniões com a comunidade para apresentação dos critérios de elegibilidade e proposta de deslocamento compulsório e reassentamento, a linguagem e material visual utilizado nas apresentações e reuniões seja de fácil compreensão para o público-alvo, permitindo uma comunicação eficaz. Recomenda-se que sejam elaboradas respostas mais precisas às perguntas e dúvidas mais recorrentes que vem sendo colocadas pela população urbana afetada, de maneira a contribuir para a construção de um consenso bem informado das soluções a se adotadas. Prazo: **evidências no 4º RSAP**.

4.1.5. Projeto de Reparação

- Evidenciar, **no próximo RSAP**, a tratativa com o IBAMA (Nota Técnica) para aprovação do cronograma em vigência.

4.2.1. Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar

- Compatibilizar a metodologia empregada nas entrevistas realizadas como parte do escopo deste programa com o Mecanismo de Recebimento de Consultas e Reclamações, de maneira que em caso de necessidade possam receber o mesmo tratamento de registro, averiguação e resposta. Prazo: **evidências no 4º RSAP**.

4.6.1. Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs

- Avaliar, com base nos resultados apresentados, duas situações muito importantes em relação à população remanejada:
 - “Desânimo das famílias para com o processo de negociação do reassentamento frente a todo o processo já enfrentado de isolamento na vila Santo Antônio - Todas as famílias transpassam descontentamento, ocorrência de conflitos e desânimo para com o processo” – Há necessidade de averiguar a causa da resistência dessas famílias para concordar com as alternativas de reassentamento que já foram propostas para elas.
 - Estudar a possibilidade de fazer um acompanhamento mais direto dessas causas por um especialista de assistência social, entendendo-se a necessidade de localizar o real problema que aflige as famílias, a fim de procurar uma solução final para essa situação.

Prazo: **evidências no 4º RSAP**.

- Em relação às opiniões sobre os cinco aspectos que foram agravados com o empreendimento, do ponto de vista da população afetada, entende-se que há necessidade de verificar a real ocorrência do aumento dessas situações negativas e avaliar em qual delas é possível interferir, sugerindo-se avaliar os seguintes: aumento de acidentes de trânsito (84,3%), do consumo e/ou tráfico de drogas (81%), da violência em geral (79,8%), da prostituição (78,9%) e diminuição da segurança pública (50,1%). Prazo: **evidências no 4º RSAP**.

PD 05: Aquisição da Terra e Reassentamento Involuntário

- Recomenda-se que sejam cruzadas e analisadas as informações dos Projetos de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), que contém as informações sobre a situação anterior e atual dos afetados, e do Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1), que acompanha as famílias que já foram reassentadas, o que permitirá a consolidação dos dados da população já indenizada e relocada até o momento. Prazo: **evidências no 4º RSAP**.

PD 07: Povos Indígenas

Não há.

11.0

Aspectos Críticos a serem Verificados na Próxima Missão de Monitoramento

SGA

- Situação da implementação o SIG-A.
- Avaliação da troca de informações entre os programas e projetos que são parte dos pacotes de trabalho já inseridos no SIG-A.
- Avaliação da aplicação do SGP.
- Avaliação da agilidade do processo de tratamento de não conformidades.

Obras

- Situação da supervisão ambiental e de saúde de segurança da Norte Energia sobre as obras principais e sobre as obras do entorno.
- Manejo de não conformidades da Norte Energia.
- Melhorias na gestão de resíduos, incluindo a coleta, a operação das centrais de triagem, dos aterros sanitários, da célula de biorremediação.
- Melhoria na gestão de efluentes, solos e outros materiais contaminados com óleo.
- Manejo dos igarapés interceptados por acessos laterais ao canal de derivação.

- Recuperação de APP, controle de erosão, implantação da drenagem definitiva e forração vegetal de taludes na Vila Residencial, nos canteiros de obras, nos acessos e no dispositivo de transposição.
- Instalação de estruturas de drenagem definitiva, correção de feições de erosão e proteção superficial nos taludes de corte e saias de aterro nos travessões.
- Correção do procedimento de utilização dos bota-foras no Sítio Belo Monte (BF3 e BF4) e no Sítio Canal e Diques (Pedreira e Sítio Bela Vista), de forma a respeitar os critérios geométricos de projeto e permitir a recuperação tão logo sejam encerradas as atividades de deposição de material da escavação.

Meio Físico

- Avaliação dos resultados obtidos no Programa de Resgate do Patrimônio Paleontológico, tendo em vista as alterações realizadas na condução das atividades.
- Avaliação do esperado incremento de sinergia entre as equipes responsáveis pelos programas do meio físico, especialmente dos Programas de Salvamento do Patrimônio Paleontológico, de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos, de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios e de Monitoramento das Águas Subterrâneas.
- Desenvolvimento e retomada das atividades do Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios.
- Avaliação da suficiência dos dados gerados no Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques.

Vegetação

- Destinação externa da madeira oriunda das atividades de supressão para a implantação do empreendimento;
- Procedimentos de supressão, fiscalização e resgate da flora sendo realizados nas áreas dos reservatórios.

Fauna Terrestre, Aquática e Semi-aquática

- Sobre o andamento dos projetos de investigação taxonômica de roedores e quiróptero, segundo os Princípios do Equador:
 - verificar se as atividades previstas para a investigação taxonômica e registro das espécies fora da área de influência do projeto apresentam resultados.
- Sobre as medidas de mitigação dos impactos sobre a fauna ocasionados pela melhoria das condições de tráfego nos travessões (atropelamento)
 - verificar se as passagens de fauna, placas e redutores anteriormente previstos no projeto foram instaladas de forma completa.
 - verificar se houve a implantação de alambrado também nas passagens de água.
 - Verificar se houve reflorestamento nas áreas próximas às duas entradas, em todas as passagens.

- verificar se foi feita uma reavaliação dos impactos causados pelo alargamento da via e asfaltamento da mesma, não previstos no projeto inicial, e se estes impactos foram considerados na elaboração de um projeto de ampliação das medidas de mitigação (como por exemplo a implantação de redutores de velocidade)

Limnologia e Ictiofauna

Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques

- Verificar o status de andamento do Programa com relação às campanhas de ictiofauna, limnologia e qualidade de água, previstas para o 1º. Semestre de 2013;
- Inspeção do Sítio Canais e Diques.

Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água

- Verificar o status de andamento do Programa com relação às campanhas previstas no 1º Semestre de 2013;
- Verificação in loco do Canteiro de obras Belo Monte;
- Verificar o andamento do Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas às campanhas de previstas no 1º. Semestre de 2013.

Programa de Conservação e Manejo de Habitats Aquáticos

- Verificar o atendimento para a organização, sistematização e compilação dos dados oriundos das campanhas de monitoramento dos Projetos de Ictiofauna.

Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos

- Verificar o atendimento da recomendação da complementação da linha base para confirmação da ocorrência de espécies citadas como ameaçadas (Acari zebra, Pacu capivara e Arraia de Fogo) e das espécies de Loricariideos ornamentais citados como restritas à área da Volta Grande do rio Xingu (TVR);
- Verificar o atendimento da recomendação sobre a intensificação para finalização das identificações das espécies coletadas na linha base do EIA, especialmente para os gêneros ameaçados, criticamente ameaçados, quase ameaçados e vulneráveis.

Projeto de Investigação Taxonômica

- Ver o status de andamento do projeto com relação às campanhas de monitoramento (1º. Semestre de 2013), às atividades de resgate e processamento laboratorial destes dados;
- Verificar o andamento dos estudos complementares realizados nos igarapés do canal de derivação e do reservatório principal;
- Verificar o atendimento da recomendação sobre a intensificação dos melhores esforços (*best efforts*) no processo de identificação das espécies coletadas no monitoramento, especialmente para os gêneros ameaçados, criticamente ameaçados, quase ameaçados e vulneráveis.

Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna

- Inspeção da Construção do laboratório para triagem, identificação e armazenamento dos exemplares fixados.

- Verificar atualização das atividades de resgate nas áreas com intervenção direta da obra (vistorias in loco destas áreas);
- Verificar o andamento da elaboração do guia fotográfico de identificação das espécies de peixes resgatados.

Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais

- Verificar os resultados do estudo de viabilidade da implantação do Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais feito com os pescadores locais.

Projeto de Monitoramento da Ictiofauna

- Verificar o status de andamento do Programa com relação às campanhas de previstas para o 1º. Semestre de 2013;
- Verificar o tempo de processamento laboratorial das análises de gônadas, estômagos e ictioplâncton.

Projeto de Monitoramento da Ictiofauna Incentivo à Pesca Sustentável

- Verificar a sistematização e a compilação dos dados de desembarque e os cadastros dos pescadores e das embarcações nos portos.

Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para a Transposição de Peixes

- Verificação in loco do modelo reduzido do STP.

Socioeconomia

- Verificação dos procedimentos para monitoramento dos planos de reassentamento e deslocamento da população;
- Verificar a situação das famílias em processo de indenização e reassentamento da área rural e as pendências em relação às alternativas propostas: famílias Vila Santo Antônio e famílias à procura de terras para carta de crédito;
- Verificação das formas de atuação Comitê de Comunicação Social da NE proposto como segunda instância para atendimento dos casos em que os solicitantes não se sintam totalmente atendidos pelos atuais canais disponíveis para reclamações e como procedimento específico para verificação e garantia de que as empresas contratadas e subcontratadas da NE disponham de mecanismos de reclamações para trabalhadores;
- Verificar informações e estatísticas sobre mecanismos de consultas e reclamações dos trabalhadores do CCBM: 0800 (PWC Price), site CCBM e estatísticas da Ouvidoria;
- Verificar informações do setor de responsabilidade social do CCBM: caixas de coleta e Canal Aberto;
- Verificar andamento dos programas do Plano de Atendimento à População Atingida, principalmente o Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais (4.2) e seus projetos e o Programa de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas e seus projetos; do Plano de Articulação Institucional; do Plano de Relacionamento com a População, mais especificamente o Programa de Interação Social e Comunicação e o Programa de

Monitoramento Socioeconômico, Análise de Suficiência dos Equipamentos Sociais;

- Verificar encaminhamento da recomendação de que sejam cruzadas e analisadas as informações dos projetos que executam monitoramento da população interferida: Programa de Acompanhamento Social (4.6) - Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2) e o Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), para obter-se a consolidação dos dados da população já indenizada e relocada até o momento.
- Verificar Banco de Dados do Projeto 4.6.1;
- Verificar posicionamento dos Secretários Municipais de Vitória do Xingu.

Gestão de SST

- Acompanhamento das pendências anteriores;
- Visita ao Sítio Canais e acompanhamento das atividades de SST;
- Visita ao Sítio Belo Monte e acompanhamento das atividades de SST;
- Acompanhamento de atividades nos sítios visitados: Desmonte de Rocha; Paiol; Cozinhas, Refeitórios e referidas licenças; controles e registros sobre Vasos de Pressão e Caldeiras; inspeção de trabalho em Altura com enfoque em andaimes, projetos, ART, LVs e montagem; avaliação do processo de garantia de potabilidade de água e limpeza dos bebedouros / caixa d'água; Sistemática de inspeção dos equipamentos de terceiros e Planos de Manutenção; e, Fabricação de pré-moldado.
- Acompanhamento das atividades de Supressão vegetal no Reservatório Intermediário;
- Avaliação da Auditoria Interna realizada no período pela NE/EPBM;
- Avaliação dos trabalhos envolvendo a empresa contratada pelo CCBM para análise dos riscos do trânsito e desenvolvimento dos trabalhos pela NE;
- Visita às Obras do Entorno, acompanhamento das atividades de SST e dados da supervisão;
- Análise do Plano de Emergência do STE e novo contrato de operacionalização do STE com previsão de início em dezembro de 2013.

Assuntos Indígenas

- Registro e análise da avaliação dos usuários indígenas e ribeirinhos sobre o STE (dados quantitativos e qualitativos registro)
- Avaliação da percepção indígena quanto à equipe e desenvolvimento das ações do PBA-CI (entrevistas com as lideranças das terras indígenas da região da Volta Grande e Trincheira Bacajá).
- Análise dos resultados do primeiro ano do Programa de Atividades Produtivas/PAP (entrevista com operadores do PAP, indígenas e parceiros institucionais)
- Identificação e documentação das ações relacionadas às famílias indígenas ribeirinhas, com ênfase nas localidades Ilha da Fazenda, Ressaca, Garimpo do Galo e Cachoeira do Jericoá.

12.0

Equipe Técnica Responsável por este Relatório (JGP)

Diretores Responsáveis

Juan Piazza

Ana Maria Iversson

Profissional	Formação	Registro Profissional
Coordenação Geral		
Ana Maria Iversson	Socióloga	DRT 280/84
Coordenação		
Renata Cristina Moretti	Engenheira Civil	CREA 5060276362
Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança		
Débora Crivelari Tonello de Angelo	Engenheira Sanitarista	CREA 5061500604
Gustavo Faustini	Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho	CREA 6061939022
Meio Físico		
Marlon Rogério Rocha	Geógrafo	CREA 5061556731
Meio Biótico - Vegetação		
Denise Sasaki	Bióloga	CRBio 35829/01-D
Meio Biótico – Fauna Terrestre		
Erika Hingst Zaher	Bióloga	CRBio 68288/01-D
Meio Biótico – Fauna Aquática e Qualidade da Água		
Patrícia Monte Stefani	Bióloga	CRBio 79758/01-D
Meio Socioeconômico		
Ana Maria Iversson	Socióloga	DRT 280/84
Márcia Eliana Chaves	Socióloga	DRT 979/87
Rafaella Ferraz Ziegert	Bacharel em Ciências Políticas	-
Componente Indígena		
Ricardo Cid Fernandes	Antropólogo	
Meio Ambiente e SST nas Obras (PAC)		
Luis Eduardo Gaglioti	Geólogo	CREA 5060439523
Gustavo Faustini	Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho	CREA 6061939022
Renata Cristina Moretti	Engenheira Civil	CREA 5060276362
Apoio Técnico		
Ricardo Inácio Fogaroli	Engenheiro Ambiental	
Renata Evangelista da Silva	Apoio Técnico	



ANEXOS

Anexo 1 – Lista de Documentos Avaliados

Anexo 2 – Reuniões, Vistorias e Entrevistas Realizadas

Anexo 3 – Registro Fotográfico das Inspeções do PCAI

**Anexo 4 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST e Meio Ambiente
nas OE**

Anexo 5 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST na OP

Anexo 6 – Acompanhamento do Atendimento a Condicionantes

**Anexo 7 – Situação de Andamento dos Planos, Programas e Projetos
do PBA**

**Anexo 8 – Registro Fotográfico das Vistorias às Atividades
Relacionadas aos Programas do PBA**

Programas de Fauna Terrestre

Programas de Limnologia e Ictiofauna



Programas de Socioeconomia

**Anexo 9 – Quadro 8.0.a – Controle do Atendimento às Recomendações
da Consultoria Socioambiental Independente**
